

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS NATURAIS E EXATAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

Alecsandra Santos da Cunha

**MÃOS QUE CULTIVAM A LUTA: EXPERIÊNCIAS DE RESISTÊNCIA
AGROECOLÓGICAS NOS TERRITÓRIOS DO AGRONEGÓCIO NO
PAMPA GAÚCHO E URUGUAIO**

**Santa Maria, RS
2018**

Alecsandra Santos da Cunha

**MÃOS QUE CULTIVAM A LUTA: EXPERIÊNCIAS DE RESISTÊNCIA
AGROECOLÓGICAS NOS TERRITÓRIOS DO AGRONEGÓCIO NO PAMPA
GAÚCHO E URUGUAIO**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, Área de Concentração em Análise Ambiental e Dinâmica Espacial, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do grau de **Doutora em Geografia**.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Ana Estela Dominguez Sandoval
Co-Orientador: Prof. Dr. Clayton Hillig

Santa Maria, RS
2018

Cunha, Alecsandra Santos da

Mãos que cultivam a luta: experiências de resistência agroecológicas nos territórios do agronegócio no Pampa Gaúcho e Uruguiaio. / Alecsandra Santos da Cunha.- 2018.
330 p.; 30 cm

Orientador: Ana Estela Domínguez Sandoval

Coorientador: Clayton Hillig

Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa Maria, Centro de Ciências Naturais e Exatas, Programa de Pós-Graduação em Geografia e Geociências, RS, 2018

1. Agroecologia 2. Agricultura Familiar Camponesa 3. Resistência 4. Pampa Gaúcho 5. Pampa Uruguiaio I. Sandoval, Ana Estela Domínguez II. Hillig, Clayton III. Título.

Sistema de geração automática de ficha catalográfica da UFSM. Dados fornecidos pelo autor(a). Sob supervisão da Direção da Divisão de Processos Técnicos da Biblioteca Central. Bibliotecária responsável Paula Schoenfeldt Patta CRB 10/1728.

© 2018

Todos os direitos autorais reservados a Alecsandra Santos da Cunha. A reprodução de partes ou do todo deste trabalho só poderá ser feita mediante a citação da fonte.

Endereço: Rua Victor Denardim, 175, Camobi, Santa Maria, RS. CEP: 97690-110

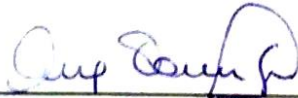
E-mail: alecsandrascunha@gmail.com

Alecsandra Santos da Cunha

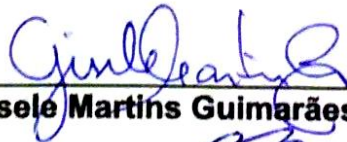
**MÃOS QUE CULTIVAM A LUTA: EXPERIÊNCIAS DE RESISTÊNCIA
AGROECOLÓGICAS NOS TERRITÓRIOS DO AGRONEGÓCIO NO PAMPA
GAÚCHO E URUGUAIO**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, Área de Concentração em Análise Ambiental e Dinâmica Espacial, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do grau de **Doutora em Geografia**.

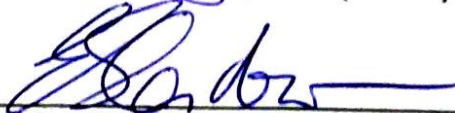
Aprovado em 28 de maio de 2018:



Ana Estela Dominguez Sandoval, Dra. (UDELAR)
(Presidente/Orientador)



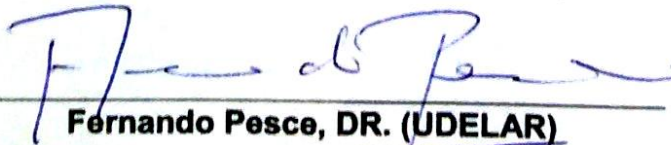
Gisele Martins Guimarães, Dra. (UFSM)



Eduardo Schiavone Cardoso, Dr. (UFSM)



Marcelo Cervo Chelotti, Dr. (UFU)



Fernando Pesce, DR. (UDELAR)

Santa Maria, RS
2018

*Dedico esse trabalho a todas as mulheres
camponesas, na certeza de sua importância no
contexto da resistência.*

Alecsandra Santos da Cunha

AGRADECIMENTOS

A vida é algo sublime. Aqui encerro mais uma etapa da minha sublime vida. O caminho não foi fácil, muitas vezes solitário, para logo em seguida, estar repleto das pessoas que me acompanharam. Por isso, agradeço.

Agradeço às professoras e professores que em mim acreditaram, que por mim lutaram e, a mim respeitaram. O conhecimento é gratificante e somente o alcançamos porque temos uma forte base na figura de vocês. Agradeço especialmente à Profa. Rita Liberato, Prof. Alecir Moraes, Prof. Oswaldo Bueno, Prof. Benhur Pinós, Prof. Lauro Figueiredo, Profa. Lilian Hahn, Profa. Christiane Senhorinha, Prof. Marcelo Chelotti, Prof. Marcel Achkar. Aprendi com vocês como podemos tornar o mundo um pouco melhor, que podemos ser profissionais da educação, éticos, mas que podemos ser também, humanos.

Agradeço à minha mãe, irmã, filha, filho, sobrinhos e cunhado pelo carinho sempre. A saudade bate forte, ouvir ao telefone: “Tia Leca!!! Quando você vem? Tô com muita saudade!”, era ao mesmo tempo dolorido e delicioso. Espero corresponder à altura o orgulho que sentem por mim. Filha de um alfaiate e uma costureira, saídos do meio rural nos anos 1970, fazendo parte da massa que compôs o êxodo rural em meados do século passado, agradeço por me ensinarem que podemos alçar grandes voos sem precisar cortar as asas de quem segue a mesma direção. E aqui, obviamente, agradeço por Margarida e Joana entrarem em minha vida e tornarem o caminho mais alegre e colorido.

Muita gratidão aos amigos. Gratidão maior ainda às amigas, mulheres maravilhosas que fazem parte da minha vida: Greice, Taís, Nathana, Andreia, Lisa, Tiele, Iolanda, Luciele, Magela, Andressa, Taci, Carine, Janice, Cassi. Obrigada por me ensinarem o poder da sororidade, obrigada por andarem comigo “porque juntas andamos melhor”.

Ao GATS, Grupo de Agroecologia Terra Sul, obrigada pela construção coletiva do conhecimento, obrigada por me abrigarem, obrigada pelas pessoas que levarei comigo.

Ao Esquadrão da Alegria, por permitir que a Dra. Assadinha viva em mim, eterna gratidão. Em especial, à Lara, madrinha querida e fiel. E a Ligia? Psicóloga maravilhosa, nunca se ateve em me atender somente em questões do grupo, sempre disposta, sempre amiga, sempre força. Zé, todo meu carinho e admiração

por você. Ana Samantha, somente gratidão. Fernanda, Nane, Lu, Darlan, Cio, Ertel, Leila, Mari, Jean, Flavio, Yassmín, Lari, obrigada minhas palhaças e meus palhaços, a energia de vocês sempre me jogou para frente.

Agradeço aos meus estudantes, por me ensinarem a compreender a diversidade, por me ensinarem que a educação também ocorre por meio do afeto, do respeito e da alegria de alcançar o conhecimento. Obrigada por me permitirem fazer parte da trajetória de vocês.

Muita gratidão à Geografia, meu divisor de águas.

À banca, Profa. Gisele Guimarães, Prof. Eduardo Cardoso, Prof. Marcelo Chelotti, Prof. Fernando Pesce, agradeço as colaborações no ato da qualificação, que possibilitaram o caminhar pelo percurso que me trouxe até aqui. Agradeço pela disposição em estar e compartilhar comigo, novamente. Muito obrigada pela dedicação, leitura e contribuições.

Muita gratidão às duas famílias envolvidas nesse trabalho. Obrigada por me receberem em suas casas, obrigada pelo aprendizado, obrigada pela disposição, obrigada por serem exemplos de resistência em um mundo tão duro e desigual.

E, finalmente, obrigada à Profa. Ana Dominguez e Prof. Clayton Hillig, orientadora e co-orientador. Obrigada pela paciência. Obrigada pelo carinho. Obrigada pelo respeito. Obrigada pelos ensinamentos. Obrigada por acreditarem em mim sempre. Obrigada por me darem as mãos sempre que precisei. Obrigada pelo colo. Obrigada pelas cervejas. Obrigada pelas risadas. Mestra e Mestre, obrigada.

“O resto do rebanho desorientado só precisa ser distraído.”

Noam Chomsky

RESUMO

MÃOS QUE CULTIVAM A LUTA: EXPERIÊNCIAS DE RESISTÊNCIA AGROECOLÓGICAS NOS TERRITÓRIOS DO AGRONEGÓCIO NO PAMPA GAÚCHO E URUGUAIO

AUTORA: Alecsandra Santos da Cunha
ORIENTADORA: Ana Estela Dominguez Sandoval
CO-ORIENTADOR: Clayton Hillig

O modelo hegemônico de produção agrícola, representado pelo agronegócio e blindado pelo Estado Neoliberal, influencia a economia mundial e, sobretudo, atua diretamente nos territórios rurais. Contudo, contribui para o processo de acumulação do capital, pressionando a agricultura familiar camponesa e, baseado em pacotes tecnológicos, se torna econômica e ambientalmente insustentável. Nesse sentido, a Agroecologia ocupa um lugar de enfrentamento ao agronegócio, pois as experiências de resistências agroecológicas buscam outra forma de produzir e viver no campo. Essas relações de enfrentamento forjam os territórios rurais, tendo as experiências de resistências agroecológicas como protagonistas na luta pelo direito de se reproduzirem socialmente em seus territórios. Dessa forma, buscamos compreender as experiências de resistência no sentido de estarem transformando suas realidades a partir da incorporação de um novo paradigma que se fundamenta nos preceitos da Agroecologia como alternativa ao grande capital, representado pelo agronegócio. Assim, pergunta-se: quais as práticas utilizadas pelas duas famílias envolvidas nessa investigação, que as levam à resistência? As duas áreas de estudo, uma família brasileira estabelecida na Campanha Gaúcha e uma família uruguaia localizada em Canelones, apresentam o universo camponês envolvido por subjetividades e, sobretudo, sua base material que possibilita a reprodução social. A formação sócio-histórica brasileira e uruguaia e o avanço do neoliberalismo sobre seus territórios contextualizam a pesquisa, que foi desenvolvida trazendo as aproximações e distanciamentos, de cada família, comparadas ao Tipo Ideal de Weber. Utilizando técnicas de observação direta, conversas informais, fotografias, mapas mentais, calendários sazonais, entre outros, a pesquisa clareia esse universo envolto de subjetividades e materialidades. O cenário vislumbrado é de luta e resistência contínua, que hora avança e hora retrocede. A resistência camponesa agroecológica forja suas lutas com estratégias diversas. Pode ser percebido que a resistência camponesa agroecológica está centrada nas estratégias de reprodução, contudo, necessita de políticas públicas que intervenham no avanço do agronegócio sobre os territórios camponeses, devido, sobretudo, ao seu poder político e econômico.

Palavras-chave: Agroecologia. Agricultura Familiar Camponesa. Resistência. Pampa Gaúcho. Pampa Uruguaio.

RESUMEN

EXPERIENCIAS DE RESISTENCIA AGROECOLÓGICAS EN LOS TERRITORIOS DEL AGRONEGOCIO EN EL PAMPA GAÚCHO Y URUGUAY

AUTORA: Alecsandra Santos da Cunha
ORIENTADORA: Ana Estela Dominguez Sandoval
CO-ORIENTADOR: Clayton Hillig

El modelo hegemónico de producción agrícola, representado por el agronegocio y blindado por el Estado Neoliberal, influye en la economía mundial y, sobre todo, actúa directamente en los territorios rurales. Sin embargo, contribuye al proceso de acumulación del capital, presionando la agricultura familiar campesina y, basado en paquetes tecnológicos, se vuelve económica y ambientalmente insostenible. En ese sentido, la Agroecología ocupa un lugar de enfrentamiento al agronegocio, pues las experiencias de resistencias agroecológicas buscan otra forma de producir y vivir en el campo. Estas relaciones de enfrentamiento forjan los territorios rurales, teniendo las experiencias de resistencias agroecológicas como protagonistas en la lucha por el derecho de reproducirse socialmente en sus territorios. De esta forma, buscamos comprender las experiencias de resistencia en el sentido de estar transformando sus realidades a partir de la incorporación de un nuevo paradigma que se fundamenta en los preceptos de la Agroecología como alternativa al gran capital, representado por el agronegocio. Así, se pregunta: ¿cuáles son las prácticas utilizadas por las dos familias involucradas en esa investigación, que las llevan a la resistencia? Las dos áreas de estudio, una familia brasileña establecida en la Campaña Gaúcha y una familia uruguaya ubicada en Canelones, presentan el universo campesino envuelto por subjetividades y, sobre todo, su base material que posibilita la reproducción social. La formación socio-histórica brasileña y uruguaya y el avance del neoliberalismo sobre sus territorios contextualizan la investigación, que fue desarrollada trayendo las aproximaciones y distanciamientos, de cada familia, comparadas al Tipo Ideal de Weber. Utilizando técnicas de observación directa, conversaciones informales, fotografías, mapas mentales, calendarios estacionales, entre otros, la investigación aclara ese universo envuelto de subjetividades y materialidades. El escenario vislumbrado es de lucha y resistencia continua, que hora avanza y hora retrocede. La resistencia campesina agroecológica forja sus luchas con estrategias diversas. Se puede percibir que la resistencia campesina agroecológica está centrada en las estrategias de reproducción, sin embargo, necesita de políticas públicas que intervengan en el avance del agronegocio sobre los territorios campesinos, debido sobre todo a su poder político y económico.

Palabras clave: Agroecología. Agricultura Familiar Campesina. Resistencia. Pampa Gaucho. Pampa Uruguayo.

ABSTRACT

EXPERIENCES OF AGROECOLOGICAL RESISTANCE IN THE AGRIBUSINESS TERRITORIES IN PAMPA GAÚCHO AND URUGUAY

AUTHOR: Alecsandra Santos da Cunha
ORIENTADORA: Ana Estela Dominguez Sandoval
CO-DIRECTOR: Clayton Hillig

The hegemonic model of agricultural production represented by agribusiness and secured by the Neoliberal State, influences the global economy and, above all, operates directly in rural territories. The model contributes to the accumulation of capital, pressuring the peasant family and, alongside technological advances, becomes economically and environmentally unsustainable. Due to this, Agroecology is in direct confrontation with Agribusiness, as the experiences of agroecological resistances seek other ways of producing and living in the countryside. These conflict ridden relations forge rural territories, for the experiences of agroecological resistances become the protagonists in the struggle for the right to reproduce socially in their territories. Hence, we seek to understand experiences of resistance as a transformation of reality through the introduction of a new paradigm founded on the precepts of Agroecology as an alternative to great capital, which is represented by agribusiness. Thus the question stands: what are the practices used by the two families involved in this research, that lead them to resistance? The two areas of study, a Brazilian family established in the Gaucho Planes and a Uruguayan family located in Canelones, reflect the peasant universe characterized by subjectivity and, above all, a material base that enables social reproduction. The Brazilian and Uruguayan socio-historical development and the expansion of neoliberalism over these territories, contextualize this research, which was developed considering the similarities and differences of each family in comparison to the Ideal Type of Weber. Using techniques of direct observation, information talks, photographs, mind maps, seasonal calendars, amongst others, this research sheds light on the peasant universe that is currently characterized by subjectivities and material goods. The scenario shown is one of struggle and continuous resistance which, at times, advances and, at times, recedes. The agroecological peasant resistance forges its struggle with diverse strategies. It can be concluded that the agroecological peasant resistance is centered on reproduction strategies, however, in order for it to thrive, it needs public policies that intervene in the expansion of agribusiness over peasant territories, due to, above all, agribusiness' political and economic power.

Keywords: Agroecology. Peasant Family Farming. Resistance. Pampa Gaucho. Pampa Uruguao.

LISTA DE FIGURAS

Figura 01 – Fluxograma da proposta metodológica da pesquisa	24
Figura 02 – Localização do Assentamento Missões do Alto Uruguai/Hulha Negra/RS	29
Figura 03 – Evolução da divisão de departamentos no Uruguai	32
Figura 04 – Departamento de Canelones/Município de San Jacinto	33
Figura 05 – Mudanças fronteiriças entre 1750 e 1851 - Rio Grande do Sul.....	61
Figura 06 – Mercado de terras no Uruguai (2000-2010).....	81
Figura 07 – Uruguai: Densidade demográfica por departamentos/2011.....	86
Figura 08 – Uruguai: Densidade demográfica rural por departamento.....	87
Figura 09 – Fruticultura e vitivinicultura em Canelones.....	90
Figura 10 – Produção hortícola em Canelones.....	91
Figura 11 – Imagem de fazenda de café e sua configuração arquitetônica.....	94
Figura 12 – Sistematização Analítica da Família Camponesa Agroecológica.....	160
Figura 13 – Delimitação do Bioma Pampa.....	162
Figura 14 – Unidades geológicas de parte do Bioma Pampa.....	164
Figura 15 – Relevo da área de estudo, BR 293 – Hulha Negra/RS/Brasil.....	165
Figura 16 – Relevo da área de estudo – San Jacinto/Canelones/Uruguai.....	165
Figura 17 – Ecoprovíncias do pampa uruguaio-sul-rio-grandense.....	166
Figura 18 – Leitura da Paisagem: mapa de regionalização de Hulha Negra.....	172
Figura 19 – Classificação dos solos do Rio Grande do Sul.....	174
Figura 20 – Vertissolo: endurecido e rachado pela estiagem.....	176
Figura 21 – Bacia Hidrográfica Mirim-São Gonçalo.....	178
Figura 22 – Assentamento Missões do Alto Uruguai.....	179
Figura 23 – Mosaico: pastagem, curral.....	182
Figura 24 – Mosaico: casa, jardim e horta, criação de pequenos animais, pomar, açude, área protegida (mata ciliar).....	183
Figura 25 – Mapa mental.....	184
Figura 26 – Croqui do lote.....	184
Figura 27 – Divisão política – municípios de Canelones.....	187
Figura 28 – Densidade demográfica de Canelones por Microrregião.....	188
Figura 29 – Vista aérea da sede de San Jacinto.	189
Figura 30 – Rua central da sede de San Jacinto.....	189
Figura 31 – Colônias uruguaias.....	192
Figura 32 – Frigorífico San Jacinto às margens da Ruta 7.....	193
Figura 33 – Estrutura fundiária Canelones e San Jacinto.....	195
Figura 34 – Regiões Geomorfológicas Uruguaias.....	197
Figura 35 – Relevo do município de San Jacinto.....	198
Figura 36 – Mosaico: relevo do município de San Jacinto.....	198
Figura 37 – Distribuição dos tipos de solo no território uruguaio.....	199
Figura 38 – Bacias hidrográficas uruguaias.....	200
Figura 39 – Bacia do Rio del Plata e Bacia do Oceano Atlântico.....	201
Figura 40 – Uso e ocupação do solo em Canelones e San Jacinto.....	202
Figura 41 – Colonia Esc. Victor Leis e Colonia Ing. Luis Giannattasio.....	203
Figura 42 – Col. Dr. Jose Abdala, Col. Inm. 148 e Col. Juan Carlos Mollinelli.....	204
Figura 43 – Colonia Juan Carlos Mollinelli.....	205
Figura 44 – Residências.....	207
Figura 45 – Eucaliptos e Álamos.....	207

Figura 46 – Estufa e canteiros ao ar livre de hortaliças e ervas.....	208
Figura 47 – Pastagens e campos nativos.....	208
Figura 48 – Mapa mental.....	210
Figura 49 – Croqui do <i>predio</i>	210
Figura 50 – Desnatadeira.....	221
Figura 51 – Xarope 35 ervas.....	221
Figura 52 – Mosaico da produção para autoconsumo (frutas, criação de animais, pomar e tubérculos, horta).....	222
Figura 53 – Linha do Tempo da família Chirca Silva.....	229
Figura 54 – Estrada principal.....	230
Figura 55 – Estrada secundária.....	230
Figura 56 – Galpão.....	232
Figura 57 – Estribaria.....	232
Figura 58 – Casa mista atual.....	233
Figura 59 – Resfriadores, antigo e novo.....	233
Figura 60 – Calendário Sazonal da família Chirca Silva.....	240
Figura 61 - Sistematização Analítica da Família Camponesa Agroecológica Chirca Silva.....	254
Figura 62 – Moradias do <i>predio</i> da família Chirca Pérez.....	257
Figura 63 – Casamento Civil.....	258
Figura 64 – Casamento religioso.....	258
Figura 65 – Almoço típico da família Chirca Pérez.....	266
Figura 66 – Produção de leite para autoconsumo.....	266
Figura 67 – Linha do tempo da família Chirca Pérez.....	268
Figura 68 – Site Oficial da marca CampoClaro.....	272
Figura 69 – Sede Calmañana.....	273
Figura 70 – Bandeira Calmañana.....	273
Figura 71 – <i>Comedor</i>	273
Figura 72 – <i>Comedor</i> e quartos.....	273
Figura 73 – Primeira estufa.....	274
Figura 74 – Açude.....	274
Figura 75 – Automóvel.....	276
Figura 76 – Trator.....	276
Figura 77 – Terceira estufa.....	276
Figura 78 – Caminhonete.....	276
Figura 79 – Mosaico: variedades produzidas.....	279
Figura 80 – Produção de sementes de abóboras e tomate-cereja.....	280
Figura 81 – Mosaico: infraestrutura e manejo dos recursos naturais.....	282
Figura 82 – Calendário Sazonal da família Chirca Pérez.....	284
Figura 83 – Caixas para envase.....	285
Figura 84 – Estoque de ervas secas.....	285
Figura 85 – Colheita das ervas.....	286
Figura 86 – Separação fina nas ervas.....	286
Figura 87 – Fluxograma da organização produtiva semanal Calmañana.....	287
Figura 88 – Mosaico: trabalho coletivo na cooperativa Calmañana.....	288
Figura 89 - Sistematização Analítica da Família Camponesa Agroecológica Chirca Pérez.....	294

LISTA DE ABREVIATURAS

AGF	Aquisição do Governo Federal
APP	Áreas de Preservação Permanente
ATES	Programa de Assessoria Técnica, Social e Ambiental à Reforma Agrária
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
CAI's	Complexos Agroindustriais
COREDES	Conselhos Regionais de Desenvolvimento
EGF	Empréstimos do Governo Federal
EM	Emendas Parlamentares
FAO	Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura
FIDA	Fondo Internacional para el Desarrollo Agrícola
FMI	Fundo Monetário Internacional
Ha	Hectare
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INC	Instituto Nacional de Colonización
INE	Instituto Nacional de Estadística
LDSGAT	Laboratorio de Desarrollo Sustentable y Gestión Ambiental del Territorio-Geografía
LOSAN	Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional
MAPA	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MERCOSUL	Mercado Comum do Sul
MGAP	Ministerio de Ganadería, Agricultura y Pesca
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social
MP	Medida Provisória
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
OEA	Organização dos Estados Americanos
ONG's	Organizações Não Governamentais
PA	Projeto de Assentamento
PIB	Produto Interno Bruto
PL	Projetos de Lei
PRONAF	Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PRONERA	Programa Nacional de Educação para a Reforma Agrária
RL	Reserva Legal
SAN	Segurança Alimentar e Nutricional
SESAN	Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
UDELAR	Universidad de la Republica
UTAA	Unión de los Trabajadores del Azúcar de Artigas
UY	Uruguay

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	15
2	ENTRE O INÍCIO E O FIM: CONSTRUINDO OS ALICERCES DA PESQUISA.....	20
2.1	NARRATIVA METODOLÓGICA.....	20
2.2	O PROBLEMA DE PESQUISA JUSTIFICADO.....	24
2.3	O RECORTE ESPAÇO/TEMPORAL.....	27
2.3.1	O recorte espaço/temporal no Brasil.....	28
2.3.2	O recorte espaço/temporal no Uruguai.....	31
2.4	DADOS, FONTES E INFORMAÇÕES.....	34
2.5	ANÁLISE, DISCUSSÕES E REDAÇÃO FINAL.....	42
3	ENTRE ESTÂNCIAS E <i>FINCAS</i>: A FORMAÇÃO DO ESPAÇO AGRÁRIO BRASILEIRO E URUGUAIO	44
3.1	A FORMAÇÃO DO ESPAÇO AGRÁRIO BRASILEIRO.....	44
3.1.1	A formação do espaço agrário rio-grandense.....	60
3.2	A FORMAÇÃO DO ESPAÇO AGRÁRIO URUGUAIO.....	66
3.2.1	A formação do espaço agrário de Canelones.....	82
4	ENTRE O CAPITAL E O ALIMENTO: OS MODELOS DE PRODUÇÃO NO CAMPO.....	93
4.1	OS MODELOS HEGEMÔNICOS: <i>PLANTATION</i> , AGRICULTURA CAPITALISTA, AGRICULTURA INDUSTRIAL, COMPLEXOS AGROINDUSTRIAIS (CAI'S) E AGRONEGÓCIO.....	93
4.2	AGRICULTURA FAMILIAR: DOS CONFLITOS CONCEITUAIS AOS CONFLITOS TERRITORIAIS.....	103
4.3	O ESTADO NEOLIBERAL NO BRASIL E URUGUAI.....	112
5	ENTRE O IDEAL E O REAL: O UNIVERSO AGROECOLÓGICO EM DISCUSSÃO.....	121
5.1	AGROECOLOGIA: ADVENTO, CAMPO DE CONHECIMENTO E CONCEITOS.....	121
5.2	SOBERANIA ALIMENTAR.....	132
5.3	OS MOVIMENTOS SOCIAIS DE LUTA PELA TERRA.....	135
5.4	A TRADIÇÃO CAMPONESA E A RESISTÊNCIA COMO ELEMENTOS FUNDAMENTAIS NA CONSTRUÇÃO DE UMA REALIDADE ALTERNATIVA.....	145
5.5	O TIPO IDEAL: AGRICULTURA FAMILIAR CAMPONESA AGROECOLÓGICA.....	155
6	ENTRE A OCUPAÇÃO E AS TRANSFORMAÇÕES: CARACTERIZAÇÃO FISIAGRÁFICA E SÓCIO-HISTÓRICA DAS ÁREAS DE ESTUDO.....	162
6.1	ÁREA DE ESTUDO – BRASIL.....	169
6.2	ÁREA DE ESTUDO – URUGUAI.....	186
7	ENTRE A NECESSIDADE E OS CAMINHOS DA RESISTÊNCIA: FAMÍLIA CHIRCA SILVA.....	211
7.1	DAS SEMENTES DA ESPERANÇA AO RECUO DA RESISTÊNCIA.....	211
7.2	APROXIMAÇÕES E DISTANCIAMENTOS DO TIPO IDEAL: RESISTINDO SEMPRE.....	253

8	ENTRE A RESISTÊNCIA E A CONSOLIDAÇÃO DE UM MODO DE VIDA: FAMÍLIA CHIRCA PÉREZ.....	257
8.1	DO FRIGORÍFICO ÀS ERVAS DA LIBERDADE.....	257
8.2	APROXIMAÇÕES E DISTANCIAMENTOS DO TIPO IDEAL: RESISTÊNCIA CONSOLIDADA.....	291
	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	297
	REFERÊNCIAS.....	305
	APÊNDICE.....	328

1 INTRODUÇÃO

O processo de acumulação do capital reverbera nas mais diversas dimensões da vida humana. No âmbito do meio rural esta afirmativa é corroborada através da implantação do agronegócio, que concentra terras e riquezas. Além disso, transformou a agricultura em mais uma forma de acumulação de renda, transformando os produtos agrícolas de gêneros alimentícios em mercadoria, deixando assim de cumprir sua função social, ou seja, alimentar a sociedade.

O Brasil e Uruguai têm uma produção primária de gêneros alimentícios de grande importância econômica, sobretudo visando o mercado internacional. A partir desta perspectiva, a implantação, expansão e consolidação do agronegócio é uma realidade estampada no espaço rural destes países. A compreensão do movimento de capitais transnacionais corporativos e o atual modelo de desenvolvimento para agricultura nos colocam em alerta sobre o modo de produção capitalista, que ocorre em escala mundial e age nas localidades, gerando conflitos por onde se instala.

E é neste contexto que surgem experiências de resistência a esta forma de dominação do capital sobre a terra e sua produção. O modo de produção agroecológico, baseado nos preceitos da Agroecologia, passa a fazer parte da realidade rural, sob um movimento de conflitos de interesses das classes existentes no campo. Contrapõe o modelo hegemônico de produção e a acumulação de capital, respaldado pelo Estado (COSTA NETO; CANAVESI, 2003).

O Estado, por sua vez, cumpre papel fundamental neste processo de implantação, consolidação e expansão do agronegócio. O modelo neoliberal implantado nos países da América Latina na primeira metade do século passado e, intensificado na segunda metade do mesmo século, legitima o capital transnacional em sua atuação nos territórios rurais. É através da legitimidade do Estado que a lógica de poder se estabelece nas sociedades, contando com políticas públicas que surgem da pressão exercida de uma classe dominante sobre a esfera pública.

A acumulação de capital, a partir da intervenção neoliberal nos territórios rurais, tem consequências devastadoras para as comunidades tradicionais locais¹,

¹ “Entre os povos e comunidades tradicionais do Brasil estão quilombolas, ciganos, matriz africana, seringueiros, castanheiros, quebradeiras de coco-de-babaçu, comunidades de fundo de pasto, faxinalenses, pescadores artesanais, marisqueiras, ribeirinhos, varjeiros, caiçaras, praieiros, sertanejos, jangadeiros, ciganos, açorianos, campeiros, varzanteiros, pantaneiros, caatingueiros, entre outros.” (SECRETARIA ESPECIAL DE POLÍTICAS DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL,

pois altera as estruturas produtivas, econômicas, socioculturais e ambientais em prol de maior produtividade e acúmulo de capital. Assim, o êxodo rural, a concentração de terras e riquezas, o empobrecimento dos povos tradicionais e impactos ambientais negativos, estão entre estas consequências que alteram e degradam o seu modo de vida e, muitas vezes, o extingue.

Neste sentido, a Agroecologia, como modo alternativo de viver e produzir no campo, parece se apresentar como forma de resistência das populações tradicionais. É importante ressaltar que a Agroecologia não se limita aos sistemas de produção orgânica, envolve, sobretudo, uma outra visão de mundo, que apresenta características diferenciadas do modelo de produção hegemônico. A produção orgânica, a produção e aproveitamento de energia a partir dos recursos locais, o manejo diferenciado dos solos e mananciais d'água, a produção alimentar para autoconsumo e a participação no mercado a partir do excedente, a utilização de adubos e compostos orgânicos em detrimento de um pacote tecnológico químico, o trabalho familiar, a coletividade, a solidariedade, a tradição e emprego de saberes tradicionais estão entre suas principais características.

A partir desta perspectiva, um dos objetivos áureos a ser alcançado pela Agroecologia, é a Soberania Alimentar. Esta por sua vez, busca a garantia de alimentação saudável, a ruptura com o modelo hegemônico que impede os povos que vivem no/do campo de decidirem sobre suas vidas, sua produção, seu consumo, levando, inclusive, à erosão cultural alimentar. A Agroecologia busca ainda, a proteção da cultura e diversidade destas populações, considerando a questão de gênero, ou seja, o importante papel que a mulher exerce neste contexto da agricultura familiar camponesa e da Agroecologia.

Fundamentadas na busca de outra forma de produzir e viver no campo, duas áreas de estudos foram escolhidas para embasarem o universo empírico da pesquisa. Uma delas se trata de uma unidade de produção familiar localizada no Assentamento Missões do Alto Uruguai, no município de Hulha Negra/RS. O município de Hulha Negra faz parte da Campanha Gaúcha, na qual vem sendo incorporado o modelo de produção hegemônico representado pela produção da soja, principalmente, nas últimas duas décadas. A outra área de estudo está

localizada na Colonia Juan Carlos Molinelli, no município de San Jacinto, no Departamento de Canelones/Uruguai (UY), também representada por uma unidade de produção familiar, que guarda relações tradicionais com o modo de viver e produzir camponês e, também, vem sofrendo grande pressão do agronegócio sojeiro e silvicultor, que vem sendo implantado no Uruguai, também nas últimas duas décadas.

Assim, o problema que norteia esta pesquisa está centrado nas resistências oferecidas ao modelo de produção dominante por estas experiências de agricultura familiar camponesa embasadas na Agroecologia, na tentativa de compreender quais as ações empreendidas neste enfrentamento: estas experiências estão resistindo ao modelo de produção hegemônico e transformando sua realidade a partir de um novo paradigma baseado no modo de produção agroecológico, que se fundamenta nos preceitos da Agroecologia? E, quais as práticas sociais sobre as quais estão ancoradas estas experiências de resistência baseadas na produção agroecológica?

Considerando neste cenário, o advento de movimentos sociais do campo, que buscam contrapor o modelo hegemônico de produção na busca por maior qualidade de vida e sustentabilidade do planeta, este estudo se justifica pela importância das experiências de resistência para a reprodução social das famílias e para as economias locais, que a partir da globalização possuem ligações intrínsecas com as economias regionais e globais. Transcendendo a dimensão econômica, considera-se ainda, a importância destas resistências como forma de proteção à tradição camponesa que engloba todo um modo de vida, abrangendo também as dimensões social, cultural, política, ambiental e econômica.

Para tanto, foram construídos objetivos que norteiam a pesquisa na busca de entendimento do problema apresentado. O objetivo geral está centrado em compreender as experiências de resistência no sentido de estarem transformando suas realidades a partir da incorporação de um novo paradigma, o modo de produção agroecológico, que se fundamenta nos preceitos da Agroecologia como alternativa ao grande capital representado pelo agronegócio. E os objetivos específicos: a) apresentar a caracterização fisiográfica e sócio-histórica das áreas de estudos e visão familiar sobre o lote/*predio*²; b) caracterizar as experiências de resistência a partir de suas dimensões sociocultural, ambiental, econômica, e

² Esta nomenclatura será esclarecida no capítulo de metodologia.

política; c) reconhecer as estratégias de resistências utilizadas no enfrentamento ao capital.

Definidos e destacados o problema, justificativa e os objetivos, é necessário então delimitar a metodologia que guiará a investigação. Neste sentido, optamos por uma abordagem qualitativa, por acreditarmos ser a forma mais adequada para melhor compreensão das dimensões envolvidas na pesquisa, que perpassam por múltiplas subjetividades. Sobretudo, a pesquisa foi embasada pelo Tipo Ideal, meio metodológico desenvolvido por Max Weber, que propõe a construção teórica de um modelo sob as perspectivas de uma linha de pensamento. Buscando então, a compreensão dos fenômenos relacionados à realidade empírica, que por sua vez, é relacionada ao modelo construído teoricamente. É fundamental compreender que estes fenômenos se materializam espacialmente, portanto os territórios envolvidos apresentam diversos conflitos e distintas formas de lidar com eles.

Assim, foi desenvolvido um referencial teórico baseado em pesquisas bibliográficas sobre os temas aqui tratados, com o objetivo de construir um arcabouço teórico que servirá de base para discutirmos o universo empírico das áreas de estudo. Os dados primários foram obtidos através de técnicas como trabalho de campo, caderno de campo, observações diretas, fotografias, entrevistas semiestruturadas e conversas informais. Estas técnicas possibilitam a reunião de informações que no momento final da pesquisa, ou seja, a redação, apresentam a leitura da realidade a partir da discussão entre o universo teórico e o universo empírico na forma da discussão dos resultados.

Durante os quatro anos de pesquisa, entre a proposição inicial do tema e a redação final da tese, a realidade encontrada nas áreas de estudo passou por transformações relevantes em diversas dimensões. A pesquisa apresenta reflexões acerca destas mudanças, assim como apresenta as estratégias adotadas pelas famílias camponesas, para se manterem enquanto resistências agroecológicas em um cenário no qual o agronegócio se espacializa cada vez mais.

Neste sentido, para que as subjetividades envolvidas no universo desta investigação sejam compreendidas, o texto foi organizado em nove capítulos. O primeiro deles, esta introdução, que apresenta de forma geral tema, contexto, objetivos, metodologia e sinaliza sobre as reflexões obtidas acerca das realidades encontradas. O segundo capítulo apresenta, detalhadamente, os passos metodológicos percorridos, no intuito de atender o rigor necessário para uma

investigação científica. Os capítulos três, quatro e cinco consistem na apresentação de conceitos, contextos e referenciais fundamentais para formar o arcabouço teórico da investigação, trazendo autores clássicos para a discussão. O capítulo cinco apresenta ainda a construção teórica do Tipo Ideal de uma família camponesa agroecológica. O capítulo seis apresenta as áreas de estudo e seu entorno, desde uma escala macrorregional do Bioma Pampa, no qual estão contidas, até as particularidades das áreas de cada família, suas características fisiográficas e sócio-históricas. Os capítulos sete e oito apresentam a elaboração das discussões acerca das realidades empíricas embasadas pelo arcabouço teórico, ou seja, as reflexões alcançadas a partir do desenvolvimento da investigação. E, finalmente, o capítulo nove se trata das considerações finais, nas quais apresentamos uma compilação das reflexões obtidas.

2 ENTRE O INÍCIO E O FIM: CONSTRUINDO OS ALICERCES DA PESQUISA

Este capítulo expõe os passos seguidos no âmbito metodológico da pesquisa. Apresenta-se uma breve discussão a respeito das possibilidades das Ciências Humanas e Sociais, ancorada pelo trabalho de Chelotti (2009). É apresentada também a abordagem de pesquisa, primando pela abordagem qualitativa, por entender que a pesquisa se baseia em subjetividades que a abordagem quantitativa não alcança. O esquema de pesquisa exposto pretende mostrar de forma didática o passo a passo de todo o processo, desde a formulação do problema e justificativa até a etapa final de redação. Problema e justificativa são formulados a partir do contexto histórico-geográfico, de forma a endossar o presente trabalho, assim como o recorte espaço-temporal brasileiro e uruguaio. A exposição de como foram coletados e tratados os dados, a partir das fontes e informações possibilitam ao leitor o entendimento de como a pesquisa caminha dentro do rigor metodológico que legitima as Ciências Humanas e Sociais. E, por fim, as técnicas empregadas na análise e discussão dos resultados demonstram a importância desta etapa.

2.1 NARRATIVA METODOLÓGICA

Quando se pensa em uma pesquisa, sabe-se que a metodologia é parte fundamental da mesma. Portanto, cabe ao pesquisador delinear sua trajetória metodológica para que sua pesquisa se desenvolva de forma coerente. Neste sentido, a busca do conhecimento e a elucidação do problema da pesquisa perpassam pela metodologia adotada.

As bases teóricas e o conhecimento construído anteriormente servem como referência para novas buscas de conhecimento que, por sua vez, exigem investigações minuciosas. A compreensão do contexto, as especificidades, a localização dos fenômenos, as categorias de análise, assim como os conceitos e suas aplicabilidades são a base do conhecimento científico.

Contudo, pensando em Ciências Humanas, quando tratamos de pessoas, de sua representação no espaço, de seu simbolismo, cultura, valores, ideologias e utopias, não é possível medir e quantificar as subjetividades. E é neste momento que a metodologia, com suas ferramentas e técnicas, auxilia a desvendar a realidade do mundo. Ainda assim, é importante ressaltar que o saber científico não é

a verdade absoluta, o rigor científico possibilita um caminho para uma chegada, o que não quer dizer que não se possa recorrer a outros caminhos para chegar ao mesmo lugar, ou mesmo outros caminhos que levem a lugares diferentes e ainda assim, legítimos. Pelo menos assim o é na Geografia e nas demais Ciências Humanas, a apropriação da realidade se dá de formas distintas.

A apropriação é o modo pelo qual é possível ao indivíduo compreender a realidade, podendo-se incluir na percepção humana toda a subjetividade e a mística presentes no mundo do imaginário. Em função da complexa realidade em que vivemos, o ato de conhecer não acontece da noite para o dia. É um processo longo em direção à descoberta da essência das coisas, nem sempre viáveis no mundo real [...] Conhecer a realidade não significa necessariamente desvendar a verdade de forma clara e transparente, mas parte dela [...] A explicação dos fenômenos materiais e sociais depende da maneira como ocorre a sua apropriação. (SEABRA, 2001, p.14-15).

Seabra (2001, p. 05), afirma que: “Para compreender essa realidade empírica surgem os questionamentos para fundamentar o senso crítico que busca sua essência, seu verdadeiro significado. E sua explicação pode ser encontrada pelo emprego da ciência”.

Neste sentido, quando afirmamos que as Ciências Humanas não se apresentam dura e determinista, mas sim, consideram as subjetividades intrínsecas do ser humano, concordamos também que, entre todas as ciências, existe um denominador comum: a busca pela verdade dos fatos, mesmo que esta verdade possa ser considerada a partir de diversos ângulos, pois:

[...] isso não significa que nas ciências sociais inexista um rigor metodológico, pelo contrário, ele é fundamental para uma melhor compreensão da complexa realidade evidenciada nos dias atuais. O importante é não confundirmos rigor metodológico com rigor matemático (cartesiano), pois estaríamos reduzindo a dimensão da realidade pesquisada. (CHELOTTI, 2009, p.35).

A partir destas bases, esta pesquisa pretende-se qualitativa, pois acredita-se que desta forma a aproximação com a realidade dos casos estudados pode ser maior. Isto porque após mudanças de paradigmas observados a partir da década de 1970, as pesquisas qualitativas passaram a ser mais aceitas: “as investigações qualitativas, por sua diversidade e flexibilidade, não admitem regras precisas, aplicáveis a uma ampla gama de casos.” (PESSOA, 2012, p. 12).

Para as pesquisas qualitativas, os dados e informações coletados são interpretados a partir de diversas subjetividades e significados, é uma rede de relações complexas materializadas em ações sociais. Dessa forma, nos baseamos no meio metodológico criado por Max Weber (1994), o Tipo Ideal, este por sua vez, relaciona a subjetividade das ciências sociais com o conhecimento puramente empírico.

O *tipo ideal* é o principal meio metodológico tanto para estabelecer o significado cultural dos fenômenos, quanto para formular proposições empíricas sobre eles. O conceito de *tipo ideal* é obtido pelo realce unilateral de um ou de vários pontos de vista e a reunião de uma multidão de fenômenos singulares, difusos e discretos que se encaixam naqueles pontos de vista dentro do quadro conceptual em si unitário. Essa unidade conceptual é o que confere ao *tipo ideal* a univocidade que permite a objetividade na comparação de vários fenômenos do mesmo tipo. O *tipo ideal* é o modo de construção de conceitos peculiar ao método histórico ou individualizante, cujo sabemos que é o estudo da realidade e dos fenômenos em sua singularidade. (MALISKA, 2003, p. 122, grifos do autor).

Weber se distanciou das perspectivas positivistas das ciências naturais, de forma que seu método permitisse “compreender os sentidos e conexões presentes nas ações sociais.” (OLIVEIRA, 2008, p. 02). O Tipo Ideal é, portanto, uma construção da realidade que se dá no nível do pensamento, uma construção mental na qual o pesquisador elenca características do objeto de estudo, que será classificado a partir da construção do tal Tipo Ideal (WEBER, 1994). E ainda:

Um constructo de tipo ideal cumpre duas funções básicas: i) fornece um caso limitativo com o qual os fenômenos concretos podem ser contrastados; um conceito inequívoco que facilita a classificação e a comparação; ii) assim, serve de esquema para generalizações de tipo (...) que, por sua vez, servem ao objetivo final da análise do tipo ideal: a explicação causal dos acontecimentos históricos. (MONTEIRO; CARDOSO, 2002, p. 14).

Contudo, o Tipo Ideal de Weber não objetiva cercear as possibilidades de interpretação da realidade empírica, mas criar um instrumento teórico analítico, que possibilite a interpretação desta realidade a partir daquele tipo, não sendo considerado, de forma alguma, como única via de interpretação e, não somente esta realidade como verdade absoluta: “Por ser fruto de seleção de aspectos individualizados e enfatizados os tipos serão ‘ideais’, ou seja, não reproduzem a realidade tal como ela é em si mesma.” (BODART, 2010, s/p).

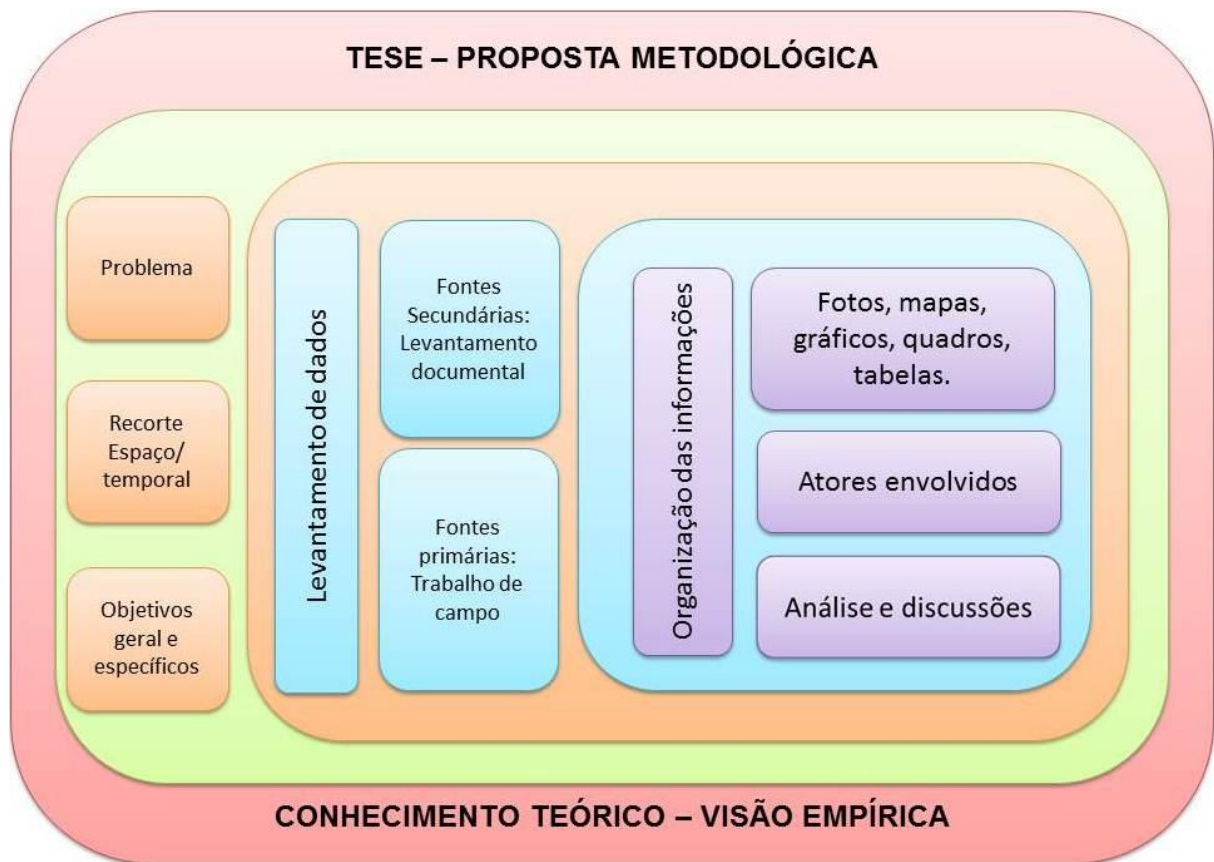
Por isso, nesta pesquisa, elencamos duas áreas no meio rural, caracterizadas como agricultura familiar camponesa sob os preceitos da Agroecologia. Ou seja, as famílias de agricultores e agricultoras familiares envolvidas neste trabalho foram classificadas dentro do seu universo empírico, para serem feitas as aproximações e distanciamentos do Tipo Ideal Teórico, a partir de características que apresentam em sua organização sociocultural, econômica, política e ambiental.

Neste sentido, pensando a partir da proposta da pesquisa qualitativa, a sugestão metodológica se dará em um primeiro momento com a apresentação do problema de pesquisa e o recorte espaço-temporal, que é fundamental para delimitação do tema. Em seguida destacamos o levantamento de dados (de fontes primárias e secundárias), para o qual será apresentada no texto a relevância do trabalho de campo nesta etapa que constitui um segundo momento. Para finalmente, no terceiro momento, apresentar a organização das informações através das impressões espaciais das relações presentes nas áreas de estudo através do olhar empírico geográfico.

A figura 01 mostra o fluxograma da organização da pesquisa de forma objetiva e correlacionada. É importante destacar que seguir estes passos facilita o desenvolver da pesquisa, contudo, não é uma receita pronta e o caminho pode oferecer alguns desvios, que tratados também com o mesmo rigor científico, não deve causar perdas para a construção do conhecimento.

Pronta a proposta inicial, composta pelo problema, recorte espaço/temporal e objetivos geral e específicos, inicia-se a primeira fase da pesquisa com o levantamento de dados primários e secundários. Esta fase, geralmente, permeia a próxima, a organização dos dados, por se caracterizar por uma constante busca de conhecimento através de dados primários e secundários. E por fim, a organização dos dados passará pela análise e discussões, e subsequente apresentação, finalizando a pesquisa, mas não o tema abordado, e muito menos as discussões a seu respeito.

Figura 01 – Fluxograma da proposta metodológica da pesquisa.



Org.: Alecsandra Cunha/2018.

Apresentaremos nos próximos tópicos, detalhadamente, esta proposta metodológica. A partir do acúmulo de conhecimento teórico e visões empíricas de diversas realidades conhecidas sobre o espaço agrário brasileiro e uruguaio, surge a proposta de tese, que passou por várias transformações desde seu projeto inicial até a redação final, buscando compreender a complexa dinâmica das áreas de estudo. Endossado por esse movimento dialógico entre conhecimento teórico e empírico, o problema de pesquisa surge para nortear a pesquisa, e para tanto, é necessário construir um recorte espaço/temporal que direcione a pesquisa ao seu objetivo geral.

2.2 O PROBLEMA DE PESQUISA JUSTIFICADO

O problema de pesquisa é aquele pelo qual nasce nosso interesse pelo tema. A partir da nossa leitura de mundo, enxergamos os fenômenos de maneiras diversas. Apoiando-nos nesta leitura de mundo e na identificação de fenômenos,

surgem questionamentos que nos incomodam o suficiente para sistematizá-los e transformá-los em problemas de pesquisa.

O problema, assim, consiste em um enunciado explicitado de forma clara, compreensível e operacional, cujo melhor modo de solução ou é uma pesquisa ou pode ser resolvido por meio de processos científicos. O problema se constitui em uma pergunta científica quando explicita a relação de dois ou mais fenômenos (fatos, variáveis) entre si, adequando-se a uma investigação sistemática, controlada, empírica e crítica. (MARCONI, LAKATOS, 2003, p. 127).

Assim, contextualizamos a problemática buscando apresentá-la de forma clara e objetiva. O contexto atual apresenta uma grande expansão e consolidação do agronegócio, tanto no Brasil quanto no Uruguai, contudo, existem experiências de resistência espalhadas por todo o território dos dois países. O estado do Rio Grande do Sul e o Uruguai têm apresentado, nas últimas décadas, uma realidade de contradições neste sentido, pois são regiões que possibilitam a implantação da agricultura industrial capitalista, a partir de suas características físicas.

No entanto, estes espaços estão imbuídos de tradição camponesa e, além disso, os sujeitos envolvidos nestas experiências de resistência parecem vislumbrar a iminência da crise do modelo de produção hegemônico. E, sobretudo, apresentam a possibilidade de outras formas de produção que se harmonizam com a natureza e que não compactuam com a cultura do consumo e o acúmulo de capital.

Este é o caso dos objetos de estudos desta investigação. Uma família brasileira, chamada nesta pesquisa pelo codinome de Chirca Silva e, uma família uruguaia, identificada aqui pelo codinome Chirca Pérez. A escolha dos codinomes foi baseada em um arbusto, a Chirca (*Eupatorium pinnatifidum*), uma vegetação típica das áreas de estudo. Nos relatos das duas famílias, em trabalho de campo, a chirca foi citada, como um componente marcante em suas histórias: “Quando chegamos aqui, não tinha outra coisa que não era chirca. Tinha muita chirca, tudo tomado, tivemos que manejar ela para conseguir usar a terra.” (Família Chirca Silva, Trabalho de Campo, Jan./2017). Já a família Chirca Pérez, afirmou em relato em trabalho de campo (Jul./2017): “Ya conocíamos la región y sabíamos que iba a dar trabajo para acabar con tanta chirca, pero logramos controlar y hoy sólo tiene de ellas en las áreas de campos nativos.” Utilizou-se então, sobrenomes tipicamente brasileiro e uruguaio, sobrenomes encontrados em grande quantidade nas

populações desses países. Assim, identifica-se as duas famílias, sem comprometer suas identidades e privacidade.

Estas famílias vivem, uma em um lote localizado no Assentamento Missões do Alto Uruguai, município de Hulha Negra/RS-Brasil e, outra em um *predio* localizado na Colonia Juan Carlos Molinelli, no município de San Martín/Departamento de Canelones-Uruguai. É importante aqui ressaltar, que escolhemos utilizar o termo “lote” para a área de estudo do Brasil, por este ser o termo técnico utilizado pelas instituições estatais e legislação. Enquanto usamos o termo “*predio*” para a área do Uruguai pelos mesmos motivos, considerando aqui que esta é uma palavra da língua espanhola, que significa “fazenda”.

As duas experiências demonstram um universo de subjetividades que nos levam à pergunta que explicita o nosso problema de pesquisa: estas experiências estão resistindo ao modelo de produção hegemônico e transformando sua realidade a partir de um novo paradigma baseado no modo de produção agroecológico que se fundamenta nos preceitos da Agroecologia e, quais as práticas sociais sobre as quais estão ancoradas essas experiências de resistência baseadas na produção agroecológica?

A partir do contexto globalizado atual, pode-se entender como a lógica de poder se estabelece nas sociedades através da legalidade do Estado, instrumento que institui regras que vão servir aos interesses da classe dominante. Compreende-se que a ideia do Estado parte de uma lógica de mercado, materializando os interesses da classe dominante nas políticas públicas.

Nas últimas décadas, a realidade do meio rural, tanto no Brasil como no Uruguai, vem apresentando o aumento do êxodo rural³, o empobrecimento do campo, a concentração de terras e riquezas e a desigualdade socioeconômica dos povos que vivem no/do campo (CAMPOS, 2011). Através das monoculturas em grandes extensões territoriais, o capital provoca profundas mudanças no modo de vida das populações camponesas, contribuindo para a expulsão destes dos seus lugares e o possível desaparecimento de suas tradições.

³ Cabe lembrar que existem muitas semelhanças nos processos de ocupação dos territórios brasileiro e uruguaio. Contudo, existem também algumas diferenças fundamentais que poderão ser observadas no capítulo três desta tese. Entre elas está o fato de que no Uruguai a população passou por um êxodo rural intenso no final do século XIX, mantendo uma estrutura populacional na qual mais de 90% da população vive em áreas urbanas, dessa forma, o processo de êxodo rural é menos intenso nos dias atuais no Uruguai, se comparado ao Brasil.

A Agroecologia representada no modo de produção agroecológico, transcende os sistemas de produção e compreende todo um modo de viver diferenciado do modelo hegemônico, que se baseia no tripé: mais-valia/acumulação/consumo. Neste sentido, Dias et al. (2013, p. 104) afirma que: “(...) o que pode deter o capital é a força organizada e consciente dos camponeses, que produzem, estudam e combatem as iniciativas do capital, implementando respostas contra hegemônicas”.

Grande parte desta luta se refere à questão da Soberania Alimentar, do direito dos povos de decidir sobre sua alimentação e do seu consumo. Pois, além da sociedade estar submetida ao agronegócio, economicamente desigual e ecologicamente insustentável, ainda vale ressaltar o problema da erosão cultural alimentar. Ou seja, não temos soberania para decidir sobre nossa alimentação, ficando esta decisão nas mãos das grandes empresas de capitais transnacionais ligadas ao agronegócio.

Portanto, considerando o advento de movimentos que contrapõem o modelo hegemônico de produção, na busca por maior qualidade de vida e sustentabilidade do planeta, este estudo se justifica pela importância das experiências de resistência para as economias locais, que a partir da globalização possuem ligações intrínsecas com as economias regionais e globais.

2.3 O RECORTE ESPAÇO/TEMPORAL

Para a Geografia, o recorte espacial é tão importante quanto o próprio tema da pesquisa. Assim como o recorte temporal, afinal os arranjos espaciais acontecem em determinados tempos históricos: “O processo de delimitação do tema só é dado por concluído quando se faz a sua limitação geográfica e espacial, com vistas na realização da pesquisa” (MARCONI; LAKATOS, 2003, p. 217). Portanto:

O recorte espacial, crucial para o geógrafo, mas não exclusivo dele, diz respeito aos limites do espaço a ser estudado e onde localiza-se o tema selecionado [...] O recorte espacial significa a aderência a uma dada problemática, não se tratando de uma escolha arbitrária. O recorte temporal, por sua vez, refere-se ao momento do tempo no qual situam-se nosso tema espacialmente recortado [...] O recorte temporal é fundamental porque delimita e contextualiza o objeto estudado. (CORREIA, 2003, p. 11-12).

A partir destas afirmações, apresentamos o recorte espaço/temporal da pesquisa. As áreas de estudo desta pesquisa estão compreendidas em parte do Bioma Pampa, alcançando áreas dos dois lados da fronteira entre Brasil e Uruguai. Áreas estas com características naturais semelhantes, mas que, com o decorrer dos séculos, passaram por processos diferenciados desde suas primeiras ocupações até a representação atual das espacializações resultantes dos diversos tipos de fenômenos ali ocorridos.

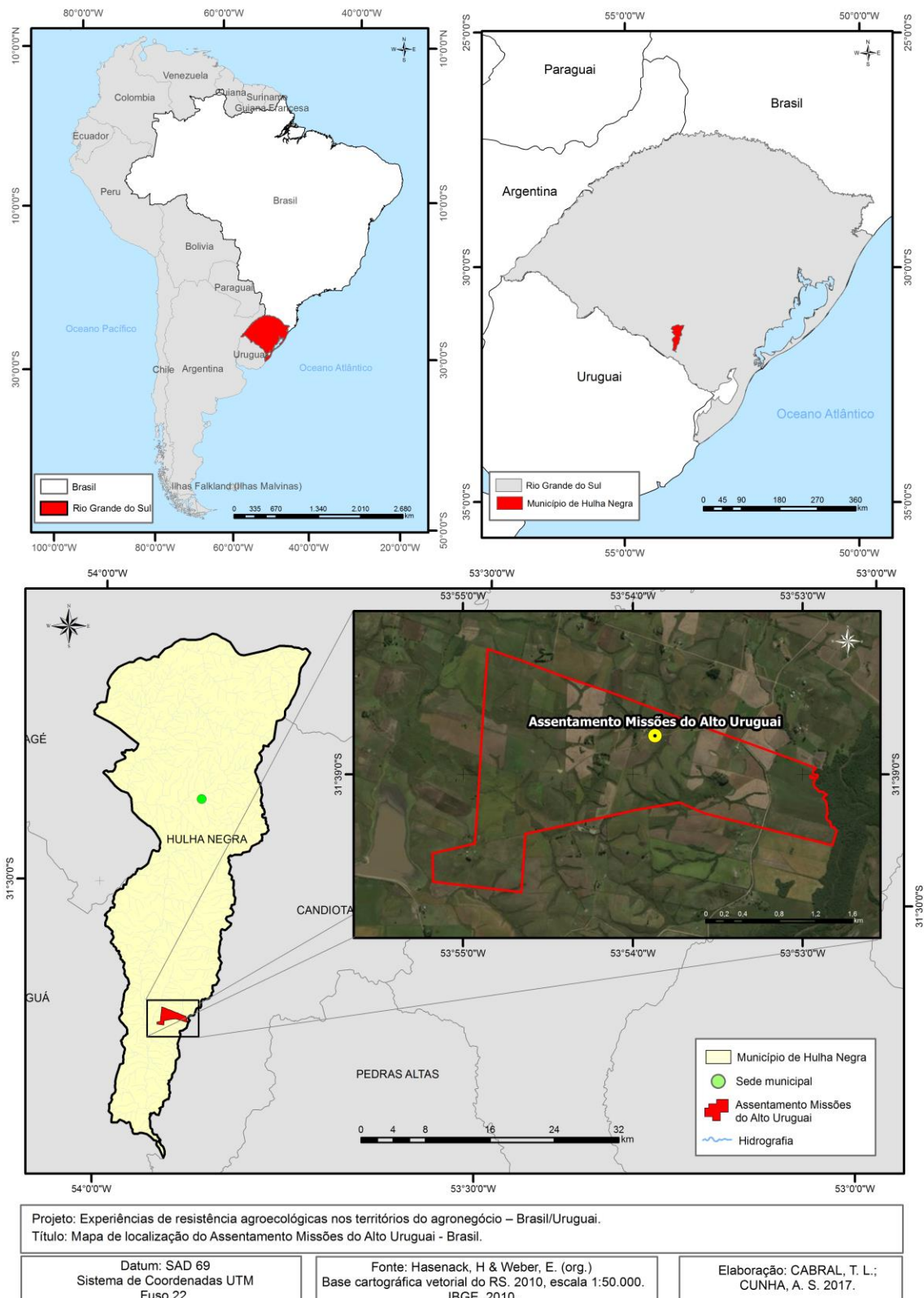
2.3.1 O recorte espaço/temporal no Brasil

Para o caso do Brasil, existem alguns tipos de regionalização do seu espaço. Entre elas, existem a Divisão Regional Oficial, feita pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a Geoeconômica (os Complexos Regionais de Geiger – 1967), a Divisão Regional de Milton Santos. Para esta pesquisa, utilizaremos a divisão regional estabelecida pelo IBGE para garantir o acesso ao levantamento de determinados dados secundários, acreditando ainda ser também a mais coerente com o estudo em questão.

A primeira regionalização feita para o território brasileiro, em 1913, o dividiu em cinco regiões: Setentrional, Norte Oriental, Oriental, Meridional, baseadas estritamente em aspectos físicos. O IBGE iniciou os estudos regionais na década de 1940, considerando a partir de então, também, os aspectos socioeconômicos, compondo novamente cinco regiões em 1942: Norte, Nordeste, Leste, Sul e Centro-Oeste. Em 1945, foi estabelecida a Divisão do Brasil em Zonas Fisiográficas (Norte, Nordeste Ocidental, Nordeste Oriental, Centro-Oeste, Leste Setentrional, Leste Meridional e Sul), e baseadas em critérios econômicos do agrupamento de municípios. Esta divisão perdurou até 1970, quando a partir de nova regionalização baseada nas transformações socioeconômicas daquele momento, o território brasileiro foi constituído nas cinco regiões conhecidas e utilizadas até os dias atuais: Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sudeste e Sul (CHELOTTI, 2009).

Para o Rio Grande do Sul, a regionalização oficial do IBGE o divide em sete mesorregiões e 35 microrregiões. A partir desta regionalização, destacamos o Assentamento Missões do Alto Uruguai, no município de Hulha Negra, localizado na Mesorregião Sudoeste Rio-Grandense, e microrregião da Campanha Meridional (figura 02).

Figura 02 – Localização do Assentamento Missões do Alto Uruguai/Hulha Negra/RS.



Fonte: Hasenack; Weber; IBGE, 2010.
 Org.: Tiéle Lopes Cabral/Alecsandra Santos da Cunha – 2018.

O município de Hulha Negra está entre aqueles em que houve um rearranjo espacial devido à implantação de assentamentos de Reforma Agrária a partir da década de 1990. O município possui, atualmente, 28 assentamentos de Reforma Agrária, entre federais e estaduais, em um contexto territorial tradicionalmente ocupado por latifúndios. O capítulo seis deste trabalho apresentará um breve histórico sobre o município, sua história e evolução, com o objetivo de expor este processo e nos levar à compreensão dos fenômenos ocorridos no local.

A família brasileira, participante desta pesquisa, compõe o Assentamento Missões do Alto Uruguai, com cerca de 200 hectares (ha), divididos em 10 lotes⁴, com 20 ha em média, localizado na zona rural, porção sul, de Hulha Negra, a 34km da sede do município.

A partir do recorte espacial, compomos, então, o recorte temporal. O tempo é um elemento essencial para a pesquisa geográfica. A relação entre tempo e espaço possibilita a compreensão dos fenômenos: “É Kant que vai conceber o tempo e o espaço como categorias filosóficas fundamentais para a compreensão da realidade” (SPOSITO, 2004, p. 97). Milton Santos (1978, p. 207), afirma que: “(...) as relações entre os períodos históricos e a organização espacial também devem ser analisadas”. Por isso, é fundamental que o recorte temporal da pesquisa seja bem delineado, para que o mesmo possa auxiliar de forma satisfatória a compreensão do tema pesquisado.

O conceito de espaço que comparece no conhecimento geográfico apenas no séc. XX vai além da Geografia, contendo contribuições, principalmente, da Física, que é, por excelência, a área científica que mais contribui para seu avanço. Ele não pode ser enfocado separadamente do tempo nem somente como espaço cósmico, mas em diferentes orientações doutrinárias: sistemas de ações e sistemas de objetos ou reprodução das relações de produção. (SPOSITO, 2004, p. 119).

Assim, o recorte temporal da pesquisa apresentará um histórico dos dois países (Brasil e Uruguai), de forma a evidenciar seus processos de ocupação e clarear o entendimento dos agentes envolvidos. Contudo, o debate será centrado a partir da década de 1980, na qual ocorreu o fim da ditadura nos dois países, assim como a intensificação do Estado neoliberal. Este último teve importante papel na expansão e consolidação do agronegócio no Brasil e Uruguai.

⁴ Chamamos de “lote” a área que constitui o terreno no qual a família está assentada, por ser uma denominação de acordo com a legislação brasileira no âmbito da Reforma Agrária.

Desde a década de 1990 até os dias atuais, vem se configurando novos arranjos socioterritoriais na região das áreas de estudo, entre elas, a evolução da territorialização dos assentamentos de Reforma Agrária e do agronegócio sojeiro, no caso do Brasil, e de núcleos camponeses, agronegócio sojeiro e silvicultor, no caso do Uruguai.

2.3.2 O recorte espaço/temporal no Uruguai

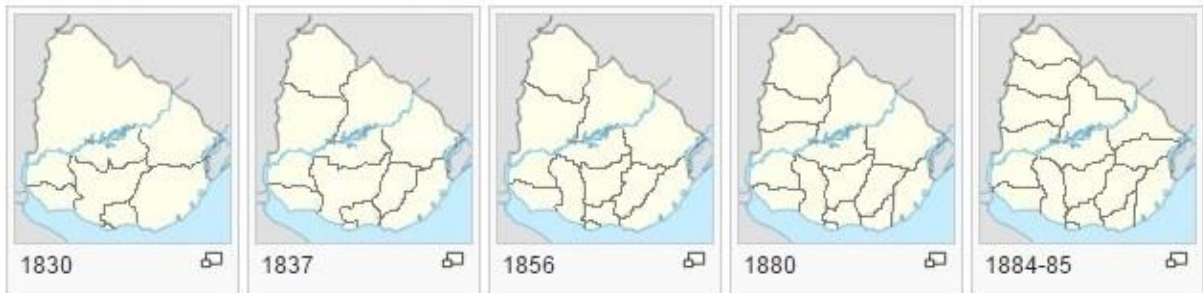
O Uruguai está localizado ao sul do Brasil, com uma extensão fronteiriça de 985 km entre os dois países (MORAES, 2011). Sua história de ocupação guarda traços semelhantes à história de ocupação do Brasil, principalmente, o território conhecido hoje como Rio Grande do Sul⁵.

A primeira divisão do Uruguai em seis departamentos aconteceu em 27 de janeiro de 1816. Em fevereiro do mesmo ano, mais dois departamentos foram formados, e em 1828 mais um foi adicionado. Quando a primeira constituição foi assinada em 1830, havia nove departamentos: Montevideu, Maldonado, Canelones, San José, Colonia, Soriano, Paysandú, Durazno e Cerro Largo. Naquela época, o departamento de Paysandú ocupou todo o território ao norte do Rio Negro, que incluiu os departamentos de Artigas, Rivera, Tacuarembó, Salto, Paysandú e Rio Negro (FAVRE, 2011).

Em 17 de junho de 1837 uma nova divisão do Uruguai foi feita e este território do norte foi dividido em três partes, com a criação dos departamentos de Salto e Tacuarembó. Ao mesmo tempo, o Departamento de Minas (que acabou por ser renomeado para Lavalleja) foi criado a partir de partes de Cerro Largo e Maldonado. Então, em 1856, o departamento de Florida foi criado e em 07 de julho de 1880, do departamento de Rio Negro foi dividido a partir de Paysandú e do departamento de Rocha foi dividido a partir de Maldonado. Em 1884, o departamento de Treinta y Tres foi formado a partir de partes de Cerro Largo e Minas, ao mesmo tempo, o departamento de Artigas foi dividido a partir de Salto, e no mesmo ano o departamento de Rivera foi dividido a partir de Tacuarembó. Finalmente, no final de 1885, o departamento de Flores foi dividido a partir de San José (Ibid.), como mostra a figura 03.

⁵ Um histórico sobre a ocupação do Uruguai será apresentado no capítulo 3.

Figura 03 – Evolução da divisão de departamentos no Uruguai.



Fonte: AROCENA, 2011.

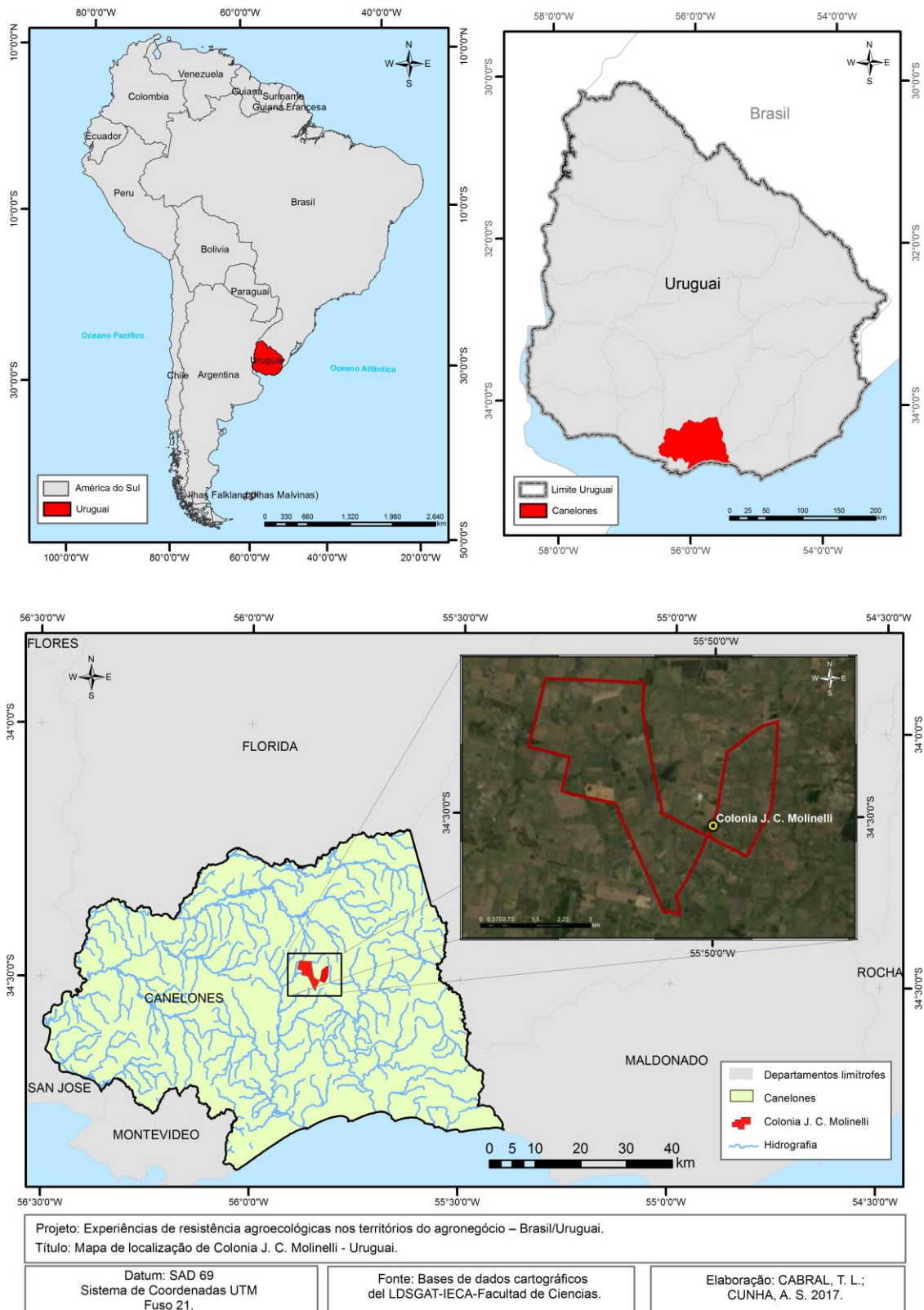
Definida a regionalização do país em 19 departamentos, nos atemos a Canelones, no qual está localizado o município de San Jacinto (Figura 4).

O município de San Jacinto foi colonizado, principalmente, por imigrantes italianos e canários⁶, no final do séc. XIX e início do séc. XX, em função dos primeiros sinais de que a I Grande Guerra se aproximava. Desenhou-se um cenário de ocupação da terra a partir de pequenas e médias propriedades, que produziam para subsistência e, ainda, uvas e gado de corte, consolidando uma economia baseada na agropecuária. Um breve histórico sobre a ocupação do município será apresentado no capítulo seis deste trabalho, com o objetivo de caracterizar a região da área de estudo.

A família uruguaia participante desta pesquisa reside na área rural do município de San Jacinto, com distância aproximada de seis km da sede do município, 25 km da capital de Canelones, com o mesmo nome e, a 50 km de Montevideo.

⁶ Oriundos das Ilhas Canárias, arquipélago localizado no Oceano Atlântico, caracterizada como Região Autônoma da Espanha.

Figura 04 – Departamento de Canelones/Município de San Jacinto.



Fonte: LDSGAT – IECA - Facultad de Ciencias.
 Org.: Tiéle Lopes Cabral/Alecsandra Santos da Cunha – 2016.

Como já explicitado no tópico anterior, com relação ao recorte temporal da pesquisa, o mesmo será centrado a partir da década de 1980, também para o Uruguai, além da apresentação do breve histórico de ocupação do país.

2.4 DADOS, FONTES E INFORMAÇÕES

Os dados de uma pesquisa, tanto de fontes primárias quanto secundárias, formam o arcabouço de informações que leva à construção de determinado conhecimento. A coleta de dados proporciona grande abrangência no conhecimento sobre o tema e, sua tabulação e análise, permitem que o pesquisador faça a inter-relação entre as dimensões teóricas e empíricas, aproximando-o ao máximo da realidade.

A pesquisa se caracteriza por uma abordagem qualitativa, de forma que as técnicas utilizadas permitem a aproximação do pesquisador com a área de estudo e os sujeitos pesquisados. No caso da pesquisa qualitativa:

[...] por ser uma abordagem mais interpretativa que se propõe traduzir e expressar o fenômeno estudado, também se constitui em um trabalho laborioso, visto que é necessário registrar as informações, coletar dados, organizá-los e fazer as análises. (MATOS; PESSOA, 2009, p.282).

Dessa forma, a seleção e levantamento de dados precisam ser criteriosos, tanto no âmbito da credibilidade das fontes quanto no trabalho em avaliar quais dados, fontes e informações serão realmente necessários para se atingir os objetivos propostos na pesquisa.

A confiabilidade e a aplicabilidade dos conhecimentos produzidos nas ciências sociais e na educação [e também na geografia, encarte nosso] depende da seleção adequada de procedimentos e instrumentos de interpretação cuidadosa do material empírico (ou de “dados”), de sua organização em padrões significativos da comunicação precisa dos resultados e conclusões e da validade destes através do diálogo com a comunidade científica. (ALVES-MAZZOTTI; GEWANDSZNAJDER, apud PESSOA, 2012, p. 07, grifos dos autores).

A coleta de dados trata, então, de reunir e conectar os elementos necessários para a compreensão das realidades, buscando atingir os objetivos propostos. Para isso, os procedimentos devem ser planejados e deve-se obedecer o cronograma construído. Portanto, a seleção, levantamento, coleta e registro dos dados

relacionados ao tema é uma fase determinante da pesquisa, e precisa ser realizada com rigor para que possa legitimar os resultados alcançados ao final da investigação.

Para reunir os dados e informações relevantes ao tema tratado nesta pesquisa, as ferramentas utilizadas estarão centradas na revisão bibliográfica, a fim de possibilitar a construção de um referencial teórico conceitual que auxiliará na compreensão das dinâmicas e processos espaciais nas áreas de estudo. Além disso, o trabalho de campo é uma ferramenta que aproxima o pesquisador da realidade, calcando a relação entre prática e teoria. No trabalho de campo serão utilizadas técnicas como o diário de campo, conversas informais, fotografias, observações diretas e participantes e, também, entrevistas semiestruturadas.

As fases da pesquisa, apesar de distintas, acontecem simultaneamente por estarem intrinsecamente ligadas entre si, sendo utilizadas, neste sentido, as ferramentas de: a) pesquisa teórica; b) pesquisa documental; c) pesquisa de campo, envolvendo as técnicas de diário de campo, observações diretas, conversas informais, gravações de áudio com as devidas permissões, entrevistas semiestruturadas, coleta de coordenadas para mapas temáticos, croquis e fotografias. Além disso, também foram utilizadas em campo, técnicas de metodologias participativas como mapas mentais, matriz histórica e calendário sazonal; d) a redação final do trabalho, compreendendo organização, sistematização, análise e apresentação dos resultados.

Assim, a pesquisa teórica é a fase inicial, na qual o pesquisador constrói um arcabouço teórico que irá apresentar e contextualizar o universo da investigação. Além disso, esta fase trata do marco teórico conceitual que baliza as discussões feitas no decorrer do trabalho, possibilitando uma conversa entre autores, entre autores e a realidade empírica, entre autores e o pesquisador e, entre autores, pesquisador e realidade empírica:

[...] é dedicada a reconstruir teorias, conceitos, ideias, ideologias, polêmicas, tendo em vista, em termos imediatos, aprimorar fundamentos teóricos. Esse tipo de pesquisa é orientada no sentido de re-construir teorias, quadros de referência, condições explicativas da realidade, polêmicas e discussões pertinentes. O conhecimento teórico adequado acarreta rigor conceitual, análise acurada, desempenho lógico, argumentação diversificada, capacidade explicativa. (DEMO, 2000, p. 20).

Portanto, a pesquisa teórica vai servir de alicerce para as discussões feitas no decorrer do trabalho. Já a pesquisa documental procura acolher as necessidades objetivas da investigação. Para tanto, foram pesquisadas informações e dados em órgãos governamentais e não-governamentais dos dois países, tanto em sites online quanto presencialmente. Para o Uruguai foram consultados: Ministerio de Ganadería, Agricultura y Pesca (MGAP), Instituto Nacional de Estadística (INE), Facultad de Ciencias da Universidad de la Republica (UDELAR), Laboratorio de Desarrollo Sustentable y Gestión Ambiental del Territorio-Geografía (LDSGAT – Udelar), Rede de Semillas Crioulas e Amigos de la Tierra (Redes), Instituto Nacional de Colonización (INC), entre outros. Para o Brasil: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) – agora extinto, Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) – também extinto atualmente, Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), entre outros.

Já as pesquisas de campo foram realizadas na seguinte estrutura: uma visita exploratória, ou seja, de reconhecimento inicial, na área de estudo do Brasil, durante cinco dias em novembro de 2015, e mais duas visitas, de cinco dias cada uma, em janeiro de 2017 e janeiro de 2018, respectivamente. Para o Uruguai, o primeiro contato foi feito em março de 2016, quando um questionário inicial (Apêndice 1) foi enviado à família uruguaia através do técnico de extensão rural. As respostas foram gravadas por um aparelho de celular e enviadas por *email*, servindo de base para o reconhecimento inicial da área. A primeira visita foi realizada em julho de 2017, com duração de dez dias, e a segunda visita foi realizada em dezembro de 2017, com cinco dias. Desta forma, totalizaram 15 dias de imersão em cada uma das áreas de estudo.

A pesquisa é auxiliada pelo trabalho de campo para transcender o ‘gabinete’, transforma assim, as teorias e conceitos em experiências, é a materialização dos conteúdos na realidade concreta. Caracteriza-se como uma configuração de apreensão do conhecimento, na qual as teorias são testadas e representadas pelo local em que se alcançam as informações (MARAFON, 2009).

O trabalho de campo deve propiciar a articulação entre a teoria e a empiria. Fazer um trabalho de campo significa um momento do processo de produção do conhecimento que não pode prescindir da teoria e ser mero

exercício de observação da paisagem, sob pena de tornar-se vazio de conteúdo, incapaz de contribuir para revelar a essência dos fenômenos geográficos. Portanto, contornar os riscos da banalização do trabalho de campo pressupõe avançar em duas direções: a articulação entre a teoria e a prática e o olhar crítico sobre a realidade associado à ação transformadora. (MONTEIRO, 2013, p. 23).

Na pesquisa geográfica, o trabalho de campo é essencial, pois é o momento no qual se estabelece o contato entre realidade concreta e pesquisador, possibilitando a interação entre o pesquisador e seu objeto de estudo *in loco*, permitindo a apreensão das dinâmicas da vida, do trabalho, do existir enquanto ser social (SANTOS; PESSOA, 2009), ou seja, caracteriza a práxis⁷.

Milton Santos (1978, p. 172) afirma que:

O espaço é a matéria trabalhada por excelência. Nenhum dos objetos sociais tem tanto domínio sobre o homem, nem está presente de tal forma no cotidiano dos indivíduos. A casa, o lugar de trabalho, os pontos de encontro, os caminhos que unem entre si estes pontos são elementos passivos que condicionam a atividade dos homens e comandam sua prática social. A práxis, ingrediente fundamental da transformação da natureza humana, é um dado sócio-econômico (sic), mas é também tributária das imposições espaciais.

Assim, a materialização da práxis se dá nos trabalhos de campo, que por sua vez, é contido de técnicas aplicadas que garantem a coleta de dados de forma efetiva. O diário de campo, uma das técnicas utilizadas nesta pesquisa, possibilita o registro dos depoimentos, dos passos seguidos e percepções acerca do cotidiano das famílias participantes da investigação. É uma técnica enriquecedora no sentido da quantidade e qualidade de informações registradas, registros estes que podem ser mais efetivos se feitos diariamente, em momento no qual o pesquisador possa se concentrar para agrupar e organizar as informações e dados coletados.

A utilização do diário de campo como estratégia de ensino permite ao pesquisador expressar impressões, observações e avaliações e, por circularem no tempo e no espaço, constituem objetos permanentes de autorreflexão. Portanto, trata-se de um instrumento utilizado para encorajar o pesquisador, no sentido de mobilizá-lo para uma busca pessoal voltada aos aspectos e dimensões do cotidiano. (MARAFON, 2009, p. 385).

⁷ Práxis quer dizer: “Prática; atividade ou situação concreta que se opõe à teórica. Filosofia. Marxismo. Atividade humana concreta que, contrária à teórica, possibilita que alguém trabalhe no cultural, política e socialmente, alterando e modificando as relações entre indivíduos e grupos. Tipo de conhecimento que se volta para as relações sociais e para o âmbito político, econômico e moral”. (DICIO, Dicionário Online de Português. Disponível em: <<http://www.dicio.com.br/praxis/>>. Acesso em: 23 mar. 2016.).

Cabe ressaltar que o diário de campo é um recurso que incita o ato de escrever, podendo ainda, orientar os caminhos para a compreensão das relações socioespaciais e reflexões acerca do mundo vivido, o que é de grande relevância na pesquisa em Geografia Agrária.

Outra técnica utilizada na presente investigação é a observação direta. A observação é uma técnica que permite a leitura de determinadas feições da realidade. Ver e ouvir não são os únicos objetivos da observação, mas analisar os fenômenos interpostos ao olhar do pesquisador, é parte fundamental desta técnica. Segundo Gil (2008), a observação está presente em todas as fases da pesquisa, desde a formulação do problema até a análise dos dados, contudo:

É, todavia, na fase de coleta de dados que o seu papel se torna mais evidente. A observação é sempre utilizada nessa etapa, conjugada a outras técnicas ou utilizada de forma exclusiva. [...] A observação nada mais é que o uso dos sentidos com vistas a adquirir os conhecimentos necessários para o cotidiano. (GIL, 2008, p. 100).

Existem alguns tipos de observação além da usada nesta pesquisa, como a observação simples e a observação sistemática⁸. A observação direta, aqui utilizada, é aquela na qual o pesquisador se envolve inteiramente no convívio social do grupo investigado, passa a fazer parte integrante daquele grupo, ou seja, até certo ponto, assumindo-se como membro do mesmo. “Daí por que se pode definir observação direta como a técnica pela qual se chega ao conhecimento da vida de um grupo a partir do interior dele mesmo.” (GIL, 2008, p. 103).

Portanto, a observação direta foi realizada nos trabalhos de campo em momentos distintos para cada família investigada. E a proposta de imersão foi desenvolvida com a acolhida na casa das famílias, em cada um dos trabalhos de campo, integrando a pesquisadora ao contexto familiar, participando das atividades sociais e produtivas em que a família estava inserida.

As conversas informais caracterizam uma técnica muito utilizada nas Ciências Humanas e Sociais por se tratar de um meio que busca uma visão geral sobre o problema de pesquisa elencado. Por isto, é muito importante não esgotar nada, nenhum assunto colocado pelo sujeito/grupo estudado. O pesquisador deve permitir uma fala livre e: “ao mesmo tempo, saber buscar algo de preciso, ter a cada instante

⁸ Para mais detalhes sobre os outros tipos de observação, ver Gil (2008).

uma hipótese de trabalho, uma teoria, verdadeira ou falsa, para controlar.” (PIAGET, s/d. apud GIL, 2008, p. 112).

As entrevistas semiestruturadas são utilizadas nesta pesquisa com o intuito de aprofundar as questões pertinentes ao tema, em consonância e a partir das informações obtidas através das conversas informais e registradas no diário de campo. Contudo, o roteiro deste tipo de técnica precisa ser construído direcionando a entrevista de forma ampla, possibilitando ao entrevistado se expressar abertamente, mas, ainda assim, tendo o pesquisador como baliza do foco principal do tema. Este tipo de técnica:

[...] favorece não só a descrição dos fenômenos sociais, mas também sua explicação e a compreensão de sua totalidade, [...] além de manter a presença consciente e atuante do pesquisador no processo de coleta de informações. (TRIVIÑOS, 1987, p. 152).

Gil (2008, p. 112), trata as entrevistas semiestruturadas como ‘entrevistas por pautas’ (grifo nosso), e afirma que esta:

[...] apresenta certo grau de estruturação, já que se guia por uma relação de pontos de interesse que o entrevistador vai explorando ao longo de seu curso. As pautas devem ser ordenadas e guardar certa relação entre si. O entrevistador faz poucas perguntas diretas e deixa o entrevistado falar livremente à medida que refere às pautas assinaladas. Quando este se afasta delas, o entrevistador intervém, embora de maneira suficientemente sutil, para preservar a espontaneidade do processo.

Foram realizadas, tanto conversas informais quanto entrevistas semiestruturadas, com todos os membros das duas famílias participantes desta investigação. Sendo a família brasileira composta por três pessoas: pai, mãe e filho jovem, de 59, 55 e 23 anos respectivamente. E também três pessoas da família uruguaia, sendo: pai, mãe e filha de 66, 58 e 34 anos respectivamente.

Enquanto as observações diretas, conversas informais e entrevistas semiestruturadas nos dão a oportunidade de coletar e analisar informações acerca das dimensões social, cultural, política, econômica e ambiental das famílias, os mapas temáticos e croquis veem auxiliar na representação espacial de forma concisa, objetiva e didática das diversas informações coletadas e compiladas no âmbito da localização, contexto histórico espacial dos territórios das áreas de estudo. Gil (2008, p. 175), afirma que os mapas podem auxiliar:

[...] na organização dos dados selecionados de forma a possibilitar a análise sistemática das semelhanças e diferenças e seu inter-relacionamento. Esta apresentação pode ser constituída por textos, diagramas, mapas ou matrizes que permitam uma nova maneira de organizar e analisar as informações.

Os softwares utilizados para confecção destes instrumentos são o ArcGis 9.3 e Google Earth Pro. Também no âmbito da representação espacial dos fatos e fenômenos que envolvem esta investigação, as fotografias colaboram com a materialização das transformações socioespaciais que podem ser observadas nas áreas de estudo: “Ao registrar determinados fenômenos, a fotografia materializa no tempo e no espaço o fenômeno pesquisado.” (CHELOTTI, 2009, p. 47).

Ainda pensando nas técnicas de coleta e análise de dados, julga-se importante utilizar instrumentos de metodologias participativas, considerando as características do público alvo da pesquisa, duas famílias de agricultores e agricultoras familiares, que residem, produzem e se reproduzem socialmente no meio rural. O uso de metodologias participativas vem crescendo na esfera da extensão rural voltada para o desenvolvimento local sustentável e:

[...] tem como objetivo estimular o empoderamento do agricultor familiar, contribuindo para o seu crescimento econômico, social e cultural. [...] se baseia nas experiências práticas adquiridas no trabalho com grupos rurais na Alemanha, Angola e Brasil durante mais de vinte anos e se coloca à disposição de técnicos facilitadores que atuam, ou pretendem atuar, com o enfoque participativo, seja na área rural ou urbana, com grupos de produção, de interesses ou de estudos. (KUMMER, 2007, p. 10).

Esta pesquisa não tem o propósito de intervir na área de estudo com estratégias para o desenvolvimento local e sustentável, como é o objetivo das metodologias participativas trabalhadas por agentes de extensão rural. Contudo, a utilização destas técnicas e instrumentos, no universo da investigação, pode possibilitar o alcance de dados e informações não evidenciados e/ou percebidos através das técnicas tradicionais apresentadas nos parágrafos anteriores. Considerando que a aplicação destas técnicas permite um ambiente de trabalho/pesquisa, tanto para o pesquisador quanto para as famílias pesquisadas, momentos lúdicos, didáticos e com grande riqueza de informações. Assim, poderão ser reunidas informações a partir do olhar e vivência das próprias famílias.

Os mapas mentais são uma técnica na qual o grupo (família) desenha, de forma livre, a representação proposta (pelo pesquisador) para apreensão do tema

central da pesquisa. Serão construídos no intuito de identificar a percepção das famílias acerca de suas propriedades e entorno, dos processos socioespaciais que ocorreram durante os anos:

Conhecer os ecossistemas, tipo de solo, relevo, recursos naturais existentes, culturas, criações, recursos hídricos, infra-estrutura existente. É uma importante fonte de observação da realidade. Os participantes, orientados pelo facilitador, tem uma ótima oportunidade de observar tudo que está ao seu redor, verificando até mesmo mudanças que tenham ocorrido sem que eles se deem conta. (KUMMER, 2007, p. 98).

A proposta é uma caminhada pelo lote/*predio* para observação geral (pesquisador e membros da família) para obterem subsídios para confecção do mapa. Todos os elementos observados no decorrer do trajeto serão, então, organizados e desenhados pelos membros das famílias.

A matriz histórica consiste na representação, também através de desenhos, de um levantamento cronológico de desenvolvimento da região. Podendo abordar informações com temas específicos como: recursos naturais, organização, infraestrutura, produção, comercialização, erosão cultural alimentar. Traça-se então uma linha do tempo que será preenchida por desenhos que representem os elementos que já existiram e que ainda existem no local e no entorno. Os subsídios para a construção da matriz histórica podem ser elencados, também, durante a confecção dos mapas mentais e anotados para assegurar que apareçam no momento da confecção da matriz.

O calendário sazonal permitirá o levantamento de informações acerca da produção agropecuária da família no decorrer do ano, considerando as diferentes culturas e criações, relacionando o clima, quando plantar, rotações, época de vacinas:

[...] relacionando todas as atividades produtivas e/ou improdutivas com os períodos de maior trabalho. Esta ferramenta serve para determinar os problemas e as oportunidades durante um ano normal, ampliando o entendimento da rotina local. (KUMMER, 2007, p. 103).

Pode ser construído a partir de um quadro em que apareça os meses do ano, as estações climáticas, os períodos maior e/ou menor quantidade de chuvas, assim como de insolação.

O material necessário para desenvolvimento destas técnicas de metodologias participativas são folhas de papel pardo, tarjetas e pincéis atômicos de cores diferentes. E o tempo necessário de cada uma pode variar de 60 a 180 minutos, pode ainda, sofrer alterações na medida do necessário.

Além disso, optou-se por utilizar a moeda brasileira (Real) para apresentação de quaisquer valores referentes às dimensões do universo familiar analisadas neste trabalho. Desse modo, os valores acessados em trabalhos de campo e pesquisas bibliográficos, que foram necessários ser apresentados, foram convertidos através do site do Banco Central do Brasil (Pesos Uruguaios em Reais). Será sempre apresentado logo após o valor, entre parênteses, a referência nominal do banco e a data na qual o site foi acessado para fazer aquela conversão. A área de conversão de moedas do site citado se encontra disponível em endereço contido nas Referências desta pesquisa.

2.5 ANÁLISE, DISCUSSÕES E REDAÇÃO FINAL

A organização das ideias para a expressão literária da compreensão desenvolvida no trabalho depende, também, de certa organização pessoal. Por isso, para cada capítulo, é desenvolvido um roteiro seguido de um resumo dos assuntos ali abordados. Esta técnica é utilizada pela pesquisadora deste trabalho desde a graduação, quando da confecção de monografia de conclusão de curso, acreditando ser uma forma eficiente de organizar as ideias e dar um seguimento lógico para os assuntos tratados. É importante frisar que o texto construído precisa estar em consonância com o público a que se destina.

Um relatório destinado a pesquisadores deverá ser bastante diferente de outro destinado ao público em geral. Ambos deverão ainda ser diferentes de um relatório apresentado a autoridades governamentais, que podem dirigir sua ação de acordo com os resultados apresentados. Qualquer que seja, no entanto, o público a que é dirigido o relatório, alguns aspectos devem ser necessariamente considerados pelo pesquisador, ou seja, certas normas referentes à estrutura do texto, ao seu estilo e à sua apresentação gráfica. (GIL, 2008, p. 181).

Ancorada nisto, a redação da pesquisa acontece durante todo o processo investigativo. Iniciou-se a redação a partir do capítulo que apresenta a metodologia, pois desta forma, é possível nortear cada passo de cada fase da investigação. Após

a construção do texto da metodologia, partiu-se para os textos dos marcos teóricos que compõem este trabalho.

O marco teórico traz considerações e discussões acerca de assuntos que guardam relação direta com o tema central da pesquisa. Assim, o texto é construído a partir de leituras prévias, da construção do conhecimento ao longo dos anos de estudos em Geografia Agrária, trazendo autores chaves para corroborarem as ideias apresentadas.

Os capítulos referentes à análise dos resultados, discussões e considerações finais foram construídos com as mesmas técnicas adotadas até aqui. É uma das fases mais importantes, pois é o momento em que é evidenciado se os objetivos propostos para solucionar o problema de pesquisa apresentado foram atingidos.

Assim, existe uma certa lógica que norteia a redação do trabalho a partir da descrição dos dados, com posterior análise de suas relações. A partir daí, a interpretação das análises dos dados descritos é essencial para compor o “significado mais amplo dos resultados obtidos, por meio de sua ligação a outros conhecimentos já obtidos.” (GIL, 2008, p. 183). Neste sentido, foi construída e redigida esta investigação, com o objetivo de apresentar considerações mais próximas da realidade possível, que realmente representem as experiências de resistências agroecológicas nos territórios do agronegócio nas áreas de estudo.

3 ENTRE ESTÂNCIAS E *FINCAS*: A FORMAÇÃO DO ESPAÇO AGRÁRIO BRASILEIRO E URUGUAIO

Este capítulo discute a formação do espaço agrário brasileiro e uruguaio, como se deu e a dinâmica de cada um deles. Mostrando como a política de distribuição de terras sempre beneficiou uma elite dominadora, caracterizando-a como latifundiária. Com este panorama e sendo os dois países agroexportadores de produtos primários do meio rural, são apresentados os modelos de produção no campo: *plantation*, agricultura capitalista, complexos agroindustriais (CAI's), agronegócio, agricultura familiar policultora e integrada. Abrangendo a modernização conservadora do campo e os conflitos territoriais presentes nessa realidade. Além disso, o capítulo trata da implantação do neoliberalismo nos dois países, mostrando ser um fenômeno fundamental para entendermos o cenário atual do meio rural.

3.1 A FORMAÇÃO DO ESPAÇO AGRÁRIO BRASILEIRO

A história da ocupação do espaço brasileiro começa em 1500, quando o país foi invadido por europeus em busca de riquezas e recursos naturais, com o objetivo de alimentar seu status/poder no auge do mercantilismo que experimentavam e, as guerras travadas por eles, em função da busca por domínio de territórios.

Neste sentido e, a partir do modelo de ocupação do território brasileiro, podemos dizer que o Brasil sempre foi, e ainda é, um país voltado para grandes exportações de produtos primários. Em função deste modelo de exploração, grandes extensões territoriais são destinadas a estas atividades produtivas. Por esta razão, o Estado tem garantido às elites o acesso a terra, desde os grandes latifúndios⁹ do período colonial, as Capitânicas Hereditárias, as Sesmarias e a Lei de Terras em 1850, com o objetivo de controlar o acesso popular às terras brasileiras.

Salienta-se que, ainda atualmente, o Brasil continua se apresentando como um país majoritariamente latifundiário. Não há interesse por parte do Estado que esta realidade seja transformada, permanecendo uma estrutura fundiária desigual e

⁹ O termo "latifúndio" não está especificado e conceituado na legislação atualmente. Usamos aqui no sentido de grandes propriedades que não cumprem a função social da terra, em um viés sociológico. Lembrando que a Lei 6.746 de 10 de dezembro de 1979 indica a pequena propriedade como aquela que possui até quatro módulos fiscais, a média propriedade com até 15 módulos fiscais, inferindo que a grande propriedade seria aquela com 16 módulos fiscais, ou mais (BRASIL, 1979).

concentrada, buscando sempre manter o poder territorial nas mãos da elite dominante.

A forma de organização geográfica da sociedade brasileira atual tem sua origem na disponibilização que fatia o espaço indígena em grandes domínios de propriedade, instituindo a colonização portuguesa à base de um poder do colono a um só tempo fundiário, territorial e político. Terra, território e senhorio político, num tripé, formam, desde então, a estrutura de espaço sobre a qual se ergue a sociedade no Brasil. (MOREIRA, 2011, p.11).

Segundo o mesmo autor, a economia política implantada no território brasileiro foi arranjada a partir “de uma ação simultânea de expropriação e realocação territorial das tribos indígenas” (MOREIRA, 2011, p. 12). A partir desta expropriação e realocação, o espaço pode ser ocupado pelo colono europeu, explorado em detrimento das populações ali existentes e dos prejuízos causados pelo quase extermínio de diversos recursos naturais e biodiversidade, além destas próprias populações ali existentes.

Resgatando o processo de colonização através das Capitânicas Hereditárias, Portugal vislumbrava, com sua implantação, dois principais objetivos: garantir a posse e colonização das terras recém-descobertas e terceirizar as despesas desta colonização.

Materialmente impossibilitado de realizar diretamente a colonização do Brasil, uma vez que se encontrava todo voltado para suas vantajosas conquistas da Índia e da África, Portugal optou, 30 anos após a descoberta, pela forma mais viável, a seu alcance, de realizá-la: a das capitânicas hereditárias. (BORGES, 2011, p. 259).

O modelo de capitânicas já vinha sendo usado pelos portugueses, assim como por holandeses, franceses e ingleses como meio de colonizar e tornar produtivo os territórios conquistados. Desta forma, não existiria o ônus do processo colonizador, pois as capitânicas eram mantidas sob o domínio da iniciativa privada, que investia o necessário na colonização e produção, contudo “a coroa não abria mão totalmente dos seus direitos, mantendo seu protetorado, mais ou menos absoluto, conforme as condições que ditaram as suas concessões.” (BORGES, 2011, p. 260).

Assim, o vasto território brasileiro poderia ser colonizado sob a bandeira da coroa portuguesa, porém através do investimento da iniciativa privada. E nesse sentido, os donatários passavam a ter direitos e deveres. Entre seus deveres estava

o pagamento de foros à coroa portuguesa e, entre seus direitos constava a liberdade de conceder partes daquela terra a quem lhes conviesse, desde que não fossem sua esposa, seus filhos e herdeiros. Houve, após este período, um rearranjo em que as capitanias passaram a ser administradas diretamente pela metrópole, alguns termos de concessão sofreram alterações, surgiram também as sesmarias e a essência destas continuaram as mesmas. Estas sesmarias caracterizaram a origem da propriedade privada da terra, em Pernambuco, base inicial das capitanias no país (BORGES, 2011).

Dando continuação a este processo, a propriedade da terra foi institucionalizada a partir da Lei de Terras nº 601, de 18 de setembro de 1850. Em um contexto em que o modelo agroexportador da época se encontrava em crise e a abolição da escravatura era iminente, a Lei de Terras cumpriu papel fundamental na privatização da terra:

A Lei de Terras foi muito importante. Ela foi concebida no bojo da crise da escravidão e preparou a transição da produção com o trabalho escravo – nas unidades de produção tipo plantation, utilizadas nos quatro séculos do colonialismo – para a produção com trabalho assalariado. A Lei de Terras representou a introdução do sistema da propriedade privada das terras, foi a transformação das terras em mercadoria. (STEDILE, 2011, p. 283).

Transformada em mercadoria e podendo ser comprada apenas por quem possuía capital para negociar com a Coroa, a terra se tornou uma realidade ainda mais longínqua para os pobres e os futuros ex-trabalhadores escravos e, assim, a Coroa: “(...) entregou as terras como propriedade privada apenas para fazendeiros, para os capitalistas. Nascia, assim, o latifúndio excludente e injusto socialmente.” (STEDILE, 2011, p. 284). A Lei de Terras impediu que os ex-trabalhadores escravos e os pobres se tornassem camponeses, de forma que estes se direcionaram para as cidades ocupando lugares de difícil acesso, como os morros e os manguezais, dando origem às favelas e a uma grande população urbana marginalizada.

A importância da terra enquanto provedora/mercadoria para a formação do território brasileiro é apresentada na obra “Formação do Brasil Contemporâneo: colônia”, de Caio Prado Jr. O início do séc. XIX foi muito relevante para os processos que seguiram no desenvolvimento do território brasileiro: com a maior influência da economia britânica, as ideias políticas liberais francesas e a vinda da família real para o Brasil. Nossa formação foi baseada numa colônia de exploração

com fins de exportação, ou seja, exportar produtos tropicais, principalmente, para a Europa, nunca havendo a intenção de se formar uma sociedade enraizada no território brasileiro (PRADO JR., 1972). Assim, todos os chamados ‘descobrimientos’ não passaram de um capítulo da história do comércio europeu.

E a agricultura fez parte destes capítulos e pode ser considerada como uma atividade de base econômica mais estável e ampla do que as atividades extrativistas desenvolvidas *a priori* na colônia. Todavia, a diversidade das características naturais do território brasileiro, a princípio, serviu de empecilho à colonização, entretanto, a possibilidade de produção de gêneros que faltavam na Europa, acabou por ser mais um ponto atrativo para a colonização. O sentido da colonização está centrado na exploração e exportação de produtos agrícolas tropicais para a Europa: “[...] numa organização puramente produtora, industrial, se constituirá a colônia brasileira.” (Ibidem, 1972, p.32).

Assim, se o território colonial brasileiro servia como provedor de gêneros tropicais, nada mais certo em dizer que a agricultura passou a ser o cerne da produção da colônia. Prado Jr. (Ibidem) cita os ciclos extrativistas, mostra a devida relevância da agricultura para a economia colonial, mas a caracteriza como muito mais quantitativa que qualitativa, e sempre, monocultora. Diversos foram os motivos para o grande valor da agricultura na colônia, a exploração aurífera entrara em decadência, a população europeia crescia largamente e, além disso, a Revolução Industrial fez com que os mercados se alargassem e seus produtos se valorizassem, fazendo com que o Brasil tomasse um lugar de suma importância para o comércio dos produtos tropicais.

Os engenhos de açúcar tiveram relevância fundamental para o estabelecimento do europeu na colônia nos primeiros séculos de colonização. Em meados do séc. XVIII o algodão passa a ser consumido em grande escala na Europa, isso e o advento de tecnologias que facilitam seu uso, fazem com que ele se torne o principal produto de exportação pelo Brasil naquele momento. As atividades econômicas da colônia se fixavam no litoral, entretanto, através da mineração e da pecuária foi possível penetrar pelo interior (Ibidem).

É importante ressaltar, de acordo com Prado Jr. (Ibidem), que apesar do cerne da economia colonial ser a monocultura, ainda coexistia uma agricultura de autoconsumo voltada para o abastecimento do mercado interno, que se localizava nas franjas dos centros urbanos e dentro dos domínios da grande lavoura, ou seja,

dos latifúndios. Mas pelo seu caráter secundário, apagada pela grande lavoura, não é suficiente para alimentar a população, havendo grande escassez alimentar na colônia. Ruy Moreira (2011, p. 17) corrobora Prado Jr.:

Impedida de formar-se por vias legais, a pequena propriedade se dissemina através da policultura independente na fronteira da grande propriedade e na necessidade de suprir as fazendas e as cidades de meios de subsistência - regras de arranjo da política sesmarial (senhorial) e indigenista (comunitária) como forma de acesso a terra.

Contudo, os dois tipos de agricultura se completam fazendo parte do sistema de produção agrícola. Foi desta estrutura agrícola e:

[...] deste tipo de organização que derivou toda a estrutura do país: a disposição das classes e categorias de sua população, o estatuto particular de cada uma e dos indivíduos que a compõem. O que quer dizer, o conjunto das relações sociais no que têm de mais profundo e essencial. (PRADO JR., 1972, p.143).

A fazenda de lavoura e engenho é a base central da economia colonial, é objeto dos financiamentos de capital, financia o tráfico negreiro escravo, dinamiza a implantação do perfil de ocupação, quebra o arranjo espacial indígena pré-existente, e os indígenas se organizam numa ambiência de coevolução com o meio. A *plantation* organiza uma relação externa, por eliminação e substituição da regulação do valor de uso geobotânica pelo valor de troca do mercado, regendo-se pela lei do rendimento decrescente e da renda diferencial (PRADO JR., 1972).

Neste contexto, a principal característica da sociedade brasileira no séc. XIX é a escravidão, assinalada como um recurso para a exploração da colônia pela Europa. Mesmo diante desta afirmação, em outros momentos da obra, o autor se mostra potencialmente racista, dizendo não poder se esperar muita coisa 'desse tipo de mão de obra'. Mas, sobretudo, assume a importância da cultura negra e indígena para a formação do povo brasileiro, mesmo e apesar da pressão social e da sobreposição do senhor branco (PRADO JR., 1972).

A família patriarcal, a religião (católica) e a escravidão centravam a organização social da colônia. Existia uma divisão social do trabalho, já que para os membros da família patriarcal era inconcebível o trabalho braçal, mecânico, esse deveria ser desempenhado pelos negros. A estrutura social da colônia, então, se divide desta forma: os senhores, representando uma minoria no topo da gestão da

colonização e os escravos, uma grande massa trabalhadora. Para Prado Jr., (1972, p. 286), a família patriarcal é “a unidade econômica, social, administrativa e, até de certa forma, religiosa”, e brota do próprio regime econômico circunstancial do meio brasileiro.

A base e origem da aristocracia brasileira não fogem à regra de todas as outras, ou seja, está firmada no tripé da riqueza, do poder e da autoridade. A sociedade brasileira em formação se mostra centrada de forma orgânica e inorgânica, na qual a primeira é composta pela família patriarcal e sua escravatura, enquanto a segunda é representada por alguns profissionais liberais, além daqueles agricultores para autoconsumo e, ainda, os ‘vadios’ (Ibidem). Fica claro que na organização social do período tratado na obra pelo autor, a sociedade rural se sobressai à urbana, os senhores rurais constituem uma classe superior, acompanhados de autoridades da administração militar, civil e eclesiástica.

Ainda neste momento de formação do território brasileiro, é relevante acrescentar que a ocupação se deu primeiramente no litoral, e na medida em que este não mais suportava as atividades produtivas exploratórias, além da crescente população, buscou-se no interior novas formas de apresamento, exploração e ocupação. Os Bandeirantes foram encarregados dessa tarefa, que, além das preas de índios, tiveram uma ação nordestina militar contra os holandeses, índios e escravos rebelados em troca de terras, índios e escravos (MOREIRA, 2011).

Baseado na argumentação dos autores vistos nesse tópico até aqui (MOREIRA, 2011; BORGES, 2011; STEDILE, 2011 e PRADO JR., 1972), subentende-se que a estrutura fundiária brasileira foi baseada na exploração descabida dos recursos naturais, na escravidão, no latifúndio e no senhorio político. Nada muito diferente do que pode ser visto atualmente.

Já no final do séc. XVIII, a população brasileira estava em torno de três milhões de habitantes, estando eles divididos em cerca de 60% no litoral e 40% no interior. O espaço colonial é uma criação baseada na fazenda, apresentando a lavoura no litoral e encostas serranas (cobertas de Mata Atlântica) e o gado no interior e na vegetação campestre, ocupando o mesmo espaço de forma nuclear e dispersa. Em paralelo acontece a extração de drogas na Amazônia, a disseminação de áreas de policultura, eixos de circulação, vilas e cidades (MOREIRA, 2011).

Até este momento, a fazenda é a base do arranjo, todas as outras partes a ela se acoplam em um agregado estrutural global, mas a centralidade é quebrada

pelo ciclo mineiro. Desloca-se então, a gravidade geográfica do litoral para o interior, os três centros de exploração mineira se localizavam em Minas Gerais, Mato Grosso e Goiás, ou seja, localizações dispersas, mas que criaram uma rede de relações intensas. A representação desta atividade no espaço se dá através da interiorização do povoamento do território com as fazendas de gado, as áreas de policultura, as cidades, as ondas de migração de origem interna e externa. Há uma brusca aceleração do crescimento populacional, intensas relações de trocas internas de produtos e forças produtivas da colônia e transfere-se a capital de Salvador para o Rio de Janeiro (Ibidem).

As características do ciclo mineiro espacializam na colônia um “salpicado de fazendas de gado e pequenas ilhas de policultura de subsistência independente (atividades de mercado interno).” (Idem, p. 59). Consolidam-se três grandes sertões em faixas campestres: o nordestino, o central e o sulino. As trilhas e povoados se multiplicam e se unem, ligando diversas áreas do território brasileiro como Ceará, Piauí, Maranhão e feiras do agreste de Pernambuco e Bahia. As áreas de mineração de Minas Gerais, Mato Grosso e Goiás possibilitam o advento das trilhas que, por sua vez, integram o território. O gado da Campanha Gaúcha se liga à Curitiba, Sorocaba, São Paulo e Planalto Central, trazido pelos bandeirantes paulistas, apresado e transportado inicialmente a pé, dando origem a fazendas e cidades pela campanha e depressão periférica (Ibidem).

Com a decadência do ciclo do ouro, surge a monocultura cafeeira no séc. XIX. Em um rearranjo econômico-demográfico se afirma a produção cafeeira, com a *plantation* voltando ao *status* de centralidade e, ainda, a emergência do Estado Federativo Nacional. Contudo, a elite produtora de café se vê em processos de transformações políticas e socioespaciais: as grandes lavouras cafeeiras permanecem no meio rural (avançando em direção ao interior de acordo com a necessidade de buscar novas terras férteis, após a exaustão daquelas exploradas até ali) e os senhores do café se instalam nas cidades com suas famílias, estabelecendo uma nova ordem no âmbito do poderio político. Além disso, os processos de transição da colônia para a independência, da escravidão para o assalariamento e da monarquia para república organizam uma nova divisão territorial do trabalho e a indústria tem os primeiros vislumbres de nascimento.

A consolidação da classe senhorial no poder está longe de significar que as contradições tenham sido resolvidas, e mesmo os antagonismos que ocorriam dentro daquela classe. Está longe de significar, principalmente, que o germe do novo, contido no processo da Independência, tivesse sido liquidado. Significa apenas, e isto é muito importante, que a classe senhorial conseguira estruturar um aparelho de Estado que se destina a servi-la e que exerce a autoridade em todo o território, seja por imposição, seja por tácito acordo com as suas frações regionais. Mas está claro que o exercício da autoridade varia muito de intensidade conforme as áreas em que se aplica – o poder público está ausente, ou distante, em muitas delas. (SODRÉ, 2011, p. 112).

Em consonância com estes movimentos internos, o espaço agrário brasileiro vai tomando forma. O arranjo espacial do país é formado e permeado por contra-espacos¹⁰ que acontecem em lugares e tempos distintos e interrelacionados.

Dentro do espaço da ordem monopolista encontra-se o contra-espaço (MOREIRA, 2002a) dos homens livres urbanos e de fronteira. São homens excluídos da renda e da terra pelo sistema de sesmarias e do poder de decisão dos destinos da colônia pelo despotismo da Coroa e da elite. Mas os homens livres urbanos exercem um papel político restrito no dia-dia das cidades e o campesinato da fronteira cumpre o papel fundamental da manutenção do sistema com o suprimento alimentar das cidades, às vezes até da própria elite plantacionista das fazendas. (MOREIRA, s/d, p. 10)¹¹.

Apesar dos contra-espacos, o início do séc. XX retrata um Brasil ainda com uma economia baseada na *plantation*, tendo a monocultura cafeeira como centralidade. Desenhava-se uma sociedade baseada economicamente na produção cafeeira no meio rural e, politicamente no poderio de uma elite latifundiária, mas que fixava residência no meio urbano, que crescia vertiginosamente, principalmente nos estados que compõem a região que conhecemos hoje como Sudeste. Este fato auxiliou no crescimento e consolidação das cidades brasileiras e, corroborou para o advento industrial com a decadência da produção monocultora cafeeira. Este foi um longo período de transição.

¹⁰ Para Ruy Moreira (1985; 2011), são as lutas presentes na sociedade de classes na qual coexistem espacos hegemônicos e contra-espacos, expressando as contradições existentes entre capital e trabalho. "Espaco/contra-espaço são as formas de estrutura espacial que exprimem as lutas respectivas das classes antagônicas e vão surgindo no interior dos seus embates. Mais que uma simples negação, contra-espaço é negação afirmadora de uma 'práxis' transformadora" (MOREIRA, 1985, p.18).

¹¹ Texto elaborado para orientação de linha da pesquisa *A Reestruturação Produtiva Brasileira e o Novo Modelo Industrial do Estado do Rio de Janeiro*, Projeto Integrado do CNPq em realização no âmbito do GERET (Grupo de Estudos de Reestruturação do Espaco e do Trabalho), do NURET (Núcleo de Estudos de Reestruturação do Espaco e do Trabalho), Departamento de Geografia, Universidade Federal Fluminense, do qual são co-autores os bolsistas de iniciação científica Laura Nunes Bernardes Peixoto, Glauco Bruce Rodrigues, Vinicius Borges de Freitas Rodrigues e Ethel Guedes Vieites. Disponível em: <<http://www.uff.br/geographia/ojs/index.php/geographia/article/download/75/73+&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br>>. Acesso em: 30 mar. 2016.

A acumulação primitiva desemboca, pois, num espaço econômico-demográfico diferenciado. E desemboca também na sequência de transformações superestruturais que completam essa transição da base. Em particular, a que leva à instituição do sistema republicano. (MOREIRA, 2011, p. 98).

Entre as transformações a partir da acumulação primitiva que levaram o país a uma outra lógica, podemos evidenciar a troca do trabalho escravo pela diversidade de formas de trabalho rural; o assalariamento se combina com a relação binomial: monocultura/policultura; transfere-se para a própria massa trabalhadora a tarefa de gerar meios de reprodução da força de trabalho, através da geração de meios de subsistência com vendas de suas manufaturas a um preço que reforce a baixa do custo de reprodução da força de trabalho das *plantations*. É importante frisar, ainda, que a realização da acumulação vai se dar de forma diferenciada no Centro-Sul, Nordeste e Amazônia (MOREIRA, 2011).

A partir da crise da produção cafeeira, uma nova lógica se instala no Brasil e a indústria é beneficiada, pois a queda do café libera mão de obra, terra e capital. Acontece uma diversificação dos cultivos com a incorporação de produção diversificada e, há o deslocamento da agricultura da frente para a retaguarda da indústria, que por sua vez, passa a ser o centro do sistema e se organiza em São Paulo. A espacialização do território brasileiro se redesenha a partir de anéis circunvizinhos, tendo os cítricos a centro-leste, a cana ao centro, a pecuária leiteira a oeste, o café no norte do Paraná, os cereais no sul do Mato Grosso e o gado de corte no Pantanal e Goiás.

Configura-se uma interface entre fazenda e cidade, não se cria um mundo novo, mas acontece uma transformação lenta e integrada. A vila operária do final do séc. XIX recebe a população da fazenda, fixando-a junto à fábrica, da vila nasce a cidade, que cresce no solo da *plantation*, da fazenda. A cidade, como centro do sistema agromercantil e da elite plantacionista, é espectadora da indústria e se recria a partir do seu surgimento.

Quando, com o surgimento da divisão territorial industrial do trabalho, a cidade se recria para moldar-se e funcionar como um ente geográfico do mundo da indústria, a fazenda também se modifica, vira campo, território agrícola e pecuário, funcionando como fonte fornecedora de suprimentos alimentícios e matéria prima e recebedora de manufaturados da indústria da cidade. [...] Há cidade. Não há campo. Porque o que existe é a fazenda, célula de um todo rural-mercantil, um ente cosmopolita por sua relação com o luxo urbano que vem de fora e dela faz a própria matriz de uma sociedade agrária com forte acento na cultura cidadina. [...] É quando, então, fazenda e

cidade se fundem e ao mesmo tempo se separam e se diferenciam. E a própria indústria, invertendo sua relação com a fazenda, dela se autonomiza, migra para a cidade, envolvendo-a em suas regras e finalidades como fizera já com a fazenda, erguendo-se como gestor privilegiado da interação fazenda-cidade. (MOREIRA, 2011, p. 112).

A cidade, principalmente aquelas localizadas no Sudeste, passa a ser o centro econômico e político do país, as ordens se alteram, a indústria e os centros urbanos se desenvolvem e se consolidam, mas a monocultura, a exploração do meio rural, nunca deixou de existir. Sobretudo, porque nesta nova lógica instaurada na sociedade do início do séc. XX, convencionou-se que o campo seria o mantenedor da cidade, o lugar da produção de alimento, contudo, o lugar do atraso, o arcaico. Enquanto a cidade é o sinônimo de desenvolvimento, de progresso e de civilidade. Este processo de construção histórica, envolvendo campo e cidade, sempre tendeu a diferenciar e segregar o rural em relação ao urbano, não sendo um fenômeno exclusivo do Brasil quando do nascimento da urbanização e industrialização.

As diferenças entre campo e cidade datam da origem. Diferenças fundamentadas pela divisão territorial do trabalho estabelecida entre o trabalho material e o intelectual. Lefebvre (1969) afirma que a cidade ficou incumbida do trabalho intelectual: funções de organização e direção, atividades políticas e militares, elaboração do conhecimento teórico (filosofia e ciências). Ao campo ficou, portanto, o trabalho prático/material. (BAGLI, 2006, p. 43).

Assim se configura a sociedade urbano-industrial brasileira, guardando relação intrínseca com o meio rural, a *plantation*. As primeiras décadas do séc. XX apresentaram um país em transformação. A urbanização e industrialização se expandiam e se consolidavam. Contudo, no meio rural, as raízes agrárias latifundiárias não se alteraram, sobretudo no que tange ao poder político, exploração de recursos naturais e concentração de terras.

O que se pode inferir é que nos quatro primeiros séculos, a economia brasileira esteve voltada para e pelo exterior. Contudo, observou-se um deslocamento do centro dinâmico do mercado externo para o mercado interno, mostrando-se cada vez mais fortalecido através de um crescimento constante e, assim, a força industrial e urbana é destacada. O processo de industrialização acelerou o processo de urbanização, a instalação de fábricas e o crescimento de setores do comércio e de serviços passaram a atrair a população de modo

crescente. A cidade se torna mais atrativa e um processo de êxodo rural começa a aparecer, para se concretizar mais tarde, quando da modernização conservadora do campo.

Assim, os interesses do meio urbano começam a sobrepor os interesses do latifúndio – hegemônico – até o momento, e passam a privilegiar a população urbana, principalmente a burguesia, em detrimento do latifúndio exportador. “A negação de estruturas, instituições e valores vigentes é, em geral, o primeiro passo na tentativa de abrir caminho para as novas formas emergentes que se quer afirmar e tornar vitoriosas.” (BRUM, 1983, p. 49).

A partir deste deslocamento do centro dinâmico, várias foram as políticas públicas implementadas no meio rural, mas nenhuma delas visava o bem-estar social das populações excluídas, ou seja, os negros, os pobres, os posseiros, os camponeses, os ribeirinhos, entre outras categorias esquecidas.

Por ser considerado, pelo governo nacional e por governos internacionais, um espaço atrasado e que poderia ser facilmente alcançado pelas propagandas socialistas, o espaço rural brasileiro começou a sofrer algumas transformações em função de políticas públicas, que a partir de uma abordagem produtivista objetivava o desenvolvimento capitalista no campo. (CUNHA, 2013, p. 33).

A educação rural, por exemplo, que foi implantada no país desde o início do séc. XX, promovia uma educação tecnicista e fragmentada, com o objetivo de formar mão de obra e manter a população rural sob controle. No momento pós-guerras, a necessidade de manipular essa população, por medo de que o comunismo chegasse ao campo brasileiro, foi sanado com a introdução do modelo educacional elitista e excludente, no qual se acreditava que aos povos que vivem no campo não era necessário nenhum conhecimento a mais do que o básico para manejar a enxada. Além disso, o modelo de isenção fiscal implantado às grandes propriedades no país contribui para manter o conservadorismo agrário:

Não pode haver dúvidas que um dos fatores principais, se não o principal hoje em dia, que tem resguardado a concentração da propriedade agrária, herança colonial que perpetuou até nossos dias, impedindo o parcelamento daquela propriedade, sua distribuição mais equitativa e mobilização comercial mais ativa (condição essencial para o progresso da agropecuária), aquele fator é a isenção fiscal que goza a propriedade fundiária rural. (PRADO JR., 2011, p. 81).

Mesmo e apesar da dita modernização do campo, suas bases fundiárias se mantiveram. A modernização conservadora do campo (caracterização da modernidade sem alteração das estruturas de desigualdade, concentração de terras e riquezas¹²) teve início em meados do séc. XX, a partir da implantação de pacotes tecnológicos na produção do meio rural, ainda assim, as relações sociais, trabalhistas, políticas, exploratórias, continuaram as mesmas.

O século passado pode ser considerado o século da evolução tecnológica (nas mais diversas áreas: engenharias, medicina, entre outras), foi o século no qual surgiram conceitualmente os direitos humanos, assim como suas aplicabilidades, isto em escala global e nacional. Contudo, não houve avanço na estrutura social, no que tange à melhor qualidade de vida para as populações de baixa renda (a não ser alguns casos isolados que alcançaram alguma melhoria através de políticas públicas¹³). A equidade de riquezas mundiais continua não existindo, o modo de produção capitalista cumpre seu papel de sustentar as desigualdades de tal sistema, mantendo o *status quo*. Esta realidade reverbera no campo, e o campo brasileiro a retrata das formas mais cruéis:

Nossa estrutura fundiária se completa com uma conotação colonial, que é parte integrante do sistema e uma das condições que respondem pela sua resistência às transformações de caráter democrático e à sua evolução para o tipo de produção capitalista. [...] a condição colonial do monopólio da terra acentua, fortemente, os fatores regressivos, os elementos de atraso inerentes àquele. [...] no latifundismo brasileiro são mais fortes ainda os vínculos do tipo feudal, tais como as relações de domínio sobre as coisas e pessoas, as interligações com as formas primitivas do capital comercial, aos quais se acrescentam as particularidades da dependência aos trustes internacionais compradores da produção latifundiária. (GUIMARÃES, 2011, p. 52-53).

¹² Ver também Graziano da Silva (1982), Domingues (2002; 2006).

¹³ Exemplo disto no Brasil foi o fato do país ter saído do mapa da fome: “Segundo o relatório da ONU, a proteção social pode estabelecer um círculo virtuoso de progresso envolvendo o aumento da renda, do emprego e dos salários das pessoas mais pobres. O documento cita como exemplo os programas “Fome Zero” e “Bolsa Família”, que segundo a agência da ONU foram “cruciais para alcançar um crescimento inclusivo no país”. O Programa Bolsa Família, acrescenta, chegou a quase um quarto da população, principalmente às mulheres, com a transferência de recursos financeiros por mês para cada família – desde que elas mantenham seus filhos na escola e preencham outros requisitos, incluindo a área de saúde. Com a economia brasileira crescendo 3% ao ano desde 2000 – e fornecendo, assim, as receitas públicas necessárias –, estes programas reduziram significativamente a desigualdade de renda, diz o documento. A ONU lembra que, entre 2000 e 2012, os rendimentos médios dos 20% mais pobres da população cresceram três vezes mais rápido que os dos 20% mais ricos”. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/crescimento-da-renda-dos-20-mais-pobres-ajudou-brasil-a-sair-do-mapa-da-fome-diz-onu/>. Acesso em: 26 dez. 2016.

Neste sentido, podemos observar ainda hoje, um Brasil arcaico no âmbito de sua estrutura fundiária, mesmo e apesar de estarmos vivendo uma era de tecnologias avançadas. O advento da tecnologia trouxe transformações no espaço e na sociedade, obtendo intensas dinâmicas: “As informações viajam pelo espaço-tempo de forma fluída, rápida e segura, é a chamada Revolução Informacional do séc. XX.” (ELIAS, 2003, p. 52). No ambiente fabril, a produção industrial passa por transformações espaciais a partir da revolução informacional “redefinindo o espaço geográfico pela combinação de novos signos.” (CUNHA, 2013, p. 34). O período atual¹⁴ tem como uma de suas principais características, a aceleração do processo de urbanização, no qual todos os tipos de cidades (locais, médias e grandes centros urbanos) crescem vertiginosamente. Chega ao campo o período técnico-científico-informacional, surgindo assim, a fazenda moderna e, por consequência, a partir de áreas agrícolas com grandes extensões territoriais se desenvolvem centros urbanos e vice-versa.

A união destes fatores tem como consequência, em meados do século passado, a modernização conservadora do campo, um pacote tecnológico composto por insumos, agrotóxicos, maquinários, sementes geneticamente modificadas, fertilizantes e a criação dos Complexos Agroindustriais. Contudo, foram os grandes proprietários de terra capitalizados, os beneficiados com créditos provenientes do Estado, os absorvidos pelas transformações ocorridas: “Subsídios estatais alcançaram as grandes lavouras e financiaram a sua tecnologização, colaborando para que os processos de produção agropecuária elevassem, cada vez mais, seus índices de produtividade.” (GRAZIANO DA SILVA, 1982, p. 43).

Durante todo o séc. XX, as atividades agropecuárias passam por profundas transformações no campo brasileiro, atendendo, desta forma, as alterações a nível global do período técnico-científico-informacional que estabelece uma nova ordem mundial. Pesquisas e avanços tecnológicos são promovidos em função e a partir do interesse do capital, capital este de origem pública e privada (neste âmbito, principalmente, o capital transnacional). Estas alterações têm, também, como consequência o êxodo rural, pois é reorganizada a relação terra-trabalho-capital, fazendo com que a pequena produção comercial e a produção de autoconsumo

¹⁴ Nas obras *Espaço e Método* (1985) e *O Espaço Dividido* (1979), Milton Santos traz a noção de que o espaço deve ser analisado segundo períodos temporais, sendo ele, são cinco: comércio marítimo, período manufatureiro, período da revolução industrial, período industrial e período tecnológico (atual).

sofram uma queda e, a partir disso, grande parte da mão de obra do trabalhador rural se apresenta desnecessária. Os hábitos alimentares sofrem intensas alterações, já que os alimentos produzidos para manutenção da população são substituídos por produtos exportáveis, as commodities.

Foram muitos os impactos no território brasileiro. [...] teríamos a organização de dois Brasis: de um lado, o Brasil que produz alimentos para o mercado interno, e de outro, o produtor de matéria-prima para as modernas agroindústrias, principalmente as exportadoras. (ELIAS, 2003, p. 69).

Estas transformações garantiram que a concentração de terras no Brasil, característica colonial, fosse intensificada a partir da modernização conservadora do campo. A concentração fundiária alcançou números expressivos durante a modernização do campo, segundo Oliveira (2002, p. 78):

[...] em 1940 cerca de 1,5% dos proprietários de estabelecimentos agrícolas com mais de 1000 hectares ocupavam 48% do total de terras, enquanto 86% dos estabelecimentos agrícolas com menos de 100 hectares ocupavam menos de 19% do total de terras. Em 1985, o número de proprietários com mais de 1000 hectares diminuiu para menos de 0,9%, sendo 44% do total de terras, e mais de 90% dos proprietários com menos de 100 hectares alcançaram o número de 21% do total de terras.

O processo de concentração fundiária gera consequências diretas sobre a ação do trabalhador e trabalhadora rural, sobre a agricultura familiar camponesa¹⁵, sobre os camponeses e camponesas, sobre a pobreza rural. A agricultura familiar camponesa é levada a um processo que corrobora sua invisibilidade – mesmo e apesar de sua importância na manutenção da alimentação do povo brasileiro –, no qual são relegadas à falta de subsídios e investimentos suficientes para que possam produzir e se reproduzir socialmente. A redução da produção da agricultura familiar camponesa está intrinsecamente ligada à modernização da agricultura e ao modelo monocultor agroexportador.

Os pacotes tecnológicos implantados no campo brasileiro, a partir da modernização conservadora do campo, somente foram alcançados pelos grandes produtores capitalizados, estando assim, entre os principais motivos para esta invisibilidade da agricultura familiar camponesa. A ausência de capital impossibilitou

¹⁵ O conceito de agricultura familiar camponesa será debatido no próximo capítulo que apresenta os modelos de produção no campo.

que parte deste seguimento se mantivesse no campo, pois impediu a inserção de novas tecnologias e propiciou, assim, a expulsão dos agricultores familiares de suas propriedades, na medida em que estas foram sendo tragadas pela produção em grande escala e em grandes extensões territoriais.

Contudo, é necessário frisar que, de certa forma, este fato pode ter sido, também, um dos principais motivos para que, atualmente, existam diversos movimentos sociais de luta pela terra, assim como movimentos ambientalistas que questionam e lutam contra o modelo agroexportador ambientalmente e socialmente insustentável.

Afirmamos isto, pensando que a decadência das atividades da agricultura familiar camponesa e o êxodo rural poderiam não ter acontecido se esta parcela da sociedade rural pudesse ter se integrado ao novo modelo de produção no campo que estava sendo implantado. Neste sentido, pensamos se a expulsão de suas terras e um modelo de produção baseado em composições químicas que danificam a saúde humana, animal e vegetal (o ambiente como um todo, como deve ser tratado e reconhecido) promoveu um levante através de movimentos sociais, no qual depositamos a esperança de reversão desta situação. As perguntas sem respostas pairam no imaginário, no sentido de que se a agricultura familiar camponesa tivesse sido absorvida pela modernização do campo, haveria hoje movimentos contra o modelo agroexportador? Até que ponto o debate em defesa de uma produção saudável de alimentos, a partir da produção familiar, estaria sendo vislumbrado como um modelo possível? Atualmente, existem importantes estudos¹⁶ que apresentam a relevância da agricultura familiar camponesa para as economias locais/regionais, assim como da questão agrária brasileira.

Essa importância se dá graças à sua capacidade de produção para suprir as necessidades do grupo familiar e produzir gêneros alimentícios para a população urbana, assegurando baixos preços. Porém, apesar dessa importância econômica, esse grupo de produtores encontra-se em desvantagem, tanto na produção como na comercialização de seus produtos, pois sempre foi colocado em segundo plano pelas políticas agrícolas e agrárias em toda a história da formação econômica brasileira [...]. (VENÂNCIO, 2008, p.21).

¹⁶ Alguns exemplos são: TEDESCO (1999), VENÂNCIO (2008), SCHNEIDER (1999; 2003), WANDERLEY (2000) e CHELOTTI (2009).

As políticas públicas que envolvem a produção no meio rural, tanto de gêneros alimentícios quanto de matéria-prima para exportação, priorizam a produção em larga escala, produzindo um processo que vai de encontro à democratização da terra, dos meios de produção e de riquezas. Assim, o meio rural continua, majoritariamente, ocupado pelo latifúndio e grandes propriedades (IBGE, 2006) que utilizam a terra como mercadoria e não a partir de sua função social: “O princípio da função social da terra ressalta o sentido que a terra está a serviço do homem e, não, o homem a serviço da terra, mas, que a terra não é mercadoria e, sim, um meio de produção ou de utilidade social.” (SODERO, 1968, p.89).

Portanto, a função social da terra não vem sendo cumprida, e o censo agropecuário do IBGE (2006) corrobora isto quando aponta para a concentração de terras, assim como o era em 1940 e 1985, como citado anteriormente:

[...] foram identificados 4.366.267 estabelecimentos da agricultura familiar, o que representa 84,36% dos estabelecimentos brasileiros. Este numeroso contingente de agricultores familiares ocupava uma área de 80,10 milhões de hectares, ou seja, 24% da área ocupada pelos estabelecimentos agropecuários brasileiros. Estes resultados mostram uma estrutura agrária ainda concentrada no país: os estabelecimentos não familiares, apesar de representarem 15,6% do total dos estabelecimentos, ocupavam 75,9% da área ocupada. (IBGE, 2009, p. 5-6).

A partir destas análises, podemos apontar um panorama para o meio rural brasileiro, no qual a herança colonial da grande propriedade em posse da elite ocupa a maior parte das terras agricultáveis, mesmo que parte de tais terras estejam em situação improdutiva. Por outro lado, a agricultura familiar camponesa, responsável por 87% do abastecimento alimentar interno do país, fica relegada a uma fração relevantemente menor das terras agricultáveis, mesmo sendo responsável pela ocupação de 74,4% da mão de obra ocupada no meio rural (IBGE, 2009).

Portanto, o que se pode inferir, é que a estrutura fundiária brasileira está centrada na grande propriedade, concentrando terras e renda, apresentando desigualdades que têm, como consequência, diversos conflitos territoriais. Uma forma de tentar estabelecer o mínimo de equidade a esta realidade seria através da Reforma Agrária (tema discutido no capítulo 5 desta tese). Contudo, há que se questionar se as poucas políticas públicas voltadas atualmente para a agricultura

familiar camponesa, estão servindo de compensação para uma “não reforma agrária”.

Após a apresentação da formação do espaço agrário brasileiro, passamos a apresentar um constructo da formação do espaço agrário da região sul, especificamente do estado do Rio Grande do Sul, priorizando o Pampa Gaúcho, onde se localiza uma das áreas de estudo desta pesquisa.

3.1.1 A formação do espaço agrário rio-grandense

A ocupação do espaço agrário rio-grandense se deu de forma um pouco diferenciada do restante do país. O principal objetivo, a princípio, era o domínio do território em posição geográfica estratégica, que permitia acesso livre ao oceano Atlântico, através da Bacia do Prata, possibilitando o escoamento da produção colonial para a metrópole.

As especificidades da ocupação do território rio-grandense sempre estiveram presentes no decorrer de seu povoamento. Até o séc. XVIII, a região da campanha, compreendida atualmente por parte do estado do Rio Grande do Sul e Uruguai, era habitada por indígenas de diversas tribos. Tais indígenas se tornaram hábeis em arrebanhar gado bovino e equino, concomitantemente à formação e desenvolvimento das Missões Jesuíticas, localizadas ao norte da campanha. Contudo, esta região era de direito espanhol, segundo tratados entre esse povo e os portugueses.

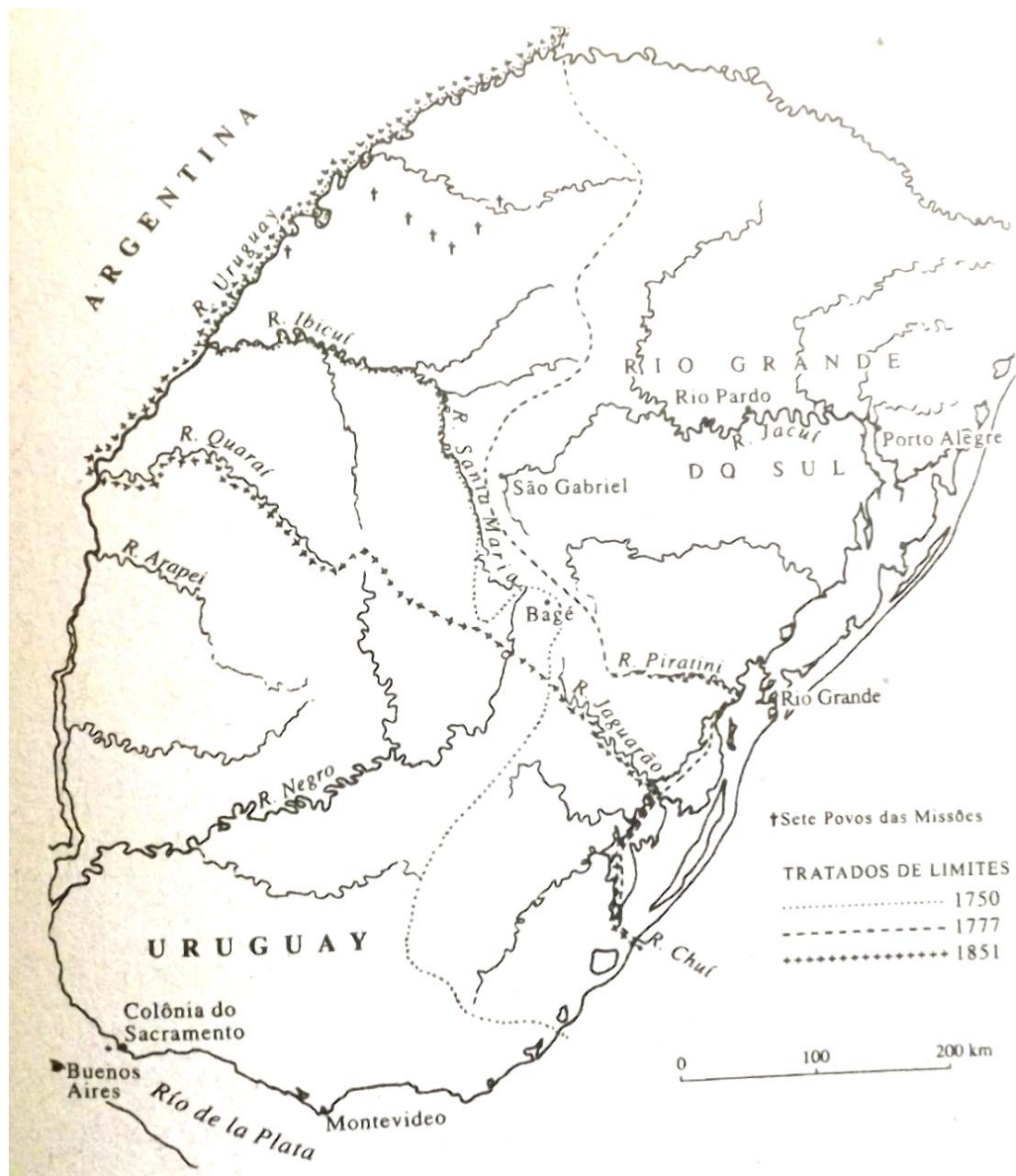
O Tratado de Madri, em 1750, estabeleceu a troca da região dos Sete Povos das Missões pelo território de Colônia do Sacramento, decretando a saída dos espanhóis daquela região. Assim, Colônia do Sacramento passou a pertencer à Espanha e a região das missões orientais, à Portugal. A disputa entre eles por aquelas terras que era acirrada, com o Tratado esse impasse foi resolvido, entretanto conflitos foram gerados pelos portugueses que não queriam deixar Sacramento e pelos padres e índios que não deixavam as reduções, o que acabou por resultar na Guerra Guaranítica. (CUNHA, 2013, p. 40).

Dessa forma, a Guerra Guaranítica e a Guerra de 1801 possibilitaram a expansão do território do Rio Grande do Sul, baseado numa política expansionista: “fundava vilas ao longo da fronteira, possibilitando o povoamento dessa região e acumulando homens no serviço militar.” (CUNHA, 2013, p. 40). Em 1804, fronteiras provisórias foram firmadas através de um convênio entre as duas metrópoles,

levando ao assentamento de muitos portugueses até 1810, quando processos emancipatórios começam a abalar o Prata (FARINATTI, 2010). O mesmo autor ainda afirma que: “A apropriação de terras e o saque de gado efetuados na região, entre 1816 e 1819, tiveram grande importância na formação dos vastos patrimônios pecuários construídos pelos estancieiros rio-grandenses.” (FARINATTI, 2010, p.73).

Diversas mudanças fronteiriças aconteceram durante o período de 1750 a 1851 em função de conflitos territoriais, como mostra a figura 05, quando as fronteiras do sul do Brasil, como são conhecidas atualmente, foram firmadas.

Figura 05 – Mudanças fronteiriças entre 1750 e 1851 - Rio Grande do Sul.



Fonte: FARINATTI (2010).

Ocupar, proteger e manter as linhas fronteiriças era um dos principais objetivos da coroa portuguesa, principalmente, frente aos diversos conflitos territoriais entre espanhóis e portugueses, e entre estes e os povos indígenas. Em meio a este período conturbado por tais conflitos, aliados aos saques de gado e apropriação de terras, citados por Farinatti (2010), o charque passa a ser a principal atividade comercial. Com o crescimento e consolidação das exportações, a pecuária bovina se especializa e as relações de trabalho escravo na pecuária são intensificadas.

Assim, essa Idade do Ouro da exportação de produtos pecuários do Rio Grande do Sul, nas duas primeiras décadas do século XIX foi, em muito, propiciada pelo processo de conquista de territórios disputados com o império Espanhol e pela possibilidade da apropriação privada de vastas áreas de terra e grandes manadas de gado. (FARINATTI, 2010, p.76).

Sendo a campanha ocupada por uma elite, indicada pela coroa, apropriando-se de vastas extensões territoriais e desenvolvendo a pecuária, desenha-se o espaço da metade sul do estado do Rio Grande do Sul.

Podemos verificar o duplo caráter da ocupação do Rio Grande do Sul: de um lado, os estancieiros que possuíam um poder que advinha de seus títulos e de seu dinheiro e que, originalmente, não se deslocaram para assentar família, mas para combater por seu rei e, assim, receber as Sesmarias como recompensa; de outro lado, os antigos caboclos e imigrantes que disputavam as menores e piores terras, onde buscavam, respectivamente, manter e assentar suas famílias. (RAMOS, 1995, p. 53).

A partir desta perspectiva, articula-se uma sociedade latifundiária pecuarista na região da Campanha Gaúcha, tendo a riqueza de alguns municípios sendo impulsionada pelo comércio do charque: “O desenvolvimento do charque rio-grandense impulsionou a riqueza em municípios como Pelotas (localização das charqueadas) e Rio Grande (porto marítimo de escoação) [...]” (CHELOTTI, 2009, p.72).

É importante ressaltar, nesse contexto, que o trabalho escravo esteve presente na atividade latifundiária pecuarista no Rio Grande do Sul, ao contrário do que se acredita que não teria havido trabalho escravo neste estado: “[...] os escravos especializados na fabricação do charque eram os mais numerosos, correspondendo a uma média de 53% do total de cada charqueador” (GUTIERREZ, 2001, p.90).

Dessa forma, a sociedade rio-grandense, aquela em formação na metade sul do estado, e sua exploração pecuária era baseada na estância e utilizava trabalho escravo, no período que compreendeu entre o final do séc. XVII e início do séc. XVIII. Para termos ideia da distribuição das propriedades nesta região, observe a tabela 01:

Tabela 01 – Propriedades no Rio Grande do Sul/1785.

Área (ha)	Número de propriedades	%	Área das propriedades	%
Até 100	77	9,1	1.728	0,03
100-200	3	0,3	397	0,01
200-1000	213	25,2	70.759	1,40
1000-5000	232	27,5	626.980	12,41
5000-10000	143	17,0	1.173.941	23,25
Mais de 10000	173	20,5	3.175.063	62,88
Total	841	100,0	5.048.868	100,00

Fonte: Adaptado de SANTOS, 1984, p.54.

A tabela esclarece a concentração fundiária no estado, principalmente, na região da Campanha Gaúcha. 98,5% da área total era ocupada por estâncias com mais de 1000 ha, apresentando um total de 1,5% das terras distribuídas entre médias e pequenas propriedades. Esta distribuição mostra que o padrão nacional de ocupação também ocorreu na metade sul do estado, estabelecendo uma região dominada por grandes propriedades, que invisibiliza outras formas de produção agropecuária.

Já a metade norte do Rio Grande do Sul, ou seja, o planalto, apresenta outras formas de ocupação predominantes. Colônias alemãs e italianas se formavam em mais uma onda de ocupação do território, o relevo acidentado e o clima mais severo tornavam a ocupação dessa região ainda mais penosa.

A chegada dos colonos alemães constituiu uma cunha transformadora nos hábitos e nas técnicas agrícolas praticadas pela civilização luso-brasileira. Mesmo levando em conta as práticas iniciais açoritas de estabelecimento de chácaras policultoras, nada se assemelhava à colonização teuto-italiana em terras rio-grandenses. Os espaços ocupados pela imigração açoriana não exigiam a dura luta pela conquista de terras à floresta nativa. [...] Os colonos alemães e italianos seguiram os pressupostos da atividade agrícola da Europa, baseada na pequena propriedade, em difíceis condições de sobrevivência. (VIEIRA; RANGEL, 1993, p. 74).

É importante ressaltar que, o planalto foi ocupado por fluxos migratórios que não aconteceram na mesma época e não tinham a mesma origem. Em um primeiro momento (por volta do séc. XVII e XVIII), ocupando áreas de matas próximas a grandes vales, chegaram alemães apoiados pelo Império. Mais tarde, chegam também italianos que precisaram ocupar as escarpas íngremes da região e, por volta do séc. XIX, o norte e noroeste do Rio Grande do Sul são ocupados pelos descendentes das colônias mais antigas, já consolidadas e com uma grande população.

As propriedades da região das colônias alemãs e italianas¹⁷ se caracterizaram pela pequena extensão territorial, produção para autoconsumo e trabalho familiar, estabelecendo um novo padrão econômico e sociocultural no estado. Assim: “Fazendeiros e colonos apossando-se progressivamente do território, foram, com certa distância cronológica, armando o arcabouço de duas diferentes estruturas econômico-social. Ainda hoje, são bem distintas as sociedades rurais” (BERNARDES, 1963, p. 3).

Com base na narrativa exposta, pode-se compreender que o Rio Grande do Sul teve uma ocupação diferenciada da maior parte do país. Com dois modelos dominantes e distintos, apresentando pequenas unidades de produção baseadas no trabalho familiar na região centro-norte, compreendida pelo planalto rio-grandense e, grandes estâncias pecuaristas/exportadoras, baseadas no trabalho assalariado e escravo no centro-sul do estado, ou seja, na Campanha Gaúcha.

Nesse contexto, entendemos a Campanha Gaúcha como o *locus* da grande produção exportadora de produtos pecuários, principalmente, durante os séculos VXIII e XIX. Entretanto, pequenas áreas de produção familiar foram se formando nas franjas das grandes estâncias por agregados, meeiros, posseiros, empregados das estâncias, ex-cativos e etc., produzindo, também, gêneros alimentícios que abasteciam as estâncias, tornando-as um sistema de produção autossustentável no âmbito de sua autonomia alimentar.

Ao mesmo tempo em que criavam seus próprios animais, ajudavam o estancieiro no cuidado com os rebanhos, mantendo seu domínio territorial legitimado pela lei de terras. A nosso ver, aí residem as origens sociais do campesinato tradicional gaúcho. (CHELOTTI, 2009, p. 87-88).

¹⁷ Houve migrações de diversas origens no planalto rio-grandense, como polacos, franceses, espanhóis, romenos e etc., contudo, o maior contingente foi composto por alemães e italianos (FARINATTI, 2010).

Este arranjo territorial, de grandes propriedades rodeadas de pequenas áreas de produção familiar, compôs a região da campanha até o início do séc. XX. Quando outra parte das pequenas áreas de produção familiar se origina através de colonos do norte, mais capitalizados, que compram pequenas partes das grandes propriedades do sul. Alguns dos motivos que os levaram a estes empreendimentos foram a escassez de terras nas colônias, devido ao grande crescimento populacional, e ainda, possuir terras nos campos gaúchos representava *status* para aqueles sujeitos, uma possibilidade de ascensão social. Entretanto, aquelas áreas de pequena produção já existentes e mais estas novas, que se formaram nas franjas dos grandes latifúndios, ainda não representavam relevância econômica para a região (CHELOTTI, 2009).

Esse quadro sofreu alterações com o passar do tempo. Atualmente a Campanha Gaúcha é composta por um número maior de pequenas e médias propriedades, entretanto, a extensão territorial ainda é dominada pelos latifúndios. CHELOTTI (2009, p. 85), a respeito da estrutura fundiária da campanha rio-grandense, afirma:

Ao contrário do que pensa o senso comum, a maioria, ou seja, mais de 60% das propriedades rurais da região são constituídas por pequenas unidades de produção, mas territorialmente ocupando menos de 15% de toda sua superfície. Esse desconhecimento, em parte é explicado pela hegemonia que o espaço latifundiário regional exerceu historicamente sobre a pequena propriedade camponesa.

É bom ressaltar que, essas unidades de produção familiar se territorializaram nas franjas dos latifúndios da Campanha Gaúcha, ou seja, em meio aos territórios latifundiários tradicionalmente ocupados pela pecuária. CHELOTTI (2009, p 87), afirma que: “essa região mostrava características de desenvolvimento brando, [...] e recentemente, também vem sendo utilizada na produção de soja, arroz irrigado e eucalipto, dentro dos moldes da agricultura capitalista.”.

Nas últimas três décadas, podemos observar um rearranjo no território da Campanha Gaúcha, que cabe lembrar, compreende parte do Bioma Pampa. O final do século passado e, a primeira década deste, foram marcados por uma fragmentação de parte das grandes propriedades em diversas regiões da campanha, através da territorialização de assentamentos de Reforma Agrária (CHELOTTI, 2009).

A implantação dos assentamentos foi consequência de uma agenda de luta pela terra estabelecida em vários estados brasileiros, sobretudo, no caso do Rio Grande do Sul, na região da campanha, através dos movimentos sociais de luta pela terra. O objetivo principal destes assentamentos é possibilitar a reprodução social de famílias de agricultores e agricultoras familiares, a partir da produção para autoconsumo e comercialização do excedente em pequenos lotes, com sistemas de produção policultor. Atualmente, entretanto, assistimos uma forte territorialização da produção de *commodities* como a soja, o arroz irrigado e a silvicultura, que vem pressionando a produção policultora dos assentamentos.

O que pode-se inferir a partir do exposto até aqui, no que tange à formação do espaço agrário do Rio Grande do Sul, é que o estado se apresenta sob forte influência das atividades agropecuárias. Apesar das diversas formas de ocupação e a evolução de cada uma delas, podemos pensar na ocupação do centro norte com predominância nas pequenas unidades de produção familiar policultora durante os dois séculos de ocorrência. Apresenta hoje, no entanto, uma reconcentração de terras em algumas áreas para produção de *commodities*.

Já a Campanha Gaúcha, ocupada por propriedades de grandes extensões territoriais, com trabalho assalariado e escravo, principalmente nas charqueadas, e suas franjas ocupadas por pequenas unidades de produção familiar policultora, durante a Colônia e Império. Em meados do século passado viu a modernização conservadora fazer parte de sua transformação enquanto *locus* de produção e lugar de reprodução social. Passou por um processo de fragmentação de parte de suas grandes e tradicionais propriedades, reformadas pelos assentamentos que ressignificaram este espaço. Contudo, tais assentamentos veem sendo pressionados pelas *commodities*, possibilitadas pela atuação no Estado Neoliberal. Este tema é tratado com maior cuidado no capítulo sete desta investigação, quando se discute a realidade encontrada na área de estudo brasileira.

3.2 A FORMAÇÃO DO ESPAÇO AGRÁRIO URUGUAIO

A história de ocupação do território uruguaio guarda relações diretas com a história de ocupação do Brasil, já que os dois países passaram por diversas disputas territoriais. Foi também no séc. XVI, que os primeiros europeus chegaram ao atual território do Uruguai, sua “descoberta” oficial data de 1516. Contudo, adversidades

naturais fizeram naufragar diversas embarcações espanholas e, ainda, os ataques dos povos originários contra os exploradores europeus fizeram frear, em um primeiro momento, a ocupação do território, assim como a ausência de ouro e prata naquela região.

A exploração de riquezas minerais era o principal objetivo das coroas europeias na época das expansões marítimas, de acordo com a tendência mercantil, eram consideradas as características físicas dos territórios para estabelecer o grau de interesse para colonização e exploração. “A pesar del evolucionado proceso de conquista y colonización española en el continente, aún a fines del siglo XVI, todavía no se prestaba atención a los territorios, que como el nuestro, no contaban con riquezas metálicas.” (ACHKAR, et al. 1999, p.22).

Os séc. XVII e XVIII foram marcados por disputas territoriais entre Espanha e Portugal principalmente, contudo, algumas outras coroas também entraram em conflitos – menores – por aquele território, como Reino Unido, França e Holanda. Algumas tentativas de ocupação durante o séc. XVII foram feitas nas terras localizadas a leste do Rio Uruguai, dando origem ao nome estabelecido naquele momento para o que conhecemos hoje como Uruguai, de Banda Oriental. A cidade de Montevideo foi fundada somente em 1726, quando da construção de um forte em 1724 que a antecedeu, a partir de então, a ocupação do espaço daquele país começou a se desenvolver e intensificar.

Iniciou-se, também, a introdução do gado no começo do séc. XVII que: “encontró excelentes condiciones geoecológicas para su posterior reproducción durante los siglos XVII y XVIII, [...]” (ACHKAR, et al. 1999, p.22). O gado espalhado pela Banda Oriental foi fundamental para a ocupação e povoamento europeu: “A Banda Oriental sempre foi vista pelos espanhóis como uma grande estância de criação de gado, que inicialmente era caçado no campo apenas para a exploração do couro, do chifre e da língua.” (MACHADO, 2014, p. 111). Estas atividades eram exercidas pelos colonos a partir de sistemas desordenados, a preocupação com sua organização precedeu as atuais explorações de características extrativistas em latifúndios de base pecuária. Caracterizando uma forma de exploração que buscava a exportação de matéria-prima (couro) e não a necessidade da população local, evoluindo ainda para a implantação da produção de charque, mantendo maior interesse nesta atividade do que na própria propriedade da terra (ACHKAR, et al. 1999).

As terras da Banda Oriental vinham sendo distribuídas pela coroa espanhola através, também, da *Merced de Tierra*, uma versão das sesmarias brasileiras, na qual eram beneficiados aqueles que “mereciam” uma retribuição por serviços prestados à coroa (MACHADO, 2014, ACHKAR, et al. 1999; PIÑEIRO, 2014).

Derivando por diversos canales administrativos en asegurar siempre a un reducido numero de favoritos o favorecidos de la corona, la posibilidad de recolectar suficientes cueros para que fuera rentable la extracción, en una estructura de propiedad que se denomina “latifundio colonial”. (ACHKAR, et al. 1999, p. 23).

Outras formas de acesso a terra, além da *Merced de Tierra*, eram: “Por Reparto, como ocorreu com os primeiros habitantes de Montevideu. [...] Por compra, para quem desejava comprar terras no Uruguai no período colonial.” (MACHADO, 2014, p. 111).

No âmbito da produção, o latifúndio da Banda Oriental passa por uma transformação na qual o couro deixa de ser o principal produto, dando lugar ao charque. Esta mudança caracteriza a passagem do latifúndio colonial para a estância colonial, mantendo a estrutura latifundiária e a exploração dos recursos naturais, tanto na organização quanto na produção (ACHKAR, et al. 1999).

En síntesis, los principales lineamientos de ocupación y apropiación del territorio del país, que aún perduran, se establecen y consolidan en este período, acorde a una serie de parámetros internos y externos que se definen conyunturalmente en cada situación, pero manteniendo históricamente las principales determinaciones, [...] constituídas por los requerimientos externos de cueros, carne para abasto y carne salada. Requerimientos que marcaron la impronta del uso y destino de las actividades pecuaristas en el territorio, pero también definieron la estructura poblacional, ya que la modalidad extractiva no demanda la presencia de grandes contingentes de trabajadores. (ACHKAR, et al. 1999, p. 23-24).

A agricultura, por outro lado, assumia o papel de abastecimento do mercado interno, com algum volume de exportação apenas em anos de sobreprodução. Constituía uma atividade marginal que não competia com a hegemonia da atividade pecuarista, e se apresentava em apenas algumas áreas no entorno de Montevideo, Soriano, Colonia e Canelones.

Como o caso do Brasil, o Uruguai também serviu aos interesses externos em detrimento de sua população original e àquela que se formava nas margens dos latifúndios. “uma grande parte da população rural ocupava as terras pela posse [...]”.

Acabavam ocupando as áreas de limites indefinidos entre grandes propriedades, que até então não eram cercadas.” (MACHADO, 2014, p. 112). Além disto, “estâncias habitadas”, “civilizadoras” ou de “rodeios”, era outro tipo de estância que desenhava o espaço uruguaio, contudo em menor número e ao sul do Rio Negro.

Quando tinham mais de 10.000 cabeças de gado, eram consideradas grandes estâncias, nelas o gado era castrado e marcado, constituíam unidades socioeconômicas praticamente autossuficientes, com uma população pequena, possuíam capela e cemitério próprios. Do mesmo modo que nas estâncias brasileiras, a sede da estância uruguaia mais parecia um forte e os trabalhadores e agregados da estância precisavam estar dispostos a defendê-las dos ataques indígenas e de portugueses. (MOURE, 1999 apud MACHADO, 2014, p. 112-113).

No final do séc. XVII o número de cabeças de gado somava algo perto de oito milhões, que se reproduziam naturalmente e pastavam nos campos de pradarias naturais. Machado (2014) afirma, segundo seu estudo da obra de Rossi (2010), que foi durante o período colonial uruguaio que a função e estrutura atual do seu território foram desenhadas, através de três características principais: a) a atividade produtiva predominante era a criação de gado; b) grandes propriedades tendendo à concentração; c) a posse da terra para produção familiar de abastecimento interno, caracterizando uma apropriação “marginal”.

Esta configuração territorial poderia ter sofrido relevantes transformações a partir da tentativa de alteração desta estrutura, uma proposta de distribuição de terras feita José Gervásio Artigas, através da promulgação do Código Agrário de 1815. Considerado por autores como Galeano (1983) e Maestri (2011), como a primeira Reforma Agrária na América Latina: “Porém, com a derrota da experiência artiguista, se afirmam as principais características do modelo agrário uruguaio que começou a se estabelecer no período colonial [...]” (MACHADO, 2014, p. 113).

Já no final do séc. XVIII, o mercado cubano e brasileiro passou a demandar maior quantidade de charque, o que foi possível atender devido ao grande estoque de gado que se apresentava no Uruguai, foi também incrementado o comércio do couro, que já havia mercado certo, principalmente na Europa. Para isto, houve a necessidade de um processo de modernização, segundo Machado (2014) e Piñeiro (2014), através do cercamento, adição e consolidação da produção de ovinos e melhoramento genético do gado a partir da cruza com o gado europeu. E, segundo Achkar (et al. 1999), além destes, também houve incremento nos setores de

agricultura, indústria, frigoríficos e transportes. Isto alterou as estruturas econômicas que eram baseadas na exploração tradicional, fundamentada nas características naturais daquele território.

O período no qual aconteceram as mudanças apresentadas a seguir compreende as últimas décadas do séc. XIX até meados do séc. XX e, foram provocadas por ações da elite agrária uruguaia, que para tornar eficaz sua atuação, fundou a “Asociación Rural Del Uruguay” em 1871, responsável pela criação do Código Rural que vigorou a partir de 1879.

Na agricultura, houve deslocamento territorial da produção de grãos de Canelones para a região oeste do país, a implementação de um setor horticultura em Canelones e Montevideo e, ainda, pacotes tecnológicos produtivos foram implantados, caracterizando a espacialização da modernização conservadora no país, sob o mesmo discurso com que foi implantado no Brasil (ACHKAR, et al. 1999).

Já a indústria apresentou dois momentos, aquele no qual nasceu uma burguesia industrial, a partir de um grupo de comerciantes, desenvolvendo um setor forte e autônomo e, um segundo momento no qual foi desenvolvido um processo de substituição de importações, com clara regressão no grau de autonomia e buscando adaptar modelos externos de desenvolvimento econômico capitalista ao Uruguai (Ibidem).

Além disto, na esfera da implantação da indústria frigorífica – com a decadência da demanda por charque a partir dos processos de abolição da escravidão na América Latina – foi possível produzir a carne congelada que alcançou mercados internacionais. “Uruguay ocupa su rol como produtor de materias primas en el mundo definiendo desde este momento uno de los productos principales de exportación: la carne refrigerada [...]” (ACHKAR, et al. 1999, p. 25).

Os transportes contaram com a implantação das ferrovias, do Porto de Montevideo e Carreteras, como elementos mais significativos do processo de modernização. As ferrovias significaram grandes progressos para o país ao conectar o território nacional ao Porto de Montevideo, facilitando a exportação de produtos (lã e couro) e, ainda, o transporte de gado para a produção do charque, e em seguida, para os frigoríficos. Além de possibilitar maior facilidade no comércio entre o Porto de Montevideo, o litoral argentino e o sul do Brasil. Todavia, criou grande dependência das empresas britânicas, proprietárias das ferrovias e responsáveis

pela sua construção, impondo um monopólio britânico neste setor. Já em meados do séc. XX, as ferrovias foram compradas pelo Estado Uruguaio, já apresentavam problemas estruturais e começavam a ser substituídas pelo transporte rodoviário. Esta substituição pelo transporte rodoviário e a expansão do Porto de Montevideo foram determinantes para quebra deste monopólio. Isto porque o Porto de Montevideo não pode competir com o transporte ferroviário durante seu auge, além disto, o Porto de Buenos Aires (inaugurado em 1896) crescia e exportava, inclusive, os próprios produtos uruguaiois (Ibidem).

No âmbito da criação de gado, então, houve (por volta de 1870) a implantação de sistemas mistos ovino-bovino e a consolidação da estrutura de propriedade da terra. Através do “Código Rural”, foi imposto o cercamento dos campos: “Muestra de los intereses que se perseguían fue el énfasis con el que se trató el tema de la propiedad privada como derecho inviolable para quienes la poseían.” (MAUBRIGADES, 2000, p. 04). Os cercamentos resolveram os problemas dos grandes produtores rurais no sentido de terem, enfim, suas terras demarcadas e modificaram as estruturas do país no âmbito econômico. Por outro lado, os pequenos e médios proprietários de terras com menor poder aquisitivo, sem condições para investir no cercamento, acabaram por perder as terras que ocupavam.

Assim, a ruína dos pequenos e médios produtores e do campesinato em geral veio através da perda de suas terras, esse processo fez com que aumentassem as posses dos grandes proprietários dedicados à criação de gado, aumentando a concentração de terra em poucas mãos no meio rural uruguaio. (MACHADO, 2014, p. 116).

Ao perderem suas terras e com menor demanda de mão de obra, devido ao cercamento, estes trabalhadores foram expulsos do meio rural, criando uma população marginalizada. O mesmo destino teve os pequenos posseiros que haviam se estabelecido nos limites indefinidos entre as grandes estâncias, segundo Machado (2014, p. 116): “Com a definição e o cercamento das propriedades, não restava mais lugar para que estes ali vivessem e pastorassem o seu gado.”.

Foram altos os investimentos dos grandes proprietários em parceria com o Estado para o cercamento das estâncias, no qual o principal objetivo era delimitar as terras e a melhoria genética do gado para atender aos padrões internacionais. Ao delimitar as terras, os grandes estancieiros eliminavam a concorrência dos

camponeses pobres que caçavam o gado xucro pelos campos e os pastoreavam em terras comuns, com outros camponeses pobres e/ou nas franjas indefinidas das grandes propriedades e, extinguíam a possibilidade do “comunismo camponês” (ACHKAR, et al. 1999; MACHADO, 2014, PIÑEIRO, 2014).

El alambrado, al fijar el límite preciso y cerrar la gran propiedad, eliminó esa situación. Decía Carlos María de Pena en 1882: "... Ha cesado en gran parte aquel comunismo de las praderas naturales, para el apacentamiento de los rebaños. El cerco de alambres ha dado seguridad a la propiedad rural; ha obligado a cada uno a vivir de lo suyo y a usar sus propios recursos ... ". Con ello se eliminaba la posibilidad de la pequeña explotación ganadera, desaparecían el minifundista y el agregado. Domingo Ordoñana, el principal ideólogo de la Asociación Rural, no tenía reparos en confesar que ése había sido uno de sus objetivos fundamentales al pugnar por la implantación del alambrado, desalojando a esos hombres de la explotación pecuaria. "Las consideraciones que hemos aducido nosotros para prestigiar el cercamiento de la propiedad, más bien fueron de orden moral que de orden físico, porque con el cercamiento queda la división bien hecha entre los que son terratenientes y los que viven en la condición de agregados, y estos que son numerosos, deben perder esperanza de ser ganaderos, ni de ser útiles en la ganadería industrial y deben necesariamente doblar la cabeza sobre el arado que es su vida y su porvenir". Allí está la expresión más diáfana de un interés exclusivamente clasista. (NAHUM, 1968 apud MACHADO, 2014, p. 118).

Este processo desocupou grande quantidade de mão de obra, muitas famílias ficaram sem emprego, sem terra, sem gado. Com medo de um levante popular no meio rural, houve uma tentativa de inserir estes camponeses novamente no trabalho no campo através da agricultura em “Tierras Fiscales”, que seriam aquelas ainda não ocupadas pela grande propriedade. Contudo, ao tentar colocar em prática, o governo uruguaio esbarrou em dois problemas: a) a maior parte das “Terras Fiscales” havia sido invadida pelos grandes proprietários quando do cercamento; b) os camponeses não possuíam habilidade para agricultura, já que sua tradição era a pecuária.

Assim, em meio a uma crise econômica na última década do séc. XIX, diversos questionamentos relacionados à grande propriedade baseada, principalmente, na criação de gado, começaram a ser levantados por parte de uma elite mercantil, no sentido de considerarem o latifúndio agroexportador um atraso.

O latifúndio passou a ser identificado com o atraso em que o país se encontrava, do ponto de vista do desenvolvimento industrial e econômico e passou a ser duramente criticado por alguns setores, porém eram os estancieros ou *tierratenientes*, muito bem representados pela *Asociación Rural*, os responsáveis por manter a campanha gaúcha relativamente em

paz e por sustentar no poder os governantes, sendo capazes de impor o governo militar e de retirá-lo quando este não mais era útil aos seus propósitos. (MACHADO, 2014, p. 122).

A partir desta crise e questionamentos, surge o Batllismo¹⁸ que “[...] propuso um conjunto de políticas e reformas para dotar al país de la infraestructura necesaria para concretar los objetivos de desarrollo.” (ACHKAR, et al. 1999, p. 27). Batlle buscou implantar o Estado de Bem-estar Social no país e a partir do excedente da produção agropecuária, desenvolver os setores agroindustriais e urbanos:

[...] procurou-se modernizar a economia uruguaia, mediante intervenção estatal em diversos setores da economia, as medidas se mostraram exitosas no que diz respeito aos resultados econômicos e ao avanço do bem-estar social. (MACHADO, 2014, p. 123).

Segundo Maubrigades (2000), diversas conquistas no âmbito das leis trabalhistas foram alcançadas e com relação ao acesso a terra, o que o governo Batllista fez de mais relevante foi a taxaçoão progressiva na tentativa de frear a concentraçoão de terras, contudo, com relação aos camponeses pobres, não houve avanço.

[...] a primeira metade do século XX significou um período de “vacas gordas” para o Uruguai, com os frigoríficos funcionando a todo o vapor. Houve uma política de colonizaçoão com participaçoão de estrangeiros, sobretudo a partir de 1915, começou a crescer a agricultura ainda que timidamente, porém após o fim da Segunda Guerra Mundial, o país entra em uma nova fase, a mecanizaçoão.

Neste sentido, concentremos os olhares para a produçoão agropecuária, tanto a criaçoão de gado quanto a agricultura. A modernizaçoão das atividades agropecuárias começou, efetivamente, a partir de 1860, caracterizando uma revoluçoão produtiva. O sistema de criaçoão misto (bovino-ovino) na mesma área foi uma das principais características e possibilitava a minimizaçoão de riscos: “[...] porque años buenos para el vacuno (lluviosos) compensaban las perdidas en la produccióón ovina la que se vería favorecida en los años secos.” (ACHKAR, et al.

¹⁸ O Batllismo representou uma corrente de pensamento dentro do Partido Colorado. Durante o período governado por Jose Batlle y Ordoñez e seus seguidores, no início do século XX, ocorreram uma série de modificaçoões nas relaçoões entre Estado e sociedade, que somente começaram a ser introduzidos no restante da América Latina pelos governos “populistas” da década de 1930. A legislaçoão social que o batllismo desenvolveu teve como principais objetivos a organizaçoão do mercado de trabalho e a criaçoão de um mercado interno consumidor dos produtos da reorganizada indústria nacional. (SOUZA, 1998 apud MACHADO, 2014, p. 122).

1999, p. 28). Como nas demais grandes produções ao redor do mundo, esta também não se atentava à degradação ambiental, provocando o empobrecimento dos solos e degradação das pastagens naturais.

Foram vários os fatores que levaram às mudanças do meio produtivo, consideremos as mais importantes, de acordo com Achkar (et al. 1999): a) a decadência na demanda de charque no mesmo momento em que houve uma superprodução do mesmo, fazendo despencar os preços; b) a melhoria genética do rebanho ovino a partir de matrizes trazidas da França e Alemanha; c) a parceria entre estancieiros e pastores vascos imigrantes (com grande tradição pastoril) em áreas de excelentes condições geológicas permitiu altos lucros para os primeiros e possibilitava ascensão social através de um processo de capitalização aos segundos; d) crescente demanda por lã na indústria têxtil europeia; e) a Guerra de Secessão americana prejudicou a produção de algodão no sul daquele país, que era o principal produto concorrente da lã. Somado a estes fatores, a redução de cabeças de gado após a Guerra Grande e o processo de pacificação do meio rural foram condições conjunturais que promoveram o crescimento de 2000%, em 17 anos, do rebanho de ovinos.

A lã, então, ganha espaço no mercado e passa a ser o principal produto de exportação uruguaia, ultrapassando o couro bovino e se firmando como alternativa para a crise de superprodução bovina. Contudo, a degradação causada à vegetação de pastagens nativas e ao solo não foi considerada naquela ocasião, se apresentando mais tarde como grande problema:

Pero de todas formas parece importante señalar que la introducción de lanares en el sistema pastoril tradicional del siglo XIX constituyó la promesa de rubro salvador del sector agropecuario de cara al exterior. Hoy, después de más de 100 años ¿no se estará repitiendo la experiencia con los eucaliptos? (ACHKAR, et al. 1999, p. 30).

Outro elemento na articulação das transformações apresentadas pelo processo de modernização da agropecuária foram os cercamentos, como já apresentado, aliado ao Código Rural. Tendo como principais objetivos, segundo Achkar (et al. 1999, p. 30):

- asegurar la propiedad de la tierra (demarcación, mensura y elaboración del título de propiedad)
- asegurar la propiedad indiscutida sobre el ganado
- eliminar el abigeato (con soluciones militares, castigo con prisión)
- permitir la explotación ganadera con potreros

- medianería forzosa (quien alambraba sus campos tenía derecho de exigir la mitad de los gastos a los linderos).

Os cercamentos se constituíram em um marco de grande relevância para a composição do território uruguaio, se a exploração do gado proporcionava sentido econômico para o país, os cercamentos e o Código Rural proporcionou sentido político. A expulsão dos camponeses pobres e a delimitação das terras “[...] consolidó definitivamente la propiedad de la tierra, desplazó a los ocupantes fiscales y a los ganaderos de menos recursos.” (PIÑEIRO, 2014, p. 216). Deste modo, mesmo o Uruguai tendo sido o último país latino-americano a ser colonizado (pela ausência de minerais preciosos), foi o primeiro a promulgar a propriedade da terra, eliminar terras fiscais (que no Brasil são chamadas de terras devolutas), e: “Desde entonces, no existe en Uruguay la frontera agrícola.” (BARRÁN; NAHUM, 1967).

O processo de pacificação do meio rural uruguaio representou mais um elemento na articulação da modernização das atividades agropecuárias. Era necessário estabelecer a paz e a unidade do país na reorganização das atividades agropecuárias, pois após os levantes armados, a mão de obra esteve escassa e o rebanho bovino caiu vertiginosamente. Através da atuação do governo militar de Lorenzo Latorre (1876-1880), a repressão generalizada tomou conta do espaço rural buscando a paz interna e a ordem. A “Asociación Rural del Uruguay” teve papel fundamental neste processo, auxiliando na consolidação do papel dominante e de hegemonia do latifúndio baseado na criação de gado (CURI, 2011).

La gremial estaba llamada a cumplir un importante rol en la construcción del capitalismo y de la sociedad civil. Ella fue promotora de una transformación del agro - más rápidamente exitosa en definir sus objetivos, prioridades y en elaborar textos que en modificar la realidad de la campaña - apostando a una moderna agropecuaria. (CURI, 2011, p. 43-44).

Nesse sentido, as bases para a modernização das atividades agropecuárias estavam fundadas, a partir de uma elite dominante que mantinha ações voltadas a atender o mercado internacional e seus próprios interesses capitalistas.

Com relação à agricultura, como já destacado, sua principal característica é sua condição marginal a todo o processo de exploração pecuária, demonstrando um processo de modernização mais demorado e heterogêneo, ao contrário da relativa estabilidade da pecuária.

La producción agrícola tuvo un desarrollo incierto y dependiente de factores coyunturales, vinculando sus cosechas a las satisfacciones de la demanda interna y ocasionalmente a la exportación de algunos rubros. Esta situación condiciona que el proceso de modernización en la agricultura sea posterior al ganadero e incluso más lento y heterogéneo. (ACHKAR, et al. 1999, p. 32).

Os cercamentos dos campos uruguaios contribuíram para o deslocamento da incipiente agricultura das áreas de Montevideo e Canelones para a costa oeste, áreas que apresentavam melhores condições para desenvolvê-la (San José, Colonia e Soriano). Os principais produtos eram grãos (trigo e milho) para satisfazer a demanda da capital e um lento processo de tecnificação através de arados, sementes selecionadas e debulhadores se inicia no começo do séc. XX.

Este deslocamento acabou por liberar terras em Canelones e Montevideo, que passaram a produzir hortaliças e frutas, itens com maior valor econômico. A população de Montevideo crescia, e a venda destes produtos frescos foi um nicho de mercado para os produtores que eram compostos, em sua maioria, por imigrantes europeus.

La elite cifró las expectativas para el desarrollo de la agricultura en la incorporación de agricultores europeos con experiencia y conocimientos. [...] alentó una literatura y acciones concretas a favor de proyectos de colonización (en tierras fiscales, aprovechando el fraccionamiento de estancias) y programas para atraer campesinos europeos. (CURI, 2011, p. 52).

Contudo, os trabalhadores rurais uruguaios – ainda apegados à pecuária – e os agricultores descendentes de canários, foram relegados neste processo, pois havia: “La visión crítica de la elite respecto a los agricultores apegados a tradiciones y prácticas que generaban una agricultura pobre (rubros y calidades) [...]” (CURI, 2011, p. 52). A prosperidade da agricultura uruguaia esbarrou em alguns aspectos, além do fato de relegar parte de uma população de trabalhadores rurais (pequenos pecuaristas e agricultores considerados atrasados), a incorporação de novas áreas para a agricultura não era possível, já que o processo de apropriação de terras havia sido completado ainda no período colonial e o processo de independência do país definiu suas fronteiras, impossibilitando sua expansão (CURI, 2011). A hegemonia da pecuária mantinha as bases latifundiárias no país, dificultando a ascensão da agricultura, mesmo e apesar do projeto Batllista.

La empeñosa política pro-agrícola del Estado no dio frutos relevantes; varias iniciativas en materia de fomento rural y de colonización quedaron

truncas o se cumplieron parcialmente... Casi el 90% de los predios agrícolas eran minifundios y el problema principal, que era el de la tenencia de la tierra no fue modificado. (NAHUM, 1974, apud ACHKAR, et al. 1999, p. 32).

A agricultura não chegou a ocupar mais que 6% do território nacional, e é mantido este panorama nas primeiras quatro décadas do século passado, quando em meados de 1940 começam a ser implantados os pacotes tecnológicos. Estes representaram um veloz e pujante processo de modernização na agricultura, assim como no Brasil, chamada tradicionalmente de “Revolução Verde” (PIÑEIRO, 2014; CURTI, 2011), que optamos em chamar neste trabalho de modernização conservadora, já que tecnifica a atividade, mas mantém as características da estrutura fundiária nacional.

As primeiras décadas do séc. XX foram marcadas por certo crescimento econômico e melhorias na qualidade de vida, caracterizando bons níveis de Bem-estar Social, levando o Uruguai a ser conhecido com a “Suíça da América”. É importante destacar alguns dos elementos que se apresentaram para que assim ficasse conhecido, que tiveram início ainda no final do séc. XIX: a) foi a segunda nação do mundo a estabelecer por lei um sistema educativo gratuito, obrigatório e laico; b) foi um dos primeiros países do mundo a estabelecer por lei o direito ao divórcio e o direito ao sufrágio feminino; c) com as potências mundiais aniquiladas pela I e II Guerra Mundial e o processo de industrialização do país em curso, deixou-se de importar produtos industrializados europeus passando a fabricá-los em território nacional, promovendo alto índice de ocupação da mão de obra no país; d) a infraestrutura de saúde e educação alcançava índices superiores a alguns países europeus; e) excelentes serviços públicos de energia, telefone, gás, rodovias, ferrovias, água e saneamento (BONFANTI, 2011, p. 91).

Com a crise conjuntural a nível mundial em meados do século passado, consequências foram enfrentadas no país e percebeu-se, que apesar dos bons tempos, graves problemas assolavam o Uruguai. “[...] expulsión de la población rural, rebaja de los salarios obreros, desempleo y marginalización urbana y con procesos inflacionarios que comenzando a partir de los años 50 abarcarían las próximas décadas.” (ACHKAR, et al. 1999, p. 33). A tabela 02 mostra a evolução da inflação no país naquele período.

Tabela 02 – Uruguai: Inflação²³, entre 1940 e 1967.

Ano	Média do índice de inflação
1940-1950	5,1%
1951*	20,9%
1951-1961	18,1%
1957*	27%
1962-1968	60%
1967*	136%

* Pico inflacionário do período.
 Fonte: Achkar (et al. 1999).

Tendo a crise como pano de fundo, ao passo em que protestos da classe trabalhadora e classe média surgiram em enfiamento aos ajustes que levavam à socialização das perdas, foi implantado o regime militar para contê-los. Desta forma, buscou-se manter os privilégios das elites, fazendo com que atualmente o país apresente custos sociais difíceis de serem superados a partir de sua posição dependente da economia mundial, além dos custos ambientais que acabam por impossibilitar novos estilos de desenvolvimento (ACHKAR, et al. 1999; CURI, 2011).

El panorama mundial y regional hoy, coloca a los sectores productivos reales como un escenario donde la globalización, la mundialización y los procesos de integración estarían comandados por la expansión de los intercambios comerciales, y por la movilidad de capitales en la búsqueda de nuevas rentabilidades. Es decir, se presenta la articulación de los distintos espacios nacionales en la estructura de consumo y comercialización mundial. (ACHKAR, et al. 1999, p. 34).

Diante deste contexto, percebe-se que o processo de globalização e estruturação uruguaia começou no período pré-pecuária, se consolidou durante a modernização desta atividade e foram colhidos os frutos em meados do século XX. Se assim foi, qual o motivo para a abertura do mercado a partir da articulação com o mercado mundial? Como no Brasil, o discurso oficial do neoliberalismo não condiz com a realidade. O neoliberalismo usa dos problemas conjunturais globais, como a pobreza e degradação do meio ambiente, para justificar suas ações nos países em desenvolvimento.

Las conceptualizaciones globalizantes mas allá de su elaboración teórica, en la práctica no aportan nada nuevo en la articulación y estructuración del sistema agropecuario uruguayo. Las soluciones difícilmente pueden provenir desde donde se obtuvieron los problemas. Es mas probable pensar que se profundicen los problemas, generando mayores costos ambientales (erosión

de suelos, degradación ecosistêmica), mayores costos sociales (expulsión de productores y población rural, procesos de contra reforma agraria) y mayor dependencia tecnológica. (ACHKAR, et al. 1999, p. 34).

Assim, experimenta-se também no Uruguai, ao longo da segunda metade do século passado, os efeitos da crise que afetou a economia a nível mundial. E a influência neoliberal, neste cenário, traz consequências diretas aos setores de produção agropecuária, que buscam se integrar ao sistema produtivo e reprodução do capital globalizado, em detrimento às necessidades da população, ou seja, o abastecimento alimentar interno.

Neste sentido, um tema essencial, do ponto de vista ideológico, a ser tratado é a Reforma Agrária. Na primeira metade do séc. XX foram vivenciados em diversos países ao redor do mundo, processos de reforma agrária, sendo na maioria deles com objetivo político e em outros por motivos ideológicos. Na América Latina os projetos de reforma agrária propostos pelo Estado, em sua maioria, tinham o objetivo político de conter os conflitos territoriais no meio rural, o que não quer dizer que não houvesse uma parcela da população que lutasse por um reforma agrária democrática.

O mundo vivia uma polarização pós II Guerra Mundial, de um lado os países capitalistas e de outro os países socialistas. O que aconteceu em quase toda América Latina, foi uma proposta de reforma agrária, buscando conter as revoltas e uma suposta guinada a caminho do socialismo pelos camponeses organizados. Acredita-se que os Estados Unidos – que passou a ocupar a posição de potência mundial do “lado capitalista” do mundo – influenciaram diretamente nestes processos com medo de uma reviravolta socialista.

A maioria destes projetos, nos países em desenvolvimento da América Latina, não foram implantados na prática ou, foram implantados parcialmente para “evitar por este médio la expansión de la revolución cubana en el continente” (ACHKAR, et al. 1999, p. 41). Os fracassos postulados do projeto desenvolvimentista do meio rural foram seguidos pela implantação de regimes militares nestes países, na tentativa de conter os processos revolucionários.

O próximo passo, já durante os governos militares, foi a implantação da modernização conservadora, que expulsou, ainda mais, pequenos produtores, camponeses e trabalhadores rurais do campo, corroborando o processo de concentração de terras e riquezas:

[...] en Uruguay desaparecieron más de 10.000 productores trigueros. El 'progreso' necesitaba una 'modernización del agro' donde el 'atrasado' no debía ser substituído por cooperativas (autogestionarias y sustentables) sino por empresarios o empresas capitalistas. (ACHKAR, ET AL. 1999, P. 43, grifos dos autores).

Percebe-se, com as devidas especificidades, que a linha do tempo de uma proposta de reforma agrária política e mal sucedida, governos militares, abertura para democracia, implantação do neoliberalismo e levantes populares, parece ter sido muito semelhante entre Brasil e Uruguai.

O direito a terra, considerando “la posibilidad de producir nuestros propios alimentos, en forma sana y de acuerdo a nuestras pautas sociales y culturales; o el derecho que todos tenemos a habitar un pedazo de tierra en forma digna y estable.” (COMISIÓN NACIONAL DE FOMENTO RURAL, 2015, p. 02), está em pauta na busca pela Soberania Alimentar dos povos.

O campo uruguaio apresenta atualmente três classes sociais rurais: os produtores empresariais, os agricultores familiares (chamados legalmente, no Uruguai, de pequenos produtores¹⁹) e os trabalhadores assalariados rurais. Este quadro, em consonância com a figura 06, alerta para a forma de gestão do território que acontece no país com influência direta do neoliberalismo.

Em 10 anos foram vendidos 6,2 milhões de hectares (ha), sendo 96% da terra vendida por uruguaio para empresas transnacionais, enquanto apenas 10 mil ha foram vendidos com objetivo de fixação da agricultura e pecuária familiar. A silvicultura cresceu em uma ordem de 30 mil para um milhão de ha entre os anos de 1990 e 2010, tendo quatro empresas possuindo 720 mil ha (UPM, Montes del Plata, GFP e Weyerhaeuser). É importante destacar ainda que, a Lei Florestal aprovada em 1987, possibilitou esta transnacionalização da terra no Uruguai. A agricultura monocultura de soja cresceu de 10 mil para 1.150.000 ha, entre 2000 e 2011/12 (COMISIÓN NACIONAL DE FOMENTO RURAL, 2015).

Figura 06 – Mercado de terras no Uruguai (2000-2010).

¹⁹ Este conceito será discutido no próximo capítulo, quando da discussão sobre os modelos de produção no campo.



Fonte: COMISIÓN NACIONAL DE FOMENTO RURAL, 2015.

Estes dados corroboram a tendência pela concentração de terras no país, estrutura fundiária consolidada desde o tempo colonial, que vem se intensificando desde a década de 1960.

Como mostra a tabela 03, estes dados caracterizam o que Achkar (et al. 1999) chama de contra reforma agrária, pois diminui a quantidade de unidades produtivas, comprometendo a segurança alimentar da população uruguaia, aumentando as condições de dependência da produção agropecuária, que é condicionada à demanda do mercado internacional.

Tabela 03 – Uruguai: Concentração de terras (1961-1995).

	1961	1970	1980	1986*	1990	1995**
Nº total de establecimientos agrícolas	86.928	77.163	68.362	57.354	54.816	51.336
Desaparición de productores, com respecto a 1961	0 (0%)	9.765 (11.2%)	18.566 (21,4%)	29.574 (34%)	32.112 (36,9%)	35.592 (40,9%)
Promedio de has. por establecimiento	184.1	207.4	234	278.9	291.9	311.7
5 de concentración de la tierra respecto a 1961	100%	112.7%	127.1%	151.5%	158.5%	169.3%

Elaborado en base a datos de:

DIEA – Censos Agropecuarios 1961/1970/1980/1990

(*) DIEA Censo General por muestro. 1986

(**) DLCO.SE. (1996)

Nota: en todos los cálculos del cuadro se utilizó como superficie total destinada a usos rurales la cifra media de 16.000.000 has.

Fonte: Achkar (et al. 1999, p. 51).

Portanto, assim como no Brasil, o espaço agrário uruguaio está caracterizado por uma estrutura fundiária concentradora, que vem passando por um intenso processo de transnacionalização de suas terras, sob efeito neoliberal. Colocando sua população em situação de alerta no que diz respeito às desigualdades sociais, má distribuição de terras e renda, mostrando consequências diretas na Soberania Alimentar.

3.2.1 A formação do espaço agrário de Canelones

Como pode-se perceber, o espaço agrário uruguaio iniciou seu processo de ocupação do território pelos europeus tardiamente, se comparado ao Brasil Tropical. O Departamento de Canelones não foge à essa regra, se apresentando inicialmente, como espaço, majoritariamente, pecuário.

Algumas hipóteses podem ser levantadas para justificar a ocupação tardia do território uruguaio pelos europeus, assim como o desenvolvimento da pecuária dissociada da agricultura.

[...] a) que fue un proceso tardío, cuando ya había entrado el siglo XVIII a consecuencia del “calentamiento” de la frontera inter-imperial; b) que *el ganado precedió al colono*, frase que resume cabalmente la convicción de que en estos territorios antes que hombres hubo riqueza (ganadera), y de que aquellos vinieron tras ésta; c) que el territorio al norte del Río Negro fue marginal en cuanto al proceso inicial de poblamiento y valorización del territorio, de modo tal que siguió siendo hasta mucho después el refugio natural de tribos indígenas resistentes a la dominación blanca, y de un

conjunto heterogéneo de población trashumante dedicados a formas marginales (económica y socialmente hablando) de vida. (MORAES, s/d, p. 03).

Além disso, o uso de instrumentos primitivos e a ausência de cercas que delimitassem o espaço agrícola e pecuário, os diversos conflitos territoriais que frearam o desenvolvimento da agricultura, a abundância de terras somada à baixa população no campo e, por fim, a modernização da pecuária, foram outros motivos que podem explicar a subordinação da agricultura pela pecuária no espaço agrário uruguaio, assim como sua estrutura fundiária baseada em latifúndios.

Seguindo os mesmos rumos da maior parte do país no que tange à sua ocupação territorial, Canelones foi desmembrado de Montevideo em 1778, quando ainda mantinha características territoriais como as citadas no parágrafo acima. Está localizado na região centro-sul do país, apresentando relevo homogêneo, composto por planícies sedimentares, pertencente ao Pampa e à Bacia do Rio da Prata.

Na primeira metade do século XIX se formaram núcleos de ocupação por ingleses, funcionários de altos cargos na companhia ferroviária, que se estabeleceram, principalmente, onde hoje estão localizadas as cidades de Aguas Corrientes, Progreso e Atlántida.

Já entre as décadas finais do século XIX e primeira metade do século XX, considerado o período de modernização das atividades produtivas, o país sofre algumas transformações no seu espaço agrário, tendo como consequências:

[...] la consolidación de la estructura de la propiedad de la tierra con la introducción del alambrado, el mestizaje del ganado con la delimitación de los potreros, la implantación de sistemas productivos mixtos (bovino-ovino) y el gran desempleo entre la población rural. (ACHKAR et al., 2016, p.202).

A partir disso, foi possibilitado, através de políticas públicas de colonização agrícola, crédito rural e a fundação da Faculdade de Agronomia e Veterinária, um novo modelo de desenvolvimento agropecuário. Este reordenamento territorial permitiu que o espaço agrário de Canelones passasse a produtor de grãos (principalmente trigo e milho) para abastecimento interno.

En las tres décadas iniciales del siglo XX se incrementó el área agrícola, teniendo en cuenta un conjunto de factores: el alto precio de los cereales en el mercado internacional, el fortalecimiento del mercado interno, la aplicación de políticas proteccionistas, la colonización agrícola, el aprovechamiento de los conocimientos de los inmigrantes europeos y la

visualización política de que la agricultura es una actividad dinamizadora en el medio rural en relación con la ganadería. (ACHKAR et al., 2016, p.227).

Dessa forma, os primeiros imigrantes e colonos a se estabelecerem na região, naquele momento de reordenação territorial, foram canários, asturianos, bascos e mestiços das primeiras gerações. Isto fez com que se estabelecessem diversas “modalidades sociales, aportes lingüísticos y cultura material y espiritual de aquellos que echaron sus raíces en estas tierras y en ellas configuraron una tipología humana distinta, produto de sucesivas y reciprocas aculturaciones.” (ALJANATI et al., 1970, p. 07).

A partir da metade do século passado, compreendido pelo período de estancamento e crise das atividades produtivas, outros reordenamentos territoriais foram observados em todo o país, principalmente pela introdução dos pacotes tecnológicos conhecidos como “Revolução Verde”. Neste sentido, há uma mudança na localização da produção de grãos do centro-sul, onde se localiza Canelones, para o litoral oeste, na busca de melhores condições geológicas²⁰ para a produção que se industrializava cada vez mais.

A imigração canária, principalmente, se estabelecendo na região de Canelones a partir de pequenos lotes de terra, na condição de colonos, contribuiu para o estabelecimento deste departamento como produtor de hortifrúti. Um nicho de mercado que surgia diante da demanda do aumento da população na capital. Mais habilidosos com a agricultura do que com a pecuária e, descapitalizados (sem grandes possibilidades de se inserirem na produção pecuária industrializada já consolidada em diversas partes do país), os canários passaram a se dedicar ao abastecimento da capital pelas hortaliças, fruticultura, leite e derivados, assim como a pecuária de corte e policultivo para autoconsumo.

Concomitantemente às transformações do uso e ocupação do solo agrícola, não foram promovidos apenas reordenamentos territoriais rurais, o meio urbano também passou por processos de ocupação importantes.

Por estar localizado na divisa com Montevideo, Canelones apresenta algumas especificidades como o fato de ocupar a segunda posição no ranking de densidade

²⁰ Conhecida como “Agricultura de Secano” no Uruguai: “En este tipo de sistema los cultivos aprovechan el agua que queda almacenada em los suelos, aportada por las lluvias y/o presencia de aguas subterráneas. La retención del agua depende de la textura, estructura y profundidad de los suelos. Este tipo de agricultura es predominante em los departamentos del litoral oeste del país: Salto, Paysandú, Río Negro, Soriano, Colonia [...]”. (ACHKAR et al., 2016, p.247).

demográfica, perdendo apenas para a própria capital; apresenta maior densidade demográfica nas áreas que rodeiam Montevideo (ACHKAR et al., 2016). A figura 07 apresenta o mapa de densidade demográfica do Departamento de Canelones, com dados de 2011. Pode-se observar que Canelones permanece apresentando alta densidade demográfica, estando categorizado, neste aspecto, no mesmo nível de hierarquia de Montevideo.

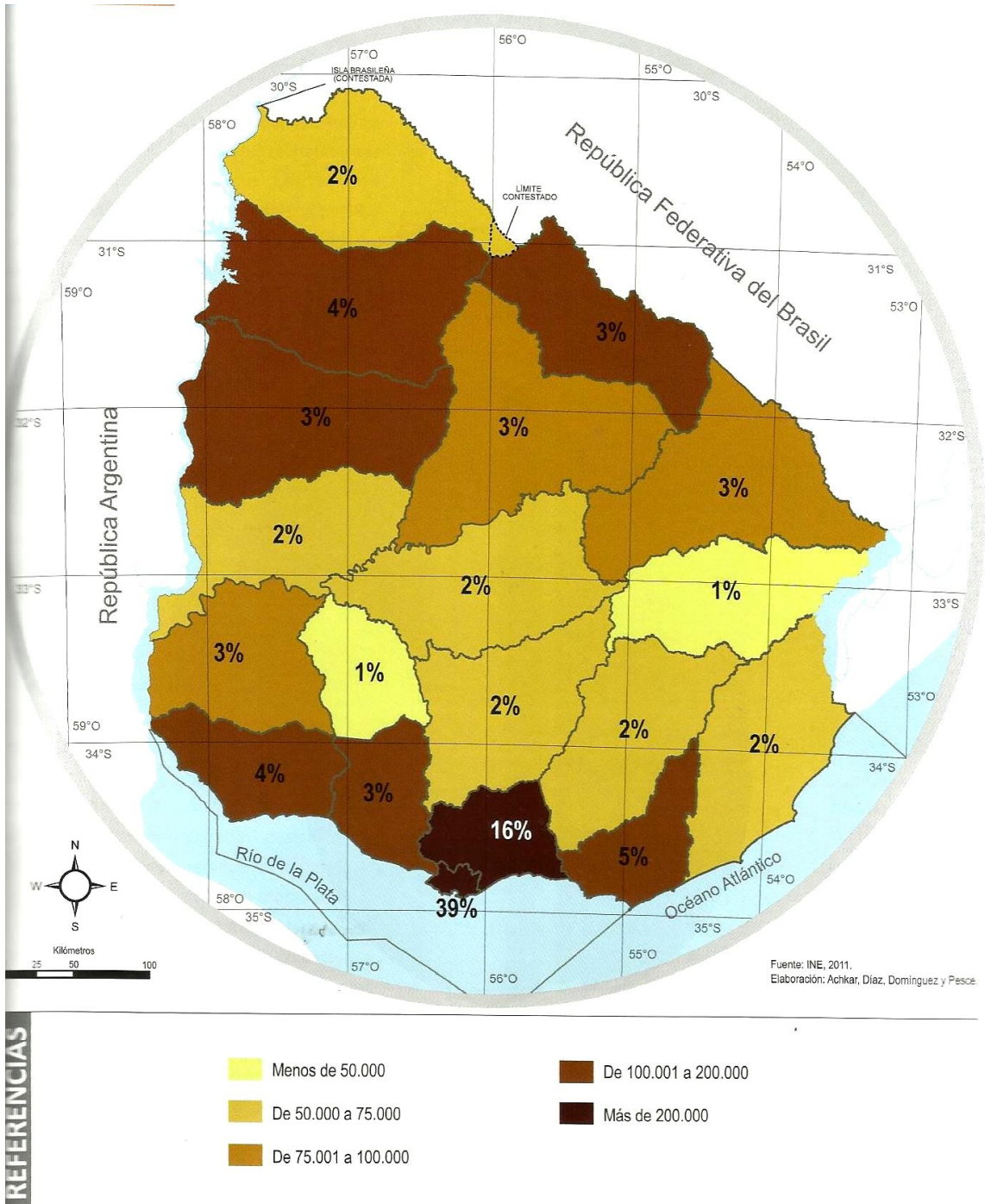
Ter a segunda maior taxa de densidade demográfica do país está diretamente ligado ao vertiginoso aumento da população no século passado nos arredores de Montevideo, acompanhando seu crescimento, caracterizando a área como “villas-dormitorio”.

En 1852 lo habitaban 17.717 personas; en 1860 sus pobladores alcanzaban a 20.458. Entre el primero y el último censo de población de este siglo las cifras saltan bruscamente: desde los 87.874 habitantes que registró el censo de 1908, se llega, en 1963, a 256.200 pobladores. La proliferación de fraccionamientos y de las llamadas "villas-dormitorio" permiten suponer que esta última cantidad há sido ampliamente superada en los años más recientes. (ALJANATI et al., 1970, p. 07).

As “villas-dormitorio” ou, “ciudades-dormitório”, como conhecemos no Brasil, são uma característica intrínseca do Departamento de Canelones no entorno de Montevideo. Isto se dá pelo fácil acesso à capital a partir deste departamento, as distâncias a percorrer são pequenas e a disponibilidade de vias de acesso é grande. Contudo, mesmo tendo a maior parte de sua população urbana, ainda assim, Canelones apresenta a maior densidade demográfica rural entre os departamentos do Uruguai, com exceção de Montevideo, como pode ser observado na figura 08. Montevideo e Canelones aparecem em marrom mais escuro, apresentando as maiores taxas de densidade demográfica.

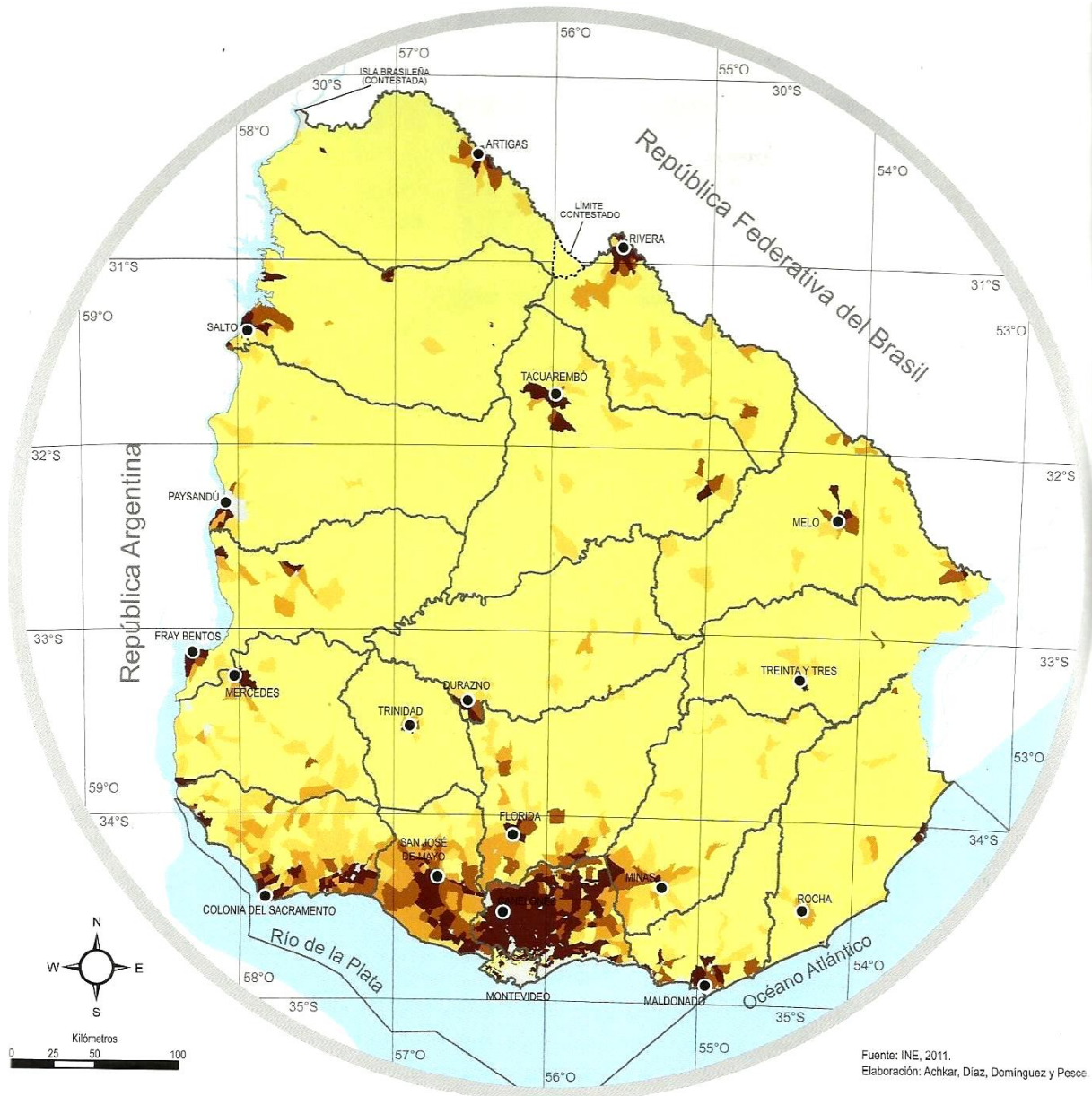
O fato do departamento ser o maior produtor de hortifrúti para abastecimento da capital, apresentando também grande parte de seus imóveis rurais categorizados como pequenas e médias propriedades, com destaque para a mão de obra familiar, pode ser alguma das explicações para a grande quantidade de habitantes no seu meio rural.

Figura 07 – Uruguai: Densidade demográfica por departamentos/2011.



Fonte: ACHKAR (et al. 2016).

Figura 08 – Uruguai: Densidade demográfica rural por departamento.



REFERENCIAS



Fonte: ACHKAR (et al. 2016).

A partir do ponto de vista econômico, os canários foram fundamentais na ocupação do espaço de Canelones, tanto urbano quanto rural, podendo ser classificados em três categorias: “urbana (habitantes de ciudades y pueblos), suburbana (periferia de los centros poblados) y rural, que comprende la establecida en forma relativamente aislada y al borde de rutas y caminos.” (ALJANATI, 1970, p.

08). Assim, nos concentremos na população rural que desenvolve atividades de agricultura, pecuária de corte e leite.

Em 1970, a distribuição territorial de Canelones já apresentava uma maioria de 15.215 estabelecimentos rurais (93,5% do total de 16.276) com até 50 ha considerados como minifúndio, de acordo com a legislação uruguaia.

"No hay latifundios en Canelones", podría afirmarse con tranquilidad. Y, sin embargo, 12 predios mayores de 1.000 hás. ocupan en su conjunto más de 17.000 hás. (el 5% de la superficie total del departamento). Junto con los 1.049 predios cuyas superficies oscilan entre 50 y 999 hás. cubren una superficie casi similar a la de aquellos 15.215 minifundistas. (ALJANATI, 1970, p. 22).

Portanto, pode-se perceber que mesmo tendo 93,5% do total de estabelecimentos considerados minifúndio em 1970, ainda assim, existia concentração de terras no departamento. Uma característica de estrutura fundiária comum naquele país, assim como no Brasil.

Atualmente a situação se intensificou, segundo Censo Agropecuário de 2011 (MINISTÉRIO DE GANADERÍA, AGRICULTURA Y PESCA, 2011), dos 7.790 estabelecimentos pesquisados em Canelones, 6.406 possuem até 50 ha, ou seja, 82,23% do total. Os estabelecimentos que possuem de 50 a 999 ha somaram 1362, representando 17,48% do total e, aqueles com mais de 1000 ha somaram 22, representando 0,28%. Ou seja, o número de estabelecimentos com menos de 50 ha caiu vertiginosamente, ocupando 26,89% da área total de 336.805 ha explorados, 62,24% da área está concentrada em estabelecimentos entre 50 e 999 ha e, 10,8% da área corresponde aos estabelecimentos com mais de 1000 ha. Portanto, 83,23% dos estabelecimentos possuem até 50 ha e ocupam apenas 26,89% do total de área, corroborando mais uma vez a estrutura fundiária com grande de concentração de terras.

Cabe ressaltar que esta intensificação na concentração de terras acompanhou dois fatores importantes. O primeiro deles é a inserção dos pacotes tecnológicos da modernização conservadora do campo, que se iniciou em meados do século passado, já causando a expulsão daqueles que não eram capitalizados o suficiente para se inserirem naquela lógica de mercado. E o segundo é a ascensão do neoliberalismo a partir da década de 1990, tendo como uma das consequências a expansão em área das lavouras de soja e silvicultura por todo país, facilitada pela

estrangeirização das terras uruguaias. Ambos os processos também estão intrinsecamente ligados ao advento, consolidação e expansão do agronegócio no Uruguai, possibilitado por tais medidas neoliberais.

Contudo, e em função do grande número de pequenos estabelecimentos, no âmbito de sua produção, Canelones apresenta atualmente uma das maiores diversidades produtivas do país, tanto para autoconsumo como para comercialização. A produção nacional de frutas²¹, por exemplo, apresenta em Canelones o maior número de estabelecimentos (45,7% do total do país) e área plantada (25,4% do total do país):

Esta concentración geográfica en el sur del país se explica por razones geoecológicas (tipo de suelos, acceso al agua, entre otras) y sócio-históricas (pequeños predios, cercanía al principal mercado consumidor, rutas de acceso, entre otras). El destino de la producción es 81% hacia el mercado de fruta fresca, el 18% hacia la industria y el 1% hacia la exportación. (Achkar et al. 2016, p. 240).

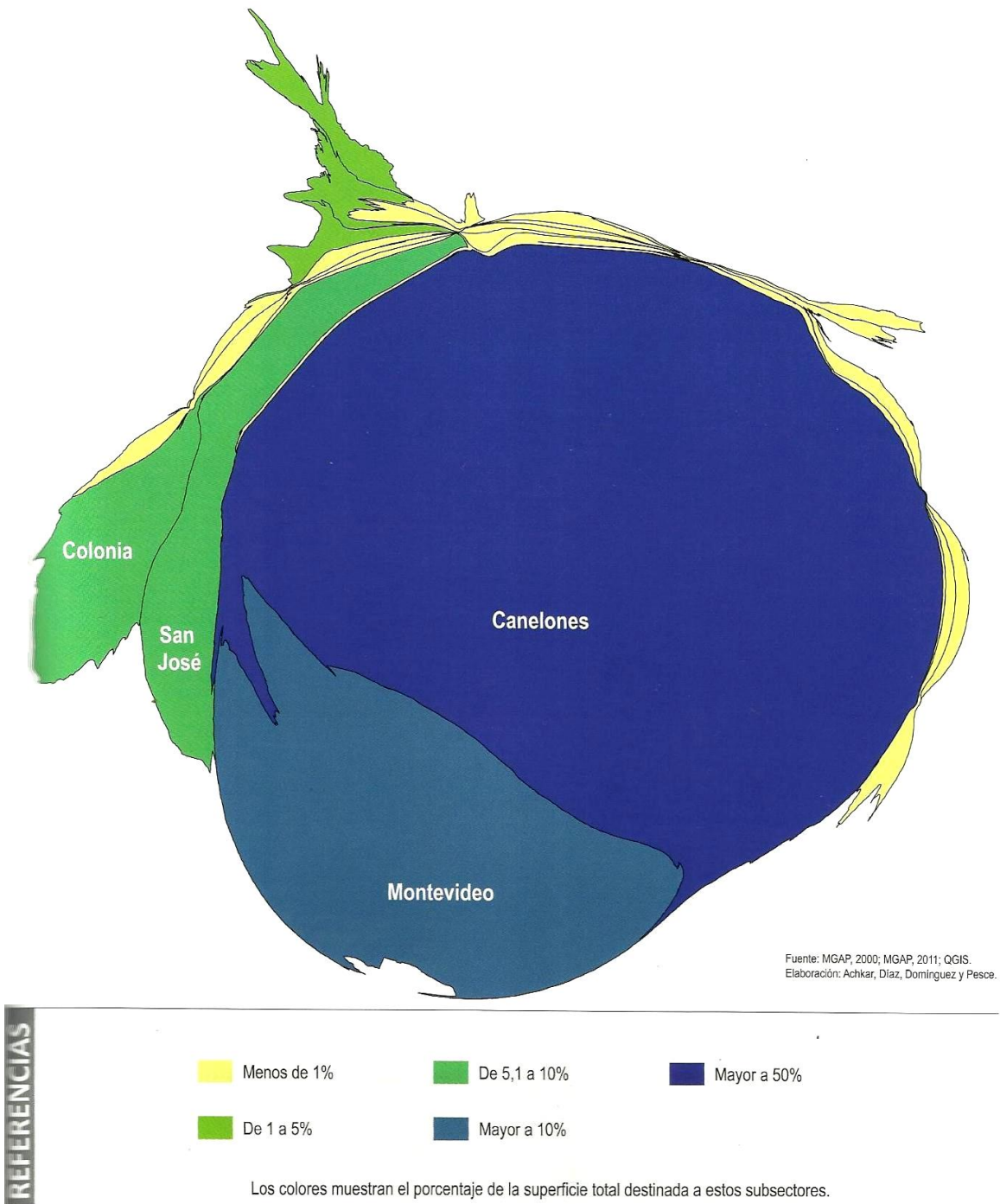
Os vinhedos são outro importante item presente em Canelones, segundo Achkar (et al. 2016, p. 242), 66% dos estabelecimentos estão ali localizados. Em segundo lugar está Montevideo, com cerca de 16% dos estabelecimentos do país, e em seguida, Colonia com 6%: “Estos três departamentos concentran el 85% de las bodegas nacionales que procesan el 96% del vino total producido.”. A figura 09 apresenta a representatividade do departamento no que tange à fruticultura e vitivinicultura diante do restante do país.

Assim como essas duas culturas, o cultivo de hortas em Canelones apresenta grande número de estabelecimentos, se comparado ao restante do país (Figura 10). Dos 3.549 estabelecimentos que se dedicam ao cultivo de hortas, 2.049 estão localizados no departamento (57,7%), com área plantada de 7981 ha (44,1%). Ao contrário das frutas e vinhedos, a maior parte dos estabelecimentos dedicados à horticultura está associada à agricultura familiar camponesa:

En general son pequeños predios en los que productores practican estrategias de agricultura diversificada, lo que les permite hacer frente a los problemas de precios de colocación en el mercado, eventos meteorológicos severos y la alimentación de la familia. (ACHKAR et al. 2016, p. 244).

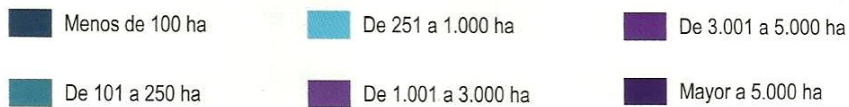
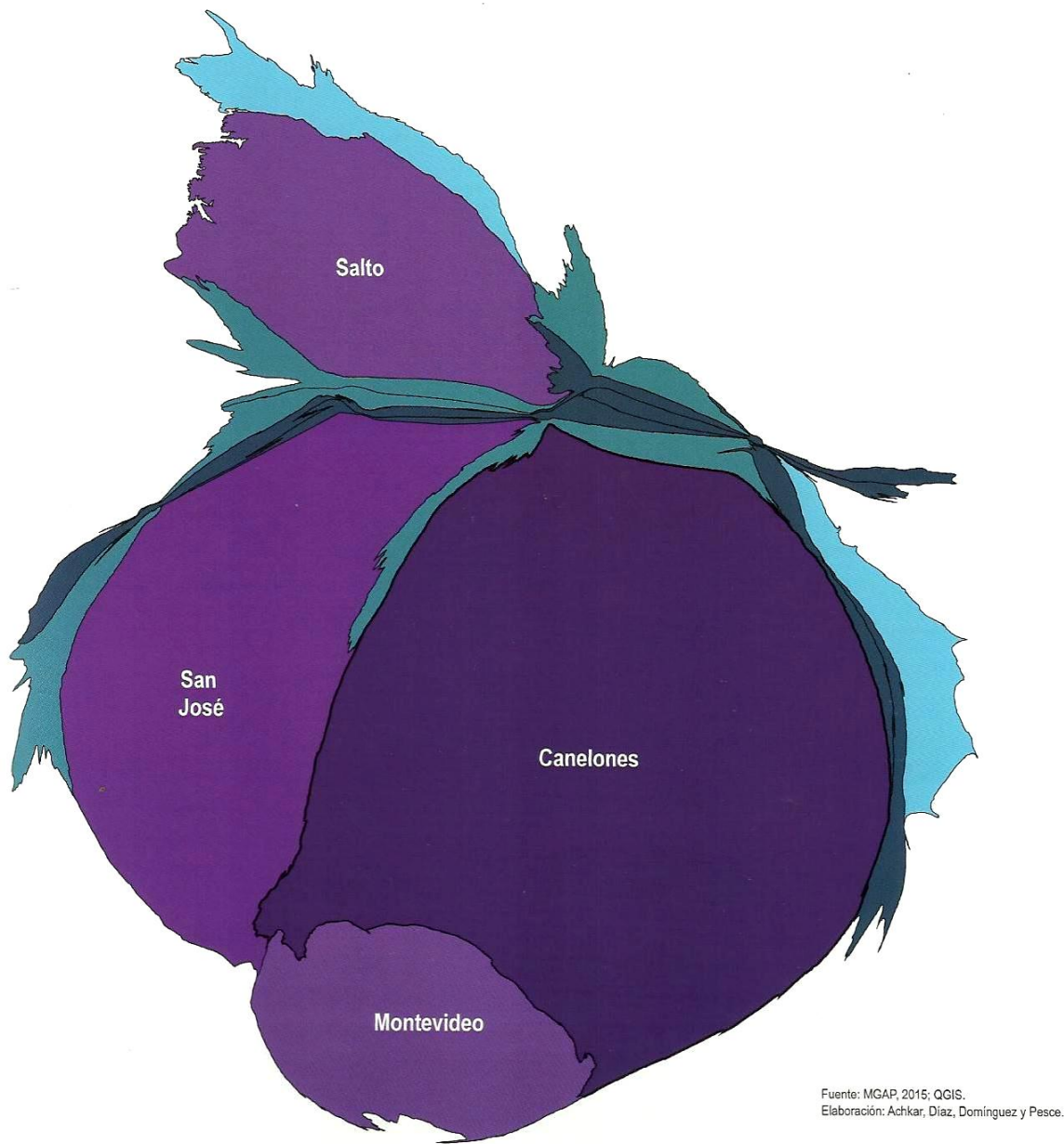
²¹ A produção apresenta grande diversidade de frutas: maçã, pêssigo, pera, nozes, figo, kiwi, goiaba, damasco, laranja, pomelo e etc.

Figura 09 – Fruticultura e vitivinicultura em Canelones.



Fonte: ACHKAR (et al. 2016).

Figura 10 – Produção hortícola em Canelones.



Los colores muestran la superficie en hectáreas destinada a este subsector.

Fonte: ACHKAR (et al. 2016).

Cabe ressaltar que a maior parte das lavouras existentes em Canelones, mesmo aquelas dos pequenos estabelecimentos rurais, apresentam a forma convencional de produção, ou seja, utilizam pacotes tecnológicos. E, ainda, para além desses cultivos, o departamento apresenta a maior produção de leite do país,

girando em torno de 400 milhões de litros por ano. Esta produção está concentrada também nos pequenos estabelecimentos, que a desenvolvem para autoconsumo e comercialização, principalmente para a capital (ACHKAR et al. 2016).

Apesar de Canelones apresentar tamanha diversidade em sua produção, priorizando o abastecimento interno nacional, áreas de expansão de soja e silvicultura já podem ser observadas no departamento. A evolução da área plantada da soja destaca um crescimento de cerca de 10 mil ha plantados em 1990 para 1,5 milhões de ha em 2015, assim como cerca de 70 mil ha de silvicultura em 1991 para um milhão de ha em 2013, em todo o país (DIEA, 2016 apud ACHKAR et al. 2016). Estes números mostram que a expansão sojeira e da silvicultura, em todo o país, segue um movimento ascendente, e esse fator pode estar aproximando e pressionando, cada vez mais, estas áreas de expansão sobre os milhares de pequenos estabelecimentos rurais de Canelones.

Percebemos que ambas as áreas convergem no processo histórico no que tange à concentração de terras, atividade econômica fundada na pecuária, tendo a agricultura como atividade marginal. Contudo, apresentam significativa presença de pequenas unidades de produção, embora forjadas em diferentes contextos. Acrescentando ainda, a localização, na qual a área de estudo brasileira se encontra distante da sede do município e de centros consumidores, enquanto a área de estudo uruguaia está próxima à capital, Montevideo.

Neste sentido, apresentaremos no próximo capítulo, os modelos de produção no campo para que possamos compreender melhor as dinâmicas do espaço rural nas duas áreas de estudo que serão apresentadas no capítulo 6.

4 ENTRE O CAPITAL E O ALIMENTO: OS MODELOS DE PRODUÇÃO NO CAMPO

A partir do panorama exposto até o momento sobre o processo histórico de ocupação dos territórios do Brasil e do Uruguai, apresenta-se agora os modelos de produção estabelecidos nestes territórios. Os dois países possuem raízes agrárias tradicionais, sendo reconhecidos internacionalmente pela produção agropecuária.

Os modelos de produção no campo, geralmente, guardam relação direta com a forma de ocupação da terra. Neste caso, apresentaremos a seguir os modelos da *plantation*, dos complexos agroindustriais, do agronegócio, da agricultura familiar camponesa a partir de policultivos para autoconsumo e para o mercado, além da agricultura familiar de modelo integrado.

4.1 OS MODELOS HEGEMÔNICOS: *PLANTATION*, AGRICULTURA CAPITALISTA, AGRICULTURA INDUSTRIAL, COMPLEXOS AGROINDUSTRIAIS (CAI'S) E AGRONEGÓCIO

A *plantation* é um tipo de sistema agrícola baseado em quatro principais características: a monocultura, o latifúndio, o trabalho escravo e a exportação para metrópole (PALMEIRA, 2009). Foi um modelo de produção utilizado durante o período colonial com o objetivo de exploração da colônia para abastecimento das metrópoles colonizadoras, como o caso do Brasil, diferente do Uruguai, como pode ser visto no capítulo anterior.

Entre os séculos XVI e XIX, diversos foram os produtos oriundos deste modelo de produção nas colônias latino-americanas, tanto portuguesas quanto espanholas. Entre os produtos tropicais produzidos para o abastecimento das metrópoles europeias, firmando monopólios no mercado exterior, podemos citar a cana-de-açúcar, o algodão e o café.

A planta arquitetônica dos latifúndios da *plantation* variava de acordo com o tipo de produção, para o algodão foi necessário a criação de maquinários para descaroçar as fibras, para a cana-de-açúcar os moinhos precisavam estar próximos à lavoura, já que a moagem precisava ser feita nas primeiras 24 horas após a colheita, já o café dependia de secagem e separação dos grãos em grandes pátios de secagem. Desta forma, para cada tipo de produção, havia um modelo de

“fazenda” a ser construído, contudo, em todas estas formas, as grandes extensões territoriais eram características comuns (MARQUESE, 2006). A exemplo das fazendas de café, para a construção de uma delas, o Barão do Paty do Alferes instruiu:

[...] apenas achado o lugar para sentar as máquinas, que, se for possível, devem ficar no quadro da fazenda, tirará ou mandará tirar a planta, com a designação da casa de moradia, de todas as máquinas que forem necessárias, de paióis e armazéns, de cavalariças e senzalas para a moradia dos pretos. (WERNECK, 1985, p. 57).

O centro da paisagem é a Casa Grande, rodeada pela senzala e capela, além das oficinas e pátio de beneficiamento de café (Figura 11):

Figura 11 – Imagem de fazenda de café e sua configuração arquitetônica.
Georg Grimm, Fazenda Retiro, 1881, óleo sobre tela. Coleção particular.



Fonte: MARQUESE (2006).

Assim, os latifúndios fundados nos tempos coloniais, com suas grandes extensões territoriais possibilitavam, então, a produção em larga escala de

determinados produtos, caracterizando a monocultura. Além dos altos lucros mantidos em função do monopólio destas monoculturas, a mão de obra escrava também garantia lucros, tanto na força de trabalho empregada na produção quanto no próprio tráfico de negros africanos.

Assim, a *plantation* proporcionava o chamado comércio triangular, em que os produtos tropicais eram vendidos na Europa em troca de tecidos, armas e álcool, que, por sua vez, eram oferecidos aos mercadores africanos em troca de escravos. Estes eram levados às colônias para trabalhar nos latifúndios monocultores, que produziam produtos tropicais, mantendo, dessa forma, este ciclo comercial. (MARQUESE, 2006, p. 17).

A partir disto, nota-se que as relações sociais e de trabalho na *plantation*, assim como no ciclo comercial, apresentavam situações de dominação nas quais os latifundiários, ou senhores de terras, mantinham a curtas rédeas os trabalhadores livres e os escravizados. Eram utilizadas, inclusive, milícias, para a contenção destes trabalhadores, contando ainda, com a situação geográfica: “concentravam centenas de milhares de trabalhadores em diversos territórios semifechados, distantes das autoridades públicas e controlados por milícias armadas.” (FERREIRA FILHO, 2015, p. 03). Trabalho, práticas religiosas, moradia, festas, alimentação, lazer, entre outros, estavam entre as dimensões da vida da classe trabalhadora controladas pelo poder do senhor de terras.

A *plantation*, no entanto, não se resumia a sua aparência, as suas formas espaciais, e como elas afetavam o cotidiano dos indivíduos. Enquanto modo de existir, de ser no mundo, ela congregava também elementos não palpáveis, mas nem por isso menos concreto: os medos, as hesitações, a honra, a altivez, o poder [...] Ou seja, a violência e os medos compunham a paisagem tanto quanto a ecologia e a configuração territorial do espaço. (FILHO, 2015, p.06).

A *plantation*, portanto, foi um modelo de produção baseado na dominação de territórios, corroborando as relações de poder que acompanharam os séculos coloniais e, ainda persistem na atualidade, através das políticas públicas agrárias que mantêm a modernização conservadora do campo.

A fase de transição do modelo da *plantation* para a agricultura capitalista, CAI's e agronegócio, respectivamente, guarda relação direta com o paradigma da questão agrária. Segundo Fernandes (et al. 2014, p. 47), os paradigmas são utilizados pela comunidade científica para interpretar e explicar as realidades de

acordo com suas perspectivas e histórias: “Os paradigmas são construções mentais que se utilizam do embate das ideias, dos campos de disputas, por meio de relações de poder, configurando-se como territórios imateriais, para defender e/ou impor diferentes intenções”.

A partir desta perspectiva, Fernandes, em diversos trabalhos²², vem defendendo o paradigma da questão agrária como uma forma de desenvolvimento do/no campo, em contraponto ao paradigma do capitalismo agrário. Para Fernandes (et al. 2014), o paradigma da questão agrária defende a luta de classes no campo, como forma de viabilização e autonomia dos camponeses naquele território; enquanto o paradigma do capitalismo agrário defende a ideia da integração dos camponeses ao capital, coexistindo mercado capitalista e agricultores familiares no mesmo território (o camponês “evolui” para agricultor familiar a partir de sua integração²³).

O paradigma da questão agrária tem como ponto de partida as lutas de classes para explicar as disputas territoriais e suas conflitualidades na defesa de modelos de desenvolvimento que viabilizam a autonomia dos camponeses. Entende que os problemas agrários fazem parte da estrutura do capitalismo, de modo que a luta contra o capitalismo é a perspectiva de construção de outra sociedade. Para o paradigma do capitalismo agrário, as desigualdades geradas pelas relações capitalistas são um problema conjuntural, o qual pode ser superado por meio de políticas que possibilitem a “integração” do campesinato ou “agricultor de base familiar” ao mercado capitalista. Nesta lógica, campesinato e capital compõem um mesmo espaço político, fazendo parte da totalidade (sociedade capitalista) que não os diferencia, porque a luta de classes não é elemento desse paradigma. Para o paradigma da questão agrária, o problema está no capitalismo, e para o paradigma do capitalismo agrário, o problema está no campesinato. (FERNANDES, et al. 2014, p. 48, grifos do autor).

A partir destas colocações, pensando no processo da modernização conservadora do campo, entendemos que o capital, sobretudo o transnacional, através da pressão exercida sobre as políticas públicas, impõem ao campo uma modernização que mantém a estrutura fundiária no intuito de fazer coexistir as diversas classes no mesmo território, apesar de a agricultura familiar camponesa, aparecerem, na maioria das vezes, em um contexto de submissão à agricultura capitalista.

²² Aqui citamos alguns dos trabalhos de Bernardo Mançano Fernandes (2000; 2001; 2005; 2008) que discutem este tema, contudo, vários outros trabalhos de sua autoria também revelam análises sobre o paradigma da questão agrária e o paradigma do capitalismo agrário.

²³ A ideia de evolução do camponês para agricultor familiar, a partir da integração ao mercado capitalista foi trabalhada por Abramovay em suas obras, ver (ABRAMOVAY, 1992).

Para melhor compreensão desta situação, entendamos então, a fase de transição do modelo da *plantation* para a agricultura capitalista, CAI's e agronegócio, citada acima, no contexto da modernização conservadora do campo.

Para detalhar um pouco mais sobre a modernização conservadora do campo, utilizamos autores como José Graziano da Silva (1982), Octavio Ianni (1989), Alberto Passos Guimarães (1977; 1982). Após a Segunda Grande Guerra, o mundo se vê polarizado, um modelo binário no qual se apresenta, de um lado os países capitalistas e, de outro, os socialistas. Além disso, é construída uma ideia de países desenvolvidos e subdesenvolvidos, na qual os países subdesenvolvidos deveriam seguir os mesmos caminhos dos países desenvolvidos para a superação deste binarismo²⁴: “[...] como se o subdesenvolvimento fosse um estágio anterior desse processo, como se os países hoje ditos desenvolvidos tivessem sido um dia subdesenvolvidos.” (GRAZIANO DA SILVA, 1982, p. 17).

O processo de industrialização que aconteceu no Brasil e Uruguai na primeira metade do século passado sofreu uma estagnada quando, depois de reerguidos após a Segunda Grande Guerra, países participantes reconsolidaram seus setores industriais, ocorrendo “[...] o declínio do processo da chamada industrialização substitutiva de importações” (IANNI, 1989). Assim, Brasil e Uruguai, países de raízes historicamente agrárias, voltaram seus recursos para a produção agropecuária, contudo, este setor era considerado atrasado. A partir de um projeto de contenção do meio rural, no sentido de impedir o avanço do socialismo no território dos dois países, entre outras estratégias, foi implantado o modelo industrial nas atividades agropecuárias, também com o intuito de modernizar este setor (GUIMARÃES, 1982). Segundo o mesmo autor:

[...] a ‘estratégia de modernização conservadora’, assim chamada, porque, diferentemente da reforma agrária, tem por objetivo o crescimento da produção agropecuária mediante a renovação tecnológica, sem que seja tocada ou grandemente alterada a estrutura agrária. (GUIMARÃES, 1977, p. 03).

O modelo tecnológico implantado no campo cumpriu seu papel de aumentar a produtividade gerando altos lucros, contudo, não alterou o *status quo* da participação social nestes lucros. Já que provocou o movimento de êxodo rural para a maior

²⁴ Binarismo é aqui utilizado como “Duas vertentes que podem ser consideradas opostas.”, segundo Houaiss (2004, p. 100).

parte dos agricultores familiares não capitalizados que não foram capazes de se inserirem nesta nova ordem e, sobretudo, seguiu-se um cenário “[...] de unidades de produção cada vez maiores, com uma conseqüente deterioração da distribuição da renda no setor agrícola.” (GRAZIANO DA SILVA, 1982, p. 29). A concentração de terras aumentou, assim como a utilização de tecnologias.

Assim, os caminhos da modernização conservadora do campo seguiram uma linha de implantação de maquinário, fertilizantes químicos e agrotóxicos, além da biotecnologia. A tabela 04 apresenta os números relacionados ao uso das novas tecnologias disponíveis, apresentados por Mesquita (1976) e organizados por Graziano da Silva (1982):

Tabela 04 – Brasil: Índices simples da utilização de insumos básicos pela agricultura (1967-1975):

	Tratores (nº)	Fertilizantes (ton)	Agrotóxicos* (ton)
1967	110	159	126
1968	121	214	178
1969	132	225	201
1970	146	356	195
1971	158	415	217
1972	181	622	314
1973	211	598	417
1974	246	704	500
1975	287	748	574

Fonte: Mesquita (1976, apud GRAZIANO DA SILVA, 1982).

* Graziano da Silva utiliza, originalmente, em sua tabela o termo “defensivos agrícolas”, trocamos aqui pelo termo “agrotóxicos” por acreditarmos no viés ideológico de cada um deles.

O crescimento do uso deste pacote tecnológico pode ser considerado uma das estratégias do capitalismo monopolista, na articulação da agricultura capitalista por um crescimento na produtividade, ignorando as questões sociais de distribuição de renda e terra, além do cumprimento da função social da terra.

[...] os chamados insumos modernos [...] são fortemente subsidiados, as condições de lucratividade das culturas modernas (justamente porque utilizam maiores proporções de insumos) são maiores; ainda mais porque sendo quase sempre produtos de exportação e/ou de transformação industrial (como cana, café, soja, trigo, etc.), têm sempre uma evolução dos preços relativamente mais favorável do que as culturas tradicionais, que são

basicamente os produtos alimentícios (arroz, mandioca, feijão, etc.) [...].
(GRAZIANO DA SILVA, 1982, p. 30).

A heterogeneidade da agricultura foi reforçada pela modernização conservadora do campo, no sentido de aumentar a desigualdade entre agricultores familiares que produzem para autoconsumo e mercado interno, e os grandes produtores inseridos no processo de inovações mecânicas, físico-químicas e biológicas. Estes produtores tecnificados tiveram um forte estímulo das políticas agrícolas e tecnológicas proporcionadas pelo Estado, para demandarem, cada vez mais, os produtos das multinacionais, determinando, por conseguinte, a modernização das grandes unidades de exploração agrícola, que aconteceu preservando-se a estrutura fundiária e: “No caso dos produtores tecnificados, sua articulação aconteceu no interior dos elos das cadeias produtivas dos vários complexos agroindustriais.” (PIRES; RAMOS, 2009, p. 420).

Os reflexos da estratégia de modernização no setor agrícola traduziram-se na consolidação do modelo de CAI's, na reformulação da política agrícola e na criação de incentivos à verticalização da produção (CUNHA, 2013). A diferença entre grandes e pequenos produtores é uma realidade histórica, tanto no Brasil quanto no Uruguai. Todavia, os créditos rurais que subsidiaram, em sua maioria, os grandes produtores de *commodities* a partir das políticas agrícolas neoliberais implementadas no campo dos dois países, intensificaram as desigualdades. Segundo Cunha (2013, p. 56), “É importante frisar que a formação do agronegócio atendeu à lógica da submissão do espaço rural às necessidades do industrialismo urbano, transformando de forma indelével as relações entre campo e cidade.”.

Mazoyer e Roudart (1993), defendem a tese de que o problema fundamental da economia mundial está centrado na disputa de diversos tipos de agricultura, esta disputa é característica da herança agrária da humanidade. Uma política global abrangente para a pequena produção, que redistribua terra e renda, contendo a pobreza, o desemprego e o êxodo rural, seria a solução para que os países em desenvolvimento impulsionassem “[...] amplamente os investimentos produtivos e a economia global.” (MAZOYER; ROUDART, 1993, p. 47).

A mercantilização da agricultura através da substituição do valor de uso pelo valor de troca dos produtos agrícolas, de gêneros alimentícios ou não, corrobora a ordem mundial no que tange ao acúmulo de capital, e possibilita o advento do agronegócio no contexto mundial.

O agronegócio, na atualidade, é uma realidade global, mas nota-se que foi percorrido um extenso caminho entre seu advento até sua forma mais avançada, especializada hoje no Brasil e Uruguai. Portanto, houve um processo socioeconômico e político que teve início na agricultura capitalista até chegar ao agronegócio. A agricultura capitalista nasce no momento em que o alimento passa a ter valor de troca e não mais de uso, imprimindo mais uma forma de acumulação. No momento da transição do sistema feudal para o capitalista, quando da Revolução Industrial na Europa, a agricultura também se torna capitalista com o cercamento dos campos, aumento da produtividade, inserção de tecnologias, maquinários e alterações nas relações de trabalho, produzindo trabalhadores assalariados no campo, entre outros. É possível inferir que a agricultura capitalista foi a percussora do agronegócio, antecedendo também os CAI's. Uma de suas características preponderantes é a base fragmentada de seu capital investidor, no qual tem em agentes diferentes os provedores do capital agrário, do capital financeiro, do capital industrial e do capital comercial (ELIAS, 2003).

A partir desta ideia, percebe-se que a agricultura capitalista não define o agronegócio e vice-versa. E em meio a este processo de transformação do modelo agrícola, existem também os CAI's, que têm a fusão dos capitais agrário e industrial, como uma de suas características. Os CAI's se baseiam na inovação de um modelo técnico, econômico e social de desenvolvimento agrícola, fundamentado na incorporação da ciência, da tecnologia e da informação para aumentar a produção, a produtividade e conseqüente aumento dos lucros. Com a pesquisa tecnológica foi possível reestruturar o conjunto de elementos técnicos empregados nesta atividade, transformando os tradicionais sistemas agrícolas e abrindo novas e inúmeras possibilidades à realização da mais-valia mundializada, por meio de um processo de fusão de capitais com os demais setores econômicos. Por Complexos Agroindustriais, segundo Davis e Goldberg ([1957] 2006, p. 02), entende-se:

[...] a soma de todas as operações envolvidas no processamento e distribuição de insumos agropecuários, as operações de produção na fazenda, e o armazenamento, processamento e a distribuição dos produtos agrícolas derivados.

Para Fajardo (2008, p. 31), o conceito de CAI's vem ao encontro do especificado acima, quando afirma que:

A noção de Complexo Agroindustrial serve para caracterizar uma tipologia marcada pelas relações intersetoriais indústria-agricultura-comércio-serviços num padrão agrário moderno, no qual o setor agropecuário passa a ser visto de maneira integrada à indústria. [...] inclui a inserção da economia nacional a uma lógica produtiva global com adoção de um modelo moderno onde a presença de tecnologias e padrões de consumo novos, expõe a realidade da grande produção que não distingue mais a natureza dos diversos capitais [...].

Ortega (2008, p. 22), considera que complexos agroindustriais, agronegócio e agrobusiness são sinônimos e “significam o somatório das atividades vendedoras de bens de produção para a agricultura, a produção agropecuária, a indústria de transformação, de sua produção e distribuição”. Geógrafos e pesquisadores uruguaios corroboram o conceito de agronegócio quando afirmam que:

Los agronegocios constituyen un complejo espacio económico en el que convergen inversiones de capital transnacional en el conjunto de las actividades y sectores vinculados a la producción, distribución y comercialización de productos agrarios a escala global. [...] En términos generales y simplificados puede afirmarse que abarcan el conjunto de actividades, sectores económicos e interacciones que se desarrollan antes, durante y después de la producción agropecuaria. (ACHKAR; DOMÍNGUEZ; PESCE, 2008, p. 07-11).

Todavía, Campos (2011), defende que os CAI's e o agronegócio têm semelhantes características na articulação produtiva, o que os difere é a capacidade que o segundo alcançou em fundir os capitais e, neste processo, englobou a totalidade da cadeia nas formas de acumulação, planejamento, geopolítica, globalização e, sobretudo, se beneficiando do neoliberalismo para se reproduzir de forma intensa.

[...] na década de 1990, contexto do maior avanço neoliberal no Brasil, o Estado reduz drasticamente seu papel social e econômico, no sentido de investidor direto, inclusive nas atividades agropecuárias, o que propicia o aumento da participação de conglomerados estrangeiros em vários setores do agronegócio, a intensificação dos processos de concentração e centralização de capital nos complexos agroindustriais e uma grande expansão espacial das atividades vinculadas ao setor em vários estados do país, engendrando múltiplos impactos socioespaciais. Nesse sentido, é que consideramos pertinente considerar o agronegócio como a face neoliberal de expansão do capital no campo brasileiro. (CAMPOS, 2011, p.106).

A lógica do agronegócio espacializa a produção agropecuária em larga escala em territórios desprezados anteriormente, devido a impedimentos naturais, como solos menos férteis que passam a ser melhor aproveitados, ou mais explorados

através do processo técnico-científico de base industrial. Conforme Graziano da Silva (1999, p. 52): “[...] a produção agropecuária deixou de ser uma esperança ao sabor das forças da natureza para se converter numa certeza sob o comando do capital”. Além disto, a utilização de grande quantidade de insumos químicos industrializados e a invisibilidade da produção de autoconsumo, evidencia o agronegócio, tornando-o realidade e, a inter-relação entre a agricultura e os demais setores econômicos desenvolve novos parâmetros para o setor agrícola mundial.

O agronegócio, então, ocupa territórios que incidem no desenvolvimento sob os aportes capitalistas. Os agricultores familiares, estabelecidos em tais territórios, passam por um processo de êxodo rural, já que a pressão da grande propriedade do seu entorno em expandir suas terras o deixa, muitas vezes, sem condições de resistir. São relações de poder que, sob influência do capital transnacional, forçam uma reorganização, tendo a quebra da lógica produtiva local/regional, como uma de suas consequências.

O agronegócio organiza e planeja suas atividades e intenções em todas as dimensões. Desde a apropriação capitalista da terra e da renda da terra, passando pelas condições técnicas de plantio, pela articulação política das empresas/proprietários/multinacionais entre si, com os meios de comunicação e com o Estado, até a exportação, incluindo a exportação para mercados anteriormente não explorados e em condições de menor industrialização. (BRUNO, 2008, p. 96).

O Estado, neste contexto do neoliberalismo, perde a capacidade de estabelecer barreiras às fronteiras do agronegócio, promovendo um constante reordenamento territorial. Territórios estes, que apresentam enorme capacidade de fluidez no que diz respeito aos seus limites e, sobretudo, “A territorialização e reterritorialização do agronegócio não leva em consideração toda a espacialidade local, o pertencimento e as diversas territorialidades ali existentes.” (CUNHA, 2013, p. 61).

Cabe aqui ressaltar, que com as devidas especificidades de cada país, a territorialização do agronegócio nos espaços nacionais se dá de forma muito semelhante.

A pobreza se apresenta, assim, como um produto social da atuação do agronegócio nos territórios, caracterizando conflitos diversos, a partir da espacialização, expansão e intensificação da acumulação do capital no processo de produção da pobreza. O capital transnacional vinculado ao agronegócio inflige

transformações territoriais, através de estratégias utilizadas na viabilização e ampliação do processo de acumulação, exercendo consequências diretas sobre os agricultores familiares. Fazendo crescer a violência no campo, de modo que diversos atores sociais são levados até mesmo à morte, frente aos conflitos a que são expostos. Diversos são os episódios relacionados a chacinas promovidas contra agricultores familiares e populações tradicionais no campo, em função de conflitos territoriais pautados na luta pela terra, principalmente, envolvendo agentes do agronegócio.

Neste sentido, passamos à discussão sobre o universo da agricultura familiar para melhor compreendermos estas relações entre modelos antagônicos de produção ocupando os mesmos territórios.

4.2 AGRICULTURA FAMILIAR: DOS CONFLITOS CONCEITUAIS AOS CONFLITOS TERRITORIAIS

A agricultura familiar difere em diversos aspectos da agricultura capitalista, CAI's e agronegócio. Enquanto estes três modelos de produção no campo guardam características diretamente ligadas ao tripé do modo de produção capitalista (consumo, acumulação e mais-valia), a agricultura familiar forma uma base na qual, entre seus objetivos estão a produção para autoconsumo e renda que permita a reprodução social das famílias. Enquanto terra, capital e trabalho constituem a lógica de maximização do lucro numa empresa agrícola, o tamanho da família determina a força de trabalho, que determina o tamanho da atividade familiar, a intensidade do trabalho, a satisfação das necessidades de um determinado mercado, além do próprio consumo familiar (CHAYANOV, 1974).

Existem algumas linhas de pensamento em que o conceito de agricultura familiar apresenta algumas diferenciações. Inclusive, com discordâncias no que tange à agricultura familiar e campesinato, sua atuação, produção e reprodução. Veiga (1991), Abramovay (1992) e Lamarche (1993) destacam que a integração ao mercado, o papel determinante do Estado no desenvolvimento de políticas públicas e a incorporação de tecnologias são componentes fundamentais de diferenciação entre camponeses e agricultores familiares. Defendendo a ideia de que a partir do momento em que o camponês se integra ao mercado, ao capital, ele deixa de ser

camponês para ser agricultor familiar, tendo os diferentes graus de integração ao mercado como principal referência da transformação.

Neste sentido, os teóricos desta linha de pensamento acreditam que o campesinato deixa de existir no momento em que se integra ao mercado, dando origem à agricultura familiar, e:

[...] que o produtor familiar que utiliza os recursos técnicos e está altamente integrado ao mercado não é um camponês, mas sim um agricultor familiar. Desse modo, pode-se afirmar que a agricultura camponesa é familiar, mas nem toda a agricultura familiar é camponesa, ou que todo camponês é agricultor familiar, mas nem todo agricultor familiar é camponês. Criou-se assim um termo supérfluo, mas de reconhecida força teórico-política. (FERNANDES, 2001, p. 29-30).

Contudo, a partir dessa visão, não se considera o processo histórico do camponês, no qual a sua formação e organização do trabalho aconteceu em diversos tempo-espacos de sociedades tipologicamente diferenciadas: escravista, feudal, capitalista e socialista. A destruição do camponês, como defendida acima, não se efetivou na sociedade capitalista: “[...] porque sua recriação acontece na produção capitalista das relações não capitalistas de produção e por meio da luta pela terra e pela reforma agrária.” (FERNANDES, 2000, p. 279-280). No Brasil, por exemplo, a luta pela terra como estratégia política e as ocupações de terra têm sido o palco da recriação e resistência do campesinato, e não o mercado: “Assim, ignoraram a parte essencial da formação dos camponeses brasileiros hoje: a luta pela terra.” (FERNANDES, s/d, p. 04).

Diversos trabalhos²⁵ desenvolvidos em áreas afins, como na Geografia, Sociologia e Antropologia, mostram significativas análises acerca do campesinato nesta outra proposta de resistência e continuidade, mesmo e apesar de sua transformação para adaptação através de dimensões espaço-temporais. Portanto, não acreditamos no fim do campesinato, e defendemos nesta tese, seu conceito como campo teórico e campo de atuação na realidade no sentido de sua transformação/adaptação/resiliência na busca da resistência e enfrentamento ao capital, colocando-o em pé de igualdade à agricultura familiar:

O fato de grande parte dos trabalhos acadêmicos recentes utilizarem o conceito de *agricultora familiar* não significa que o conceito de camponês perdeu seu *status* teórico. Uma coisa é a opção teórica e política dos

²⁵ OLIVEIRA (1991), TEDESCO (1999), WOORTMANN (1995; 2004).

cientistas frente aos paradigmas, o que é extremamente diferente da perda do *status* de um conceito. [...] Com relação ao campesinato, *neste artigo defendemos o fim do fim do campesinato*, para que possamos analisar com eficiência essas novas realidades que acontecem em escala mundial, representada pela Via Campesina e pelas organizações de agricultores familiares. (FERNANDES, s/d, 06).

Com isto, estabelecemos aqui a utilização do termo “agricultura familiar” em seu sentido conceitual e de atuação na realidade vivida em consonância com “campesinato”. Ou seja, agricultura familiar, campesinato e agricultura familiar camponesa são sinônimos que conceituam essa categoria, pois:

A construção teórica da *agricultura familiar* tem construído a compreensão e a percepção que o camponês representa o velho, o arcaico e o atraso, enquanto o agricultor familiar representa o novo, o moderno, o progresso. Evidente que os custos políticos dessas formas de entendimento são altíssimos para os movimentos camponeses. (FERNANDES, s/d, p. 07, grifos do autor).

Considerando ainda, entre as dimensões conceituais e políticas, a dimensão ideológica que, confere ao agricultor familiar o sentimento de pertencimento a terra, ao lugar. Pensando no lugar como o espaço onde se desenvolve a vida, com histórias particulares de cada um deles, em função de sua cultura, de sua tradição, de sua língua, e dos hábitos que lhe são próprios, assim:

O lugar é base da reprodução da vida e pode ser analisado pela tríade ‘habitante – identidade – lugar’. A cidade, por exemplo, produz-se e revela-se no plano da vida e do indivíduo. Este plano é aquele do local. As relações que o indivíduo mantém com os espaços habitados se exprimem todos os dias nos modos do uso, nas condições mais banais, no secundário, no acidental. É o espaço passível de ser sentido, pensado, apropriado e vivido através do corpo. (CARLOS, 2007, p.17, grifos da autora).

Dessa forma, pode-se levar em consideração a importância do ‘lugar’ para aqueles que ocupam o meio rural, já que o ser humano percebe o espaço e o mundo através de seu corpo e de seus sentidos. Se pensarmos na forma com a qual o homem e a mulher do campo constroem sua cultura, seus valores e seus hábitos, podemos entender que o ‘lugar’ sentido, pensado, apropriado e vivido através do corpo (CARLOS, 2005) é uma forma de ser e fazer sua história. Tomando como base os objetivos de investigação deste trabalho, considerar todas as dimensões da agricultura familiar camponesa, é fundamental para a construção do conhecimento que se pretende. Considerar, exclusivamente sua dimensão econômica reduz as

perspectivas de entendimento, há que se considerar a luta dos diversos tipos de camponeses/agricultores familiares, inseridos na realidade dos movimentos sociais que têm como cerne dessa luta, ideologias políticas e justiça social.

Expressões como ‘trabalhador rural’ e/ou ‘pequeno produtor’ parecem passar por um processo de enfraquecimento, e podem também estar entre as causas da crescente legitimação da noção de agricultura familiar. Sobretudo quando, no caso do Brasil, o Estado contribui na legitimação do termo “agricultura familiar”, ao criar o Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), a partir do termo e aplicação conceitual reducionista.

A Lei 11.326, aprovada pelo Congresso Nacional e sancionada pelo Presidente da República em 24 de julho de 2006, considera, a fim de políticas públicas:

[...] agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos: I - não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais; II - utilize predominantemente mão de obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento; III - tenha renda familiar predominantemente originada de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento; IV - dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família. (Brasil, 2006).

Tendo em conta o atendimento de tais requisitos, inclui ainda:

[...] silvicultores que cultivem florestas nativas ou exóticas e que promovam o manejo sustentável daqueles ambientes; [...] aquicultores que explorem reservatórios hídricos com superfície total de até 2 ha (dois hectares) ou ocupem até 500m³ (quinhentos metros cúbicos) de água, quando a exploração se efetivar em tanques-rede; [...] extrativistas pescadores que exerçam essa atividade artesanalmente no meio rural, excluídos os garimpeiros e faiscadores. (Brasil, 2006).

O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO) conveniados na realização de um estudo de cooperação técnica, conceituaram a agricultura familiar:

[...] a partir de três características centrais: a) a gestão da unidade produtiva e os investimentos nela realizados são feitos por indivíduos que mantêm entre si laços de sangue ou casamento; b) a maior parte do trabalho é igualmente fornecida pelos membros da família; c) a propriedade dos meios de produção (embora nem sempre da terra) pertence à família e é em seu

interior que se realiza sua transmissão em caso de falecimento ou aposentadoria dos responsáveis pela unidade produtiva. (INCRA/FAO, 1996, p. 04).

No caso uruguaio, o debate conceitual sobre agricultura familiar e campesinato parece estar superado para a sociedade, o que não quer dizer que não mais se discuta na academia. Já que, segundo Achkar²⁶ a maioria dos agricultores familiares uruguaio não se reconhece enquanto camponeses, exatamente pelo debate ideológico que subjuga o camponês, inferindo a ele uma condição de subdesenvolvido e arcaico. Dessa forma, a maioria deles se reconhece como pequeno empresário rural ou pequeno produtor rural, como é designado pela legislação uruguaia. E para o Estado uruguaio, segundo sua legislação:

Se considera productor familiar agropecuario a toda persona física que con o sin la ayuda de otros gestiona directamente una explotación agropecuaria y/o realiza una actividad productiva agraria. Esta persona, en conjunto con su familia, debe cumplir los siguientes requisitos en forma simultánea:

- ✓ Realizar la explotación agropecuaria o actividad productiva agraria con la contratación de mano de obra asalariada de hasta dos asalariados no familiares permanentes o um equivalente em jornales zafrales no familiares de acuerdo con la equivalencia de 250 jornales zafrales al año por cada asalariado permanente.
- ✓ Realizar la explotación agropecuaria de hasta 500 ha, índice Coneat 100, bajo cualquier forma de tenencia.
- ✓ Residir en la explotación agropecuaria, donde se realice la actividad productiva agraria o en una localidad ubicada a una distancia no mayor a 50 km.
- ✓ Los ingresos nominales familiares no generados por la explotación agropecuaria o actividad productiva agraria declarada deben ser inferiores o iguales a 14 BPC em promedio mensual.
- ✓ Las excepciones en esta definición son para aquellos que declaren como rubro principal las producciones hortícolas, frutícolas y vitícolas, ya que para ellos la contratación de mano de obra asalariada no familiar es por un equivalente de hasta 1.250 jornales zafrales anuales, y también a los productores apícolas se les aplican excepciones y se los considera si cuentan hasta 1.000 colmenas como máximo. (ACHKAR et al. 2016, p. 246).

Observa-se que a semelhança com a legislação brasileira é grande, sobretudo pela condição de mão de obra familiar majoritária. Uma diferença primordial é o tamanho mínimo do estabelecimento que deve ter até 500 ha, o que nos parece uma grande extensão territorial. Contudo, ao analisar a estrutura fundiária no capítulo anterior, pudemos perceber que cerca de 82% dos estabelecimentos familiares possuem até 50 ha, portanto a grande extensão para

²⁶ Informação oral coletada com o Prof. Marcel Achkar durante período de Mobilidade Acadêmica da pesquisadora junto à Udelar, em convênio entre UFSM e AUGM.

estabelecimentos familiares está presente na lei, mas não se materializa no campo da realidade.

Assim, a amplitude e complexidade se faz presente acerca da discussão conceitual da agricultura familiar. Para além da questão conceitual, a agricultura familiar não se caracteriza apenas como um modelo de produção, mas sim como uma forma de viver no campo, podendo, inclusive, ser considerado como um patrimônio: “De uma certa forma, o patrimônio transmitido era o próprio modo de vida.” (Wanderley, 1999, p. 38). E, por isto, está repleta de especificidades dentro de seu complexo e vasto universo.

Neste sentido, apresentamos então, a tipologia de agricultura familiar proposta por Baiardi (1999), na qual ele apresenta cinco tipos.

- ✓ Tipo A: tecnificada, com forte inserção mercantil, utilizando tecnologias avançadas em seu sistema, com extensão significativa em suas áreas de cultivo, podendo chegar a 400 hectares (ha), inteiramente mecanizada e com total inserção no mercado. A origem está relacionada aos pequenos produtores migrantes da região sul (área de colonização europeia do PR, SC e RS), sobretudo, para a região do Cerrado.
- ✓ Tipo B: integrada verticalmente em CAI's (aves e suínos, por exemplo, e mais recentemente em perímetros irrigados voltados à produção de frutas). A implantação de agroindústrias em regiões de colonização europeia (PR, SC, RS) proporcionou sua origem, para mais tarde, se espalhar para outras partes do Brasil, foram incorporados agricultores familiares diversos, incluindo assentados de reforma agrária. É baseada na transferência de tecnologia da indústria de processamento para a unidade de produção familiar, e caracteriza áreas menos extensas que o Tipo A, chegando a 50 ha.
- ✓ Tipo C: agricultura familiar tipicamente colonial que ainda apresenta valores dos imigrantes e com maior presença nas regiões serranas do Sul e Sudeste (RS, PR, SC e MG) – ligada à policultura combinando lavouras, pomares com a pecuária e a criação de pequenos animais. São famílias com grande tradição rural e camponesa que permanecem nas áreas de colonização, originando esta tipografia. Tendo entre cinco e 50 ha a variação de extensão territorial da unidade de produção.
- ✓ Tipo D: é uma agricultura familiar semi-mercantil, que predomina no Nordeste e no Sudeste e tem variação de tamanho de área semelhante ao Tipo C. Três

grupos compõem, principalmente, a sua gênese: 1) nos descendentes de homens livres, 2) nos descendentes de uma minoria de escravos e 3) em um grupo misto que combina descendentes dos grupos anteriores e descendentes de colonos europeus não ibéricos.

- ✓ Tipo E: de origem semelhante ao tipo D, mas caracterizada pela marginalização do processo econômico e pela falta de horizontes. É totalmente desassistida, estão estabelecidas em áreas com menor capacidade natural, carente de infraestrutura, suas condições os deixa em situação de descrença para melhores condições de vida, pois ficaram à margem dos processos de diferenciação por falta de crédito, de assistência técnica e de acesso à terra em condições adequadas.

Ainda assim, esta tipologia não contempla uma gama de categorias de estabelecimentos familiares: “tais como os extrativistas situados em reservas nas quais é consentida esta atividade, os silvicultores e os integrantes de comunidades remanescentes de quilombos rurais.” (BAIARDI, 2014, p. 150). Para efeitos da investigação desta tese, trabalharemos com o Tipo C, por mais se aproximar das características das duas famílias envolvidas.

Todas estas formas e modelos de produção no campo, além da agricultura familiar que pode ser considerada um universo à parte, estão espacializados nos territórios rurais. E disto decorrem diversos conflitos que moldam o espaço, territorializando, desterritorializando e reterritorializando hora um modelo, hora outro. Mas neste campo de embate, geralmente, é a agricultura familiar, seja ela pertencente a qual tipologia for, que é invisibilizada, relegada, pressionada e, muitas vezes, extinta de alguns territórios específicos.

A formação do território rural mantém relação direta com a discussão da dicotomia entre rural e urbano, pois, em diversas ocasiões estes territórios são forjados a partir das necessidades dos espaços urbanos. A agricultura familiar possui papel fundamental na dinâmica de formação dos territórios rurais e na inter-relação rural/urbano, a partir de sua relevância socioeconômica e capacidade de fornecimento alimentar, tanto para o meio rural quanto para o urbano. (CUNHA, et al. 2015, p. 194).

Como foi evidenciado anteriormente no histórico de ocupação dos territórios brasileiro e uruguaio, o meio rural, em grande medida, se configura, também, em função da manutenção do meio urbano. Contudo, o espaço rural é cravado de

conflitos territorializados. Para compreendermos melhor os conflitos territoriais rurais, precisamos entender a noção de território.

Desde o final do séc. XIX, o território permeia as discussões dentro da Geografia. Ratzel, geógrafo alemão, expôs a ideia de território baseado em relações de poder. Para ele, a posse e domínio do espaço são indispensáveis à vida a partir de uma concepção geopolítica de representação do território, na qual o Estado-Nação só poderá se desenvolver a partir das relações de poder entre população e espaço geográfico, chamado por este geógrafo de espaço vital, originando a ideia de território dentro desta perspectiva (CORRÊA, 1995).

O homem ocupa, constrói, gere e utiliza o espaço dando a ele a noção de território. A partir das territorializações-desterritorializações-reterritorializações de novas atividades no espaço, criam-se, também, diversos territórios (GILLARDOT, 1997). O território pode ser entendido como um espaço socialmente construído por um determinado grupo social na produção e reprodução de sua existência. Por isso, ele não cabe somente dentro de uma divisão político-administrativa (NEAD, 2001). Para Raffestin (1993), o território se concretiza no espaço anteriormente concebido, através de atores, a materialização do território se dá a partir das relações de poder dos atores com o espaço, através da ação social contida nestas relações. Raffestin atribui às relações de poder a conformação do território, complementando a ideia de produção do espaço a partir de grupos específicos de Gillardot. Cardoso (2003, s/p), por sua vez, ainda afirma acerca do território:

O conceito de território, segundo MORAES (1984), é oriundo dos estudos de botânica e zoologia do final do século XVIII. Com a chamada Geografia Crítica, este conceito foi retrabalhado a partir da proposição marxista de que a definição do território passa pelo uso que a sociedade faz de uma determinada porção do globo, a partir de uma relação de apropriação, qualificada pelo trabalho social. [...] Território poderia então ser definido como uma porção do espaço terrestre sobre o qual um agente qualquer exerce domínio, através do poder gerado por acordos, coerções, ou outro instrumento de dominação.

Para Souza (1995), o espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder fundamenta o território, pois características físicas, geológicas, produtivas e sociais (como as ligações afetivas e de identidade entre um grupo social e seu espaço) são essenciais na compreensão da formação de territórios, todavia, o que vai definir o território é: “[...] quem domina ou influencia e como domina ou influencia esse espaço.” (SOUZA, 1995, p. 79).

Saquet (2007), evidencia que o território provém de relações materiais e imateriais, cultural, social, econômica, geopolítica e com a natureza, adotando significados diferentes para distintas sociedades ou grupos sociais. Suas fronteiras são fluídas nas dimensões espaço-temporal, remetendo a uma configuração com novos significados e abordagens, conflituosidade e contradições.

O território transcende o simples habitar humano, perpassa pelas relações de poder socialmente construídas e efetivadas na vida cotidiana. Saquet (2007) cita essa concepção de território a partir das contribuições de Machiavelli, que afirmava que o território é embebido de poder, sendo exercido através da apropriação e dominação.

O meio rural é produzido a partir de diversos territórios, que muitas vezes, se encontram em disputas. Neste caso, os grandes produtores capitalizados representados pelo agronegócio atuam diretamente nas relações de poder arquitetadas no território, direcionando as relações produtivas e mercadológicas de acordo com seus interesses. Por outro lado, a agricultura familiar camponesa, geralmente despossuída de poder político e financeiro, não consegue se articular efetivamente para alcançar sua reprodução e autonomia.

O agronegócio é um modelo concentrador, conservador, elitista e seletivo. Promove o agravamento do processo de marginalização, excluindo novos contingentes, principalmente na zona rural. A concentração de terras, o êxodo rural acentuado e o superpovoamento dos grandes centros urbanos são consequências, que demonstram os graves problemas estruturais relacionados às disputas e conflitos de territórios entre o agronegócio e a agricultura familiar camponesa.

É um processo que pode ser entendido, tanto a partir da conceituação feita aqui quanto do processo de ocupação do espaço apresentado dos dois países. O agronegócio expulsa agricultores familiares de suas terras, territorializando novas atividades, pressionando seu entorno na busca de expansão de sua área, aumento da produtividade e do lucro. Esta situação é corroborada pelo Estado Neoliberal, através de políticas públicas negociadas nas bancadas ruralistas dos parlamentos, considerando o 'desenvolvimento econômico' e, fechando os olhos para a possibilidade de implantação do Estado de bem-estar social, proposto no pensamento Keynesiano.

4.3 O ESTADO NEOLIBERAL NO BRASIL E URUGUAI

Nesse sentido e para entendermos a eficiência do Estado Neoliberal em prol do capital, é necessário discutir o que é o Neoliberalismo, um ideário que se apropria do discurso de desenvolvimento humano para atuar.

O berço do neoliberalismo está no liberalismo de Adam Smith²⁷, principalmente a partir do lançamento da obra “*A Riqueza das Nações*”, na qual diferencia a economia política da ciência política, a ética e a jurisprudência, e fez ainda fortes críticas à política mercantilista e sua intervenção na economia. Contudo, a principal defesa da obra foi de que o desenvolvimento e o bem-estar de uma nação advêm do crescimento econômico e da divisão do trabalho, garantindo a redução dos custos de produção e a queda dos preços das mercadorias. Além disto, Smith defendeu nesta obra, a livre concorrência econômica e a acumulação de capital, como fonte para o desenvolvimento econômico (DELLAGNEZZE, 2012).

Já na primeira metade do séc. XX, bebendo da fonte do liberalismo de Smith e fazendo as devidas adaptações para sua época, Friedrich von Hayek²⁸ lança a obra “*O Caminho da Servidão*”, em 1944, que “pode ser apontado como um manifesto inaugural e documento de referência do movimento neoliberal.” (MORAES, 2001, p. 13). A obra, além de apresentar o ideário do neoliberalismo, objetivava atacar os partidários socialistas e qualquer ínfima medida política que pretendesse algum caminho entre o capitalismo e o comunismo (COLETTI, 2005). Enquanto o liberalismo apontou suas armas para o Estado mercantilista, o neoliberalismo apresentado por Hayek buscou fazer um paralelo com esta situação justificando o combate aos novos inimigos.

[...] os inimigos vestiam agora outros trajes, mas revelavam as mesmas taras e perversões. Um desses inimigos era o conjunto institucional composto pelo Estado de bem-estar social, pela planificação e pela intervenção estatal na economia, tudo isso identificado com a doutrina

²⁷ Filósofo e economista, nascido em 1723, na Escócia e falecido em 1790. Foi o principal teórico do liberalismo econômico, causou grande impacto na burguesia europeia do séc. XVIII ao contestar o feudalismo, foi ainda, de grande importância para o desenvolvimento do capitalismo. Disponível em: http://www.e-biografias.net/adam_smith/. Acesso em 03 mai. 2016.

²⁸ Economista austríaco, doutor em Direito e Ciências Políticas, nascido em 1899. O jovem Hayek era um socialista moderado (partidário das ideias de Fabian), modelo que abandonou em meados de 1922, e que criticou anos depois em diversas obras. Acreditava que a planificação da economia não poderia funcionar, e defendia o livre mercado, sem intervenções do Estado. Disponível em: <http://www.buscabiografias.com/biografia/verDetalle/6884/Friedrich%20Hayek>. Acesso em: 03 mai. 2016.

keynesiana. O outro inimigo era localizado nas modernas corporações - os sindicatos e centrais sindicais, que, nas democracias de massas do século XX, também foram paulatinamente integrados nesse conjunto institucional. Além de sabotar as bases da acumulação privada por meio de reivindicações salariais, os sindicatos teriam empurrado o Estado a um crescimento parasitário, impondo despesas sociais e investimentos que não tinham perspectiva de retorno. (MORAES, 2001, p.13).

Observa-se que o ideário neoliberal se coloca veementemente contra o Estado de bem-estar social. Pode-se definir o neoliberalismo como um conjunto de ideias políticas e econômicas capitalistas que defende a participação mínima do Estado na economia. De acordo com o neoliberalismo deve haver total liberdade de comércio, o livre mercado, pois este princípio garante o crescimento econômico e o desenvolvimento social de um país (DANTAS, 2010).

O neoliberalismo econômico acentua a supremacia do mercado como mecanismo de alocação de recursos, distribuição de bens, serviços e rendas, remunerador dos empenhos e engenhos inclusive. Nesse imaginário, o mercado é matriz da riqueza, da eficiência e da justiça. (MORAES, 2002, p. 15).

Para Pires (2010), o neoliberalismo é um processo socioeconômico de políticas de liberalização, desregulamentação e privatização que busca uma reestruturação produtiva em escala global, que tece seu começo após a recessão iniciada na década de 1970.

Neste processo histórico, a Sociedade de Mont Pèlerin²⁹ funcionou como um movimento de enfrentamento ao Estado de bem-estar social que estava se construindo em alguns países europeus no período após a II Guerra Mundial: “Desafiando o consenso oficial da época, eles argumentavam que a desigualdade era um valor positivo e imprescindível, pois disso precisavam as sociedades ocidentais.” (DELLAGNEZZE, 2012, s/p).

A era do poder absoluto do mercado está em alta e, o neoliberalismo representa o desmonte do Estado, da ética e da política a partir da plena liberdade do capital financeiro globalizado. Dentro desta lógica, o neoliberalismo concebe:

²⁹ A Sociedade Mont Pèlerin foi fundada em 1947 a partir de uma reunião convocada por Hayek com a participação de intelectuais que partilhavam de sua orientação ideológica, entre eles estavam: “Milton Friedman, Karl Popper, Lionel Robbins, Ludwig Von Mises, Walter Eupken, Walter Lipman, Michael Polanyi, Salvador de Madariaga. Aí se fundou a Sociedade de Mont Pèlerin, uma espécie de franco-maçonomia neoliberal, altamente dedicada e organizada, com reuniões internacionais a cada dois anos. Seu propósito era combater o keynesianismo e o solidarismo reinantes e preparar as bases de um outro tipo de capitalismo, duro e livre de regras para o futuro.”. (DELLAGNEZZE, 2012, s/p).

[...] a “supremacia dos valores de mercado” (individualismo, consumismo substituindo a solidariedade e a ética; eficiência e competitividade considerados como mais importantes que a vida, etc.), valores que assumem quase que a condição de um pensamento *único*, inexorável, sem alternativas. (DANTAS, 2010, p. 27, grifos do autor).

Neste sentido, são características essenciais do neoliberalismo, a privatização de empresas estatais e serviços públicos e a desregulamentação dos setores públicos sobre os setores privados. Para isto, argumentos contra o Estado de bem-estar social são colocados à frente da bandeira no neoliberalismo, no sentido de que aquele o Estado de bem-estar social cria um clientelismo e assistencialismo ineficazes. Segundo Moraes (2001, p. 18-19), este argumento é utilizado na ampliação da privatização: “pregam a transferência, para a iniciativa privada, *também* das atividades sociais (educação, saúde, previdência, etc.), tidas anteriormente como beneficiárias do desmonte do Estado-empresário.”. E ainda:

Segundo o diagnóstico neoliberal, a razão principal de tal crise era o poder excessivo dos sindicatos, os quais, com suas pressões reivindicativas por aumentos salariais e por aumentos nos gastos sociais do Estado, haviam corroído as bases da acumulação capitalista, comprimindo os níveis necessários de lucros das empresas e gerando processos inflacionários de difícil controle. (COLETTI, 2005, p. 153).

Em consonância com estas prerrogativas e considerando que o ideário neoliberal foi implantado no Brasil e no Uruguai de forma processual, apresentando sua ocorrência a partir de meados do século passado, transcorrendo pelo período do regime de ditadura militar (que também aconteceu em períodos semelhantes nos dois países), culminando o auge de suas ações na década de 1990 e, se apresentando atualmente, como uma frente forte e dominadora (MORAES, 2001).

As dívidas externas dos países latino-americanos representaram o pretexto para que o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial exigissem a implantação do programa neoliberal e, ainda “a tutela sobre as economias locais – a qual incluía controle dos gastos públicos e medidas recessivas” (COLETTI, 2005, p. 154), para que permitissem sua renegociação. Novos empréstimos e a renegociação das dívidas externas somente aconteceriam perante a adoção das políticas neoliberais. Esta determinação foi instituída no Consenso de Washington – reunião realizada em 1989, na cidade de mesmo nome, com a participação do BID, FMI, Banco Mundial, funcionários do governo norte-americano e economistas latino-americanos (CAMPOS, 2011). Firmaram-se dois objetivos principais:

[...] por um lado, a drástica redução do Estado e a corrosão do conceito de Nação; por outro, o máximo de abertura à importação de bens e serviços e à entrada de capitais de risco. Tudo em nome de um grande princípio: o da soberania absoluta do mercado auto regulável nas relações econômicas tanto internas quanto externas. (BATISTA, 1999, p. 33).

Ferraz (et al. 2003, p. 14), vai além e detalha as proposta do Consenso de Washington:

Em linhas gerais o Consenso de Washington está fundamentado em quatro proposições básicas: políticas macroeconômicas conservadoras; liberalização do comércio e investimento internacional; privatização de empresas estatais; e, por fim, desregulação de preços e outras regras que definem limites para a ação dos agentes econômicos. Todas as proposições convergem no sentido da ampliação do espaço econômico para decisões alocativas de agentes privados.

Assim, as ideias neoliberais que já vinham sendo implementadas no Brasil desde o período da ditadura militar, se estende. Dessa forma, o início do governo Collor no Brasil, foi marcado pela implementação de políticas neoliberais, que segundo Coletti (2005, p. 156), provocou “um rearranjo nas relações políticas entre as frações das classes dominantes no interior do bloco no poder.” As diversas classes da elite dominante foram atingidas de forma desigual, de acordo com o tipo de ação neoliberal. Exemplo disso, foi a redução de direitos sociais e trabalhistas que beneficiaram todas as parcelas da classe dominante, contudo não ocorre o mesmo com a privatização, já que o pequeno e médio capital se vê inviabilizado de concorrer nos leilões com o capital imperialista e o grande capital monopolista nacional.

A burguesia agrária foi uma das parcelas afetadas negativamente pelas políticas neoliberais, no que tange ao capital financeiro como forma de subsídio às suas atividades. Todo o subsídio recebido durante o período da modernização conservadora do campo, nas décadas de 1960/70, não se repetiu nas décadas de 1980/90, havendo queda de até 70% nesta última década citada com relação às primeiras. O motivo para isto se encontra nas reduções de gastos do setor público que o governo brasileiro precisou fazer ante a imposição do Consenso de Washington e a transição da fonte de recursos do crédito rural do setor público para o privado, com intensa participação do setor bancário (CAMPUS, 2011; BATISTA, 1999; COLETTI, 2005). Além da redução do crédito rural, outras ações empreendidas pelo governo prejudicaram a burguesia agrária, como a equalização

da taxa de juros, os Empréstimos do Governo Federal (EGF) e Aquisição do Governo Federal (AGF)³⁰, entre outras mais e, houve com isto, queda do Produto Interno Bruto (PIB) agrícola e do valor da terra.

Se, por um lado, os interesses econômicos da burguesia agrária e dos latifundiários foram atingidos com a adoção das políticas neoliberais no Brasil e indicaram perda de espaço político-econômico no interior do bloco no poder; por outro, a representação dos proprietários de terra cresceu, de forma significativa, no Congresso Nacional compensando, ainda que parcial e precariamente, a perda de espaço no bloco no poder. Prova disso é que a bancada ruralista, com cerca de quarenta parlamentares em 1986, passou para 189 parlamentares em 2002, segundo dados da Confederação Nacional da Agricultura. (COLETTI, 2005, p. 165).

A bancada ruralista, a partir do seu crescimento absoluto no Congresso Brasileiro, passou a pressionar o governo, conseguindo assim renegociar dívidas e maiores investimentos, legislação e tributação protetora para o agronegócio, transferindo recursos públicos para a iniciativa privada (COLETTI, 2005; CAMPOS, 2011). O agronegócio se encontra, então, blindado pelo Estado Neoliberal, que é representado pelas elites econômicas nacionais e globais.

No caso do Uruguai, o processo de implantação do neoliberalismo guarda semelhanças com o Brasil, pois fazendo parte dos países latino-americanos os processos e períodos foram sempre bem parecidos, contudo, algumas características os diferenciam. A partir do apresentado na história de ocupação do espaço uruguaio, pode-se perceber que as empresas exportadoras de matérias-primas sempre foram privadas, isentando o país das privatizações de estatais. Para além disto, em 1992, houve um referendo em que a população votou se opondo a estas medidas. Todavia, desde o período de ditadura militar daquele país, o ideário neoliberal vem sendo implantado paulatinamente.

El modelo de sustitución de importaciones que predominó en América Latina hasta la década del 60 fue remplazado por un modelo con fundamentos neoclásicos, orientación de mercado y extrovertido, que se sintetiza en el denominado Consenso de Washington. Esos lineamientos fueron impulsados en América Latina por los organismos multilaterales de crédito desde principios de los setenta, en medio de la ruptura del marco institucional producida por las dictaduras militares, y su implementación fue

³⁰ A equalização da taxa de juros consistia no pagamento feito pelo governo ao banco privado da diferença entre juros emprestados ao agricultor e os juros de mercado. O EGF consistia em “guardar” a produção para que se esperassem melhores preços no mercado e a AGF comprava a produção por um preço mínimo, mesmo que o preço de mercado fosse maior, garantindo lucros ao agricultor (COLETTI, 2005).

potenciada, fundamentalmente por la crisis de la deuda externa, a principios de los ochenta. (ROBLEDO, 2010, p. 08).

A primeira etapa de implementação do neoliberalismo no país, ainda durante a ditadura, é marcado por medidas bem características deste modelo, como a liberação do sistema financeiro, as exportações são promovidas através da lei de promoção da indústria, são facilitados os investimentos estrangeiros e há uma queda salarial, que acaba por diminuir a demanda de consumo interno.

O primeiro governo democrático após a ditadura, de Sanguinetti³¹, busca resolver o problema de endividamento do país através de sua capitalização, criando as zonas francas e se incorporando ao Mercado Comum do Sul (MERCOSUL), apoiando assim a integração regional. As poucas empresas estatais existentes são transformadas em empresas mistas, que passam a negociar acordos salariais com os trabalhadores, refletindo diretamente nos custos sociais do neoliberalismo.

A abertura para investimentos de capitais transnacionais levou a investimentos de curto prazo e à liberação do sistema de câmbio, que por sua vez levou à uma sobrevalorização do peso uruguaio sobre o dólar, fomentando as importações e retraindo as exportações, caracterizando assim um déficit comercial e endividamento.

Esa lógica de funcionamiento lleva a crisis cambiarias que derivan en la destrucción de capital productivo de los productores de bienes que deben competir con el exterior, en crisis financiera cuando se retiran los capitales especulativos y en un fuerte endeudamiento externo derivado de los déficit de cuenta corriente. (ELÍAS, 2003, s/p.).

O governo de Lacalle³² aprofundou as medidas neoliberais no Uruguai, sendo comparado com grandes nomes neoliberais mundiais: "sí Sanguinetti se situaba

³¹ Julio Maria Sanguinetti Coirolo, nascido em Montevidéu, no dia 06 de janeiro de 1936, é um advogado, historiador, jornalista e político uruguaio. Ele ocupou vários cargos no governo, foi vice-presidente três vezes, duas vezes ministro, senador e presidente da República em dois períodos, 1985-1990 e 1995-2000. Foi membro do movimento batllista e compõe o Partido Colorado, do qual foi secretário-geral de 1983 a 1985 e de 2004 a 2009. Além disto, é autor de vários ensaios sobre história contemporânea do Uruguai, a vida e obra de Pedro Figari e outras questões. Disponível em: http://www.cidob.org/biografias_lideres_politicos/america_del_sur/uruguay/julio_maria_sanguinetti_coirolo. Acesso em: 05 mai. 2016.

³² Luis Alberto Lacalle Herrera, nascido em Montevidéu, em 13 de julho, 1941, é advogado, jornalista e político uruguaio, presidente da República Oriental do Uruguai entre 1990 e 1995. Ele também foi vice-presidente e senador. Foi presidente do Partido Nacional duas vezes, a primeira entre 1999 e 2004 e a segunda de agosto de 2009 a junho de 2011. Era líder do movimento Herrerismo e da Unidade Nacional. Disponível em: <http://www.biografiasyvidas.com/biografia/l/lacalle.htm>. Acesso em: 05 mai. 2016.

entre Reagan y Thacher, Lacalle es Reagan y Thacher juntos". (ROBLEDO, 2010, p. 12). Um certo esgotamento do modelo neoliberal se apresentava e era necessário atrair investimentos estrangeiros na busca de uma conversão produtiva, assim as estatais que ainda restavam foram vendidas. Além disto, reformas tributárias e a intensificação da ausência do Estado, a partir de cortes e investimentos, foram observadas.

Se ha eliminado o reducido significativamente el papel de las empresas públicas en los sectores de la carne, la pesca, el azúcar, el transporte aéreo y ferroviario, y la comercialización; se han eliminado monopolios en los seguros, el correo, la telefonía y la seguridad social; se han terciarizado servicios de cobranzas, mantenimiento y limpieza y, aunque en el gobierno de Luis Alberto Lacalle (1990-1994) los avances privatizadores más profundos fueron detenidos por un referéndum, el proceso continúa con las medidas tomadas respecto a los bancos Hipotecario y República. (ELÍAS, 2003, s/p.).

Neste sentido, as medidas neoliberais implementadas no Uruguai também tiveram influências e consequências diretas no campo. Como no Brasil, a entrada de capital transnacional modernizou, tecnicizou e concentrou ainda mais a terra. Por outro lado, o discurso neoliberal oficial aponta que a entrada de capital transnacional, através da conversão produtiva (modernização conservadora), é a oportunidade de desenvolvimento dos países emergentes.

No entanto, a adoção do modelo neoliberal promove, a partir de sua lógica, a permeabilidade política e cultural para se adaptar à tecnologização, a abertura para investimentos de capitais transnacionais, produção para exportação, especialização da produção, entre outros, como meios de assegurar o crescimento das economias periféricas, que na verdade, promove a reprodução ampliada do capital.

Para el capital transnacional los "territorios eficientes" son aquellos escenarios que desde el punto de vista político, económico y cultural fueron acondicionados a través de las ideas e infraestructuras para recibir y hacer eficaz la inversión extranjera directa (reproducción ampliada del capital que se cuela a los territorios rurales). (ACHKAR, et al. 2008, p. 12, grifos do autor).

Neste sentido, o Uruguai tem apresentado altos investimentos do capital transnacional nos pacotes tecnológicos, buscando maior produtividade e lucro em detrimento das outras formas de produção no/do campo uruguaio. As políticas de desenvolvimento rural do país são concebidas a partir de um padrão baseado em

um modelo de articulação entre características agroexportadora, assegurando renda e riqueza para alguns poucos.

A queda, cada vez maior, do número de agricultores familiares no meio rural, a marginalização da população expulsa do campo, os processos de concentração de terras, os processos de transnacionalização de terras e a degradação ambiental (empobrecimento e contaminação de solos e mananciais d'água, entre outros) a partir da adoção de tecnologias inapropriadas, estão entre os problemas apresentados em formas de custos sociais do neoliberalismo implantado no Uruguai (INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZACIÓN). Apesar disto, o plano oficial neoliberal segue sua trajetória insustentável em busca do suposto desenvolvimento econômico destas economias periféricas.

O neoliberalismo, então, contribui para a espacialização e territorialização do agronegócio, no sentido de que tem como algumas de suas características a livre circulação de capitais transnacionais, abertura da economia para a entrada de multinacionais, medidas contra o protecionismo econômico e aumento da produção, com o objetivo de atingir o desenvolvimento econômico. Estas características mantêm relação intrínseca com as medidas necessárias para a implantação e expansão do agronegócio.

Um dos incentivos presentes neste cenário, possibilitado pelo neoliberalismo, é a expansão da área cultivada pelas principais monoculturas de exportação, como o caso da soja e a silvicultura, que veem expandindo, cada vez mais, as áreas destinadas à suas produções, no Brasil e no Uruguai, respectivamente.

Via de regra, o neoliberalismo ao mesmo tempo em que promove as políticas macroeconômicas que intensificam a produção da pobreza, também distribui benefícios aos mais pobres entre os pobres. Portanto, o Estado neoliberal tem sido um grande aliado ao interesse do capital, e mais especificamente, aos interesses do agronegócio e da manutenção da estrutura fundiária brasileira e uruguaia, no sentido de que algumas políticas públicas têm tido um importante papel para amenizar os conflitos territoriais.

[...] el problema de nuestros países para avanzar en sendas de desarrollo está en las relaciones de poder y no en formulaciones económicas teóricas e inaplicables en un mundo donde el proteccionismo de los países centrales impide cualquier proceso de convergencia entre centro y periferia. (FOSSATTI, 2007, p. 29).

O Estado se coloca na posição de parceiro de comunidades afetadas pelo avanço do poder econômico no meio rural, quando auxilia na criação de políticas públicas paliativas e disponibiliza agentes de desenvolvimento para fornecer apoio nas discussões sobre esses conflitos. Entretanto, quando possibilita a entrada do capital transnacional, diminui, consideravelmente, as chances de reprodução da agricultura familiar camponesa, pois produtores de pequena escala são impossibilitados de estruturar sua produção na tendência do grande mercado, que busca modelos de agricultura intensiva, por meio do capital e da tecnologia.

Nesse sentido, apresentamos a seguir o capítulo que discute a Agroecologia enquanto campo do conhecimento e paradigma que se propõe ao enfrentamento deste modelo hegemônico de produção, alicerçado no Estado neoliberal, nas suas variadas dimensões.

5 ENTRE O REAL E O IDEAL: O UNIVERSO AGROECOLÓGICO EM DISCUSSÃO

Este capítulo trata do universo no qual está inserido a Agroecologia, composto por diversas e distintas dimensões. A Agroecologia está diretamente ligada aos movimentos sociais, à tradição camponesa e à resistência frente ao modelo de produção capitalista, representado pelo agronegócio.

A relação intrínseca destes elementos corrobora um modo de vida, que estampa no espaço configurações territoriais sujeitas a diversos conflitos, entre os quais o enfrentamento entre agricultura familiar camponesa e agronegócio, na disputa por terra e políticas públicas que possibilitem o desenvolvimento da Agroecologia. Neste sentido, apresentamos um referencial teórico sobre estes temas, nos permitindo discutir nos capítulos a seguir, estas experiências de resistência a partir da lógica da agroecológica.

5.1 AGROECOLOGIA: ADVENTO, CAMPO DE CONHECIMENTO E CONCEITOS

A linguagem simbólica é o meio pelo qual, nós seres humanos, aprendemos o significado das coisas, atribuindo conceitos e signos aos elementos que nos rodeiam. Nós transformamos o mundo em conceitos e linguagem, significamos tudo, até mesmo a territorialidade. Esta, por sua vez, possui conceitos próprios nos quais o ser humano, como parte da sociedade, mantém relações com a exterioridade por meio de mediadores (como a própria linguagem) e\ou instrumentos. Estes últimos são essenciais, não somente para agir sobre o mundo, mas também para concebê-lo. A partir disto, é importante discutir acerca do termo “desenvolvimento” e os signos expressos a ele.

A palavra desenvolvimento provoca inúmeras interpretações para quem ouve, e sentidos distintos para quem busca exprimi-la. Neste sentido, empregar de modo indiscriminado, em contextos diversos, uma palavra tão repleta de subjetividade torna mais prolongado o fim do seu uso. (ESTEVA, 2000, p. 59).

Com o fim da II Guerra Mundial, os Estados Unidos se erguia enquanto potência mundial e necessitava estabelecer o seu lugar no mundo como tal. Neste contexto, diversas sociedades distintas compostas por milhões de pessoas ao redor

do mundo, passaram a ser consideradas subdesenvolvidas³³, a partir do entendimento de Truman³⁴, que não foi o primeiro a usar o termo. Contudo, foi quem o introduziu como uma representação simbólica de sua própria política externa (ESTEVA, 2000). De modo explicativo, o que não é desenvolvido aos moldes impostos é sinônimo de inferioridade.

Assim, a noção de desenvolvimento surge a partir da ideia do subdesenvolvimento, deixando latente a noção de desenvolvimento econômico. Dentro desta realidade, as origens do subdesenvolvimento são questionadas: “O debate sobre as origens e as causas atuais do subdesenvolvimento mostra até que ponto é aceito como real, concreto, quantificável e identificável: um fenômeno cuja origem e modalidade podem ser sujeitas à investigação.” (ESTEVA, 2000, p.66).

O debate conceitual e prático acerca do desenvolvimento humano e sustentável esbarra, na maioria das vezes, nos efeitos nocivos da economia globalizada balizada pelo desenvolvimento econômico. A hegemonia econômica de livre mercado desestabiliza e menospreza toda e qualquer atividade humana que não esteja de acordo com seus preceitos de acúmulo de capital, em detrimento da conservação da natureza. Este processo cria, em bases reais, um contingente de atores sociais marginalizados no campo e na cidade.

No caso do meio rural, aqueles que não se inserem no modelo de produção baseado em pacotes tecnológicos, são invisibilizados. Suas atividades agropecuárias passam por diversas dificuldades para serem desenvolvidas, tornando-os marginalizados pelo sistema, os obrigando a buscar formas alternativas de se reproduzirem e buscarem interação social em meio à chamada crise do desenvolvimento: “O apoio mútuo tem papel fundamental nessas expressões de formas de vida alternativa.” (ESTEVA, 2000, p. 66).

A necessidade supera o imposto sistema desenvolvimentista econômico e busca a recuperação de suas formas independentes de viver, deixando de lado a imposição do mercado global. Segundo Esteva (2000), há necessidade de apoio a uma nova ordem, às comunidades que conseguiram se libertar das amarras

³³ “Deixaram de ser o que eram em toda a sua diversidade para se tornarem um mero produto que os coloca na posição de inferioridade, uma imagem que define e caracteriza sua identidade. A diversidade que é naturalmente existente torna-se justificativa para a desigualdade e atrocidades cometidas ao longo dos tempos.” (CUNHA, et al. 2011, p. 04).

³⁴ Harry S.Truman foi o 33º presidente dos Estados Unidos. Chegou à presidência em 12 de abril de 1945. Em sua presidência, os EUA terminaram a Segunda Guerra Mundial; a tensão com a União Soviética cresceu após o conflito, iniciando a Guerra Fria. Disponível em: <http://www.biografiasyvidas.com/biografia/t/truman.htm>. Acesso em: 12 abr. 2016.

econômicas, destacando a importância das políticas públicas em prol de atividades econômicas no tecido social, em meio a todo o processo de busca de um desenvolvimento integrado, sustentável, humano.

Além da danosa transformação imposta ao termo 'desenvolvimento' por Truman, se completou, erroneamente, a associação e redução do termo ao fator econômico. Alguns defendem o desenvolvimento, desta forma, única e exclusivamente como crescimento econômico. Esta redução traz consequências como a dicotomização entre desenvolvimento econômico e desenvolvimento social. O equilíbrio, através da integração dos dois termos, em seu sentido real, é proposto pela ONU em um projeto de desenvolvimento participativo, que não prospera, mas abre caminhos para temas e ideias para o desenvolvimento social. "Questões importantes tais como meio ambiente, crescimento demográfico, fome, opressão das mulheres, problema habitacional ou o desemprego, tiveram seu momento de proeminência" (ESTEVA, 2000, p. 69).

Os conceitos de desenvolvimentos endógeno e exógeno surgem no contexto do debate global acerca do desenvolvimento e sustentabilidade. O desenvolvimento endógeno pode ser entendido a partir do desenvolvimento local, no qual sua dinâmica compreende a participação de elementos internos e externos: "entretanto, os recursos gerados são investidos localmente, mesmo e apesar de não serem regiões autônomas." (DEMATTEIS, 2008, p. 40).

Os agentes externos podem ser inseridos no planejamento para o desenvolvimento endógeno, desde que não avancem contra as identidades culturais locais. As dimensões social, ambiental e ecológica formam o potencial endógeno de cada local. A dimensão social funciona como resistência aos processos de modernização industrial e, na dimensão ecológica, estão amparados os recursos naturais e seu uso sustentável. A teoria de desenvolvimento endógeno é relevante no sentido de, com os processos de modernização, alguns territórios no meio rural foram relegados ao atraso, pois, o desenvolvimento aconteceu de forma exógena.

O desenvolvimento endógeno é dinâmico e adaptável, todavia, as tendências do mercado globalizado são distanciadas e os custos de produção, transformação e manejo são bem menores que no modelo de desenvolvimento exógeno: "O desenvolvimento exógeno, por sua vez, internaliza as novas tecnologias e tendências e acaba por sofrer um processo de aculturação, desconsiderando as situações e problemas ecológicos." (BORBA et al. 1992, p. 163). A Agroecologia,

neste sentido, está para o desenvolvimento endógeno assim como o agronegócio está para o desenvolvimento exógeno.

Considerando estas reflexões, o desenvolvimento endógeno guarda relação intrínseca com a sustentabilidade, tema de grande destaque a partir das últimas décadas do século passado. A emergência deste termo está ligada à tentativa de alguns segmentos sociais em frear a exploração acentuada dos recursos naturais, no contexto do modo de produção capitalista em escala global.

A sustentabilidade é complexa e para ser eficiente precisa incorporar conceitos temporais, ecológicos, tecnológicos, econômicos, ambientais e sociais para se fazer plena. Entrou para o circuito mundial na ECO/92, realizada no Rio de Janeiro, desde então foi legitimada, oficializada e difundida, mas também se marginalizou, pois o poder de simulação e perversão em relação à sustentabilidade é intenso. O termo é largamente usado em função da ordem econômica mundial. (CUNHA, et al. 2011, p. 08).

A sustentabilidade depende da interrelação de diferentes áreas do conhecimento, todavia o modelo de educação bancária ocidental não propicia a construção de um pensamento complexo e holístico (WIZNIEWSKY, 2006). Em Estocolmo (1972) deliberou-se que o meio ambiente não pode ser considerado apenas na dimensão físico-natural, mas sim, a interação de um sistema natural e social, o ambiente construído e sociocultural.

[...] debió ser la incorporación formal y sistemática del hombre organizado social, cultural, laboral y políticamente como actor, desencadenador y afectado por estos dos procesos antagónicos de conservación y desertificación. Al mismo tiempo ocurrió la incorporación de la tecnología y economía al medioambiente como un todo. (GASTÓ, et al. 2009, p.12).

A sustentabilidade, portanto, transcende a conservação dos recursos naturais. São diversos os processos de organização que ocorrem concomitantemente na natureza, se materializando em escalas de tempo/espço diferenciadas. Existe assim, uma hierarquização, dentro destas escalas, dos elementos e processos que vão desde o mais alto nível até o mais baixo, que seguem respectivamente: físico, químico, geológico, geomorfológico, biológico, biológico-natural, ecológico-antrópico, social, tecnológico, econômico e político. O que se quer dizer com isto, é que uma decisão política (nível mais baixo), jamais poderá sobressair aos sistemas naturais (níveis mais altos), dentro desta hierarquia

natural (CUNHA, et al. 2011).

Rachel Carson (1962), Enrique Leff (1986; 1994; 2004) e Friedrich Schumacker (1979) são autores importantes na defesa da sustentabilidade em nível mundial. Leff (1986), defende que o saber ambiental – que possibilita a construção da sustentabilidade – problematiza o conhecimento fragmentado da ciência moderna e a racionalidade moderna dominante insustentável. Este questionamento possibilita também “hablar a las verdades silenciadas, los saberes subyugados, las palabras acalladas [...]” (LEFF, 1986, p. 73).

Quando se planeja através do saber ambiental, se busca romper com a reconstrução “de la lógica unitaria, de la verdad absoluta, del pensamiento unidimensional, de la ciencia objetiva, del crecimiento sin limites, del dominio tecnológico de la naturaliza y de la gestión racional del ambiente” (LEFF, 2004, p. 126), o resultado é um saber que não se fecha em dogmas, que busca a totalidade e possibilita uma compreensão e nova visão de mundo, que se pretende:

[...] un proyecto de revisión y reconstrucción del mundo a través de estrategias conceptuales y políticas que parten de principios y fundamentos de una racionalidad ambiental que han sido desterrados y marginados por los paradigmas dominantes de la ciencia. (LEFF, 1994, p. 19).

O que se pode entender, é que há a necessidade de alterar a lógica da ciência e da racionalidade modernas. Carson (1962, p. 285) afirma, inclusive, que existe uma escolha a se fazer, escolha esta que definirá os rumos do planeta:

Encontramo-nos agora, no ponto em que duas estradas se divergem. Todavia, ao contrário das estradas do familiar poema de Robert Frost, elas não são igualmente boas. A estrada pela qual temos estado viajando por tão longo tempo é ilusoriamente fácil: uma superestrada de pavimentação lisa, pela qual avançamos em grande velocidade; mas na sua extremidade final, o que há é desastre. O outro ramo da estrada – o ramo menos “transitado” – oferece a nossa última, a nossa agora única oportunidade de chegar a um destino que assegure a preservação da nossa Terra.

Em 1962, Rachel Carson já previa o que atualmente observamos estranhados. A crise que vem se formando, em escala global, com relação ao modelo de produção capitalista da agricultura, a autora expressa com clareza a necessidade de uma mudança de paradigma. E na proposta desta mudança, surge a Agroecologia, que não busca “retomar as vidas enclausuradas, oprimidas e penosas das antigas comunidades camponesas, mas sim resgatar alguns de seus

bons sensos, virtudes, exemplificadas nas dimensões de participação e solidariedade” (PERONDI, 2004, p.14). O que a Agroecologia propõe, de fato, é o entendimento das adaptações bem sucedidas, que foram capazes de conservar-se com o passar das gerações e, que só agora passam a ser sistematizadas, buscando apoio na tecnologia para construir um diálogo no qual saberes tradicionais e ciências possam trabalhar juntos.

La agricultura es una actividad compleja que involucra no solamente la producción de alimentos y fibras a partir de factores tecnológicos, dotaciones de recursos naturales e impulsos de capital, sino también una serie de procesos vinculados con los efectos que ella produce en las sociedades y en los ecosistemas. A partir de esta consideración, puede aceptarse fácilmente que las actividades agrarias son parte fundamental de las interacciones humanas con la naturaleza y desde esta perspectiva sus análisis pueden realizarse desde el punto de vista ambiental complejo. La agricultura es el resultado de la coevolución de ecosistemas artificializados y culturas humanas. (SICARD, 2009, p.45).

Entretanto, buscar esta mudança de paradigma na forma de produzir e viver no/do campo, não é uma tarefa fácil, ou mesmo simples, mas necessária e inadiável, porque o agravamento das condições ambientais, políticas e sociais está se intensificando em escala exponencial. Além disso, não se modifica facilmente um modelo difundido durante tanto tempo, mesmo que a realidade criada por este mesmo modelo tenha gerado tantos insucessos como: desmatamentos, desertificação, contaminação e esgotamento de mananciais de água doce, salinização, erosão e empobrecimento dos solos, aumento abusivo no uso de agrotóxicos, contaminação dos alimentos, danos à saúde humana, extinção de espécies, perdas irreversíveis da biodiversidade, entre outros (DIAS, 1999).

Sob essa perspectiva, a Agroecologia é uma proposta que vai de encontro ao modelo hegemônico de produção agropecuária, pois combate os danos ambientais e sociais, extrapola o simples “produzir alimentos orgânicos”, necessita do envolvimento em diversas áreas do conhecimento e, ainda, propõem alternativas como a agricultura orgânica, ecológica, regenerativa, biodinâmica, entre outras:

A agroecologia é um conceito multidisciplinar. Para trabalhar com agroecologia, o agricultor trabalha com ecologia, com antropologia, com sociologia, com conhecimentos tradicionais que ele herdou da sua família, trabalha também com controle biológico, economia, ciências agrícolas

básicas e as tecnologias específicas para serem usadas em Agroecologia (Informação verbal³⁵).

A Agroecologia, portanto, é um conceito amplo que, muitas vezes, acaba sendo reduzido a, apenas, um modo de produção mais correto do ponto de vista ambiental. Contudo, perpassa por temas como acesso a terra, questões sociais de famílias de pequenos produtores, grupos tradicionais, mercados locais, redes de estudo e etc. (WIZNIEWSKY, 2015). Tudo isto forma um campo de conhecimento complexo, em que o agricultor agroecológico constrói um sistema mesmo não tendo uma educação formal, a partir de experiências e conhecimentos que são repassados de geração em geração, dominando assim, saberes tradicionais e aplicando-os nas atividades agropecuárias.

O conceito de Agroecologia vem de longa data, entretanto, considerando a América Latina, o início está relacionado às chamadas “agriculturas alternativas” nas décadas de 1970/80. Este início está ligado, em boa parte, às Organizações Não Governamentais (ONG's), que tentam trazer este debate para a sociedade latino-americana. Já na década de 1990, este conceito passa a ser debatido/desenvolvido pelas universidades, que iniciam cursos de Agroecologia em nível de pós-graduação. Na década de 2000, a Agroecologia é introduzida como tema de políticas públicas em diversos países latino-americanos, criando programas para desenvolvê-la a partir do apoio oferecido aos agricultores, através de subsídios e créditos, além da assistência técnica e extensão rural voltada para este tema. Em consequência disto, a Agroecologia, atualmente, vem sendo bastante difundida na América Latina (SAUER; BALESTRO, 2013).

A Agroecologia é bastante moderna, pois utiliza muitas técnicas de alta tecnologia e conhecimentos de áreas diferentes. É revolucionária pela capacidade de abastecimento alimentar, prezando pela conservação dos recursos naturais, trabalhando de forma diferenciada no âmbito da conservação dos recursos hídricos, do solo, da produção e reaproveitamento de energia dentro da unidade de produção. O agricultor agroecológico atua de forma harmoniosa com a natureza, extraíndo dela

³⁵ Entrevista de Gustavo Chianca, representante adjunto da Agência das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO/ONU) no Brasil, veiculada através do Programa Brasil Rural, da Rádio Nacional de Brasília, em 07/04/2016. Disponível em: <http://radios.ebc.com.br/brasil-rural/edicao/2016-04/na-busca-de-alimentos-mais-saudaveis-cresce-o-mercado-de-produtos-organicos>. Acesso em: 21 abr. 2016.

o necessário para seu autoconsumo e reprodução social, restituindo-a através do manejo sustentável (WIZNIEWSKY, 2006).

O conceito de Agroecologia também caminha até o consumidor, através de produtos de gêneros alimentícios saudáveis, que veem, cada vez mais, equiparando o seu valor de mercado com alimentos produzidos de forma convencional³⁶. Os circuitos curtos de comercialização são outro diferencial da Agroecologia, defendidos por especialistas da área, assim como pela FAO. A produção desenvolvida perto da sua área de comercialização vai garantir gêneros alimentícios adaptados àquele ambiente, à realidade de consumo local, aos hábitos alimentares (COSTABEBER; MOYANO, 2000). Desta forma, pode-se evitar, também, o transporte em longas distâncias, diminuindo o custo de produção quando deixa de utilizar grande quantidade de petróleo, já que a maior parte do transporte é feito por via rodoviária, na maior parte das regiões e, principalmente no Brasil e Uruguai. É importante ressaltar, que os circuitos curtos também evitam a utilização de produtos químicos para conservação de alimentos perecíveis que seriam transportados em longas distâncias. Sobretudo porque a maior parte dos agroquímicos tem sua origem no petróleo, o que torna o modelo de produção hegemônico dependente, de diversas formas, deste recurso natural finito e extremamente poluidor. Todos estes fatores colaboram para erradicação do desperdício e diversas vantagens para os consumidores, mostrando ser uma estratégia eficaz nas políticas públicas de controle e combate à fome (MACHADO; MACHADO FILHO, 2014).

A Agroecologia pode ser considerada como um campo de conhecimento científico, um paradigma que busca o empoderamento dos sujeitos sociais para o enfrentamento e ruptura com o modelo hegemônico de produção no campo. Contudo, é necessário evidenciar que o capital transnacional, representado por grandes conglomerados empresariais³⁷, tem o domínio sobre toda a cadeia produtiva de alguns itens agrícolas a nível mundial, mantendo assim, o padrão de desigualdade na distribuição de terras e renda no campo, tornando a difusão e aplicação da Agroecologia mais uma esfera da luta de classes. Todavia, entre os princípios invocados pela Agroecologia está a sustentabilidade, no que tange às dimensões ambiental, política, sociocultural e econômica. Postula como elemento

³⁶ Consideramos aqui “convencional” a produção a partir de pacotes tecnológicos químicos que não vão ao encontro da conservação e preservação do meio ambiente.

³⁷ Monsanto, Syngenta, Cargill, Bunge, ADM, Nestlé, Basf, Bayer, Aracruz, Stora Enso, entre outras.

basilar à equidade e, ainda, orienta distintos estilos de agriculturas sustentáveis, que contribuem para a Soberania Alimentar dos povos (WIZNIEWSKY, 2015).

Com todos os benefícios oferecidos pela Agroecologia, pensamos: em que momento o mundo deixou de produzir alimentos saudáveis, para produzir mercadorias danosas à saúde humana, animal e vegetal? Foi em meados do séc. XVIII, que o inglês Jethro Tull idealizou e construiu uma semeadeira-cultivadora que possibilitava o plantio em linha. Quase um século depois, em 1840, foi descoberto pelo alemão Justus von Liebig, que poderiam ser usados elementos sintéticos para o crescimento e desenvolvimento das plantas. A partir destes elementos, foram propiciadas duas revoluções na agricultura, a primeira mecânica e a segunda, química. Contudo, até o séc. XIX a agricultura mundial se baseava, fundamentalmente, em manejos naturais sem o emprego de insumos químicos (MACHADO; MACHADO FILHO, 2014).

Acentua-se a contradição com uma nova e surpreendente perspectiva para a reprodução do capital. Estão criadas as condições tecnológicas para as monoculturas em grandes extensões: plantio uniforme em linha, fertilização com produtos solúveis de síntese química e “tratos culturais” em linha. É a negação da proteção da natureza. (MACHADO; MACHADO FILHO, 2014, p. 31).

O emprego de agroquímicos passou a ser cada vez mais comum dentro da lógica de mercado e acumulação, para isto muitos recursos eram – e ainda são – investidos em pesquisas neste sentido. Por isto, o DDT³⁸ foi descoberto, em 1939, pelo suíço Paul Muller, o que levou a uma mudança radical da forma de se produzir na agricultura a nível mundial, constituindo mais uma cadeia de intenções acerca da produção agrícola. Desde a II Grande Guerra, os caminhos seguidos pela agricultura em todo o mundo foram arrasadores, dentro de um entendimento em que as dimensões social e ambiental foram as mais atingidas, tudo isto sob o pretexto da produção de alimentos para os países envolvidos na guerra, que se encontravam devastados (MACHADO; MACHADO FILHO, 2014).

A partir destes marcos, a inserção de insumos químicos, agrotóxicos, mecanização intensa e industrialização da agricultura foi cada vez mais

³⁸ O termo DDT refere-se ao diclorodifeniltricloroetano. O DDT grau técnico é uma mistura de p,p'-DDT, isômeros e compostos correlacionados. O inseticida organoclorado DDT foi extensivamente usado na agricultura, mas foi banido em diversos países, devido à persistência no ambiente e biomagnificação na cadeia alimentar (SÃO PAULO, 2014).

intensificada. O consumo de agrotóxicos e insumos químicos está ranqueado nas primeiras posições pelo Brasil a nível mundial. “[...] enquanto nos últimos dez anos o mercado mundial de agrotóxicos cresceu 93%, o mercado brasileiro cresceu 190%. Em 2008, o Brasil ultrapassou os EUA e assumiu o posto de maior mercado mundial de agrotóxicos” (CARNEIRO, 2015, p. 49). O Uruguai vem se inserindo, nas últimas duas décadas, nesta lógica da agricultura altamente mecanizada e tecnificada, alterando assim, sua matriz produtiva da pecuária e derivados, para a monocultura da soja e a silvicultura.

As consequências da inserção do pacote tecnológico estão estampadas nas esferas sociocultural, ambiental, econômica e política na sociedade. Recentemente, o Instituto Nacional de Câncer (INCA), se posicionou pela primeira vez a respeito das implicações do uso dos agrotóxicos para a saúde humana, que chegou ao nível de consumo médio de 5,2 kg de veneno agrícola por habitante no Brasil (INCA, 2015).

[...] o objetivo deste documento é demarcar o posicionamento do INCA contra as atuais práticas de uso de agrotóxicos no Brasil e ressaltar seus riscos à saúde, em especial nas causas do câncer. Dessa forma, espera-se fortalecer iniciativas de regulação e controle destas substâncias, além de incentivar alternativas agroecológicas aqui apontadas como solução ao modelo agrícola dominante. (INCA, 2015, p. 02).

O aumento sistemático do uso de agrotóxicos tem entre seus principais fatores os monocultivos, especialmente a soja e milho. As sementes melhoradas geneticamente estão, também, sendo usadas intensamente, necessitando de uma carga altíssima de agrotóxicos para alcançar a produtividade desejada. Além disso, a estrutura fundiária baseada em latifúndios e políticas públicas voltadas para a grande produção encontra no capital transnacional, o aporte perfeito para sua manutenção. Através da pressão exercida pelo capital transnacional corporativo sobre os núcleos políticos, principalmente dos países em desenvolvimento, como é o caso do Brasil e do Uruguai, determina-se a utilização em excesso de agrotóxicos na agricultura industrial. As bases latifundiárias ruralistas, brasileira e uruguaia, buscam a acumulação de capital, de forma cada vez mais predatória, em detrimento da conservação e preservação ambiental, da função social da terra e da saúde humana.

Assim, entende-se os motivos pelos quais a Agroecologia entrou nas discussões ao redor do mundo, com o objetivo de propor alternativas para combater este modelo degradante. Na década de 1950, alguns cursos de agronomia começaram a utilizar o termo, contudo, com a implantação do regime militar, foi excluído de todo e qualquer debate a nível nacional. Todavia: “A partir de 1980, as lutas por uma agricultura limpa [...] encontraram eco na palavra **agroecologia**, significando uma agricultura que incorpora as dimensões sociais, culturais, éticas e ambientais” (MACHADO; MACHADO FILHO, 2014, p. 35, grifo dos autores).

A Agroecologia vem se tornando relevante no cenário mundial, esta caminhada tem feito com que seu conceito passe por diversas formulações e reformulações. Sua ampliação corrobora o fato de que a Agroecologia trilha um caminho diferente do reducionismo aplicado à agricultura monocultora, permite a integração sustentável das áreas de produção e conservação e, propicia o resgate do valor social da agricultura. Para Altieri (2012, p. 105), a Agroecologia:

[...] vai mais além do uso de práticas alternativas e do desenvolvimento de agroecossistemas com baixa dependência de agroquímicos e aportes externos de energia. A proposta agroecológica enfatiza agroecossistemas complexos nos quais as interações ecológicas e os sinergismos entre seus componentes biológicos promovem os mecanismos para que os próprios sistemas subsidiem a fertilidade do solo, sua produtividade e a sanidade dos cultivos.

Portanto, a Agroecologia se mostra não somente como uma outra forma de produzir alimentos de qualidade, mas também como “[...] um campo de conhecimento que orienta modos de produção atentos aos recursos naturais, buscando provocar o menor impacto possível ao ambiente.” (CUNHA, 2015, p. 22). A biodiversidade, os mercados locais, a função social da terra, a produção e utilização de energia dentro da unidade de produção, a importância da mulher na organização do trabalho familiar, são elementos prezados pela Agroecologia. Suas premissas inspiram um outro modo de vida, baseado na comunidade, no coletivo, na construção do conhecimento, de forma conjunta entre ciência e saberes tradicionais, negando a cultura do consumo acentuado e acúmulo de capital, na busca pela Soberania Alimentar dos povos.

5.2 SOBERANIA ALIMENTAR

O debate sobre a Soberania Alimentar vem tomando destaque no cenário mundial, incentivado pelos rumos que vem tomando a agricultura. A partir dos países que têm a agricultura como base econômica, através de uma matriz produtiva hegemônica, surge a necessidade de enfrentamento deste modelo e, conseqüentemente, a noção de Soberania Alimentar. O primeiro termo que surgiu a esse respeito, no Brasil, foi o de Segurança Alimentar e Nutricional: segundo a Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN - Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006):

Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) é a realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que seja ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis. (CUNHA et al., 2015, p.127).

A partir desse conceito, incorporado pelo Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) no âmbito de atuação do mesmo, compete à Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SESAN): planejar, implementar, coordenar, supervisionar e acompanhar programas, projetos e ações de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), de acordo com as diretrizes da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, estabelecidas pelo Decreto nº 7.272/2010.

Contudo, o capital se apropriou da produção de alimentos, tornando essa atividade mais uma forma de acumulação, lucratividade e exploração de mão de obra, na qual o alimento deixa de ser uma necessidade para a sobrevivência humana e passa a ser, simplesmente, uma mercadoria. Nesse sentido, o imperativo de ampliar o conceito de Segurança Alimentar e Nutricional se fez premente e necessário.

Dessa forma, os movimentos sociais passaram a se manifestar a respeito do assunto, representados pela Via Campesina. A Via Campesina é um movimento internacional que converge milhões de camponeses, pequenos e médios produtores de alimentos, povos sem terra, indígenas, migrantes e trabalhadores e trabalhadoras rurais de todo o globo. Ela defende a agricultura sustentável em pequena escala,

como um modo de promover a justiça social. Contrapõe e enfrenta o agronegócio e as multinacionais, que estão aniquilando os povos do campo e os recursos naturais.

La Vía Campesina comprende en torno a 164 organizaciones locales y nacionales en 73 países de África, Asia, Europa y América. En total, representa a alrededor de 200 millones de campesinos y campesinas. Es un movimiento autónomo, pluralista y multicultural, sin ninguna afiliación política, económica o de cualquier otro tipo. (La Vía Campesina – Site Oficial).

A Via Campesina foi fundada na Bélgica, em 1993, por grupos de camponesas e camponeses de diversas partes do mundo. O momento apresentava uma nova era para a sociedade mundial, a globalização. E nesse contexto, os grupos camponeses reivindicavam que fossem reconhecidos, que sua voz estivesse presente nas tomadas de decisões que influenciavam, efetivamente, suas vidas.

[...] a grande perversidade na produção da globalização atual não reside apenas na polarização da riqueza e da pobreza, na segmentação dos mercados e das populações submetidas, nem mesmo na destruição da Natureza. A novidade aterradora reside na tentativa empírica e simbólica de construção de um único espaço unipolar de dominação. A tirania do Dinheiro e da Informação, produzida pela concentração do capital e do poder, tem hoje uma unidade técnica e uma convergência de normas sem precedentes na história do capitalismo. (SANTOS, 2003, p. 03).

Dessa forma, a partir da construção do movimento na busca pelos direitos dos povos do campo, e de outros que se somaram à causa, como pobres urbanos, grupos ambientalistas, grupos de consumidores, associações de mulheres, pescadores, indígenas e etc., a Via Campesina é reconhecida e respeitada pelas instituições que tratam da questão alimentar e agrícola pelo mundo, além de diversos governos.

Alcançar a Soberania Alimentar e deter os efeitos destrutivos do neoliberalismo, que pode ser considerado uma das maiores armas na cooptação da natureza em prol do capital, estão entre os objetivos da Via Campesina. Que defende ainda que, os povos do campo são capazes de produzir alimentos de qualidade para eles e o restante do mundo, de forma sadia e sustentável.

Ainda, segundo a FAO, as mulheres produzem cerca de 70% dos alimentos em todo o mundo, tendo, dessa forma, papel fundamental nesse processo. Papel este, reconhecido pela Via Campesina, que atenta para o processo histórico de dominação/opressão das mulheres pelo patriarcado, corroborado pelo

neoliberalismo, defendendo “los derechos de las mujeres y la igualdad de género a todos los niveles y lucha contra todas las formas de violencia hacia las mujeres.” (La Via Campesina – Site Oficial, 2015).

Acreditamos que a Soberania Alimentar só possa ser alcançada a partir da desestruturação da hegemonia do atual modelo de produção no campo, sendo gradativamente substituído pela produção orgânica e uma massiva transição agroecológica. Por Soberania Alimentar, entende-se que:

É o direito dos povos em definir suas próprias políticas e estratégias sustentáveis de produção, distribuição e consumo de alimentos que garantam o direito à alimentação a toda a população, com base na pequena e média produção, respeitando suas próprias culturas e a diversidade dos modos camponeses de produção, de comercialização e de gestão, nos quais, a mulher desempenha um papel fundamental. (La Via Campesina - Site Oficial, tradução da autora).

A partir dessa reflexão, pode-se entender que a Soberania Alimentar mantém relação intrínseca com a produção de alimentos. Sobretudo, pauta a produção de alimentos livres de agrotóxicos, saudáveis e diversificados, primando pela qualidade de vida e saúde das agricultoras e agricultores, além dos consumidores. Busca ainda, uma produção em harmonia com a natureza, de forma que não tenha grandes impactos aos recursos naturais e, que considere, definitivamente, as questões de gênero.

Homogeneizados pela economia globalizada, os sujeitos sociais do campo são colocados em situação de dependência do mercado. Por outro lado, a Soberania Alimentar prioriza a produção e consumo local de alimentos saudáveis, desenvolvendo uma matriz produtiva distinta do modelo hegemônico, uma produção camponesa sustentável que propicia a saúde do meio ambiente e da sociedade, além da autogestão que propicia a liberdade de produzir e comercializar o que, onde e como as agricultoras e agricultores entendem ser melhor. A forma de vida, as expectativas e necessidades dos povos que vivem no/do campo estão entre as prioridades. Pois:

Entorno al 75% de la población pobre mundial vive en áreas rurales de países en desarrollo. La mayoría sobrevive gracias a la agricultura de subsistencia, la pesca artesanal y/o al pastoreo nómada y muchos no tienen tierras, trabajan como mano de obra temporera en granjas, plantaciones, piscifactorías y la industria. (GUTTAL, 2015, p. 01).

A Soberania Alimentar se faz necessária para a sobrevivência desses povos. Além disso, controlar a produção e proteger os produtores locais das importações e domínio empresarial do mercado faz parte do ideário da Soberania Alimentar, assim como busca garantir que “los derechos de uso y gestión de tierras, territorios, agua, semillas, ganado y biodiversidad estén en manos de quien produce alimentos y no del sector empresarial.” (La Via Campesina – Site Oficial, 2015). Dessa forma, poderia ser garantida, também, uma Reforma Agrária legítima e democrática, não apenas políticas de distribuição de terras. A Soberania Alimentar pode ser um canal de busca de soluções para a crise alimentar e da pobreza mundial.

5.3 OS MOVIMENTOS SOCIAIS DE LUTA PELA TERRA

Os movimentos sociais de luta pela terra, nesse sentido, estão inter-relacionados com os temas da sustentabilidade, Agroecologia e Soberania Alimentar, pois são eles que levantam a bandeira de luta em favor destes temas. Assim, a seguir, discutimos o surgimento e organização dos movimentos sociais no sentido de seu papel de enfrentamento ao modelo de produção dominante e promoção das lutas no âmbito da Reforma Agrária, sustentabilidade, Agroecologia e Soberania Alimentar.

O período nacional desenvolvimentista (1945-1964), que coincide com os governos de características populistas³⁹, foi acompanhado pela presença de diversos movimentos sociais no Brasil. Tais movimentos sociais “se colocam potencialmente contra uma determinada situação de vida e, a partir de ações concretas, procuram mudar o *status quo*.” (SANTOS, 2013, p. 27). O período foi profundamente envolvido por estudos sobre raça, cultura, gênero e etc. O envolvimento político dos indivíduos cresceu e foi legitimado pela luta por autonomia, na qual os movimentos sociais populares se consolidaram em expressão de luta. Desde meados da década de 1950, o crescimento da organização popular, via sindicatos (criação da Confederação Geral dos Trabalhadores e das Ligas Camponesas), forçou mudanças na diferenciação ideológica do populismo, tornando-o cada vez mais criticado pelas teses da esquerda (OLIVEIRA, 2001).

³⁹ De acordo com Bobbio, populismo é uma ideologia de síntese, uma ideologia global e cicatrizante. “A síntese populista dá-se entre os valores de base em que se fundamenta a cultura tradicional da sociedade em questão e a necessidade de modernização” (BOBBIO, 1990, p. 981).

A representação expressa por sujeitos políticos coletivos⁴⁰, como a Igreja Católica, foi necessária durante o período da ditadura militar, especialmente nos primeiros 10 anos, pois os movimentos sociais foram obrigados a se acalmar e silenciar. Isto se deu em função da dura repressão às lutas sociais durante a ditadura militar e o aparelhamento dos sindicatos e órgãos de representação dos sujeitos políticos pelo Estado ou pelas forças conservadoras da sociedade.

Segundo Medeiros (1989), com o advento da crise do regime militar marcada por problemas de caráter econômico, o fortalecimento dos setores oposicionistas no interior da própria burguesia e a contestação popular, eclodiram as lutas no campo e na cidade.

A anistia, com a conseqüente volta dos que tiveram que se exilar por imposição do regime, o fim do bipartidarismo, a liberdade de imprensa, as greves rurais e urbanas, as reivindicações por melhores preços de produtos agrícolas, a luta pela terra, trouxeram à cena política novos atores. (MEDEIROS, 1989, p. 122).

Desta forma, a efervescência dos movimentos sociais reaparece no contexto nacional brasileiro no fim dos anos de 1970, surgindo e ressurgindo diversos movimentos sociais dentro de um amplo universo. Pode-se destacar, entre outros, os movimentos sociais rurais de luta pela terra, movimentos ecológicos, movimentos negros e indígenas, movimentos das mulheres e movimento operário.

No âmbito do processo histórico dos Movimentos Sociais e para a devida compreensão da sua dinâmica de atuação na sociedade, faz-se necessário a conceituação dos mesmos, no sentido de seu entendimento. São distintas formas coletivas de mobilização, organização e objetivos comportados pela prática dos Movimentos Sociais, caracterizando um complexo e amplo tema de pesquisa. Uma indefinição conceitual de difícil sintetização é refletida por este universo de práticas sociais e coletivas, considerando o alcance de diferentes situações que o conceito permite, além da “heterogeneidade e a diversidade de perspectivas teóricas, metodológicas e epistemológicas de análises.” (MARMMARELLA, 1993, p. 189).

A partir da ação coletiva, há maior possibilidade de compreensão dos Movimentos Sociais. Assim, as ações coletivas “têm sido geralmente utilizadas como

⁴⁰ Sujeitos políticos coletivos constitui uma categoria que dá conta do crescente número de organizações sociais surgidas, na sociedade civil, neste século. Sendo esta, fruto da socialização da participação política provocada pela industrialização que tem por base a organização científica do trabalho. (GRAMSCI, 1971).

um conceito empírico para se referir às formas de associações civis, agrupamentos para a defesa de interesses civis ou público [...]” (SCHERER-WARREN, 2008, p. 440). Fazem referência a diferentes níveis de atuação, como uma ONG – localizado e restrito, ou um movimento social propriamente dito – esfera universal.

A noção de ação coletiva não se refere, nessa teorização, a ações não estruturadas, que não obedecem alguma lógica de racionalidade. Ela envolve uma estrutura articulada de relações sociais, circuitos de interação e influência, escolhas entre formas alternativas de comportamento [...]. Os movimentos sociais seriam uma das possibilidades dessas ações. Enquanto categoria analítica, o movimento social designa a forma de ação coletiva que envolve solidariedade, manifesta um conflito, excede os limites de compatibilidade do sistema em relação à ação em pauta. (SCHERER-WARREN, 2008, p. 441).

Assim, as ações relacionadas aos movimentos sociais veem acontecer a partir da conscientização que permite a organização de distintos coletivos, em observação das possibilidades latentes, pois segundo Gohn (1985, p. 38) “é chegada a oportunidade para a organização ou para a ação”. Intenções diversas ou o contexto social podem oportunizar a organização e ação dos movimentos sociais, todavia, serão sempre definidas historicamente. Entende-se que a força social, coletiva e organizada é que deflagra o movimento social. Neste sentido:

Os movimentos se expressam através de um conjunto de práticas sociais nas quais os conflitos, as contradições e os antagonismos existentes na sociedade constituem o móvel básico das ações desenvolvidas. [...] o movimento social também expressa a consciência possível da classe que representa. (GOHN, 1985, p. 46).

Os Movimentos Sociais, segundo Castells (2003), podem ser considerados como sistemas de práticas sociais contraditórias de acordo com a ordem social, cuja natureza é a de transformar a estrutura do sistema, seja através de ações revolucionárias ou não, numa correlação classista e em última instância, o poder estatal. Ammann (1991, p.17), expõe que:

Todo Movimento Social carrega o germe da insatisfação, do protesto contra relações sociais que redundam em situações indesejáveis para um grupo ou para a sociedade, sejam elas presentes ou futuras. Sendo assim, todo Movimento Social inscreve-se em uma problemática relacional de poder, e, como tal, é preciso compreendê-lo como uma relação de força, de confronto, de disputa e conflito entre lutas de classes, dominantes e dominados, de relação capital/trabalho, com todas as complexidades e implicações que envolvem estas categorias.

Diante dos conceitos apresentados em torno do que seriam os movimentos sociais, SCHERER-WARREN (2008, p. 442) conclui que:

Movimentos sociais são, portanto, redes sociais complexas, que transcendem organizações empiricamente delimitadas e que conectam de forma simbólica, solidarística e estratégica, sujeitos individuais e atores coletivos, em torno de identidades ou identificações comuns, definição de um campo de conflito e de seus principais adversários políticos ou sistêmicos, e de um projeto ou utopia de transformação social.

Diversas foram, e ainda são as tentativas de teorizar os movimentos sociais, no sentido de conceituá-los. Esta dificuldade em delinear corpos teóricos satisfatórios pode ter sua explicação na estrutura atual global, na qual, o processo de globalização torna os movimentos “fluídos, fragmentados, perpassados por outros processos sociais” (GOHN, 2004, p. 342). Entretanto, existe uma coerência plausível entre as noções e categorias utilizadas e, abundante número de pesquisas em torno deste tema.

Os movimentos sociais existem há muitos séculos e, independente da corrente teórica e ideológica a que pertencem, os estudiosos⁴¹ deste fenômeno social parecem concordar com o fato de que, os movimentos sociais somente surgiram, quando se iniciou um processo de desigualdade entre os seres humanos.

Desde o início deste processo de desigualdade entre os seres humanos até recentemente, as mudanças no modo de vida das pessoas intensificaram-se. Principalmente, após a industrialização em concomitância com a urbanização, as consequências destas mudanças resultaram em diferentes formas de uso e ocupação do solo, surgindo e transformando espaços geográficos. Estes processos, contidos no espaço-tempo, podem ser interpretados a partir da explicação de que: “o uso diferenciado da cidade demonstra que esse espaço se constrói e se reproduz de forma desigual e contraditória. A desigualdade espacial é produto da desigualdade social”. (CARLOS, 2005, p. 23).

E ainda, levando em consideração esta lógica de que as desigualdades motivam os movimentos sociais no espaço-tempo, pode-se inferir que como resultado destes processos, a diversidade destes fenômenos se evidencia, assim:

⁴¹ Entre os estudiosos que pesquisam o tema abordado, podem ser destacados: Beer (s/d), Hofmann (1984), Gohn (1982), Mutzenberg (1999), Scherer-Warren (1984) e Ammann (1991).

Movimentos e mobilizações de grupos sociais são encontrados em diferentes épocas, lugares, situações e em distintas sociedades, com maior ou menor significação. Como exemplo podemos nos referir às revoltas de escravos, aos movimentos de mulheres da Idade Média, às guerras camponesas do século XVI, aos conflitos étnicos, aos movimentos religiosos como o franciscanismo, o protestantismo do século XVI. Na história do Brasil, encontramos vários deles, de diferentes características e dimensões, como movimentos emancipacionistas, messiânicos, culturais, políticos... Os dos anos 70 e 80 têm seus predecessores nos movimentos de bairro, de camponeses e operários das décadas anteriores. (MUTZENBERG, 1999, p. 139).

A partir desta afirmação, no sentido da diversidade dos movimentos sociais, pode-se perceber que além da existência de inúmeros deles, as causas e problemáticas que levam ao seu surgimento, também são diversas.

Os movimentos sociais clássicos são fundamentados no pensamento marxista, no qual foi estabelecida a relação entre a teorização e ação política dos mesmos. Desta forma, articulava a atividade prática (ação do movimento) e a teórica (concepção do movimento) num conjunto unitário, buscando a transformação social. As ideias que dominam um período são as ideias da classe dominante, por isso, de acordo com o pensamento marxista, os operários deviam tomar o poder, direcionando o desenvolvimento da sociedade. Ou seja, a tarefa histórica do proletariado é construir um “novo mundo” (novas relações de produção, de poder e, novo modelo cultural), para isso a classe operária tem de desenvolver uma forte consciência de classe e acumular forças políticas (PICOLOTTO, 2007).

Para Scherer-Warren (1984, p. 12), a abordagem marxista busca identificar nos movimentos alguns eixos principais a serem considerados para a construção do movimento social:

[...] a necessidade de organização e da comunidade de interesse de classe; a exigência de uma vanguarda para o movimento; o desenvolvimento de uma consciência de classe e de uma ideologia autônoma; uma proposta e um programa de transformação social.

Os operários se organizaram a partir do pensamento marxista, sendo desta forma, considerado um movimento social clássico. Estabeleceram-se através de uma identidade de classe social, consistindo basicamente como movimentos operário-sindicais, organizados a partir do mundo do trabalho. Centravam-se na análise dos processos históricos globais, nas contradições materiais existentes e nas lutas entre as principais classes sociais presentes no processo de produção. As

mudanças são sempre concebidas como fruto das contradições geradas pela oposição entre capital e trabalho, que contrapõem respectivamente, a burguesia e o proletariado, em uma luta ininterrupta: a luta de classes (PICOLOTTO, 2007).

Os movimentos sociais clássicos eram protagonizados por uma classe social de baixa renda, pelos proletários explorados. Entretanto, esta luta de classes perde força na medida em que a instabilidade das posições de classe se estabelece. A partir desta situação de uma nova ordem, surgem os novos movimentos sociais.

No final dos anos 1970, no Brasil, o que se destacava eram os movimentos sociais populares vinculados às práticas da Igreja Católica, articulados à Teologia da Libertação. A categoria teórica básica destacada era a da autonomia, tratava-se de uma estratégia política na visão dos movimentos populares, pois se reivindicava um duplo distanciamento, de um lado o Estado autoritário, de outro as matrizes do socialismo libertário do século passado, como o anarquismo que fazia uma análise marxista da realidade (GOHN, 2004).

Um novo cenário na prática e na teoria, sobre os movimentos sociais populares, é apresentado na década de 1980. Novos movimentos foram criados, frutos da conjuntura político-econômica – movimento dos desempregados e Diretas Já – que surgiu no auge de um ciclo de protestos contra o regime militar e a política excludente de desempregados, centrado na questão da constituinte. Nesta mesma década várias mudanças ocorrem, destaque para as alterações nas políticas públicas e nos setores da vida social, como o crescimento do associativismo institucional, em particular nas entidades de órgãos públicos, que absorveram grande parcela dos desempregados do setor privado. Além disso, o aparecimento e expansão de entidades aglutinadoras dos movimentos sociais populares, que viria quase a ser uma substituta dos movimentos sociais nos anos 1990: as ONGs (Ibidem). Duas categorias básicas foram destacadas por Gohn (2004, p. 65), para análises na década de 1990:

Na primeira a cidadania coletiva, pensar o exercício da cidadania em termos coletivos de grupos e instituições que se legitimaram juridicamente a partir de 88 e a segunda a exclusão social, que decorre das condições socioeconômicas que passaram a ser interativas, causadoras de restrições e situações que Durkheim certamente caracterizaria como anomia social: violência generalizada, desagregação da autoridade estatal.

Identidades sociais autonomizadas deram corpo a estes novos movimentos sociais, entre eles estão o movimento feminista, movimentos negros, movimentos rurais de luta pelo acesso a terra e sua posse, movimentos indígenas, movimentos ambientalistas e movimentos urbanos de luta pela moradia, expressas nas ocupações de casas e prédios abandonados.

Exposta a questão teórica de advento, expansão e consolidação dos movimentos sociais em geral, trataremos então, dos movimentos sociais de luta pela terra. Assim, buscando equilíbrio e equidade social, os movimentos sociais rurais de luta pela terra estão presentes no cenário mundial há várias décadas, contando com momentos de efervescência e, outros mais brandos.

Segundo Stédile (2011), na Geografia, o termo “questão agrária” é utilizado para explicar a ocorrência da ocupação dos territórios pelas sociedades, como a terra – um dos principais bens da natureza – é apropriada e utilizada pelos sujeitos sociais.

Neste sentido, considerando as formas de ocupação da terra nos territórios do Brasil e Uruguai, caracterizados por latifúndios, muitas vezes inclusive, improdutivos, surgem os movimentos sociais de luta pela terra. Estes movimentos nascem nas primeiras décadas do século passado, contudo são praticamente extintos durante a ditadura militar, para, novamente insurgirem no período pós-ditadura.

Há de se considerar o berço pelo qual estes movimentos foram fomentados, tanto no Brasil quanto no Uruguai. O contexto de ocupação dos territórios dos dois países já foram expostos, contudo, cabe reforçar que as forças populares sempre estiveram, de alguma forma, nas entrelinhas da história.

Durante todo o período de formação dos espaços agrários, brasileiro e uruguaio, os agricultores e pecuaristas envolvidos na pequena produção nas franjas dos latifúndios exportadores estavam presentes. “O que possibilitou a existência deste campesinato foi a posse direta, muito provavelmente pelo fato de ainda existirem terras livres das cercas na região que outrora fora ‘de ninguém’.” (MACHADO, 2014, p. 111). O avanço do capitalismo no campo inviabilizou ainda mais as pequenas produções, provocando o êxodo rural e a saturação dos grandes centros urbanos, entre outros problemas sociais e ambientais, assim, reaparece a resistência⁴².

⁴² Fala-se em ressurgimento da resistência, porque entende-se que, sempre houve resistência camponesa e luta pela terra, desde a invasão europeia na América Latina. Tupac Amaru, Sepé

[...] começam a emergir no meio rural brasileiro, militâncias políticas, movimentos sociais e sindicatos rurais que começam a questionar a desigualdade social e a concentração de terras, no Nordeste as Ligas Camponesas começam a pressionar o governo para a realização de uma ampla Reforma Agrária no país. (MACHADO, 2014, p. 104).

Os presidentes Jânio Quadros e João Goulart, pressionados pelos movimentos camponeses que se organizavam⁴³, abriram uma linha para reformas de base, incluindo a reforma agrária. Com o regime militar, estes movimentos foram sufocados e foi aprovado o Estatuto da Terra, que foi gestado ainda no período pré-golpe, tendo o “claro objetivo de evitar um levante camponês de influência socialista e impedir a realização de uma reforma agrária ampla e democrática.” (MACHADO, 2014, p. 106).

O Estatuto da Terra foi escrito buscando uma reforma agrária democrática a partir da participação de diversos setores, entre eles, os movimentos sociais de luta pela terra. Contudo, Castelo Branco⁴⁴, apesar de aprovar o Estatuto da Terra, realizou uma emenda na constituição de 1946, em que desapropriaria terras mediante o pagamento de títulos agrários, reconhecendo a posse de terras devolutas dos grandes proprietários, estabelecendo uma branda reforma agrária, dentro dos limites do capitalismo.

Atingido um dos objetivos que era frear as revoltas camponesas a partir da organização dos movimentos sociais, somente após a ditadura militar, eles ressurgem, mais organizados, mais fortes e abrangendo a maior parte do território nacional brasileiro.

Após esse período somente na constituição de 1988 o debate sobre acesso a terra e reforma agrária volta à tona, devido à grande pressão dos movimentos de luta pela terra, que novamente se erguiam no período final da ditadura, houve uma ascensão dos movimentos sociais, forma-se o MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra), movimentos como a ABRA (Associação Brasileira de Reforma Agrária), CONTAG (Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura), CUT (Central Única dos Trabalhadores), CGT (Central Geral dos Trabalhadores), IBASE (Instituto Brasileiro de Estudos Estatísticos) e até mesmo setores da Igreja como a CPT (Comissão Pastoral da Terra) passam a organizar uma Campanha Nacional pela Reforma Agrária. (MACHADO, 2014, p. 108).

Tiaraju, Zumbi, Canudos, Contestado, e tantos outros exemplos de lutas que tinham de fundo a questão da terra e do território (MACHADO, 2014).

⁴³ As revoltas camponesas ao redor do mundo, como a chinesa em 1949 e a cubana em 1959 serviram de inspiração para a organização camponesa no Brasil, a partir, também, do apoio de diversos setores da sociedade brasileira, causando tensões sociais.

⁴⁴ Primeiro presidente a assumir quando do golpe de 1964, que instalou o regime militar.

Além destes, vários outros movimentos sociais de luta pela terra surgiram nas últimas décadas do século passado. O MST, em especial, é um dos movimentos de maior alcance no país. Fundado em 1984, em Cascavel/PR (MORISSAWA, 2001), este movimento tem grande visibilidade e foi responsável pelo assentamento de milhares de famílias em quase todos os estados brasileiros, a partir da pressão exercida sobre os governos. O destaque deste movimento dentre outros tantos, neste trabalho, se justifica pelo fato de que a área de estudo no Brasil se localiza em um dos assentamentos organizados pelo movimento.

Assim como no Brasil, no Uruguai, o processo de ocupação das terras não foi muito diferente, como já pode ser visto. A diferença fundamental na formação dos países se dá na matriz produtiva de cada um deles, assim Uruguai apresenta uma tradição pecuária de grande relevância, enquanto o Brasil se evidenciou pela atividade agrícola e extração de minerais. Como no caso do Brasil, no Uruguai também existiram, durante seu processo histórico-geográfico, uma população marginalizada no campo, que buscava meios de sobrevivência entre os latifúndios lá instalados.

Estes camponeses pobres, despossuídos de terra, habitavam os campos e criavam seu gado em terras que eram, muitas vezes, parte integrante das grandes propriedades. O advento do período de modernização do campo uruguaio teve entre suas principais características, o cercamento das propriedades e a mudança da base produtiva. Até aquele momento contava-se, apenas, com a pecuária bovina baseada no gado xucro que havia se espalhado pelos campos, foi introduzida então a pecuária ovina e o melhoramento genético, através da cruzamento com o gado bovino trazido da Europa.

O Código Rural, segundo Machado (2014, p. 115), fundamentou “[...] os limites das propriedades rurais e garantia a posse das terras por parte da elite agrária.” A partir disto, se alastrou pelos campos uruguaios um sem número de famílias de camponeses desprovidos de terra para trabalhar, e ainda para aqueles que eram empregados: “As cercas geraram uma menor necessidade de mão de obra, expulsando dos campos peões e agregados, ocasionando a marginalização da população pobre da campanha.” (MACHADO, 2014, p. 116).

Esse grande número de famílias que passou a vagar à procura de empregos nas cidades e vilas, levantou um clima de medo entre a elite agrária uruguaia. As

revoltas populares que aconteciam ao redor do mundo, principalmente na Europa, poderiam servir de inspiração para que esta massa também se revoltasse (Ibidem).

Foi colocado em prática, então, um plano de ação de assistência aos trabalhadores desempregados e despossuídos de terra no campo, um plano em que seriam distribuídas porções de terra para o trabalho com agricultura. Buscando, assim, atingir dois objetivos: a) desmobilizar qualquer possibilidade de revolta da massa camponesa; b) desvinculá-los da produção pecuária, evitando a concorrência de mercado. Esta reintegração não pode ser efetivada, já que as terras que ainda não estavam cercadas não eram suficientes para todo o contingente de famílias camponesas e, a maior parte destas famílias não dispunha de aptidão agrícola, já que passaram toda a sua vida trabalhando com o gado (Ibidem).

Alguns questionamentos a respeito da estrutura latifundiária foram levantados por parte da burguesia mercantil, contudo, a atividade pecuária das grandes propriedades se expandiu e consolidou, a partir da modernização implantada ainda no séc. XIX. A agricultura, caracterizada pela pequena produção para autoconsumo e venda de excedente, apresentou um pequeno crescimento pelas primeiras décadas do séc. XX. Todavia, a partir de um novo processo de mecanização em meados do mesmo século, acabaram novamente relegados os pequenos produtores e camponeses.

Neste contexto, em 1948: “funda-se o INC (Instituto Nacional de Colonización), órgão que deveria ser responsável por promover uma justa e racional subdivisão da terra e exploração da mesma.” (MACHADO, 2014, p. 124). Contudo, a reforma agrária uruguaia, com características democráticas, assim como no Brasil, nunca aconteceu, ainda assim: “a bandeira da Reforma Agrária foi levantada pelos movimentos sociais, sobretudo, pela Unión de los Trabajadores del Azúcar de Artigas (UTAA) juntamente com Raul Sendic e as marchas cañeras na década de 60.” (Ibidem). Atualmente, os movimentos sociais do campo no Uruguai são caracterizados por redes, cooperativas e associações que buscam, a partir de ações locais, transformar a realidade do campo naquele país.

Portanto, apesar de parecidos, os processos de ocupação de terras no Brasil e Uruguai guardam algumas características distintas, mas que, fundamentados em uma estrutura agrária elitizada e excludente, acabam por inviabilizar a pequena produção, refletindo diretamente na vida das famílias camponesas. Desta forma, nos dois casos, é a partir desta desigualdade social que surgem os movimentos sociais

de luta pela terra, mesmo que, guardando as devidas proporções em quantidade e diversidade de movimentos, em função da extensão territorial e população de cada um dos países.

Em consequência, o progresso dos movimentos sociais do campo e a intensificação de suas lutas, têm deixado cada vez mais evidente a necessidade de se elaborar estratégias de desenvolvimento para o campo, que priorize as oportunidades de desenvolvimento social e, não se restrinja a uma perspectiva estritamente econômica. Nesse sentido, cabe ressaltar, que a tradição camponesa e a resistência parecem ser conceitos e ações práticas, que também servem como arcabouço para entendermos a luta pelo acesso e posse da terra, a partir dos movimentos sociais.

5.4 A TRADIÇÃO CAMPONESA E A RESISTÊNCIA COMO ELEMENTOS FUNDAMENTAIS NA CONSTRUÇÃO DE UMA REALIDADE ALTERNATIVA

É coerente dizer que os processos de ocupação do espaço agrário no Brasil e no Uruguai guardam relação direta com a tradição camponesa de cada um deles, e conseqüentemente, a resistência que insurgiu no enfrentamento destas realidades de aniquilamento dos direitos fundamentais das populações marginalizadas do campo.

Neste sentido, é necessário entender o que é tradição camponesa, e para isto, precisamos definir, também, o que é tradição. Segundo o dicionário Houaiss (2004, p. 726), tradição significa: “herança cultural passada oralmente através das gerações, [...] conjunto dos valores morais, espirituais etc., transmitidos de geração em geração.”. Original do latim *traditio*, significa “passar adiante”, assim, pode ser definida como a transmissão de saberes tradicionais, memórias, comportamentos, costumes, crenças e lendas através das gerações contidas em dada sociedade, comunidade, grupo social, família, entre outros. Neste contexto, o tempo é fundamental para estabelecer tradições, afinal criar hábitos e costumes é processual e a partir deste processo temporal, a tradição se torna uma identidade cultural e social (HOBBSAWM; RANGER, 2002).

Quando transpomos este conceito para o âmbito do campesinato e pensamos em “tradição camponesa”, pensamos em um primeiro momento naquele camponês de aparência rústica, que utiliza instrumentos antigos para trabalhar a terra.

Pensamos naquele camponês medieval, ou naquele camponês que conhecemos na infância, nas férias na casa dos avós, pensamos naquele camponês que volta da lavoura com a enxada no ombro e o embornal pendurado na ponta, pensamos naquele camponês “inocente” e de “fala errada⁴⁵”.

A tradição camponesa é muito mais que isto, ela transcende a criação do nosso imaginário, para classificar formas de produzir e modos de vida fundamentados na centralidade da família e da terra. Mesmo e apesar das transformações ocorridas, e que ainda estão em processo, no âmbito da modernização e capitalização do campo, a agricultura familiar apresenta aproximações à tradição camponesa.

Mesmo integrada ao mercado e respondendo às suas exigências, o fato de permanecer familiar não é anódino e tem como consequência o reconhecimento de que a lógica familiar, cuja origem está na tradição camponesa, não é abolida; ao contrário, ela permanece inspirando e orientando – em proporções e sob formas distintas, naturalmente – as novas decisões que o agricultor deve tomar nos novos contextos a que está submetido. (WANDERLEY, 2004, p. 07).

A tradição camponesa converge diversos valores e costumes no âmbito socioprodutivo, pois considera-se que existe um conjunto de símbolos que caracteriza a vida social e produtiva da família camponesa. Considerando esta perspectiva, o termo “campesinidade” foi cunhado por Bourdieu (1962, p. 54), para auxiliar no entendimento das tradições.

A categoria campesinidade é tratada a partir da perspectiva que, em síntese, entende que a condição camponesa, os valores camponeses, os esquemas de percepção e as metáforas práticas da vida são elementos que caracterizam o ‘jeito de ser’ camponês. Trata-se de um valor, de uma cultura internalizada e que acompanha os indivíduos em sua trajetória, além do espaço rural. Se expressa nas noções de *habitus* e na *hexis* corporal, ou seja, na dimensão da história internalizada, na história feita pelos indivíduos.

Nesta perspectiva, pode-se inferir que a tradição camponesa abrange todas as dimensões da vida da família camponesa, é construída socialmente no espaço-tempo e, por isto, apresenta diversificações nas características e signos⁴⁶ que

⁴⁵ Cabe aqui ressaltar que acreditamos que a linguagem é um fator social, é uma construção social, dessa forma, não existe certo ou errado, existe um conjunto de símbolos característicos na linguagem de cada região do globo, do país, da comunidade e etc.

⁴⁶ “O signo é um sinal, uma marca, um traço que está no lugar de uma outra coisa, a qual pode ser um objeto concreto [...] ou um conceito abstrato. O signo é a representação de uma coisa, trata-se de

compõem o ambiente interno do campesinato. “Este campesinato corresponde a uma das formas particulares da agricultura familiar, constituída a partir de modalidades específicas de produzir e viver em sociedade.” (WANDERLEY, 1996, p. 07).

O campesinato se mostra, assim, uma categoria multidimensional no sentido de ser/existir nos seus diferentes aspectos, por ter sua essência baseada em sua tradição. Se a tradição é transmitida de geração em geração, a partir da importância dada para os signos que as constituem, pode-se inferir que a transmissão, muitas vezes, é feita através da oralidade. Esta característica pode, então, acrescentar um aspecto histórico-geográfico no qual as tradições acabam por ser construídas concomitantemente às histórias locais, e assim, apresentar inúmeras diferenciações mesmo dentro de uma só categoria, o campesinato.

Diz-se das populações, povos e/ou comunidades tradicionais serem grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, possuem formas próprias de organização social, ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando para isso conhecimentos adquiridos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição e pela cultura. (WOORTMANN, 2004, p. 62).

Neste sentido, podemos reconhecer estas diferenças tradicionais dentro da esfera do campesinato. As características que determinam a tradição camponesa variam de acordo com a construção histórica local. Exemplo disto são as relações construídas em cada realidade no que tange à linguagem, vestimenta, atividade produtiva, alimentação, entre outros.

O camponês do sul do Brasil, mais especificamente da Campanha Gaúcha, por exemplo, mantém um tipo de alimentação que apresenta um certo hibridismo cultural. Podemos encontrar em suas mesas, alimentos característicos da cultura alemã, italiana, indígena, castelhana, principalmente (cucas, massas, chimarrão, carne de ovelha e etc.). Já o camponês nordestino tem uma alimentação baseada,

um objeto, fenômeno ou ação material que, por natureza ou por convenção, representa ou substitui outro. É algo que representa algo, é um sinal. É uma realidade perceptível por um ou vários sentidos humanos, que remete para outra realidade que não está presente.” (SILVA, 2000, p. 78). A partir desta conceituação, quando nos referimos a “signos”, queremos dizer todo o universo de significações que pairam sobre o imaginário do camponês, dele para ele mesmo.

fundamentalmente, na cultura indígena⁴⁷, portuguesa e africana (macaxeira, milho, miúdos de origem animal, etc.).

Assim como as formas de conhecer e compreender a natureza e seus processos diferenciam-se entre os camponeses de diferentes lugares. O camponês do interior de Minas Gerais reconhece, a partir do movimento nos formigueiros, se a chuva está próxima, e se assim, ele pode plantar/colher naquele dia, organizar suas atividades de acordo com a chuva que vem chegando. Enquanto um ribeirinho da Amazônia saberá, a partir do movimento das águas, se haverá uma maré alta demais que o impedirá, naquele dia, de desenvolver suas atividades.

Estas diferenciações caracterizam os saberes locais, considerados um dos pilares da agricultura orgânica⁴⁸, que por sua vez é referência de tradição até o momento de ruptura deste modo de produzir com a implantação da modernização do campo (pacotes tecnológicos, entre outras coisas) em todas as partes do mundo.

E neste âmbito cabe ressaltar, que para além de todas as questões socioeconômicas que envolvem a modernização conservadora do campo, provocando a invisibilidade e diversos obstáculos à reprodução social da agricultura familiar camponesa, um fator fundamental deve ser discutido: a erosão cultural alimentar. O termo “erosão cultural alimentar” diz respeito ao empobrecimento da dieta dos camponeses e camponesas. Isto se dá em função de um modelo de produção monocultor e exportador, que inviabiliza a pequena produção para abastecimento alimentar.

Isto nos leva a deduzir que a agricultura, apesar de dita extremamente tecnicada e eficiente, não está atendendo os pré-requisitos básicos, que é o de garantir alimento na mesa de todos os cidadãos. Esta preocupação tem atingido também os setores que trabalham com a agricultura familiar, pois a orientação progressiva para o mercado, o monocultivo e a especialização, tem negligenciado os cultivos de subsistência e vivido numa situação de insegurança alimentar, pois grande parte da alimentação tem sido comprada e não produzida internamente na propriedade. (BALEM; SILVEIRA, s/d, p. 03).

O que temos observado no âmbito do campesinato é uma significativa desvinculação dos camponeses e camponesas com as culturas de autoconsumo,

⁴⁷ Considerando ainda, que a cultura indígena nordestina vai diferir da cultura indígena sulina, por serem descendentes de tribos diferentes, com formas diferenciadas de viver e visões de mundo distintas.

⁴⁸ Esta afirmação é embasada no fato de que antes dos pacotes tecnológicos para o desenvolvimento da agricultura moderna, as diversas agriculturas eram desenvolvidas de forma mais natural, a partir dos processos naturais presentes na natureza.

em função de um direcionamento produtivo para atender o mercado, com o objetivo de garantir renda suficiente para a sobrevivência das famílias.

Os agricultores que plantam para o consumo e comercializam o excedente, têm rumado para uma orientação basicamente para o mercado, o que pode ser observado em regiões de agricultura familiar e de assentamentos de reforma agrária. (BALEM, SILVEIRA, s/d, p. 08).

Segundo Balem e Silveira (s/d), as mudanças que veem acontecendo no *habitus*⁴⁹ alimentar, no âmbito do campesinato, a respeito do empobrecimento de sua dieta, caracterizando a erosão cultural alimentar, estão fundamentadas, principalmente, em dois fatores: o modelo de produção da agricultura (modelo industrial a partir da modernização conservadora do campo) e a urbanização do rural.

De acordo com o modelo de produção capitalista da agricultura, os recursos (terra, capital e trabalho) devem ser direcionados para a produção monocultora exportadora, garantindo o tripé do capitalismo (mais-valia, acumulação e consumo), beneficiando pequena parcela da sociedade, a elite agrária dominante. Neste sentido, destinar tais recursos para a produção de autoconsumo quer dizer não investi-los, ou investir menos, nas atividades que geram renda e capital monetário para as famílias agricultoras. Já a urbanização do rural vem acontecendo a partir do desenvolvimento dos meios de comunicação e transporte. Obviamente, há que se levar ao meio rural infraestrutura necessária, para que os povos que vivem no/do campo tenham as mesmas condições de sobrevivência que aqueles que vivem no meio urbano. Todavia, a aproximação com o urbano, vem causando alterações nos hábitos cotidianos rurais. Uma destas mudanças fundamentais que veem acontecendo é a substituição de produtos de gêneros alimentícios, antes produzidos na própria unidade de produção familiar, para o consumo de produtos industrializados ou até mesmo *in natura* das prateleiras dos supermercados. Deixa-se de produzir internamente, no bojo da família, para se comprar.

A erosão cultural alimentar, portanto, está diretamente ligada à questão da segurança e Soberania Alimentar dos povos, já que a necessidade de

⁴⁹ “Adota-se a conceituação de Pierre Bourdieu (1993), para o qual o *Habitus* é um conjunto de pré-disposições historicamente estruturadas particular a cada indivíduo, segundo sua história pregressa. Já a prática é a relação dialética entre o *habitus* e a situação concreta vivenciada pelo agente social, no caso do agricultor as condições objetivas de sua unidade de produção condiciona suas práticas alimentares, não somente seus desejos ou valores.” (BALEM, SILVEIRA, s/d, p. 03).

abastecimento alimentar interna deixa de ser prioridade frente aos interesses do capital.

Este processo de Erosão Cultural Alimentar tem levado a uma situação de não soberania alimentar dos agricultores, pois a família não é mais o destino das atividades agrícolas, muito menos tem poder de decisão de como plantar, pois tudo já está definido dentro do pacote tecnológico e “mercadológico” do qual estão inseridos. Sendo assim, não são mais capazes de atender as necessidades alimentares de sua família, dependendo de uma renda monetária para garanti-la. (BALEM; SILVEIRA, s/d, p. 04).

A erosão cultural alimentar vem se apresentando de forma cada vez mais frequente, ameaçando uma das características da tradição camponesa que está centrada em uma alimentação diversificada e produzida pela própria família.

Outras duas importantes dimensões para a manutenção da tradição camponesa é o sistema de produção e a sucessão familiar. O sistema de produção diversificado, o qual combina a policultura e a pecuária na maioria das vezes, permitirá a subsistência da família a partir da combinação de diferentes técnicas produtivas.

[...] toda a arte do bom camponês consistia em jogar sobre um registro de culturas e criações o mais amplo possível e a integrá-los em um sistema que utilizasse ao máximo os subprodutos de cada produção para as outras e que pela diversidade de produtos fornecesse uma segurança contra as intempéries e as desigualdades das colheitas. (MENDRAS, 1984, p.85).

Marcel Jollivet, ainda completa:

[...] o estabelecimento familiar camponês constitui uma organização social bem adaptada às condições técnicas da produção agrícola. O sistema de policultura-pecuária, que representa a forma não apenas característica, mas também, a mais elaborada, a mais produtiva da economia agrícola [...]. (JOLLIVET, 1974, p. 236).

Neste sentido, a tradição camponesa se baseia, também, no tipo de produção, na forma de produzir, o que produzir, como produzir, a quantidade a se produzir, para quem produzir, ou seja, os princípios da Soberania Alimentar.

Além disso, a outra dimensão citada, a sucessão familiar, diz respeito à continuidade e reprodução social familiar camponesa. Em um mundo globalizado, no qual as culturas também são globalizadas e o êxodo rural é uma consequência disto, quando o modo de vida urbano passa a ser internalizado em detrimento do modo de

vida rural (entre outros diversos fatores), a sucessão familiar precisa então ser parte do projeto de futuro das famílias camponesas.

Este projeto de futuro se baseia em uma das principais relações da existência camponesa: família, produção e trabalho. Dessa forma, o trabalho familiar e os recursos utilizados, geram a expectativa de que a unidade de produção familiar é responsável pela geração atual e, possa ser transmitida para as gerações futuras, garantindo condições de reprodução social. A sucessão familiar paira no interior das famílias camponesas como forma de garantia de sobrevivência através de estratégias em relação ao “[...] patrimônio fundiário, à alocação dos seus diversos membros, a intensidade do trabalho, as associações informais entre parentes e vizinhos, etc. [...]” (WANDERLEY, 1996, p. 04), e são fortemente orientadas por este objetivo a médio ou longo prazo, da sucessão entre gerações.

A partir da discussão acerca da tradição camponesa, da Agroecologia e movimentos sociais nos tópicos anteriores (que também serão avançadas ao discutir as realidades das famílias envolvidas nesta pesquisa), conseguimos vislumbrar suas inter-relações. Se a Agroecologia tem como base – entre outras questões – a união de saberes tradicionais à ciência e se a defesa da Agroecologia vem sendo feita, principalmente, a partir dos movimentos sociais do campo, surge então, a partir disto, a resistência. A resistência ao modelo dominante de produção no/do campo e às relações capitalistas que geram ameaças diretas à segurança e Soberania Alimentar, também ameaçam a tradição camponesa e a sobrevivência dos povos tradicionais do campo.

Por resistência podemos entender, segundo o Dicionário Houaiss (2004, p. 642): “[...] defesa contra um ataque [...] recusa de submissão à vontade do outro, oposição, reação [...] reação a uma força opressora [...]”. Neste sentido, entendemos a resistência camponesa como a luta desta categoria contra os interesses do capital transnacional, que busca sua acumulação em detrimento da própria existência dos milhões de camponeses ao redor do mundo. E neste contexto, os movimentos sociais têm desempenhado papel fundamental nesta luta a partir da organização a nível mundial através de diversas frentes populares reunidas, principalmente, pela Via Campesina.

A partir da visão de progresso das relações de produção é possível dizer que o capital, apresentando uma vocação internacional, cria contraditoriamente condições técnicas, científicas e de comunicação para

estabelecer uma geografia mundial. Não se forma apenas uma rede global de mercadorias, mas também a formação de uma rede de movimentos sociais fortalecidos e de resistência. Cada movimento sai da sua ação de escala local e se integra a muitos outros fortalecendo as lutas. Nesta compreensão de que é possível uma globalização não perversa (uma outra globalização, conforme afirma Milton Santos) ocorreria a superação da geografia curta e local que o camponês está inserido; superação esta que se constitui numa necessidade para ampliar as lutas e conquistas. (FABRINI, 2007, p. 09).

É, sobretudo, a partir do empoderamento camponês – que também se constrói através dos movimentos sociais – que a resistência contra a dominação do capital transnacional ganha vida e vem se fortalecendo no âmbito das discussões acadêmicas, institucionais, governamentais e no cotidiano daqueles agricultores familiares que prezam pela tradição camponesa e se colocam no enfrentamento ao agronegócio. Este enfrentamento e resistência têm como cerne a luta pelo acesso a terra, autonomia familiar, modos de vida, conservação e preservação do meio ambiente, segurança alimentar, reprodução social da agricultura familiar camponesa, visibilidade social, políticas públicas, entre outros.

[...] é importante ressaltar a capacidade dos camponeses de formular um projeto de vida, de resistir às circunstâncias nas quais estão inseridos e de construir uma forma de integração à sociedade. Essas são práticas que têm um caráter inovador ou que revelam grande capacidade de adaptação e de conquistas de espaços sociais que lhes são historicamente inacessíveis. Consideramos necessário registrar e reconhecer as vitórias, por mais invisíveis que sejam. (MOTTA; ZARTH, 2008, p. 14).

Cabe ressaltar mais uma vez, a importante relação entre a resistência e os movimentos sociais organizados de luta pela terra, nas suas variadas formas de apresentação e atuação. Exemplo disso, no limiar dessa pesquisa, são as formações e envolvimento político com o MST no Brasil e, os grupos de mulheres e cooperativa, no Uruguai.

O capital, a partir da produção de mercadoria (*commodities*), globaliza o mercado. Enquanto a resistência camponesa busca se internacionalizar politicamente a partir de ações concretas que os possibilite visibilidade, tornando sua concepção produtiva uma possibilidade real. A resistência globalizada vem tomando o lugar de fala em diversos espaços, exemplo disto é o Fórum Social Mundial, no qual são debatidos os modelos de produção destrutivos do capital, modelo este que destrói direitos, empregos, cria guerras, superexploração do trabalho, fome, violência, entre outras barbáries.

Estes espaços veem formando e construindo cidadãos conscientes de si e de seu papel no mundo, e, no caso da resistência camponesa, é possível a troca de experiências, saberes tradicionais e teorias acadêmicas que vão ao encontro da proposta agroecológica, como modo de vida e produção. Esta articulação é imprescindível para a viabilidade da agricultura familiar camponesa e agroecológica, em uma perspectiva política e de relações de poder, na busca do seu fortalecimento e se apresentando como alternativa em um processo organizacional, respondendo ao capital globalizado (FABRINI, 2007).

[...] temos de procurar uma articulação dos excluídos, desprezados, dominados e explorados em escala mundial, incluindo os que vivem nos países desenvolvidos; uma coordenação, cooperação e alianças entre os sujeitos políticos e sociais que participam nas lutas emancipadoras procurando a construção de entidades mundiais. É necessário elaborarmos uma estratégia que inclua a articulação com forças que operam nos três grandes blocos de poder mundiais, e estabelecer relações multilaterais com cada um deles como uma maneira de deslocar a partilha política das zonas de influência entre os mesmos. (HARNECKER, 2000, p. 393).

Marchas, encontros e manifestações veem sendo adotados como estratégia de resistência pelos movimentos sociais considerando a visibilidade que pode alcançar. A importância destas estratégias globalizadas está centrada na própria formação de quadros de liderança política, como também na ampla divulgação de uma classe, tradicionalmente, invisibilizada.

Contudo, ações pontuais são de grande relevância para o horizonte agroecológico e, conseqüentemente, a resistência na dimensão local pode possibilitar a mudança processual e gradual. Neste sentido, pensamos que as experiências de resistência fundamentadas no modo de produção agroecológico nos territórios do agronegócio podem se tornar estratégias efetivas na busca pela mudança de paradigma. E se caracterizam, desta forma, para além dos movimentos sociais.

Quando agricultores familiares camponeses se dispõem a trabalhar o seu território a partir de uma outra lógica, que não aquela do capital, isto, por si só, já pode ser considerado como um processo de resistência. Quando rejeitam a implantação em suas unidades de produção dos pacotes tecnológicos que degradam a saúde humana, animal e vegetal, além dos riscos para o solo e mananciais d'água, já estão resistindo à pressão exercida pelo modelo hegemônico. Quando não vendem e não arrendam suas terras para as monoculturas

exportadoras, mantendo a diversidade na produção e, assim, garantindo a segurança alimentar e reprodução social da família, estão resistindo a uma visão de mundo hegemônica alicerçada no consumo destrutivo. A resistência, no âmbito da agricultura familiar camponesa, pode representar uma saída para as mazelas que assolam os povos tradicionais que vivem no/do campo, já que pode proporcionar, por exemplo:

a) a autonomia no processo produtivo dada pelo controle do próprio tempo e do próprio espaço; b) a organização da produção de forma diversificada de acordo com a realidade climática e edáfica [...] e da preferência em cultivar produtos conforme a aptidão dos solos existentes; c) a criação de animais de grandes e pequenos portes como garantia de recursos financeiros; d) a criação de animais como complemento da renda familiar e articulada a alguma cultura como forma de evitar maiores gastos; e) a estocagem de sementes pela própria família; f) o aproveitamento dos restos da produção na alimentação dos animais e na adubação do solo; g) a produção agrícola voltada para o autoconsumo da família e para a comercialização [...]. (CORREIA, 2011, p. 109).

Podemos considerar, sobretudo, que a relação dos agricultores e agricultoras familiares com a terra, com o seu território, está no cerne da resistência camponesa. Os camponeses organizados protagonizam a agricultura familiar e as diversas lutas que ela precisa enfrentar para existir e continuar garantindo seu autoconsumo, além de buscar atender a demanda por alimento pela sociedade. “O modo de vida camponês diferencia-se do modo de produção capitalista, os camponeses possuem ideologias e identidade próprias, e suas relações com a terra asseguram a sua sustentabilidade no campo.” (COSTA, et al. 2012, p. 08).

Nesse sentido, as formas de resistência no âmbito do campesinato são diversas, as formas do próprio campesinato são diversas, todavia, todas elas buscam algo em comum, que é a reprodução social da família de forma digna e, um outro projeto de mundo, diferente da opressão do capital que materializa a crueldade em todos os territórios nos quais se instala. Assim, todas estas questões não se encerram aqui, continuarão sendo discutidas teórica e empiricamente no decorrer deste trabalho a partir das aproximações e distanciamentos (Tipo Ideal) com as experiências de resistências das famílias aqui envolvidas.

5.5 O TIPO IDEAL: AGRICULTURA FAMILIAR CAMPONESA AGROECOLÓGICA

Toda a discussão conceitual feita até aqui, tanto neste capítulo quanto nos anteriores, nos levam a construir neste momento o Tipo Ideal, definido como parâmetro para caracterizar suas aproximações e distanciamentos com as duas famílias pesquisadas.

A construção de tipos ideais é, inquestionavelmente, um procedimento clássico e consagrado na Sociologia. Como exercício de elaboração teórica, esse procedimento é, sem dúvida, portador de um grande poder explicativo, na medida em que permite identificar os traços característicos do tipo considerado e suas articulações internas e externas, favorecendo as comparações e as mudanças de paradigmas. (WANDERLEY, 2004, P. 49).

Trazendo para o campo da Geografia, reconhecido pela autora como um 'procedimento clássico e consagrado na Sociologia', o Tipo Ideal permitirá a análise de tais processos sociais reais espacializados em territórios, reconhecidamente, conflituosos. Sobretudo, como no caso dessa investigação, o enfrentamento entre agronegócio e agricultura familiar camponesa agroecológica na disputa por território, buscando, o primeiro pela acumulação de capital e esta última, a sua reprodução social. Evidenciando assim, os pilares capital-trabalho-família que polarizam as relações fundamentais nas formas de produzir no campo.

Como já destacado no capítulo anterior, centramos nossa discussão a respeito da agricultura familiar, considerando-a também camponesa a partir do debate construído acerca desses conceitos. Entendemos que a construção e reconstrução dos conceitos de agricultura familiar, campesinato, Agroecologia, entre outros, é dinâmica. Contudo, nos embasamos na linha de pensamento que defende a adaptação do camponês e da camponesa aos processos sociais do espaço-tempo, na busca pela sua reprodução em um mundo globalizado. Assim, o constructo do Tipo Ideal a ser utilizado neste trabalho, também trará estas adaptações julgadas necessárias, para sua reprodução e enfrentamento ao grande capital.

Em primeiro lugar, cabe ressaltar, que o Tipo Ideal é composto por sujeitos, integrados a diversos processos sociais, portadores de vontades, interesses e intencionalidades. É um sujeito social, ou seja, um indivíduo socializado que, a partir

de sua construção social, é portador de valores, conceitos e (pre)conceitos, que dão forma ao seu modo de viver (WEBER, 2001).

A noção de tipo ideal como entendemos aqui é aquela utilizada no sentido weberiano. Para Weber (1987) a compreensão do real passa pela interpretação dos nexos de sentido que constituem os fenômenos. Estes são caracterizados pela tensão entre sua expressão categórica “ideal” e a sua expressão enquanto ação “real”. A elaboração do tipo ideal de um fenômeno recorrente, portanto, guardaria racionalidade e coerência “ideais” em face do que se poderia compreender uma ação real, determinada por irracionalidades de toda espécie (afetos, erros, etc.) como uma variante (desvio) do desenvolvimento esperado da ação racional. (CARVALHO, 2005, p. 05).

Assim, uma primeira característica que apresentamos é a questão legal, já considerada aqui como uma adaptação, pois as legislações brasileiras e uruguaias que definem a agricultura familiar são recentes, mais especificamente da segunda metade do século passado. Já o universo da tradição camponesa é uma construção social no/do espaço-tempo que perpetua por séculos, pois segundo Carvalho (2005, p. 05), o Tipo Ideal é: “forjado no jogo das interpretações onde se produzem os sentidos, levando em conta os universos da tradição (tempo de longa duração) e das experiências vividas no presente.”.

Entendemos então, que dentro do universo desta pesquisa, o Tipo Ideal deve ser composto por uma família que contenha características legais no âmbito da agricultura familiar, assim como características socioculturais camponesas. Ou seja, que a tradição camponesa faça parte do seu cotidiano e que, apresentem também características agroecológicas que, no âmbito desta pesquisa, se evidencia enquanto resistência.

Portanto, o Tipo Ideal é uma família de agricultores e/ou agricultoras familiares, sob o âmbito legal. Cumpre todas as especificações contidas em legislação nacional (tanto brasileira quanto uruguaia) e por isso, está apta a acessar projetos sociais, crédito rural, entre outras políticas públicas que possam ser disponibilizadas pelo Estado. Dentre as especificidades necessárias para ser reconhecido enquanto agricultura familiar camponesa, o Tipo Ideal atende a todas, como por exemplo, a limitação de extensão de área do lote/*predio*, gestão e trabalho com base na mão de obra da própria família, viver e ter sua renda principal advinda no/do lote/*predio*.

O Tipo Ideal deve apresentar também o que acreditamos estar de acordo com o modo de vida tradicional camponês, com as devidas adaptações ao mundo globalizado, saberes tradicionais e conhecimento científico andam juntos. Isso quer dizer que o trabalho no lote/*predio* estará centrado na família e sua reprodução social, através dos saberes passados de geração em geração, mas que também, estão em sintonia com as tecnologias desenvolvidas, que possam auxiliar na gestão e produção.

Ainda sob a perspectiva do modo de vida camponês estabelecido no Tipo Ideal, está contida a cultura alimentar diversificada e regional; laços estabelecidos na comunidade local, já que a coletividade e solidariedade são partes integrantes das estratégias de resistências constituídas neste universo; os saberes tradicionais passados de geração em geração no âmbito socioprodutivo e organizacional da família; a relação com a terra que transcende a produção; valores religiosos, entre outros.

Pensemos e, não que concordemos, que a maior parte da sociedade ainda vive sob uma estrutura patriarcal. Acreditamos então, que uma família camponesa carrega consigo valores conservadores no âmbito socioreligioso, conceitos e preconceitos patriarcais, que vão influenciar diretamente na organização social interna da família. Apresenta-se então para o Tipo Ideal, uma família com estrutura patriarcal, na qual os papéis de gênero estão bem estabelecidos sob esta perspectiva. Cabe ressaltar que para uma tipologia analítica, o Tipo Ideal:

[...] deve ser tomado não como uma descrição empírica, e sim como uma construção teórica. [...] Apenas para lembrar, a tipologia weberiana consiste na ênfase de determinados traços da realidade até concebê-los na sua expressão mais pura, mas que jamais se apresenta assim nas situações concretas observáveis. (MARTES, 2010, p. 265).

Nesse sentido, outra dimensão constitutiva do Tipo Ideal é a sua construção política, configurando o horizonte ativo/militante e simbólico do ser camponês atual, que busca sua reprodução social em um mundo homogeneizado pelo agronegócio. Sobretudo, a partir da educação formal para os filhos e filhas, principalmente⁵⁰, e a educação informal, acessada, por exemplo, através dos movimentos sociais, associações, cooperativas, grupos socioprodutivos (a exemplo de grupos de

⁵⁰ O acesso atual a cursos técnicos, essencialmente, na área das Ciências Agrárias, tem qualificado mão de obra familiar, caso que não ocorria em décadas atrás.

mulheres) e etc. Estas organizações destacam-se pela formação política e militante de sujeitos que se tornam capazes de reconhecer e erguer a bandeira de luta diante das mazelas sociais. Principalmente aquelas presentes no meio rural, seu lugar, a partir de dilemas sociais estabelecidos na sociedade capitalista e globalizada, buscando um outro projeto de sociedade emancipada e ambientalmente sustentável.

Desta forma, a militância nas causas socioambientais rurais, por exemplo, é incorporada pelo Tipo Ideal como um *habitus*, revela uma família camponesa que guarda no seu cotidiano, valores e formas de viver, constituída através de longos tempos e, ao mesmo tempo, se integra na sociedade moderna enquanto uma forma de resistência ao modelo hegemônico de produção no campo.

E é a partir da constituição política que acreditamos que o Tipo Ideal alcançou o universo agroecológico, constituído enquanto campo de conhecimento e atuação, em seu caráter globalizado.

Ao somarmos o universo agroecológico ao Tipo Ideal, completamos a sua construção abstrata e teórica, para levá-lo ao universo empírico. Portanto, a família camponesa agroecológica, Tipo Ideal desta pesquisa, vai atuar em sua dimensão sociocultural, econômica, política e ambiental a partir dos preceitos da Agroecologia.

Sua forma de produção é orgânica, tanto para autoconsumo quanto para comercialização, em um sistema de policultivo que assegura a manutenção da cultura alimentar diversificada da família camponesa tradicional. Assim como assegura, a saúde do solo e do agricultor e/ou agricultora, associados ao manejo adequado, bem como um alimento de qualidade para o consumidor. Um manejo adequado do lote/*predio* de produção consiste em, primeiramente, utilizar o potencial energético do próprio lote/*predio*, assim como os fatores bióticos e abióticos, evitando a entrada de insumos externos.

O manejo integrado do lote/*predio* vai buscar utilizar potenciais locais, como o armazenamento da água da chuva, armazenamento de água no solo através de cobertura seca e/ou verde, produção de adubo orgânico a partir da criação de pequenos e grandes animais, entre outras diversas técnicas. Estas técnicas buscam, sobretudo, o equilíbrio do agroecossistema local de forma a causar o menor impacto ambiental possível, primando pela sustentabilidade.

Contudo, como já discutido, a Agroecologia não se limita à produção orgânica e manejo integrado da unidade de produção. Ela propõe, também, novas relações no âmbito socioeconômico, como os circuitos curtos de comercialização e a busca

por tecnologias inovadoras adequadas à pequena produção. Além disso, é essencial para o advento e consolidação deste novo paradigma, a busca pela transformação do ideário de felicidade.

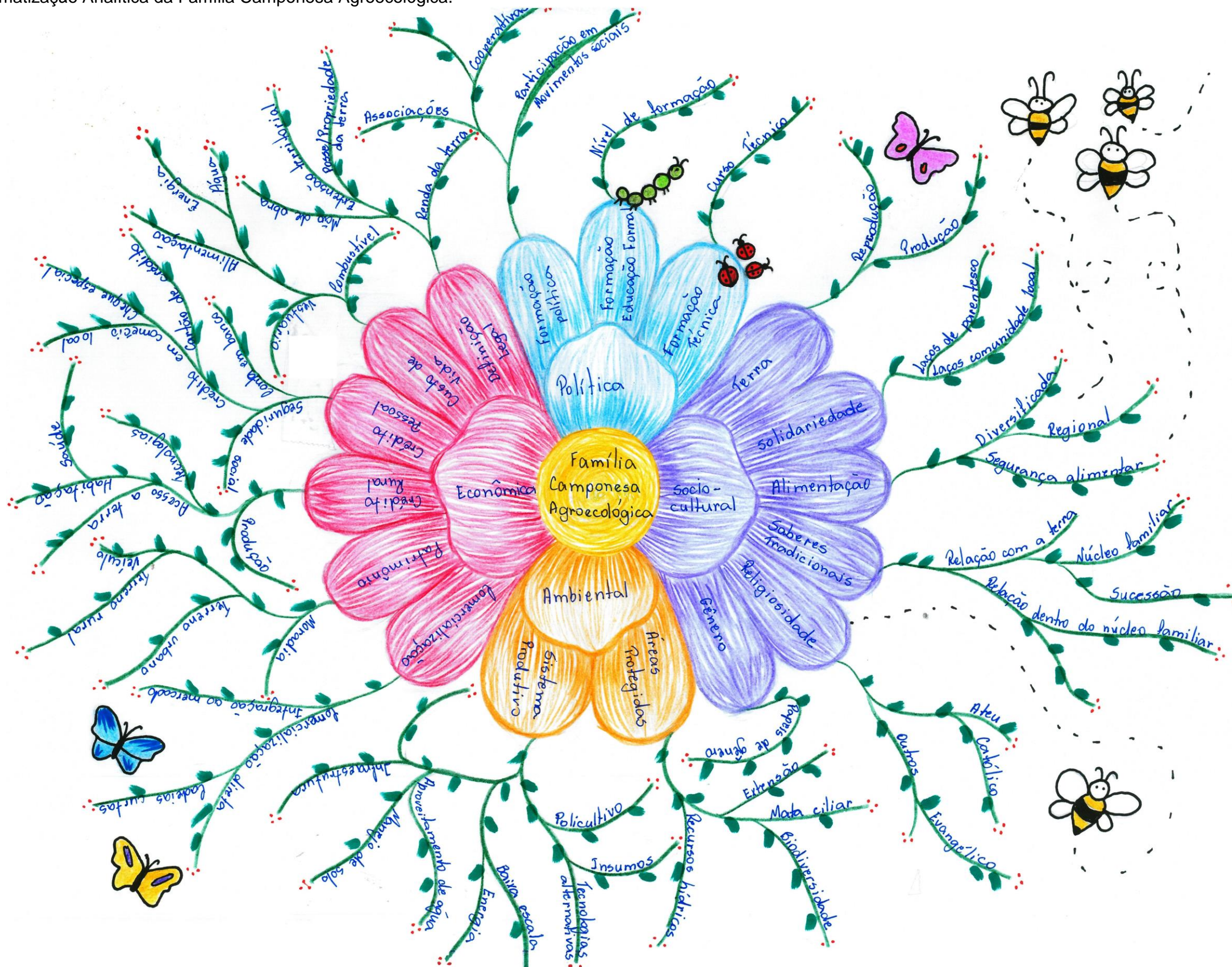
Isto porque a sociedade capitalista e globalizada está ancorada em valores consumistas que vão de encontro aos preceitos da Agroecologia, que buscam a sustentabilidade planetária. Assim, o Tipo Ideal passa também por processos sociais que constroem outra forma de enxergar e atuar no mundo, a partir do consumo consciente, buscando dignidade na forma de viver, mas sem luxos e exageros que exploram, de forma intensa, os recursos naturais do planeta para a manutenção da cultura do ter.

Através deste constructo teórico do Tipo Ideal, apresentamos uma sistematização das dimensões, variáveis e indicadores na figura 12, que servirá como base da análise dos Tipos Ideais discutidos nesta pesquisa. Ressaltamos que a escolha de uma flor para representar a sistematização analítica, está ligada à complexidade das relações e fenômenos a serem analisados. As flores são responsáveis pela reprodução das plantas angiospermas⁵¹. Assim como em uma flor, composta por diversas partes, cada uma com papel fundamental para o todo, e todas relacionadas entre si, as dimensões, variáveis e indicadores ali representados estampam a complexidade presente no universo pesquisado.

As dimensões se distribuem em variáveis, que por sua vez, se distribuem em indicadores, de modo a propiciar uma análise complexa acerca das realidades das famílias de San Jacinto e Hulha Negra.

⁵¹ “Atualmente, são conhecidas cerca de 350 mil espécies de plantas - desse total, mais de 250 mil são angiospermas. A palavra angiosperma vem do grego *angeios*, que significa 'bolsa', e *sperma*, 'semente'. Essas plantas representam o grupo mais variado em número de espécies entre os componentes do reino Plantae ou Metaphyta.” Disponível em: <https://www.sobiologia.com.br/conteudos/Reinos4/angiospermas.php>. Acesso em: 20 fev. 2018.

Figura 12 – Sistematização Analítica da Família Camponesa Agroecológica.



Nesse sentido, a dimensão sociocultural tem como variáveis e indicadores, em parênteses, respectivamente: gênero (papeis de gênero), religiosidade (católico, evangélico, ateu, outros), saberes tradicionais (relação com a terra, núcleo familiar, relação dentro do núcleo familiar patriarcal, sucessão), alimentação (diversificada, regional, segurança alimentar), solidariedade (laços com a comunidade local, laços de parentesco local) e terra (produção, reprodução). Seguindo a mesma metodologia, para as demais dimensões, para a política: formação política (participação em movimentos sociais, cooperativas, associações e etc.), formação na educação formal (nível de formação) e formação técnica (curso técnico). Para a dimensão ambiental: áreas protegidas (extensão, mata ciliar, biodiversidade, recursos hídricos) e sistema produtivo (policultivo, insumos, tecnologias alternativas, sementes, baixa escala, energia, aproveitamento de água, manejo do solo, infraestrutura). Por fim, a dimensão econômica: definição legal (extensão territorial, mão de obra, renda da terra, posse/propriedade da terra), comercialização (cadeias curtas, comercialização direta, integração ao mercado), crédito rural (produção, acesso a terra, habitação, saúde, tecnologias), crédito pessoal (conta em banco, cheque especial, cartão de crédito, crédito em comércio local, seguridade social), custo de vida (alimentação, água, energia, combustível, vestuário) e patrimônio (moradia, veículo, terreno urbano, terreno rural).

Esta sistematização guiará analiticamente as aproximações e distanciamentos das duas famílias pesquisadas com o Tipo Ideal teórico construído, possibilitando a compreensão da organização de cada uma delas no universo agroecológico, em constante conflito com o universo hegemônico do agronegócio. Portanto, o próximo capítulo apresenta as áreas de estudo, sua história, aspectos fisiográficos, econômicos, entre outros, de forma a contextualizar as famílias dentro de seus processos espaço-temporais.

6 ENTRE A OCUPAÇÃO E AS TRANSFORMAÇÕES: CARACTERIZAÇÃO FIOGRÁFICA E SÓCIO-HISTÓRICA DAS ÁREAS DE ESTUDO

Este capítulo apresenta a caracterização fisiográfica e sócio-histórica das áreas de estudo, sendo iniciado com a apresentação do Bioma Pampa, no qual estão contidas as duas áreas (*lote/predio*) que compõem o universo empírico desta pesquisa.

O Pampa é constituído por cerca de 700 mil Km² e abrange os territórios do Brasil, Uruguai e Argentina. No lado brasileiro compõem cerca de 63% do estado do Rio Grande do Sul e no Uruguai, toda a extensão territorial daquele país (figura 13), ou seja, 176.496 Km² e 176.215 Km², respectivamente (NAT/BRASIL, 2007; BRASIL, s/d).

Figura 13 – Delimitação do Bioma Pampa.



Fonte: NAT/BRASIL (2007, p. 09).

O termo *pampa* tem origem quéchua e significa plano ou planície, caracterizando dessa forma, um relevo de terras baixas e planas: “[...] dominadas originalmente por campos (*pastizales*) e campos arbustivos, sem vegetação florestal

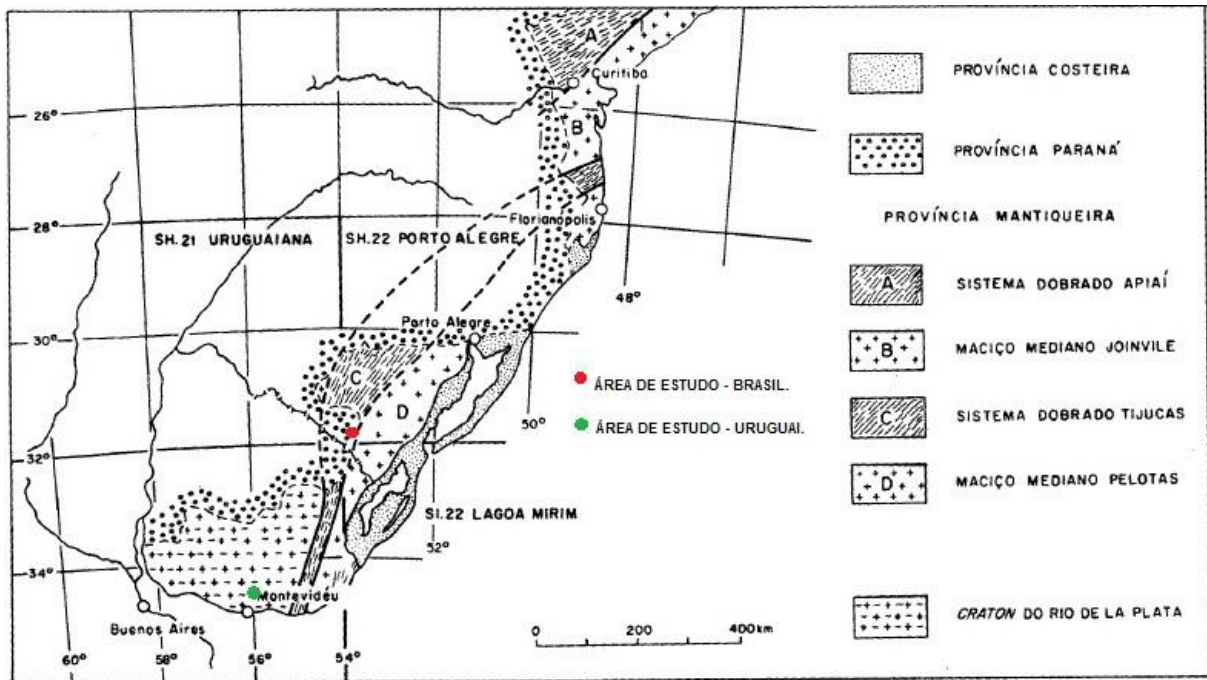
significativa.” (SELL, 2017, p. 27). O relevo do bioma Pampa se apresenta através de coxilhas, morros rupestres, planícies e serras. Com grande patrimônio cultural associado à biodiversidade, apresenta vegetação de “campos nativos, matas ciliares, matas de encosta, matas de pau-ferro, formações arbustivas, butiazais, banhados, afloramentos rochosos, etc.” (BRASIL, s/d). Segundo Sell (2017, p. 33), é enorme a diversidade de paisagens existente no Pampa, assim como as singularidades que elas apresentam:

[...] destacam-se rios extremamente importantes em seu interior, como o Uruguai e o Camaquã; o cordão costeiro de lagoas, praias, dunas e banhados; a presença de áreas de rochas muito antigas formando o escudo sul-rio-grandense (com destaque para Caçapava do Sul) e contando parte de nossa história geológica; as paisagens graníticas das serras do Herval e Canguçu, raízes de antiga cadeia montanhosa; os cerros tabulares e areais que testemunham a superposição de desertos e o cerro do Jarau, cratera de meteoro e cenário de lendas gaúchas. Todos esses são exemplos da vasta geodiversidade presente na região do Pampa do Rio Grande do Sul (BORBA *et al.*, 2013a). Tanta geodiversidade se estende ao Pampa uruguaio e proporcionou, por exemplo, que este recebesse recentemente o terceiro Geoparque das Américas, o Geoparque *Grutas del Palacio*.

Essa geodiversidade se apresenta desde as grandes estruturas geológicas até a cobertura vegetal, fauna, clima e etc. De acordo com o Projeto RADAM⁵², a apresentação geológica de parte do Pampa é composta por três províncias, Província Paraná, Província Costeira, Província da Mantiqueira e mais o Craton do Rio de la Plata. Apesar do projeto ter como área de estudo o território nacional brasileiro, a figura 14, extraída e adaptada daquele documento, apresenta a extensão destas unidades geológicas até a costa sul uruguaia, permitindo assim localizar as duas áreas de estudo envolvidas nesta pesquisa no âmbito de sua formação geológica.

⁵² “Em outubro de 1970 foi criado o Projeto RADAM - Radar na Amazônia - priorizando a coleta de dados sobre recursos minerais, solos, vegetação, uso da terra e cartografia da Amazônia e áreas adjacentes da região Nordeste. Em junho de 1971 iniciou-se o aerolevantamento. Devido aos bons resultados do projeto, em julho de 1975 o levantamento de radar foi expandido para o restante do território nacional, visando o mapeamento integrado dos recursos naturais e passando a ser denominado Projeto RADAMBRASIL.” Disponível em: <https://uc.socioambiental.org/programas/projeto-radam>. Acesso em: 21 ste. 2017.

Figura 14 – Unidades geológicas de parte do Bioma Pampa.



Fonte: BRASIL (1986, p. 34).
Adaptado por: Alecsandra Cunha.

A Província Paraná tem dimensões continentais, com história evolutiva desde o Devoniano Inferior até o Cretáceo. Passando por uma primeira fase de acumulação sedimentar até o Jurássico Superior, que foi capeada por volumes colossais de lavas (predominantemente basálticas) após este período. Já o Craton do Rio de la Plata: “[...] corresponde à porção ocidental do Planalto Sul-Rio-Grandense, que se estende por sob a cobertura sedimentar gonduânica da Bacia do Paraná, ao Uruguai e à Argentina.” (BRASIL, 1986, p. 34). Esta unidade apresenta terrenos gnáissico-graníticos e cinturões vulcanossedimentares, que datam do Proterozóico Inferior, há cerca de dois bilhões de anos.

Percebe-se que as duas unidades geológicas, nas quais estão localizadas as áreas de estudo desta pesquisa, apresentam um embasamento geológico que propiciou a formação de um relevo que vai desde plano à levemente ondulado. O que pode diferir de outras regiões deste bioma, que também apresenta coxilhas, morros e serras (RIO GRANDE DO SUL, 2007). As figuras 15 e 16 apresentam o relevo de planícies e levemente ondulado, típico das áreas de estudo.

Figura 15 – Relevo da área de estudo, BR 293 – Hulha Negra/RS/Brasil.



Fonte: Alecsandra Cunha – Jan./2017.

Figura 16 – Relevo da área de estudo – San Jacinto/Canelones/Uruguai.



Fonte: Alecsandra Cunha – Jul./2017.

Esse relevo e os tipos de solos presentes, originados a partir de certos tipos de rochas, facilitam o desenvolvimento de atividades agrícolas industrializadas. O Pampa passou um bom tempo de forma despercebida pelas garras do agronegócio, contudo, a partir da necessidade de expansão de áreas, essas características naturais estão sendo intensamente aproveitadas.

As pesquisas a seu respeito ainda não dão conta de todo o universo biótico e abiótico desse bioma. Por isso, no que tange à flora e a fauna do bioma Pampa, seus estudos ainda são incipientes, dada a grande biodiversidade:

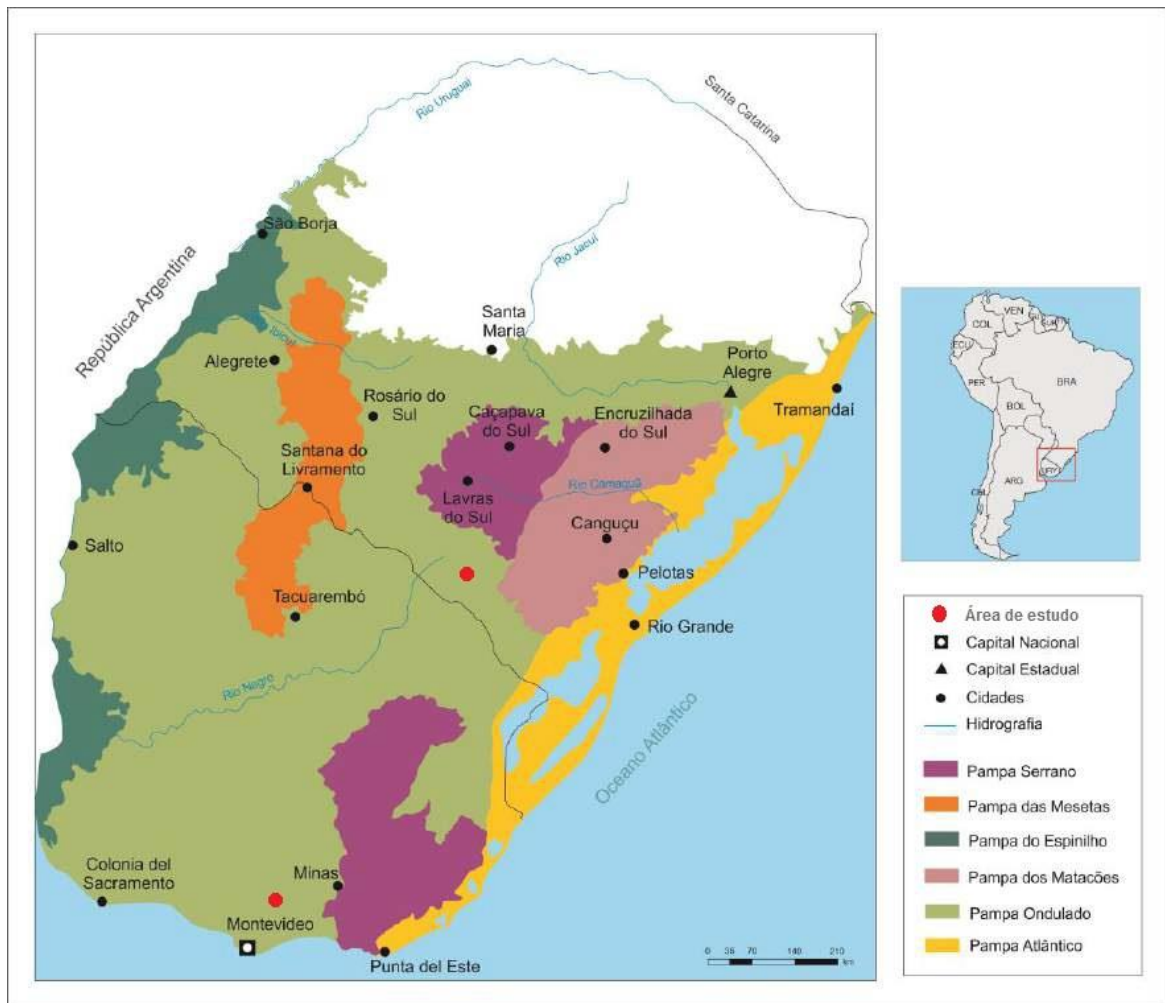
Estimativas indicam valores em torno de 3000 espécies de plantas, com notável diversidade de gramíneas, são mais de 450 espécies [...]. A fauna é expressiva, com quase 500 espécies de aves, [...] ocorrem mais de 100 espécies de mamíferos terrestres, [...] O Pampa abriga um ecossistema muito rico, com muitas espécies endêmicas [...]. (BRASIL, s/d).

Além do patrimônio natural riquíssimo, os patrimônios genético e cultural são de grande importância, abrigando ainda, a maior parte do Aquífero Guarani. Contudo, os remanescentes de campos naturais somam apenas 39% de sua área atualmente: “Entre os anos de 1970 e 2005, estima-se que 4,7 milhões de hectares de pastagens nativas foram convertidos em outros usos agrícolas, como lavouras e plantações de árvores exóticas.” (NAT/BRASIL, 2007, p. 10). Isto acontece porque a

legislação ambiental brasileira e uruguaia apresenta brechas para que o bioma seja dizimado a partir de atividades econômicas e, obviamente, como o modelo político nos dois países está fundamentado no neoliberalismo, a frente de desenvolvimento é baseada na economia, em detrimento dos patrimônios natural e cultural.

Nesse sentido, Sell (2017, p. 147) apresenta uma regionalização do Pampa Uruguaio-Sul-Rio-Grandense que reconhece a diversidade paisagística, segundo elementos bióticos, abióticos e antrópicos: “Trata-se de expressar as particularidades reais existentes dentro da ecorregião, as quais acabam se tornando invisíveis na escala continental ou global.” Dessa forma, a figura 17 apresenta essa regionalização, e como pode ser observado, as duas áreas de estudo desta pesquisa localizam-se na área chamada pela autora de Pampa Ondulado.

Figura 17 – Ecoprovíncias do pampa uruguaio-sul-rio-grandense.



Fonte: Sell, (2017, p. 149).
Adaptado por: Alecsandra Cunha.

Dentre as seis ecoprovíncias⁵³ que a autora propõe, o Pampa Ondulado é a mais extensa. Suas características físicas apresentam, de modo geral, relevo de planícies, colinas onduladas ou coxilhas, campos de solos rasos e flechilhas, misto de andropogôneas e compostas, localizando-se entre a “Depressão Central do Rio Grande do Sul, a maior parte da fronteira oeste gaúcha e a *Cuesta do Haedo*, bem como os terrenos cristalinos do cráton Rio de La Plata, no Uruguai.” (SELL, 2017, p. 160).

As semelhanças dessa grande extensão territorial são tão marcantes, que Sell (2017, p. 160), afirma no capítulo de metodologia de sua tese que:

Optou-se, aqui, por não subdividir essa grande área, que guarda as características culturais e fisionômicas mais prontamente associadas ao Pampa pelo público em geral, pois se considera que as características de geomorfologia e fisionomia dependem muito menos do substrato geológico (geodiversidade) e muito mais de fatores ligados ao clima, à evolução das vertentes, à sucessão ecológica em si e à forma de ocupação humana.

Pode-se inferir, a partir desta afirmação, que a ecoprovíncia na qual estão localizadas as duas áreas de estudo possuem características climáticas, geomorfológicas, pedológicas, hidrográficas e, até mesmo, sociocultural, semelhantes.

Sabendo que o relevo e a cobertura vegetal guardam profundas semelhanças, pode-se afirmar que o mesmo se repete com o clima, já que, segundo Ross (2005), dentre os variados climas que compõem o território nacional, é o clima subtropical que domina todo o estado do Rio Grande do Sul e se estende por todo o território uruguaio.

Já os solos dessa ecoprovíncia formam um mosaico diverso. Segundo Achkar (et al. 2016), a maior parte do território uruguaio é composto por solos melânicos, bem desenvolvidos e muito férteis. Esta ordem se divide ainda em Brunosolos e Vertisolos e, a área de estudo localizada naquele país é composta integralmente, em seus 21 ha, por Vertisolos que: “Son suelos profundos de alta fertilidad natural y alta capacidad de almacenamiento de agua.” (ACHKAR, et al. 2016, p.32). Sobre Hulha Negra/RS, Perske (2004, p. 43), afirma que: “Existem vários tipos de campos naturais no município, como campos limpos, ou associados à mata sub arbustiva e

⁵³ Ver mais sobre Ecoprovíncias em: SELL, J. C. **Estradas Paisagísticas: Estratégia de Promoção e Conservação do Patrimônio Paisagístico do Pampa Brasil-Uruguaio**. 2017. 322f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria/RS, 2017.

que geralmente parecem estar relacionados com os diferentes tipos de solos que ocorrem.” Ou seja, o município é formado por diversos tipos de solos, apresentando entre eles, também, o vertisol, pelo qual é composta a área de estudo do Brasil.

Apesar de todas as semelhanças, Sell (2017, p. 160), aponta algumas importantes especificidades presentes na ecoprovíncia denominada pela autora por Campo Ondulado:

[...] (a) os campos de solos rasos do oeste gaúcho e uruguaio vinculam-se às rochas de composição andesítica da Formação Serra Geral [...] por vezes muito fragmentadas, que dão origem aos “campos de pedra” e forneceram, ao longo da história, os blocos para a construção das taipas e currais de pedra típicos da região; (b) alguns corpos graníticos formam pequenas elevações, mas de maneira muito localizada ou com pouco destaque na paisagem, como nas chamadas “*Sierras de Mahoma*”, no norte do Departamento de *San José*, ou nos campos de matações de *Marincho*, já no Departamento de Flores, em cujo território estão as *Grutas del Palacio*, registro de ferrificação sobre rochas sedimentares [...] (c) algumas elevações isoladas, na Depressão Central gaúcha, morfologicamente semelhantes às do “Pampa das Mesetas”, mas fora de sua faixa mais característica, como os cerros do Loreto e Seio de Moça, entre os municípios de São Vicente do Sul e Cacequi.

A partir desta apresentação geral do Pampa Uruguaio Sul-Rio-Grandense, pode-se compreender a complexidade da biodiversidade existente nesta região. A conservação da biodiversidade planetária depende de políticas públicas e legislação ambiental e, no caso do Pampa, esta biodiversidade é tão importante quanto uma floresta tropical. “Desprotegido, suprimido gradualmente, ainda desconhecido e pouco estudado: esta é a situação atual do Pampa gaúcho.” (NAT/BRASIL, 2007, p. 12).

A expansão da silvicultura (eucalipto, pinus e acácia-negra) é um dos principais fatores de destruição do bioma Pampa, atualmente, associado ao grande crescimento da monocultura sojeira.

Esta constatação tem fortes fundamentos, mas é no mais simples argumento que se pode perceber a gravidade da situação: como afirmar que a substituição de uma vegetação campestre, rasa e de baixa estatura, por fileiras e fileiras de árvores de até 30 metros de altura, não acarretará em impactos severos ao meio pampeano? (NAT/BRASIL, 2007, p. 14).

A área plantada de eucaliptos de 400 mil ha, em 2001, no Rio Grande do Sul, alcançou 1 milhão de ha em 2010 (NAT/BRASIL, 2007). No Uruguai, no ano de 2000, havia uma extensão territorial plantada de soja de cerca de 8.700 ha, em 2010

esta área somava 862 mil ha (URUGUAY, s/d). Estes números mostram o avanço do agronegócio sobre o bioma Pampa nestes dois países, considerando o desenvolvimento econômico no bioma em detrimento dos impactos socioambientais.

Entre os impactos socioambientais causados ao Pampa pelas monoculturas implantadas pode-se citar a redução e/ou supressão de diversas espécies (causadas tanto pelo sombreamento das árvores quanto pelo potencial alelopático⁵⁴ e a alta carga de agrotóxicos utilizados nas plantações de soja); a invasão de ecossistemas; acidez dos solos; efeitos sobre os recursos hídricos no sentido de diminuição da oferta de água para demais plantios e abastecimento da população local, além da contaminação dos mananciais pelos agrotóxicos; redução da população de animais e baixa geração de empregos (CHIAPPE, et al. 2011).

O breve panorama exposto nos dá uma pequena amostra da situação atual do Pampa e aponta para um quadro ainda mais preocupante para as próximas décadas. O lote/*predio*, que compõem o universo empírico desta pesquisa, estão localizados em áreas nas quais veem sofrendo grande pressão do agronegócio sojeiro e silvicultor sobre suas atividades. A seguir apresenta-se então, o lote (área de estudo brasileira) e o *predio* (área de estuo uruguaia), para no próximo capítulo, discutirmos o universo das famílias camponesas envolvidas nas práticas agroecológicas, que fazem parte desta pesquisa.

6.1 ÁREA DE ESTUDO – BRASIL

A área de estudo “Família Chirca Silva” está localizada no município de Hulha Negra/RS-Brasil, na Campanha Gaúcha, sudoeste do estado (GONÇALVES, et al. 1988). O município de Hulha Negra abriga 28 assentamentos de Reforma Agrária, entre os quais está o Assentamento Missões do Alto Uruguai, no qual está localizado o lote de 21 ha desta família, que se distancia em 34 km da sede do município, com acesso por estrada não pavimentada.

Para melhor compreender a organização socioprodutiva desta família, julgamos necessário apresentar uma caracterização sócio-histórica e fisiográfica do município de Hulha Negra.

⁵⁴ “Verifica-se que muitas espécies de plantas possuem seu desenvolvimento retardado e prejudicado pela simples presença de raízes ou folhas de eucaliptos no solo ao seu redor.” (NAT/BRASIL, 2007, p. 15). O potencial alelopático é uma incompatibilidade natural existente entre plantas campestres e eucaliptos.

Situado em uma região tradicionalmente ocupada por grandes propriedades, este território, hoje conhecido como o município de Hulha Negra, se formou a partir da estrutura fundiária concentrada. Apresentando economia baseada na pecuária (charqueadas), principalmente entre meados do século XIX e início do século XX. No final do século XIX: “Hulha Negra tem, como marco referencial, a construção da estação ferroviária, em 1884, em torno da qual se formou a comunidade, inicialmente batizada de Rio Negro.” (CANTO, s/d⁵⁵).

Contudo, algumas frentes de colonização foram observadas no início do século passado. A primeira onda de colonização, por descendentes alemães, vindos de Pelotas (cerca de 13 famílias) e a chegada do Frigorífico Pampeano, no final dos anos 1930, provocaram um rearranjo socioterritorial na região, já que este último liberou mão de obra ao mesmo tempo em que o Distrito de Rio Negro recebia mão de obra colona.

A colonização alemã, datada de 1925, através de produtores rurais vindos de Pelotas, liderada pelo agrônomo Francisco Krensinger, introduziu nova atividade econômica, a agricultura. Escolheu a região, segundo Francisquinho Kloppenburg, “por ter terra boa, por ser perto da cidade de Bagé e, por fim, por ter estrada de ferro, que garantia o transporte da produção, que era muito importante naquela época. Não existiu uma organização imobiliária. Cada colono que chegava tinha que se virar para achar um pedaço de terra. Foi então que se espalhou a colônia, o que dificultou a criação da Igreja, colégio, etc.”. (CANTO, s/d).

Nos anos seguintes, o número de famílias dessa colônia cresceu e ela passou a ser chamada, em 1957, de Trigolândia, pois o trigo cultivado de forma mecanizada e em larga escala, por esta colônia, era a principal produção dessa colônia. Contudo, por falta de união entre os colonos, invasão pelo azevém nas lavouras de trigo, alta porcentagem cobrada pelo arrendamento das terras e capitalização insuficiente para investimento em insumos químicos, a cultura do trigo entra em declínio (PERSKE, 2004).

A segunda onda de imigração se deu por volta de 1963, quando foi solicitado aos fazendeiros que cedessem 10% de suas terras para Reforma Agrária, pelo então presidente João Goulart. Assim, foram assentadas 23 famílias, na colônia que foi chamada de Salvador Jardim, área de 871 ha, desmembrada da Fazenda Coxilha Negra.

⁵⁵ CANTO, M. A. B. **Histórico de Hulha Negra**. Prefeitura Municipal de Hulha Negra. Disponível em: <http://www.hulhanegra.rs.gov.br/historico/>. Acesso em: 18 set. 2017.

Inicialmente as atividades agrícolas eram o cultivo de trigo, milho e feijão e posteriormente passou para a bovinocultura de leite, sendo em 1974 o ano a começar a coleta de leite pela Cooperativa Agrícola Mista Aceguá Ltda (Camal). Mais tarde começou o plantio de sorgo e arroz com bons resultados. (PERSKE, 2004, p. 51).

Foi o restante da área desta mesma fazenda, que em 1978, deu origem à terceira onda de imigração, quando foram assentadas 120 famílias, em uma área de 2500 ha, para desenvolver a atividade de pecuária leiteira, assim nomeada de Colônia Nova Esperança.

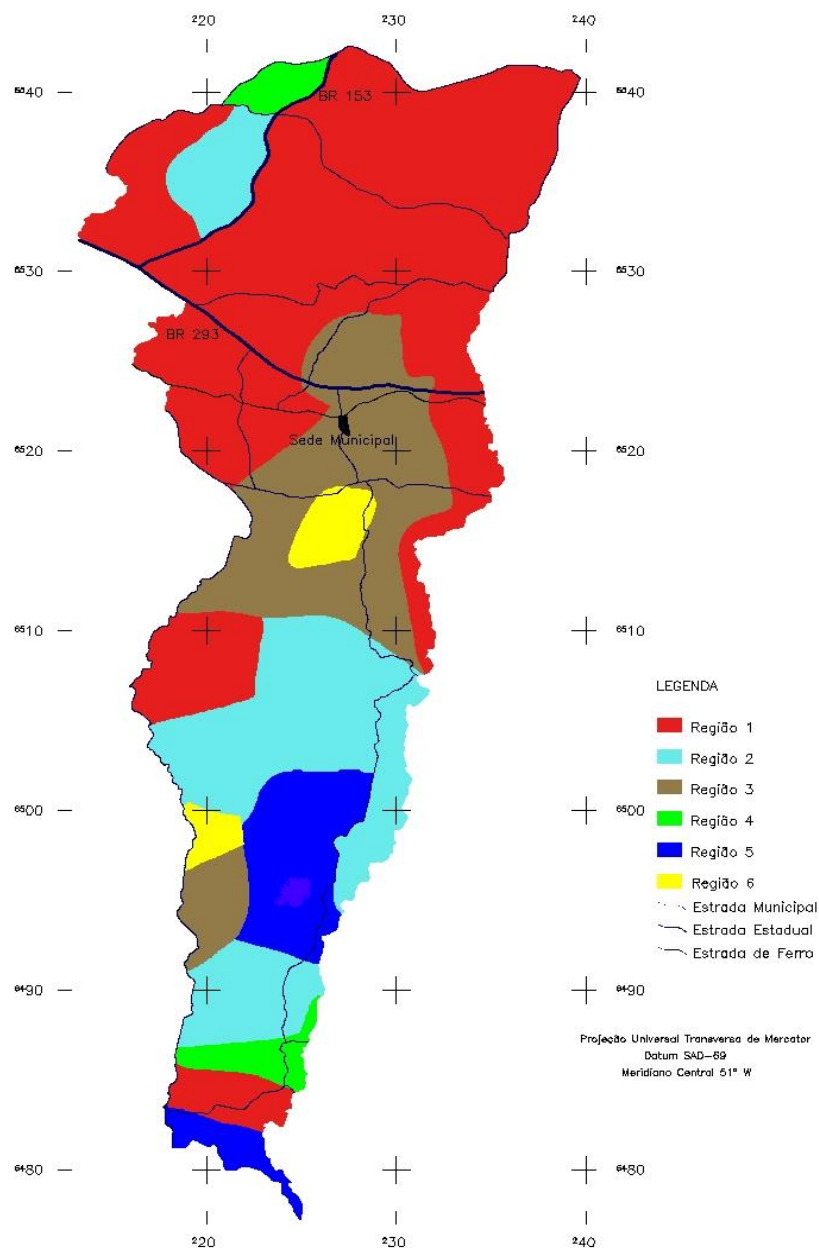
A quarta onda migratória, no município de Hulha Negra, apresenta dois períodos de maior impacto (1989-1991 e 2000-20002), quando os governos estadual e federal assentaram cerca de 900 famílias, em lotes de 23 ha em média: “Em 1989 começam a chegar os primeiros agricultores organizados em torno do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terras (MST)” (PERSKE, 2004, p. 52). Oriundas, principalmente, do norte do estado “onde o clima, solo, vegetação, sistemas de produção, infraestrutura rural, estrutura fundiária, número e distância entre municípios são bem diferenciados da região da Campanha.” (PERSKE, 2004, p. 52), compõem atualmente 28 Projetos de Assentamentos (PA) de Reforma Agrária, reorganizando um território tradicionalmente ocupado por grandes propriedades.

Nesse sentido, cabe ressaltar, que a adaptação das famílias assentadas em Hulha Negra foi um processo que demandou muita força de vontade, já que a infraestrutura oferecida pelo Estado era praticamente inexistente.

As famílias assentadas estão trabalhando em sua maior parte com gado leiteiro como alternativa de renda, plantando milho para a alimentação de galinhas, porcos e vacas de leite e o plantio de feijão, arroz, abóbora, batata para a alimentação familiar. [...] A mão-de-obra familiar é a base da sustentação dos assentados, pois estes se caracterizam pela diversificação da produção em seus lotes. A cultura do milho é obrigatória, pois é a base da alimentação das vacas de leite, dos porcos e aves, que ora são comercializados, ora é o sustento alimentar da família. Dentro desta realidade, a mulher cumpre uma tarefa muito importante na propriedade rural, cabendo a ela normalmente a ordenha das vacas, o cuidado com a horta e quintal de frutas e o serviço doméstico, contribuindo com o seu trabalho na lavoura nas épocas de maior demanda por mão-de-obra, como no plantio, na capina e na colheita. (PERSKE, 2004, p. 52).

A figura 18 mostra uma regionalização do município – denominada de Leitura da Paisagem – desenvolvida pela Emater (2000), considerando as características sociais, ambientais e econômicas.

Figura 18 – Leitura da Paisagem: mapa de regionalização de Hulha Negra.



Fonte: Emater (2002).

De acordo com esta regionalização, as áreas da região 1, apresentam estrutura fundiária concentrada, ou seja, onde estão localizadas as grandes propriedades, que desenvolvem pecuária de corte bovina e ovina. Nas regiões 2 e 5 estão localizados os assentamentos de Reforma Agrária, organizados em sua maioria pelo MST, produzindo leite, policultivos para autoconsumo, sementes orgânicas e agroecológicas e, recentemente, soja (por arrendamento das terras). As

propriedades de agricultura familiar camponesa se localizam nas regiões 3 e 6, no entorno da sede do município: “se caracterizam pela presença da etnia alemã e, nesta região, há uma área com problemas de degradação ambiental com a presença de locais sem a camada fértil de solo e empobrecidos pela erosão e mal manejo.” (PERSKE, 2004, p. 42). Já a região 4 desenvolve a pecuária familiar, geralmente com residência fixa na propriedade, diferentemente das grandes propriedades: “O pecuarista familiar é um agricultor familiar que se dedica à pecuária de corte, embora tenham as características da agricultura familiar.” (PERSKE, 2004, p. 42).

Atualmente, a base econômica do município é a agropecuária, predominando “as culturas do arroz irrigado, sorgo, milho, produção de sementes de hortaliças, pecuária de corte e leite” (PERSKE, 2004, p. 47). O setor primário participa com cerca de 41% na arrecadação de impostos, enquanto o setor secundário e terciário, juntos, somam 59%, o que demonstra um município fundamentalmente agrário. Nesse sentido, apresentamos sua estrutura fundiária na tabela 05:

Tabela 05 – Estrutura fundiária de Hulha Negra.

Área (ha)	Propriedades	% município	Área Ocupada	% município
Menor que 25	1282	78,45	24.101,47	28,85
25 – 100	250	15,29	12.478,79	14,93
100 – 500	88	5,38	19.617,38	23,48
Mais que 500	14	0,85	15.775,42	18,88

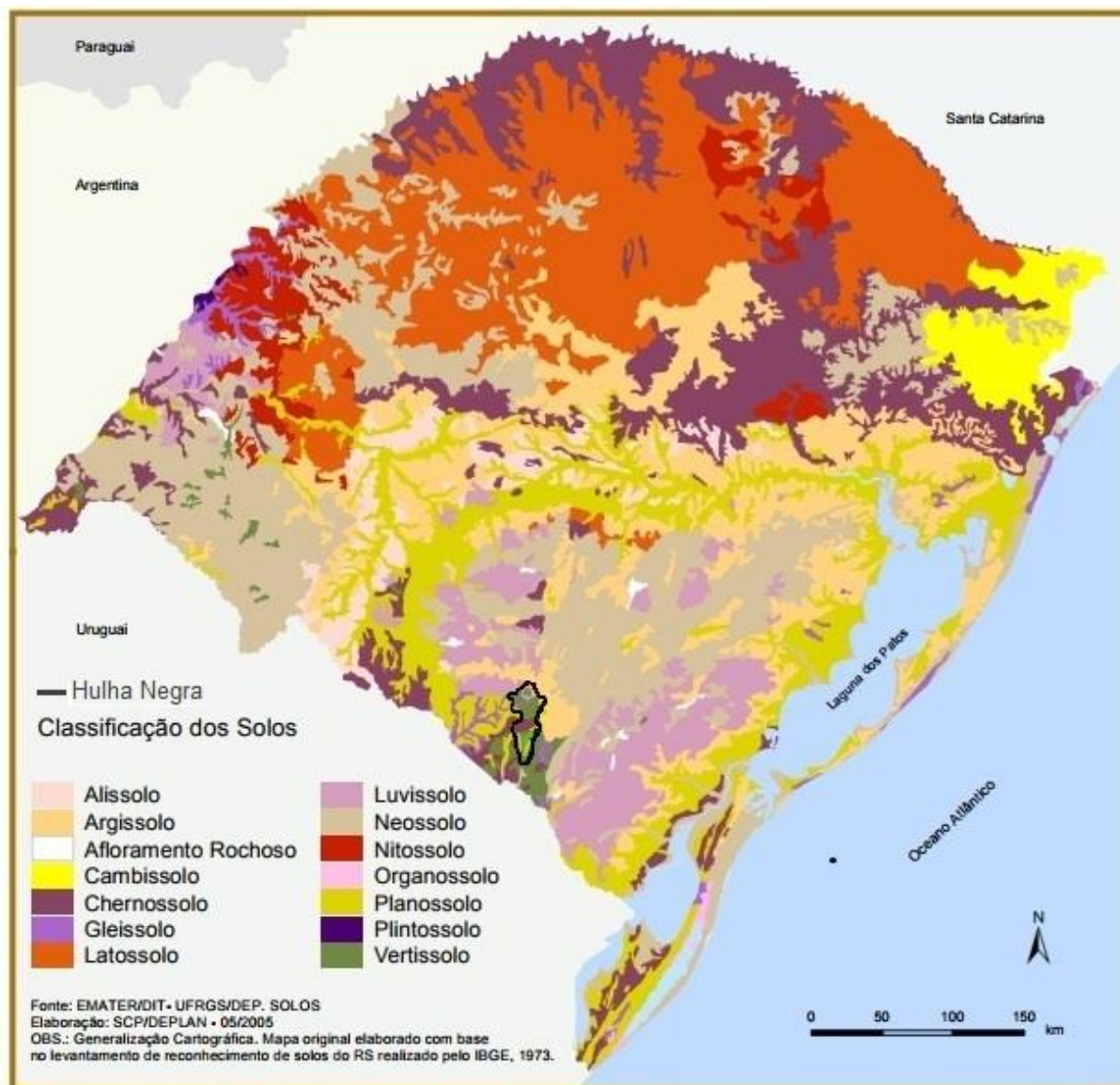
Fonte: Secretaria de Administração e Finanças – Prefeitura Municipal de Hulha Negra/2015.

Observando os dados da tabela, pode-se deduzir que mesmo e apesar de Hulha Negra concentrar 28 assentamentos de Reforma Agrária, agricultura familiar e pecuária familiar, ainda assim a concentração fundiária é marcante. Já que 78,45% dos seus estabelecimentos agropecuários de até 25 ha ocupam apenas 28,85% de suas terras, uma realidade encontrada em todos os cantos do Brasil. Entretanto, não se pode subestimar a reorganização espacial em função dos assentamentos presentes atualmente no município. Eles ocuparam grandes extensões territoriais, levando vida ao campo e, sobretudo, deram esperança a um povo sofrido.

A partir desse breve histórico de ocupação do espaço agrário de Hulha Negra, nos concentremos em expor as condições naturais do município. De acordo com a classificação da Secretaria Estadual de Planejamento, Governança e Gestão (RIO

GRANDE DO SUL, 2017), apresentado na figura 19, o Rio Grande do Sul é formado por um mosaico de solos.

Figura 19 – Classificação dos solos do Rio Grande do Sul.



Fonte: Rio Grande do Sul (2017).
Adaptado por: Alecsandra Cunha/2017.

De acordo com a imagem, no município de Hulha Negra ocorrem, principalmente, os Chernossolos, Planossolos, Luvisolos e Vertissolos. Os chernossolos estão localizados na região central do município, na qual predominam as pequenas propriedades de base familiar, no entorno da sua sede. Já os planossolos ocorrem em faixas longas e estreitas no sentido norte-sul na metade sul

de Hulha Negra, onde estão concentrados os assentamentos de Reforma Agrária. Enquanto os luvisolos estão presentes em uma pequena área ao norte do município, ocupados por pecuária familiar e pecuária industrial. Os vertissolos ocorrem na maior parte do território municipal de Hulha Negra, tanto na metade norte quanto na metade sul, é este o tipo de solo encontrado nessa área de estudo.

O quadro 01 apresenta as características dos tipos de solos de Hulha Negra e, a figura 20 expõe o vertissolo encontrado no lote da família Chirca Silva:

Quadro 01 – Características dos tipos de solos de Hulha Negra.

Tipo	Características
Chernossolos	são solos escuros no horizonte A, devido a presença de material orgânico. Possuem alta fertilidade química e podem ser rasos ou profundos. Podem ser aproveitados com maior intensidade dependendo do relevo a que estão associados. As várzeas dos rios que apresentam maior potencial para culturas anuais, especialmente com arroz irrigado.
Luvisolos	são pouco profundos com acumulação subsuperficial de argila. Apesar da carência de fósforo, apresentam boa fertilidade natural dependendo da profundidade.
Planossolos	são solos localizados em áreas de relevo suave, ondulados ou planos e mal drenados. Normalmente aparecem nas margens dos rios e lagoas. São solos aptos para o cultivo de arroz irrigado e, com sistemas de drenagem eficientes, também podem ser cultivados com milho, soja e pastagens.
Vertissolos	são solos de áreas planas ou pouco onduladas, mal drenados e pouco profundos. Seu uso é facilitado com a umidade, pois são solos muito duros quando secos. Apresentam boa fertilidade e são próprios para pastagem natural, podendo ser utilizados também com culturas de verão, desde que sem adensamento de uso.

Fonte: Streck (2002).
Adaptado por: Alecsandra Cunha.

Figura 20 – Vertissolo: endurecido e rachado pela estiagem.



Fonte: Alecsandra Cunha – Jan./2017.

Enquanto os solos do município ocorrem formando um mosaico, o relevo apresenta uma inclinação do sentido norte-sul, com declividade que varia de 3% a 8%, podendo alcançar 15% em alguns locais. Além disso, duas formas distintas, principalmente, podem ser observadas. A porção norte de Hulha Negra exibe uma topografia ondulada, apresentando cerros e afloramentos rochosos, por outro lado, na porção sul, são encontradas extensas planícies, sem a presença de grandes formações rochosas (como ao norte), coxilhas levemente onduladas e solos hidromórficos margeando os cursos d'água. A altitude do município varia de 116 m a 184 m acima do nível do mar (RIO GRANDE DO SUL, 2001).

Já o clima presente no município é o Subtropical, segundo a classificação de Köppen, com quatro estações bem marcadas durante o ano. A temperatura média anual é de 16,6°, variando de 24° no mês mais quente – janeiro – e 12,5° em junho, mês mais frio. Os extremos de temperaturas registradas são de - 4° e 41°, nos meses mais frios e mais quentes, consecutivamente. As chuvas são bem distribuídas durante o ano, contudo, os meses mais quentes podem ser marcados por uma deficiência hídrica periódica, pois a precipitação pluvial é inferior à evapotranspiração neste período. A precipitação média anual é de 1.300mm,

aproximadamente e a presença de geadas é comum entre junho e julho (GONÇALVES, et al. 1988).

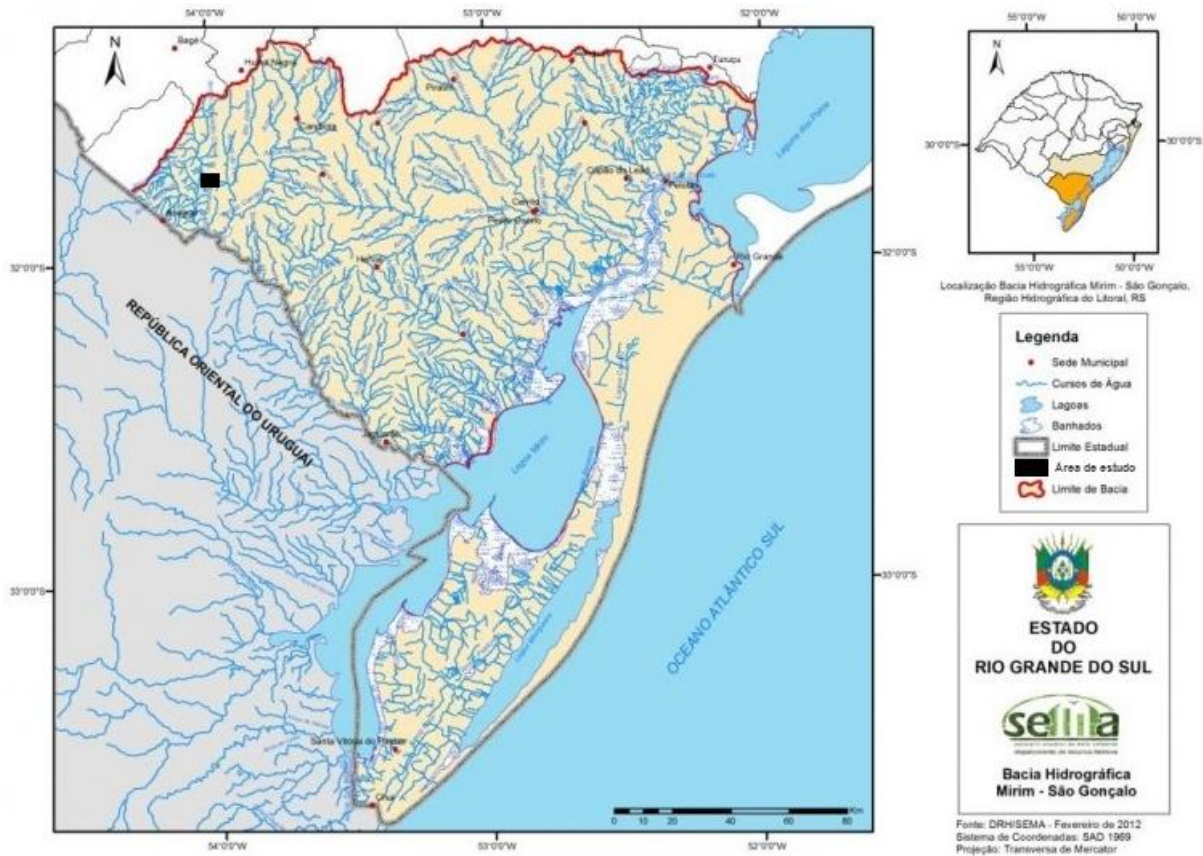
Combinando solo, relevo e clima, a vegetação que ocorre na maior parte do território municipal são os campos com predominância de gramíneas e matas ciliares ao longo dos rios. A diversidade de forrageiras é representada por gramíneas, tanto em área coberta quanto em número de espécies, além disso, apresenta-se também, as frações arbustivas e estrato florestal:

A maioria das forrageiras existentes é gramínea de ciclo estival, primavera e verão, sendo que 40% da cobertura vegetal é formada pela grama forquilha e pela grama tapete. Outra gramínea comum é o capim quicúio. Na fração arbustiva ocorre a *Baccharis spp*, *Eupatorium spp*. e a *Aster sp*. No estrato florestal ocorre guabiju, pitangueira, coronilha, molho, aroeira piriquita, sombra de touro, entre outras. (PERSKE, 2004, p. 46).

Já a fauna, segundo levantamento do Gabinete de Reforma Agrária do Estado, apresenta espécies de avifauna como: “a perdiz, corvo, quero quero, cardeal, canário-da-terra, dragão, João de barro, Anu branco, Jacu e caturrita.” (PERSKE, 2004, p. 46). Para mamíferos foram encontrados: capivara, mão-pelada, graxains, zorrilho, tatu e preá e, cruzeiras e lagartos aparecem entre os répteis.

Quanto à sua hidrografia, o município se divide entre duas bacias hidrográficas, a Bacia do Rio Negro, cuja nascente se localiza na porção norte do município, e a Bacia Mirim-São Gonçalo compondo o centro e sul de Hulha Negra, na qual está localizada a área de estudo brasileira, veja a figura 21. Esta bacia abrange as províncias geomorfológicas Planície Costeira e Escudo Uruguaio-Sul-Rio-Grandense, tendo a irrigação, a dessedentação animal e o abastecimento humano como os principais usos.

Figura 21 – Bacia Hidrográfica Mirim-São Gonçalo.



Fonte: Rio Grande do Sul (2012).
Adaptado por: Alecsandra Cunha/2017.

A partir da apresentação geral do município, nos concentremos então no Assentamento Missões do Alto Uruguai e, mais especificamente, ao lote da família Chirca Silva. O Assentamento Missões do Alto Uruguai está localizado na porção sul de Hulha Negra, na região 5 (figura 18, p. 171) de acordo com a regionalização da Leitura da Paisagem desenvolvida pela Emater. É um assentamento estadual, criado em 1989, com 225 ha divididos em dez lotes de 22,5 ha em média cada um, dos quais, oito deles têm suas terras fracionadas entre terras altas e secas e terras baixas de banhado (figura 22). Em vermelho é apresentado o limite do assentamento, em amarelo a divisão dos 10 lotes (incluindo as terras fracionadas na divisa leste, com cerca de 3,5 ha cada), e, por fim, em roxo, o lote da Família Chirca Silva.

Figura 22 – Assentamento Missões do Alto Uruguai.

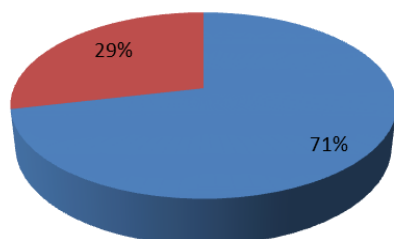


Elaboração: CABRAL; CUNHA, 2018.

Um retrato geral do assentamento mostra que o acesso, desde a sede do município, é por via municipal não pavimentada, somando aproximadamente 30 km, estruturada de acordo com o gráfico 01. Contudo, esta via apresenta estado de conservação deficitário, dificultando o acesso aos lotes em períodos chuvosos. Já a situação do saneamento básico, destino do lixo, acesso à água, eletrificação rural e condições de moradia são apresentados nos gráficos 02 a 08, respectivamente. Cabe ressaltar que estes dados e gráficos foram cedidos pelo escritório regional da Emater/RS de Hulha Negra, a partir de material interno construído através do diagnóstico do assentamento pelo Programa de Ates/RS⁵⁶ em 2015, cedido via email.

⁵⁶ “O programa de ATEs é um serviço criado pelo INCRA para prestar assessoria técnica, social e ambiental para as famílias assentadas pela reforma agrária, de forma integral e continuada.” Disponível em: <http://ates-rs.webnode.com/sobre-nos/>. Acesso em: 27 set. 2017.

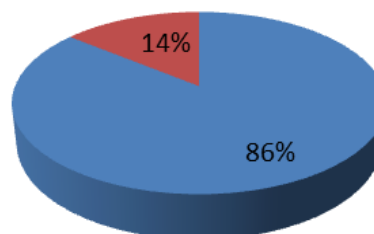
Gráfico 01 – Estrutura da via de acesso ao assentamento.



■ NAO ■ SIM

Fonte: Emater – Hulha Negra/RS.

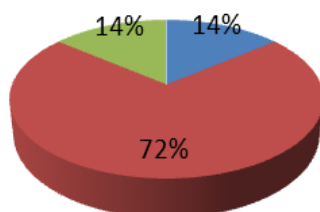
Gráfico 02 – Esgoto sanitário.



■ F. SEPTICA/SUMIDOURO ■ PATENTE

Fonte: Emater – Hulha Negra/RS.

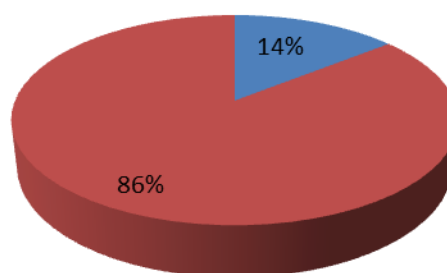
Gráfico 03 – Estrutura águas servidas.



■ C. DE GORDURA/F. SEPTICA/SUMIDOURO
 ■ C. DE GORDURA/SUMIDOURO
 ■ CEU ABERTO

Fonte: Emater – Hulha Negra/RS.

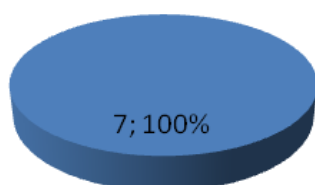
Gráfico 04 – Destino do lixo seco.



■ BURACO ■ QUEIMADO

Fonte: Emater – Hulha Negra/RS.

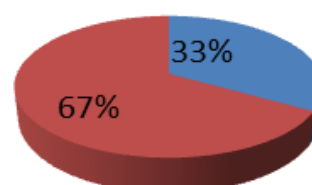
Gráfico 05 – Acesso à água de qualidade.



■ sim

Fonte: Emater – Hulha Negra/RS.

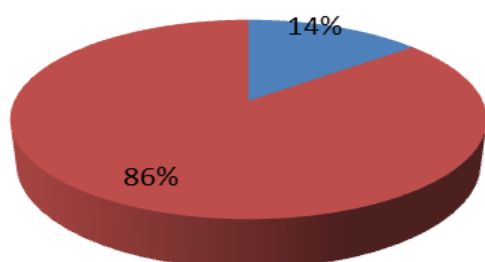
Gráfico 06 – Problemas na eletrificação rural.



■ NAO ■ SIM

Fonte: Emater – Hulha Negra/RS.

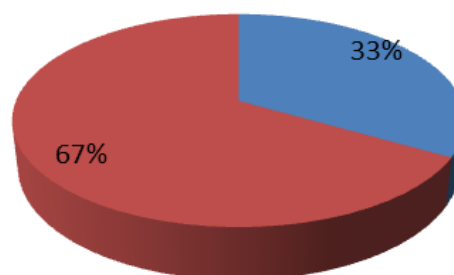
Gráfico 07 – Acesso à Moradia.



■ Sem casa ■ Com casa

Fonte: Emater – Hulha Negra/RS.

Gráfico 08 – Tipo de construção.



■ Alvenaria ■ Mista

Fonte: Emater – Hulha Negra/RS.

Os gráficos revelam que a infraestrutura do assentamento é relativamente boa, apresentando alguns problemas pontuais. Dos dez lotes, apenas sete estão ocupados, já que três famílias optaram por voltar para seus municípios de origem⁵⁷. O saneamento básico apresenta problemas com esgoto sanitário e águas servidas, que ainda não têm destino correto, como o caso de escoamento a céu aberto, já o problema com a queima de lixo seco foi resolvido, a prefeitura municipal de Hulha Negra passou a recolher o lixo uma vez por semana (Informação verbal)⁵⁸.

A água é distribuída através de um sistema interno no qual uma bomba abastece os lotes com a água extraída de dois poços artesianos. Contudo, este sistema apresenta problemas como a queima desta bomba, que impede que a água chegue até as famílias. Foi a situação observada durante o trabalho de campo realizado em janeiro de 2017, fazendo com que os membros da família precisassem improvisar formas de acessar água potável, como buscar em uma nascente (7 km de distância), água para beber e cozinhar. A água utilizada em outras atividades como banho, limpeza da casa, dessedentação animal, era acessada a partir dos açudes presentes no lote, construídos a partir de créditos de políticas públicas.

100% das famílias possuem comunicação móvel e eletrificação rural, mas 67% delas apontaram problemas com queda da energia, relacionados à voltagem. Por fim, observa-se a predominância de casas mistas (madeira e alvenaria) e, duas

⁵⁷ As razões para este retorno estão ligadas às dificuldades encontradas pelas famílias para se reproduzirem socialmente, segundo informações orais da família Chirca Silva.

⁵⁸ Família Chirca Silva, trabalho de campo, Jan./2017.

famílias ainda permanecem, como em 2015, sem moradia adequada, habitando barracos construídos com lonas e restos de materiais de construção.

Conhecendo o assentamento, nos concentremos na família objeto deste estudo. Composta por três membros (pai, mãe e filho), a família Chirca Silva está assentada no local há 28 anos, dos quais se dedicaram ao policultivo de autoconsumo, produção de leite. Durante 18 anos, também, se dedicou à produção de sementes agroecológicas para a Bionatur, da qual participaram como uma das 12 famílias fundadoras. A relação atual com a Bionatur será tratada no próximo capítulo, quando discutiremos a realidade dessa família.

A Bionatur é uma organização de agricultores assentados de reforma agrária e produtores de sementes de diversas espécies vegetais, como olerícolas, forrageiras, ornamentais, e grandes culturas produtoras de grãos. Bionatur é a marca comercial das sementes, criada em 1997 [...] tendo seu início com um grupo de 12 agricultores assentados no município de Hulha Negra (RS), que se propuseram a mudar do cultivo tradicional de sementes para produzirem sementes de hortaliças em manejo agroecológico.” (DA CAS, 2015, p. 480).

Seu lote é o de número sete, que pode ser observado no croqui do assentamento na figura 22 da página 178. Está estruturado entre área de produção (incluindo os 3,22 ha de terras baixas de banhado, do total de 21 ha), divida entre curral, pastagens, lavouras e pousio; área de moradia com entorno composto por jardins, pomar, hortas, galpão e criação de pequenos e grandes animais para autoconsumo e comercialização de produtos (carne, leite, nata, queijo e ovos); áreas de reservatórios de água (açudes) e áreas protegidas (figuras 23 e 24).

Figura 23 – Mosaico: pastagem, curral.



Fonte: Trabalho de campo. Nov./2015.

Figura 24 – Mosaico: casa, jardim e horta, criação de pequenos animais, pomar, açude, área protegida (mata ciliar).



Fonte: Trabalho de campo. Nov./2015.

As fotografias revelam um lote estruturado, com moradia apropriada no âmbito da salubridade e conforto, necessários para uma sobrevivência digna. Suas áreas de produção, tanto para autoconsumo quanto para comercialização, são constituídas de forma que todo o terreno seja aproveitado, o que tornaria o lote eficiente no sentido de garantir o sustento familiar. Portanto, pomar, horta, açudes, colmeias, lavouras e infraestrutura geral estão consolidados, permitindo que o lote seja caracterizado com uma agricultura de base familiar e policultora.

Nesse sentido, apresentamos o mapa mental (figura 25) construído pela família Chirca Silva no trabalho de campo realizado em janeiro de 2017, bem como o croqui do lote (figura 26).

Figura 25 – Mapa mental.

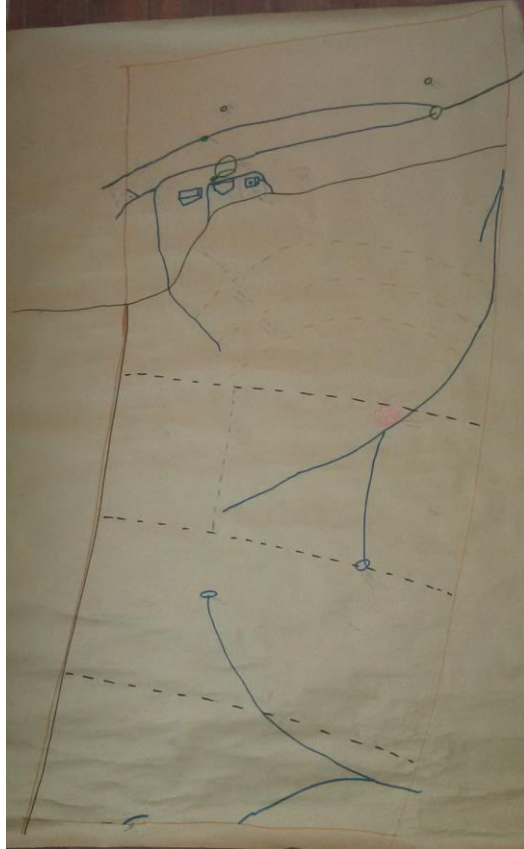
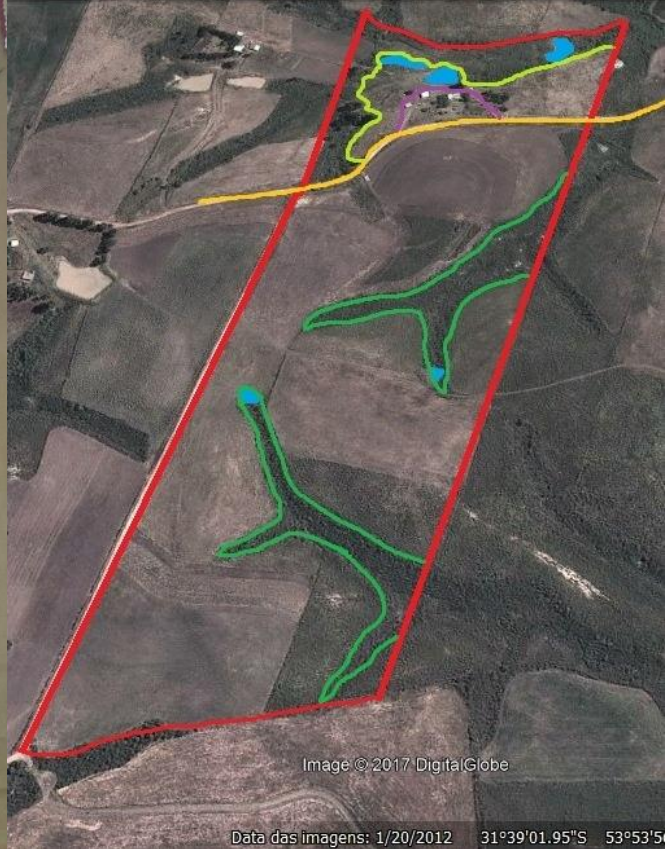


Figura 26 – Croqui do lote.



Fonte: Alecsandra Cunha/2017.

Fonte: Google Earth/2012.
Adaptado por: Alecsandra Cunha

O mapa mental é uma ferramenta constituinte das metodologias participativas e, tem como principal objetivo, apresentar como os lugares são compreendidos a partir dos atores sociais locais. Pensando o lugar como espaço vivido, que faz parte do universo camponês, os mapas mentais partem de uma dada realidade: “Os mapas mentais contêm saberes sobre os lugares que só quem vive neles pode ter e revelar.” (NOGUEIRA, 2002, p. 125).

Apesar da simplicidade do desenho construído por meio do mapa mental, a representação dos principais elementos, assim como suas especificidades, estão ali presentes. Esta afirmação se corrobora, por exemplo, ao representar no mapa as

“barrocas⁵⁹” encontradas no lote, que estão também presentes na região. As “barrocas” são locais de drenagem de águas superficiais que, de acordo com o uso do solo no entorno, sofrem maior ou menor desgaste, ou seja, são as voçorocas, termo técnico para denominá-las. Se o solo ao redor tiver uma boa infiltração, terá menor escoamento superficial para a voçoroca e ela tende a se estagnar.

“Quando chegamos aqui, as barrocas estavam com a vegetação toda queimada, porque tinham colocado fogo para manejar o solo e queimou tudo, onde ia plantar e onde não ia também. Mas aprendemos que colocar fogo não era um bom manejo para o solo e aprendemos que a produção orgânica e diversificada ajudava a infiltrar mais a água por dentro do solo, e aí não escorria mais para as barrocas, fomos cuidando e hoje elas estão assim, com árvore de até três/quatro metros de altura”. (Informação verbal)⁶⁰.

Algumas vezes, os agricultores que vivem sob uma perspectiva agroecológica, não conhecem o termo técnico e nem explicações científicas para fenômenos observados na natureza, mas geralmente conhecem formas de evitá-los e/ou recuperar áreas que apresentam processos e impactos nocivos ao ambiente. A estagnação das voçorocas ou “barrocas”, presentes no lote da família Chirca Silva, foi possível a partir do manejo feito por eles logo que ali chegaram, fundamentados em um saber tradicional aliado ao saber técnico em que começavam a se inserir.

Assim como a representação dos poços de água ou açudes, que também abastecem a propriedade (além da água do poço artesianos do sistema interno do assentamento), apontando o uso que pode ser feito de acordo com o nível de salobridade da água de cada um deles. Estes são conhecimentos que podem até ser alcançados a partir de estudos científicos, mas são conhecimentos intrínsecos àqueles que vivem na/da terra naquele lote.

Portanto, o mapa mental nos revelou um lote bem estruturado e aproveitado. As áreas de lavoura foram representadas a partir da divisão estabelecida para os diversos itens cultivados como sorgo, cana-de-açúcar, milho, aveia, pasto e etc. Assim como a infraestrutura de moradia e entorno, com horta, pomar, curral, galpão; a estrada que corta o lote, as águas disponíveis através dos açudes, as áreas protegidas e etc.

⁵⁹ “Barrocas” é um termo utilizado por pessoas que vivem na região norte do estado do Rio Grande do Sul, origem de boa parte dos assentados da região de Hulha Negra. Representa um local impedido ao manejo da agropecuária por apresentar-se como um terreno muito acidentado. (Família Chirca Silva, Trabalho de Campo, Jan./2017).

⁶⁰ Família Chirca Silva, Trabalho de Campo, Jan./2017.

Para efeito de comparação, no croqui apresentado a partir da imagem do Google Earth Pro, é possível perceber que ele guarda semelhanças consistentes com o mapa mental construído pela família, o que demonstra que ela conhece muito bem o lote, seus usos, sua distribuição, proporções e etc., fator fundamental para sua gestão.

6.2 ÁREA DE ESTUDO – URUGUAI

O *predio* da família Chirca Pérez está localizada na “Colonia Ingeniero Agronomo J. C. Molinelli”⁶¹, 6 Km ao norte da sede do município de San Jacinto/Canelones-Uruguai, no sul do país, a 50 Km de Montevideo, com acesso pela Ruta 7 à capital. O nível hierárquico municipal foi criado no Uruguai há pouco menos de uma década:

En 2010 se abre un nuevo escenario político institucional de carácter nacional con la Ley 18.567 de Descentralización y Participación Ciudadana, que define la existencia de un tercer nivel de gobierno con una autoridad local que denomina “municipio”. Los municipios se conforman como estructuras de representación política en tanto unidades territoriales de al menos dos mil habitantes, con personalidad tanto social como cultural y que faciliten la participación ciudadana. El concejo municipal es un órgano colegiado integrado por cinco miembros elegidos popularmente, cuyo alcalde es el miembro más votado. (CANELONES, s/d⁶²).

Nesse sentido, San Jacinto passa a integrar o departamento de Canelones enquanto município, assim como: La Floresta, Tala, Toledo y 18 de Mayo, Canelones, Ciudad de la Costa, Aguas Corrientes, Barros Blancos, Atlántida, Nicolich, Parque del Plata, San Antonio, San Bautista, San Ramón, La Paz, Las Piedras, Empalme Olmos, Los Cerrillos, Pando, Megues, Paso Carrasco, Montes, Salinas, Progreso, Santa Lucía, Santa Rosa, Suárez, Soca e Sauce (figura 27).

⁶¹ Colônias são as áreas designadas ao assentamento de famílias de trabalhadores rurais, ao contrário do Brasil em que as famílias assentadas podem vir a possuir a terra, a partir do seu pagamento, os *predios* em que são divididas as colônias uruguaias são entregues às famílias de agricultores mediante um pagamento semestral, que funciona como um arrendamento. Na falta do pagamento durante determinado tempo, a terra é requerida, são indenizadas as benfeitorias, e então a terra é entregue a uma nova família, que passa a ter o compromisso do pagamento do arrendamento. Informação oral obtida em entrevista a funcionários do Instituto de Colonización del Uruguay (Dez./2017).

⁶² CANELONES. Gobierno de Canelones. **Municipios**. Disponível em: <https://www.imcanelones.gub.uy/conozca/gobierno/municipios>. Acesso em: 16 out. 2017.

Figura 27 – Divisão política – municípios de Canelones.



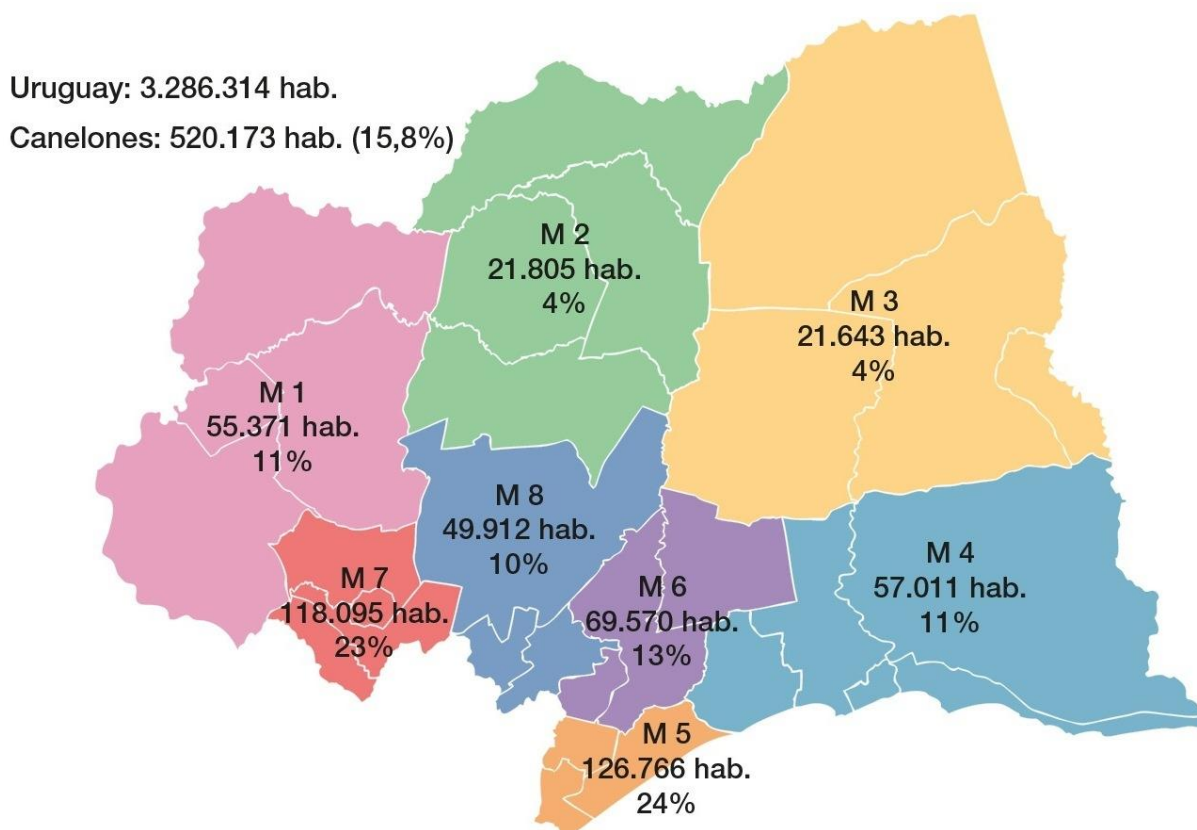
Fonte: <https://www.imcanelones.gub.uy/conozca/gobierno/municipios>.

A Microrregião 3 ou Nordeste de Canelones, representada na figura 26 em amarelo, abriga os municípios de San Jacinto, Migueles, Montes e Tala, ocupando cerca de 26,9% do total da extensão do departamento, sendo a maior entre todas. Segundo o site oficial do Governo de Canelones (CANELONES, s/d.), a Microrregião Nordeste possui algumas peculiaridades como o fato de apresentar a maior porcentagem de colonos (população assentada) no meio rural, cerca de 34% do total de colonos de Canelones, além da população mais envelhecida. Outro fator interessante que aparece nesta microrregião é a baixa densidade demográfica de seus municípios. Esses fatos podem ser explicados a partir da proximidade com Montevideo, favorecendo a migração da população jovem para o meio urbano, uma tendência no meio rural uruguaio e brasileiro.

San Jacinto possui 6.691 habitantes, bem equilibrado entre homens – 50,8%, e mulheres – 49,2%, apresentando densidade demográfica de 24,5 hab./Km², e população urbana de 72,7%, produzindo grandes vazios demográficos no meio rural

(CANELONES, s/d.). A baixa densidade demográfica é característica observada em toda a Microrregião 3, da qual faz parte o município, como mostra a figura 28.

Figura 28 – Densidade demográfica de Canelones por Microrregião.



Fonte: <https://www.imcanelones.gub.uy/conozca/gobierno/municipios>.

A sede do município, ou seja, sua área urbana, se localiza no cruzamento das Rutas 7 e 11, apresentando fácil acesso às diversas direções. Na figura 29, vista aérea da cidade, pode-se observar este cruzamento, sendo a Ruta 7 aquela que aparece no sentido horizontal, ligando o município ao norte, à cidade de Tala e, ao sul, à Montevideo. E a Ruta 11, na transversal da Ruta 7, levando ao sudeste até Atlántida e, à cidade de Santa Rosa, a oeste. Além disso, a figura 30 mostra suas ruas pacatas, característica marcante de cidades interioranas, apesar de sua proximidade com Montevideo.

Figura 29 – Vista aérea da sede de San Jacinto.



Figura 30 – Rua central da sede de San Jacinto.



Fonte: <https://www.imcanelones.gub.uy/conozca/gobierno/municipios>. Fonte: Alecsandra Cunha – Dez./2017.

San Jacinto está localizado na chamada “Corona del Área Metropolitana”, contudo, devido à distância de 50 km, é considerado como “Uruguay profundo”. Essas nomenclaturas estão expostas no documento do Plan de Ordenamiento Rural de Canelones-Ruralidades Canarias da Secretaria de Planificación del Gobierno de Canelones (CANELONES, 2017). Segundo a Memória apresentada nesse plano, o município faz parte de uma região que sempre esteve voltada para a produção de alimentos para abastecimento da capital, desde sua efetiva ocupação pelos colonos.

Ainda em meados do séc. XIX esta área era pouco habitada, pois fazia parte de grandes estâncias, terras concedidas pelo governo a alguns homens de seu interesse. Após o processo de cercamento dos campos uruguaios, esta foi uma das áreas destinadas às famílias de trabalhadores rurais (posseiros, agregados, empregados, entre outros) expulsas das grandes propriedades. Com o intuito de desenvolverem uma agricultura de pequeno porte que abastecesse a capital e, não concorresse com a principal atividade econômica do país, a pecuária. Contudo, estas famílias não conheciam o trabalho e as técnicas da agricultura, já que eram, tradicionalmente, pecuaristas. Grande parte acabou se destinando à capital, saturando, ainda mais, a cidade e contribuindo para problemas sociais e ambientais no meio urbano. Atualmente, 70% da população uruguaia vive em Montevideo: “Junto con los cambios apareció el malestar social: el alambramiento favoreció la desocupación y con ella la miseria.” (GUADALUPE; LASA, 2015, pg. 08).

Diante do insucesso deste plano do governo, mais adiante já no final do séc. XIX, houve outra iniciativa de ocupação da área através da chegada de imigrantes. O movimento migratório em evidência naquele momento apresentava os primeiros colonos, em grande parte, imigrantes italianos e canários. Eles se dedicavam à policultura para autoconsumo e ao cultivo de uvas para produção de vinho. Aqui está uma das justificativas para o desenvolvimento de uma agricultura produtiva e diversificada, capaz de atender os centros urbanos próximos e, principalmente, Montevideo. Explica também a grande presença de vinhedos na região de San Jacinto e municípios vizinhos.

[...] En 1880 se sanciona una Ley que autoriza al Poder Ejecutivo a formar colonias o ayudar a empresas de colonización. [...] Se consagra a ese respecto el derecho de expropiación por causa de utilidad pública y en decreto de 1882 dispone que: "...tierras fiscales ocupadas por arrendatarios pueden destinarse a la formación de colonias agrícolas..." [...] Por Ley de 1889 el Estado promulgó leyes que autorizaban al Poder Ejecutivo a emprender la colonización o prestar su concurso subsidiario a las empresas privadas de colonización, a las cuales les otorgaba diversas excepciones fiscales. (GUADALUPE; LASA, 2015, p. 09).

Assim tem início o processo de ocupação da área, através da colonização por imigrantes. Mais tarde, estes colonos imigrantes promoveram a chegada, à região, de parentes que permaneceram na Europa e começaram a sentir os primeiros rumores da primeira guerra mundial. A partir disto, no início do séc. XX, já predominavam culturas de trigo, milho, batatas, abóboras, cevada, videiras, entre outras.

El Estado implementó medidas con el fin de paliar las dificultades de la clase más desposeída, darle un lugar a los desocupados sin tierra y a los inmigrantes que llegaban al país; se fomentó la agricultura y se crearon escuelas para disciplinar a ese grupo humano que potencialmente pudiese crear problemas. (GUADALUPE; LASA, 2015, p. 11).

Portanto, no decorrer da primeira metade do séc. XX, a região onde se situa hoje San Jacinto, viu suas terras serem ocupadas por colônias promovidas pelo governo, assim como diversas políticas públicas e legislação, visando consolidar a reprodução social dos imigrantes que passaram a colonos. Assim, ocupar as terras da campanha, criar um cinturão de produção de alimentos no entorno de Montevideo e, manter a população do campo disciplinada, parecem estar entre os principais

motivos apontados em alguns trabalhos publicados⁶³, para a implementação de leis e programas que incentivaram o desenvolvimento de uma pecuária e agricultura familiar camponesa na região.

É importante ressaltar que o programa de colonização uruguaio não é semelhante ao processo de reforma agrária presente no Brasil. Segundo Achkar⁶⁴, o modelo de acesso à terra utilizado no Uruguai não pode ser considerado um processo de reforma agrária, já que os colonos não podem alcançar a propriedade definitiva da terra. Nesse sentido, foi criado o Instituto Nacional de Colonización do Uruguai em 1948, contudo desde 1913 já havia uma equipe no governo responsável pelo assentamento das famílias colonas.

La política de colonización consiste básicamente en facilitar el acceso de la tierra con seguridad en la tenencia, a los aspirantes a colonos a través de dos modalidades: a) arrendamiento de predios, con un valor de renta de la tierra que es inferior al que presenta el mercado, el cual es fijado en función de los precios de los productos agropecuarios que producen los predios, los cuales definen una serie de canastas que determinan las tipificaciones de renta; b) venta de predios financiados a plazo, esta modalidad dejó de utilizarse desde el año 2005. (TOLEDO et al. 2017, pg. 06-07).

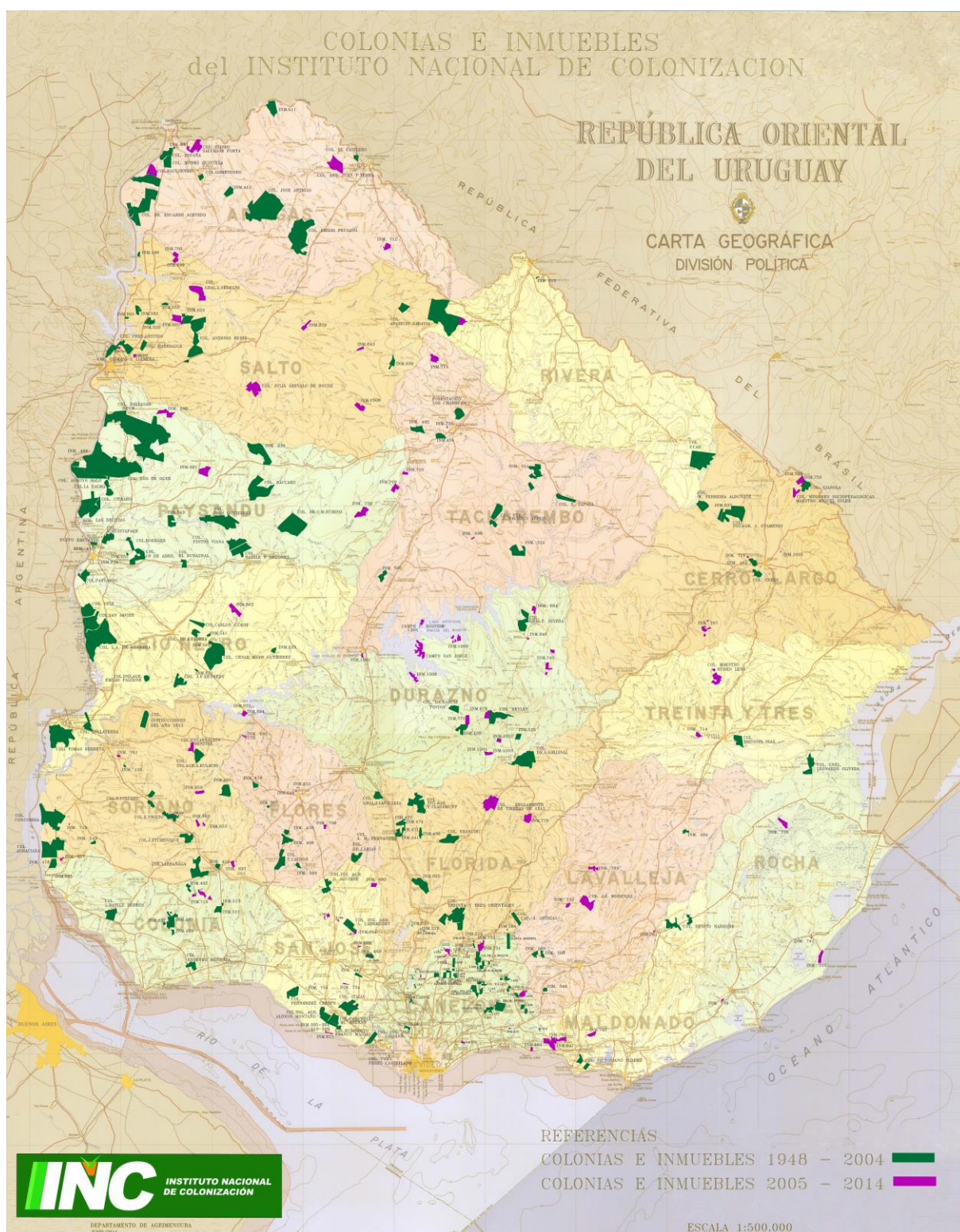
Enquanto no Brasil, a terra é acessada através da Reforma Agrária, na qual as famílias são assentadas em lotes que formam assentamentos, podendo pagar por esta terra, sob condições especiais e, assim, alcançar a escritura de propriedade. No Uruguai, as famílias são assentadas em *colonias*, as quais também são divididas em *predios* arrendados, em que o pagamento é feito semestralmente (TOLEDO et al. 2017).

A figura 31 apresenta as colônias presentes no Uruguai atualmente. Nota-se que as colônias marcadas em verde, datadas de 1918 à 2001, formam a maioria. Atualmente, o processo de expansão de colônias é muito tímido, já que não existem terras disponíveis para sua implantação, e ainda, grandes porções de terras uruguaias são vendidas ao capital transnacional para implantação da silvicultura, principalmente.

⁶³ Ver: Guadalupe e Lasa (2015), Achkar et al. (2016), Aljanat (1970), Bonfanti (2011), Piñero (2014), entre outros.

⁶⁴ Esta informação foi acessada em conversa informal com o Prof. Marcel Achkar no Laboratorio de Desarrollo Sustentable y Gestión Ambiental del Territorio-Geografía (LDSGAT – Udelar), em agosto/2017, um dos períodos em que a autora do trabalho desenvolveu sua Mobilidade Acadêmica, sob a orientação da Prof. Ana Dominguez, na Udelar, em Montevideo. As conversas informais que ocorreram durante toda a pesquisa foram devidamente registradas no Caderno de Campo e/ou gravadas em aplicativo de smartphone.

Figura 31 – Colônias Uruguaias.



Fonte: INC/2015 (site oficial).

Caso uma família colona venha a deixar de pagar a semestralidade (assim chamada pelos colonos e técnicos do INC), ela perderá o direito de viver e trabalhar naquela terra, é indenizada pelas benfeitorias feitas no predio e, outra família ali será assentada, passando a ter o dever de cumprir com as condições contratuais de colonização. Os valores de cada arrendamento vão depender de diversas variáveis como extensão territorial, localização, tipo de atividade desenvolvida, assim como fatores naturais de solo, clima, relevo e etc. Assim, a partir da consolidação do Instituto Nacional de Colonización, de políticas públicas e legislação voltada para o tema, as colônias uruguaias se desenvolveram dentro de suas possibilidades.

A região de San Jacinto já contava com algumas colônias estabelecidas, quando outro momento marcante ocorreu, a chegada do frigorífico que ali se instalou, utilizando, inclusive, o nome do local (Figura 32). Suas atividades tiveram início no ano de 1962, com produção de carne refrigerada voltada para o mercado interno, entretanto, a partir de investimentos visando aumento da produção e produtividade, aperfeiçoamento e modernização, o Frigorífico San Jacinto alcançou o mercado internacional, já em 1964 (Site Oficial Frigorífico San Jacinto, s/d).

Figura 32 – Frigorífico San Jacinto às margens da Ruta 7.



Fonte: Alecsandra Cunha – Jul./2017.

Sua importância se deu a partir da dinâmica de ocupação do seu entorno, provocada pela sua chegada, já que este fato abria possibilidades de grande número

de empregos. Este foi, inclusive, o motivo que levou a família Chirca Pérez a pleitear uma área na colônia próxima ao frigorífico para que um deles pudesse ali trabalhar. A unidade de produção desta família está localizada em frente ao local em que se iniciam as terras do frigorífico.

O frigorífico mantém sua importância para a economia regional até atualmente, é uma indústria de grande porte, um dos principais frigoríficos do país, que dinamiza a economia regional através dos empregos que proporciona, o que eleva o poder de compra dos habitantes da região (CANELONES, s/d), gerando a maior parte das atividades comerciais locais. Contudo, o frigorífico também traz alguns problemas para os colonos do seu entorno, este tema será abordado no capítulo 8 que trata da análise dos resultados obtidos com a família uruguaia.

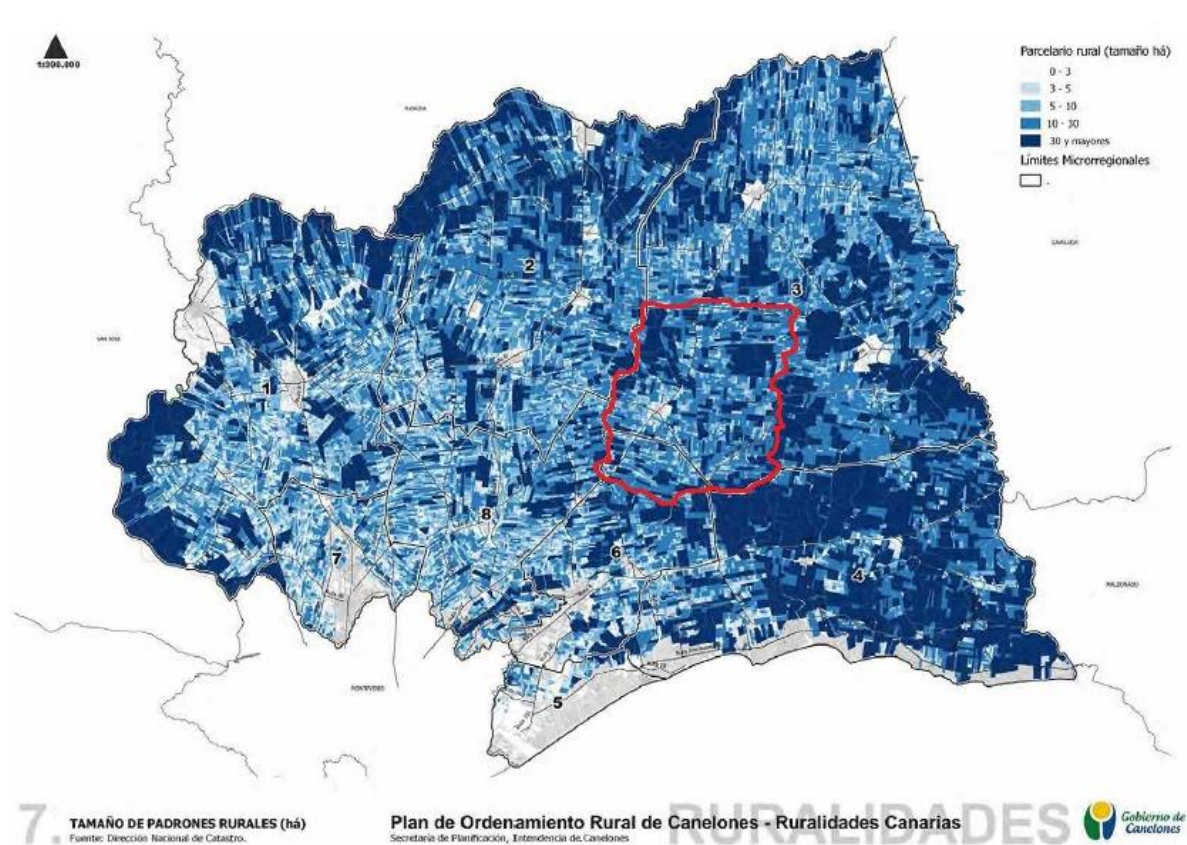
A economia do município se baseia, então, nas atividades agropecuárias do setor primário (8% do PIB), no setor secundário (38% do PIB) e o setor terciário (54% do PIB). Estes dados corroboram as informações anteriormente expostas, no âmbito dos vazios demográficos do meio rural do município. Como é tendência em todo o país, a área urbana e algumas áreas industriais do município lideram a economia, já que apenas 27% de sua população vive e trabalha no campo (CANELONES, 2017).

Esta pequena população rural está distribuída em propriedades/colônias por todo município em áreas rurais, apresentando uma estrutura fundiária desconcentrada, diferentemente, da maior parte do país. Estas unidades de produção possuem padrões de extensões territoriais pequenos e médios, majoritariamente. Sendo que, 18% das propriedades possuem menos de 3 ha, 52% possuem de 4 a 10 ha, 28% possuem de 11 a 50 ha e, 2% possuem mais de 50 ha (Ibdem).

A figura 33 apresenta o padrão em extensões territoriais do Departamento de Canelones, com destaque para o município de San Jacinto, apresentado com seus limites em linha vermelha. Pode-se observar que é bem distinto dos padrões brasileiros, obviamente, as extensões territoriais dos dois países é uma explicação para tal fator. Contudo, segundo o diagnóstico do *Plan de Ordenamiento Rural de Canelones-Ruralidades Canarias* (CANELONES, 2017), esta distribuição um pouco mais regular de terras se deve, exatamente, às políticas públicas implantadas no início do século passado para o assentamento de imigrantes, permitindo que as grandes áreas adquiridas pelo governo com fins de colonização fossem

fragmentadas. Dessa forma, reorganizando o território em pequenas unidades de produção, os *predios*, que recebem as famílias imigrantes, agregando ao território, também, sua tradição camponesa.

Figura 33 – Estrutura fundiária Canelones e San Jacinto.



Fonte: Canelones (2017).

Adaptado por: Alecsandra Cunha – Jan./2018.

A imagem evidencia um dos temas que será tratado no capítulo 8, a reconcentração de terras no município, com implantação da silvicultura. As áreas que aparecem em azul mais escuro são aquelas nas quais as propriedades possuem mais de 30 ha, que para os padrões uruguaios, são médias e grandes extensões territoriais. Estão localizadas ao norte do município, muito próximas ao *predio*, objeto deste estudo.

A partir da compreensão do processo histórico de ocupação de San Jacinto, voltemos a atenção para sua caracterização fisiográfica. O território no qual está contido o município de San Jacinto, possui condições naturais muito semelhantes à

área de estudo no Brasil, no município de Hulha Negra, assim como algumas especificidades.

Segundo o Estudio Ambiental Natural do Uruguay, desenvolvido em 1992, através de um convênio firmado entre o governo uruguaio, a Organização dos Estados Americanos (OEA) e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), o país pode ser dividido entre dez regiões geomorfológicas (Figura 34).

A imagem apresenta o mapeamento destas regiões, das quais destacamos a região 6 – Fosa Tectónica del Santa Lucía, na qual está situado o município de San Jacinto. Esta formação está localizada sobre o Craton do Rio del Plata, constituindo o chamado *Lineamiento Santa Lucía-Aiguá-Merín*.

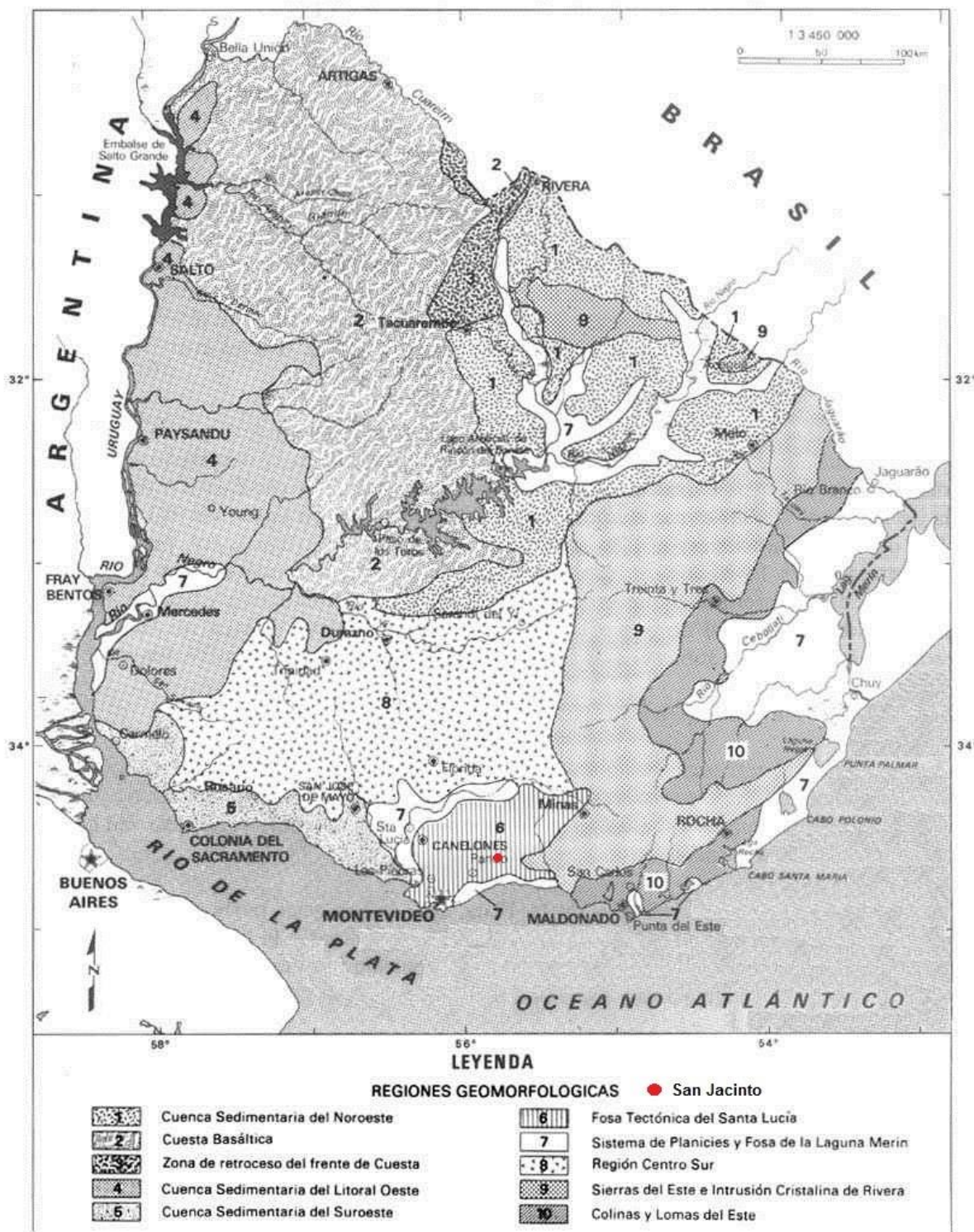
El Lineamiento Santa Lucía-Aiguá-Merín (SaLAM) constituye un corredor estructural de dirección general NE con más de 450 km de largo que se extiende atravesando el área cratónica del sudeste del Uruguay desde la desembocadura del Río de la Plata hasta la Laguna Merín [...]. (ROSSELLO et al. 2000, pg. 749).

O rebaixamento da área, provocado pela falha tectônica, formando um fosso de aproximadamente 450 km de extensão, possibilitou uma grande acumulação de sedimentos desde o final da Era Secundária (Cretáceo), e ainda durante o Terciário e Quaternário, formando grandes planícies sedimentares, que podem variar de levemente onduladas a onduladas.

La estructura geomórfica es la base que define el paisaje y los ecosistemas naturales uruguayos. La riqueza de las formaciones y el material basal han dado suelos y paisajes variados, con estructura ondulada y en algunas partes quebradas.

Este, portanto, é o tipo de relevo encontrado no município de San Jacinto, grandes planícies com presença de ondulações, como pode ser observado nas figuras 35 e 36, no qual todas as imagens foram capturadas no *predio* da família uruguaia.

Figura 34 – Regiões Geomorfológicas Uruguaias.



Fonte: Estudio Ambiental Natural/1992.
 Adaptado por: Alecsandra Cunha – Set./2017.

Figura 35 – Relevo do município de San Jacinto.



Fonte: Alecsandra Cunha – Jul./2017.

Figura 36 – Mosaico: relevo do município de San Jacinto.

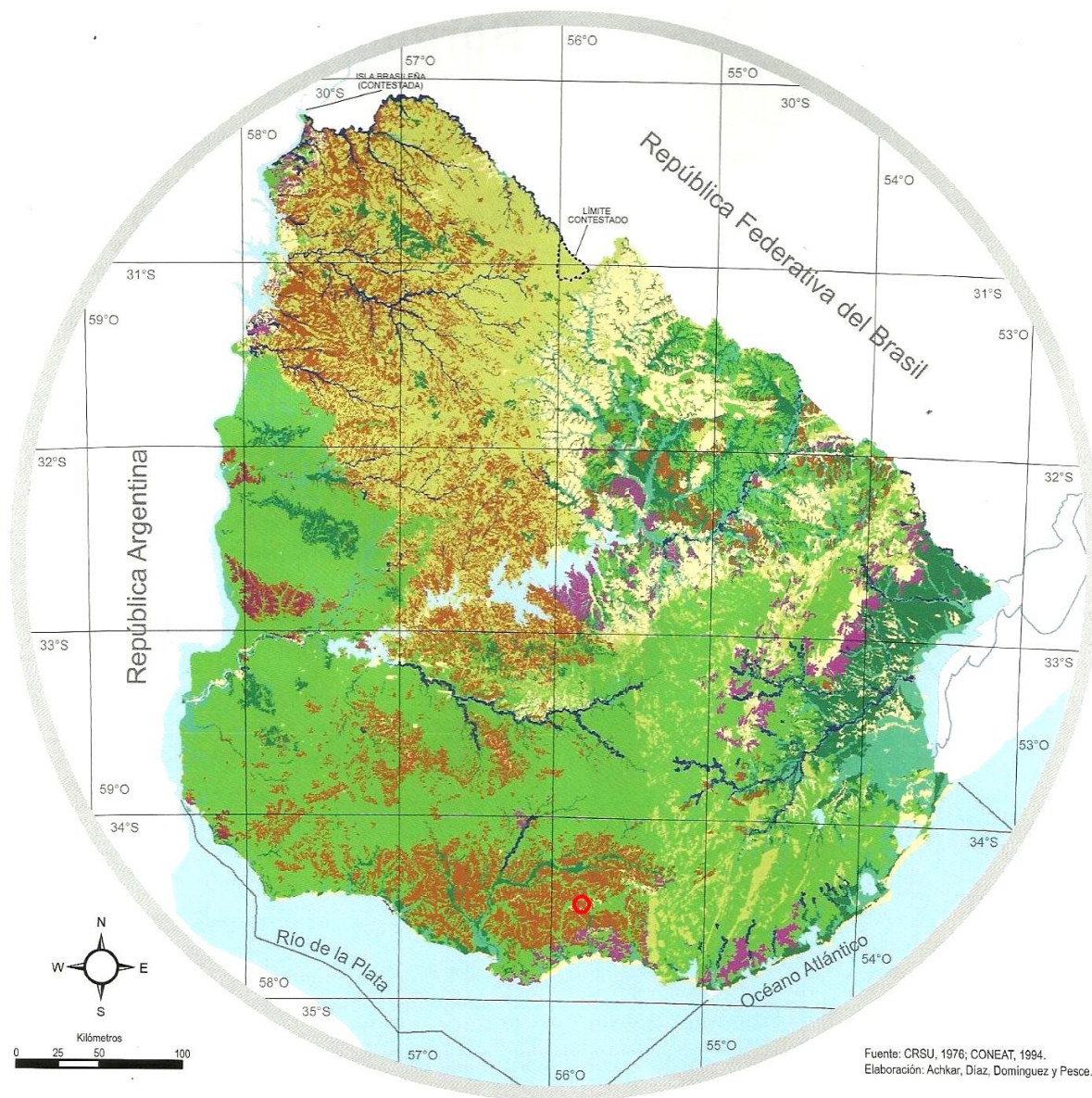


Fonte: Alecsandra Cunha – Jul./2017.

A partir dessas regiões geomorfológicas, apresenta-se uma grande diversidade de solos no território uruguaio. A figura 37 apresenta o levantamento apresentado por Achkar (et al. 2016), a respeito da distribuição dos solos no território uruguaio. O município de San Jacinto se localiza em uma área com abrangência de solos formados a partir da base sedimentar que encobre a Fosa del Santa Lucía. Apresentando, principalmente, três tipos de solos, os brunossolos, os

litossolos e os vertissolos⁶⁵, este último é o tipo de solo presente na área de estudo, assim como na área de estudo do Brasil.

Figura 37 – Distribuição dos tipos de solo no território uruguaio.



REFERENCIAS

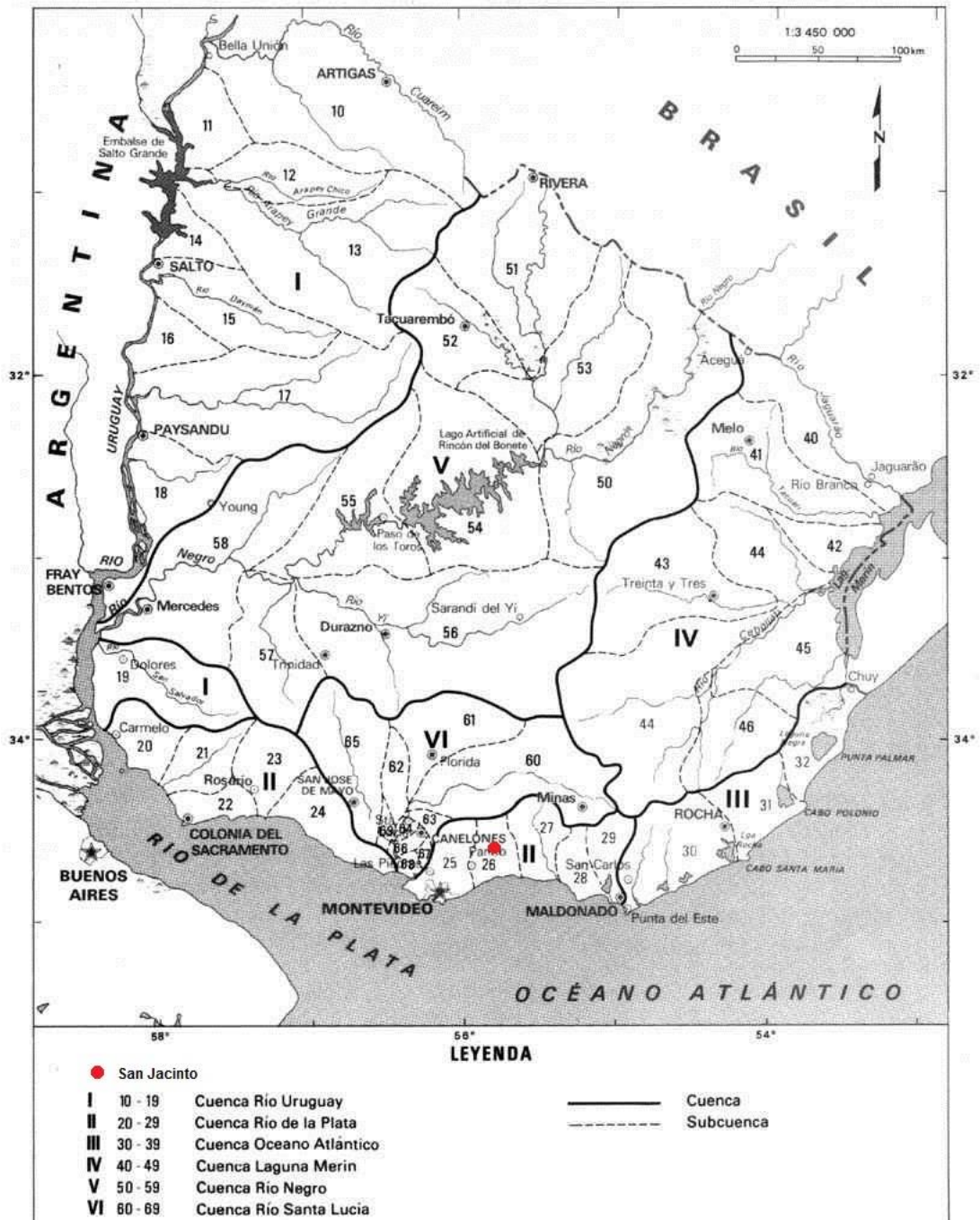
	San Jacinto		Fluvisoles		Vertissolos
	Argisoles		Gleysoles		Planossolos
	Argisoles-Brunossolos		Litossolos		Otros
	Brunossolos				

Fonte: Achkar (et al. 2016).
Adaptado por: Alecsandra Cunha – Set./2017.

⁶⁵ Suas características já foram apresentadas.

A localização das formações geomorfológicas uruguaias está em consonância com as seis grandes bacias hidrográficas do país: a do Rio Uruguai, a Rio del Plata (onde está localizado San Jacinto), a do Oceano Atlântico, a da Lagoa Mirim, a do Rio Negro e a Santa Lucía (Figura 38):

Figura 38 – Bacias hidrográficas uruguaias.

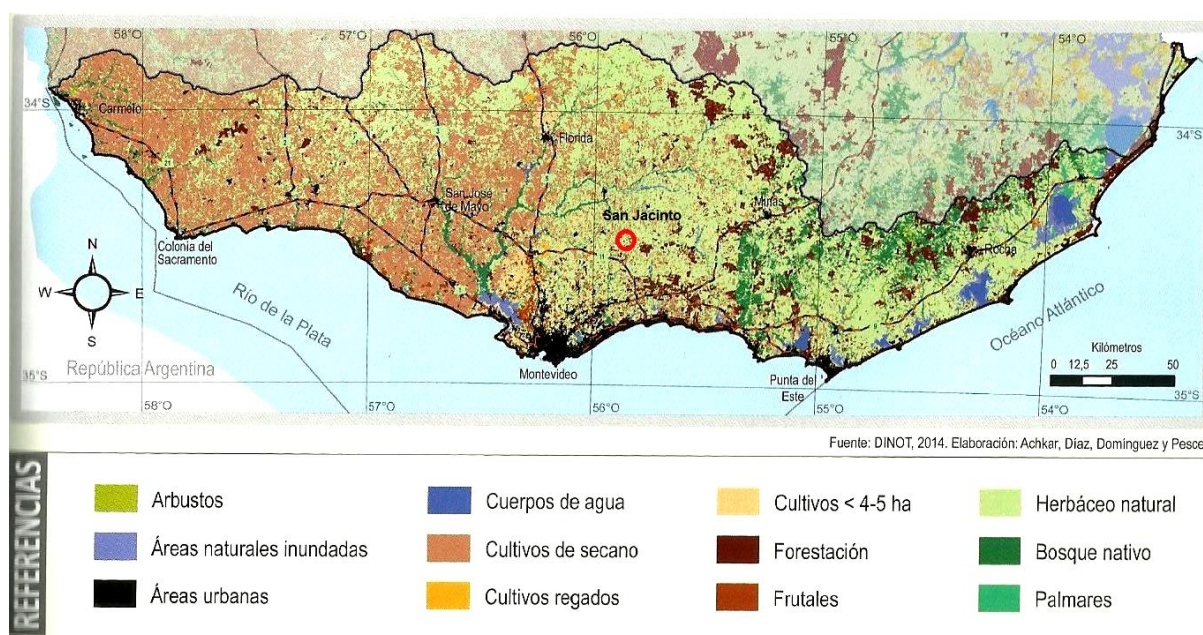


Fonte: Estudio Ambiental Natural/1992.
Adaptado por: Aleksandra Cunha – Set./2017.

A Bacia Hidrográfica do Rio del Plata é a mais povoada e populosa de todo o país. A figura 39 apresenta uma visão mais próxima desta bacia, desenvolvida por Achkar (et al. 2016, pg. 49), além do uso e ocupação do solo.

Se diferencian tres zonas de acuerdo a la intensidad del uso del suelo rural. Zona oeste: predominância de usos agrícolas intensivos (cultivos de secano). Zona central: integración de usos intensivos y pasturas (herbáceo natural). Zona este: integración de áreas de pastura y de bosques nativos.

Figura 39 – Bacia do Rio del Plata e Bacia do Oceano Atlântico.



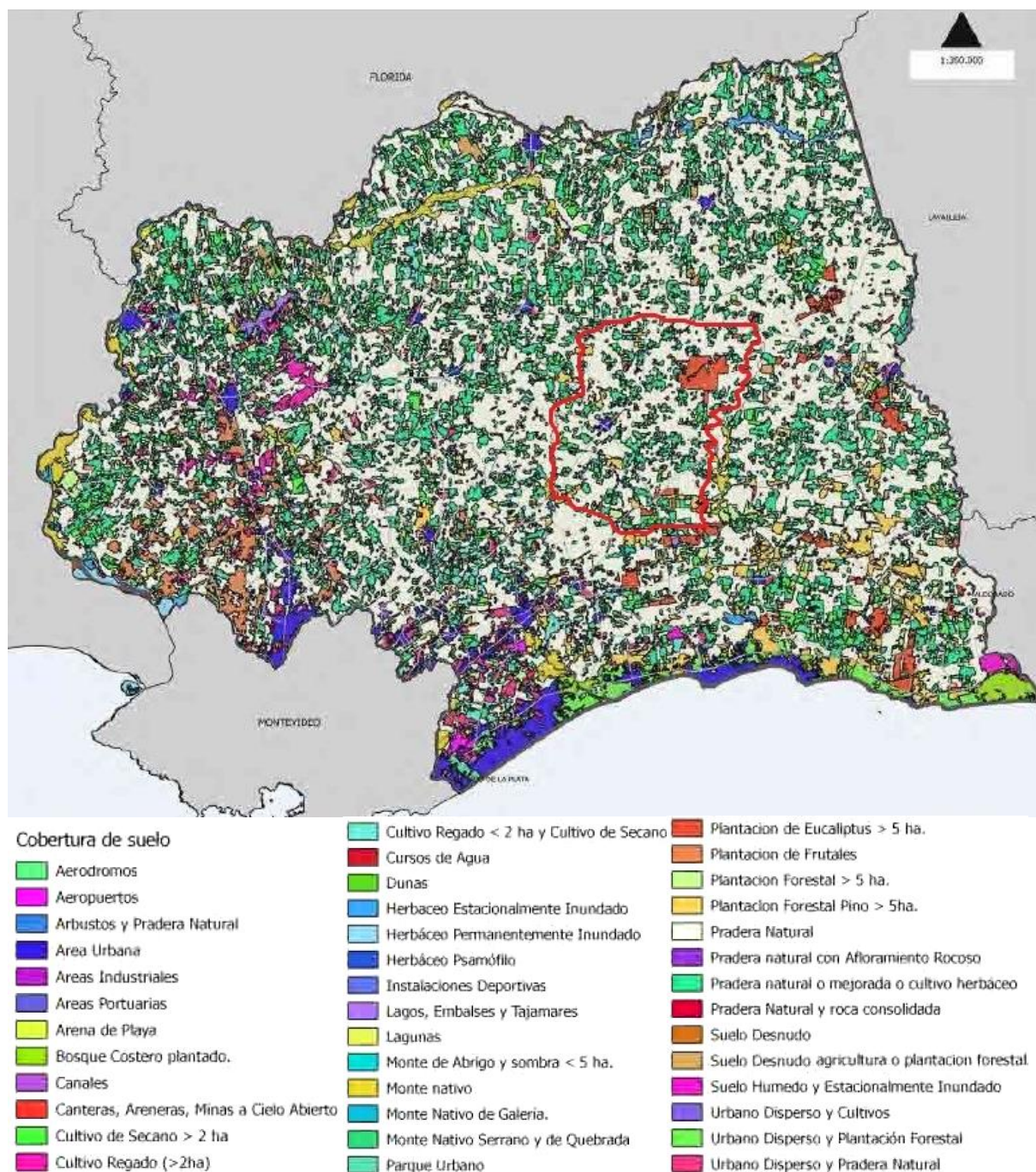
Fonte: Achkar (et al. 2016).
Adaptado por: Alecsandra Cunha – Set./2017.

Como pode ser observado na figura, San Jacinto está situado na zona central, na qual o uso intensivo do solo é uma realidade, sob o projeto hegemônico de alta produtividade e grande pressão sobre os recursos naturais, principalmente solo e água. Como já destacado, San Jacinto agrupa grande número de pequenas propriedades dedicadas à produção de alimentos para a Região Metropolitana de Montevideo.

Considerando que o uso e ocupação do solo do município é muito diverso, é importante ressaltar que originalmente, a cobertura vegetal ali encontrada era de pastos nativos. Atualmente, grande parte desta cobertura original foi alterada, tanto pelas áreas urbanas quanto a implantação de diversas atividades produtivas no

meio rural. A figura 40 detalha o uso e ocupação do solo do Departamento de Canelones, o limite do município de San Jacinto é representado em linha vermelha.

Figura 40 – Uso e ocupação do solo em Canelones e San Jacinto.



Fonte: Canelones (2017).

Adaptado por: Alecsandra Cunha – Jan./2018.

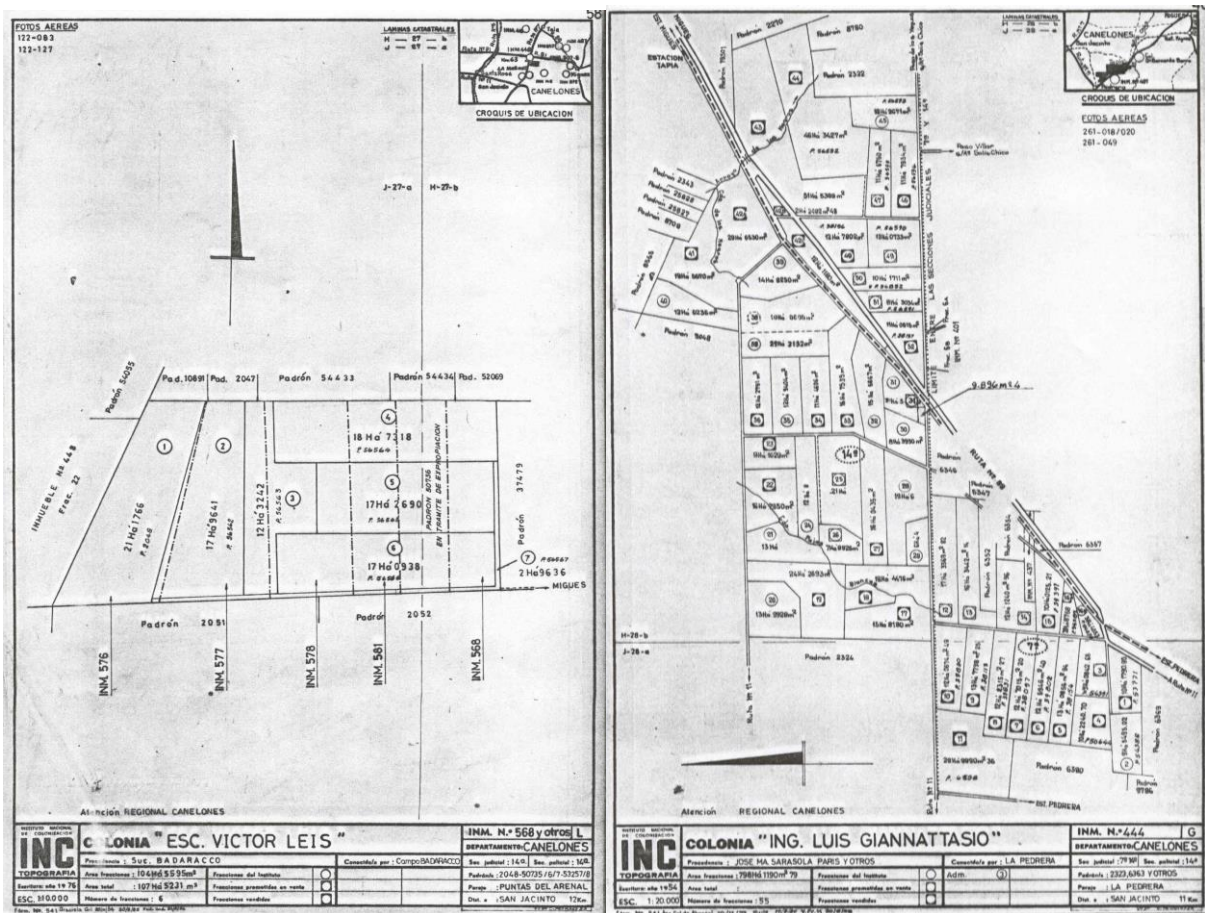
Em San Jacinto, portanto, encontra-se atualmente, uma gama de atividades produtivas e econômicas que ocupam o espaço geográfico municipal. De acordo

com a legenda, podem ser observadas área urbana, plantação de eucaliptos, plantação de pinus, pradarias naturais, também pradarias naturais melhoradas e cultivos herbáceos, solos desnudos, entre outros.

A maior parte dessas atividades não apresenta dificuldades em se desenvolver sob o clima da região, o temperado. Segundo Achkar (et al. 2016, p. 24/25): “Los inviernos son suaves, con temperaturas medias superiores a los 8°C. En los meses de verano, las medias se situán próximas a los 20°C, com precipitaciones que se distribuyen durante todo el año sin existir una marcada estacionalidad seca.” As atividades agrícolas do município estão, então, bem adaptadas às condições naturais, incluindo o clima.

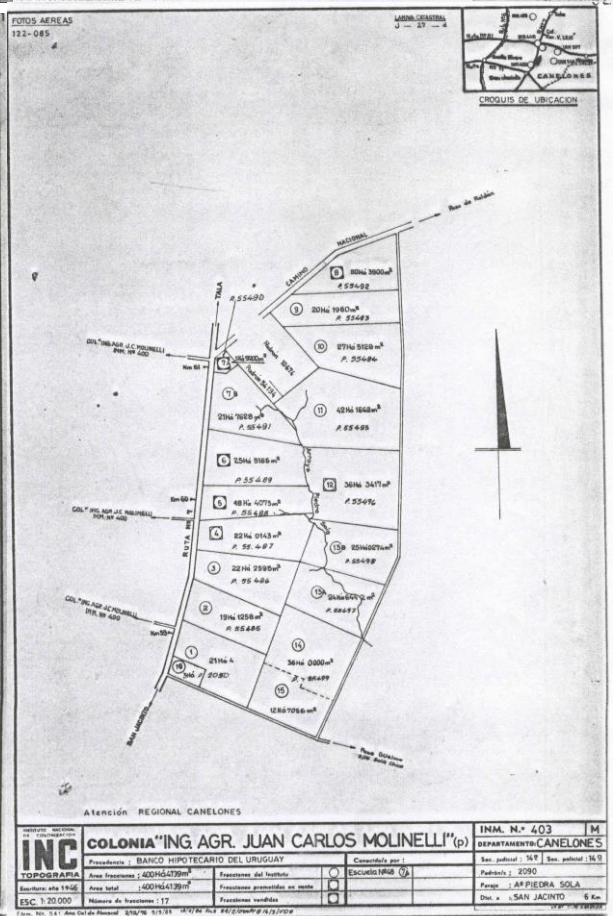
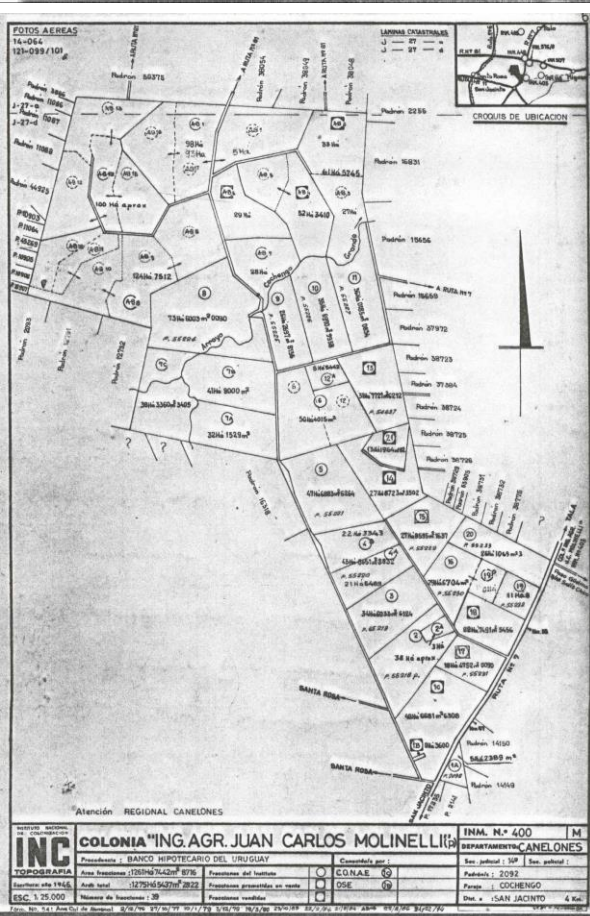
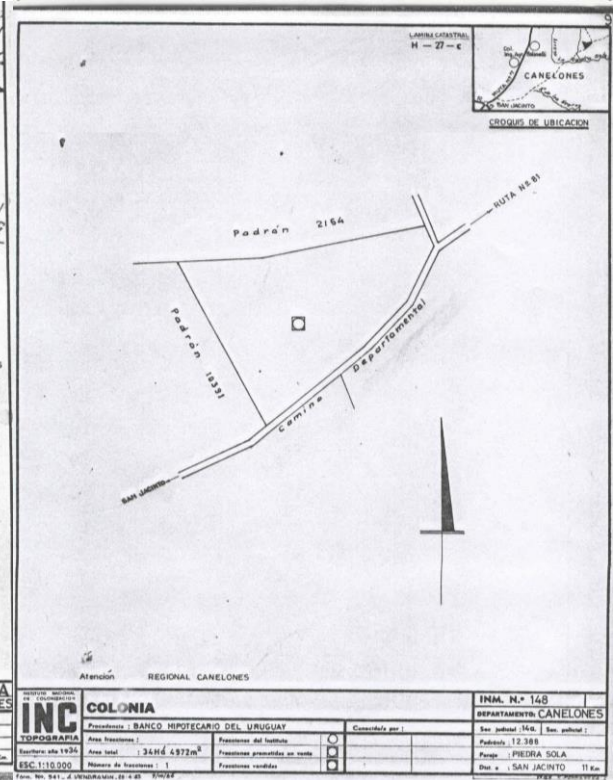
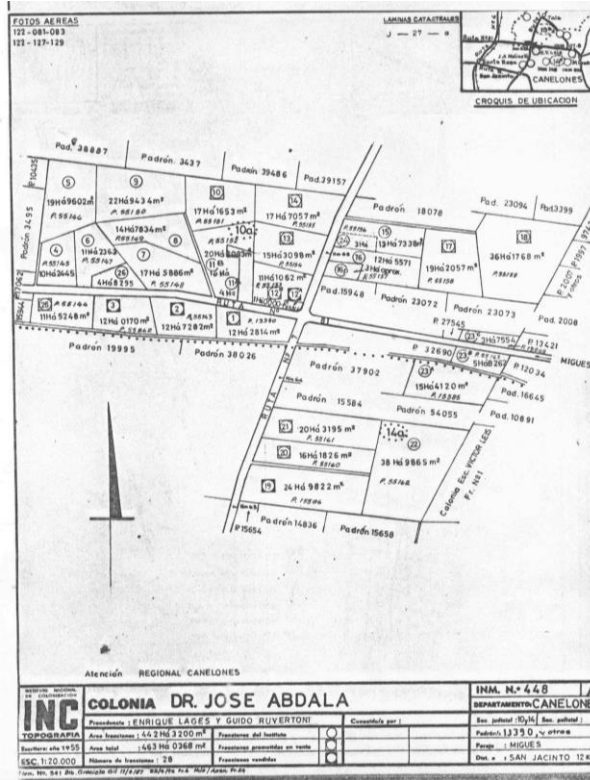
O município conta, atualmente, com cinco colônias, somando um total aproximado de três mil ha. As figuras 41 e 42 apresentam os croquis dessas colônias.

Figura 41 – Colonia Esc. Víctor Leis e Colonia Ing. Luis Giannattasio.



Fonte: INC/2015 (site oficial).

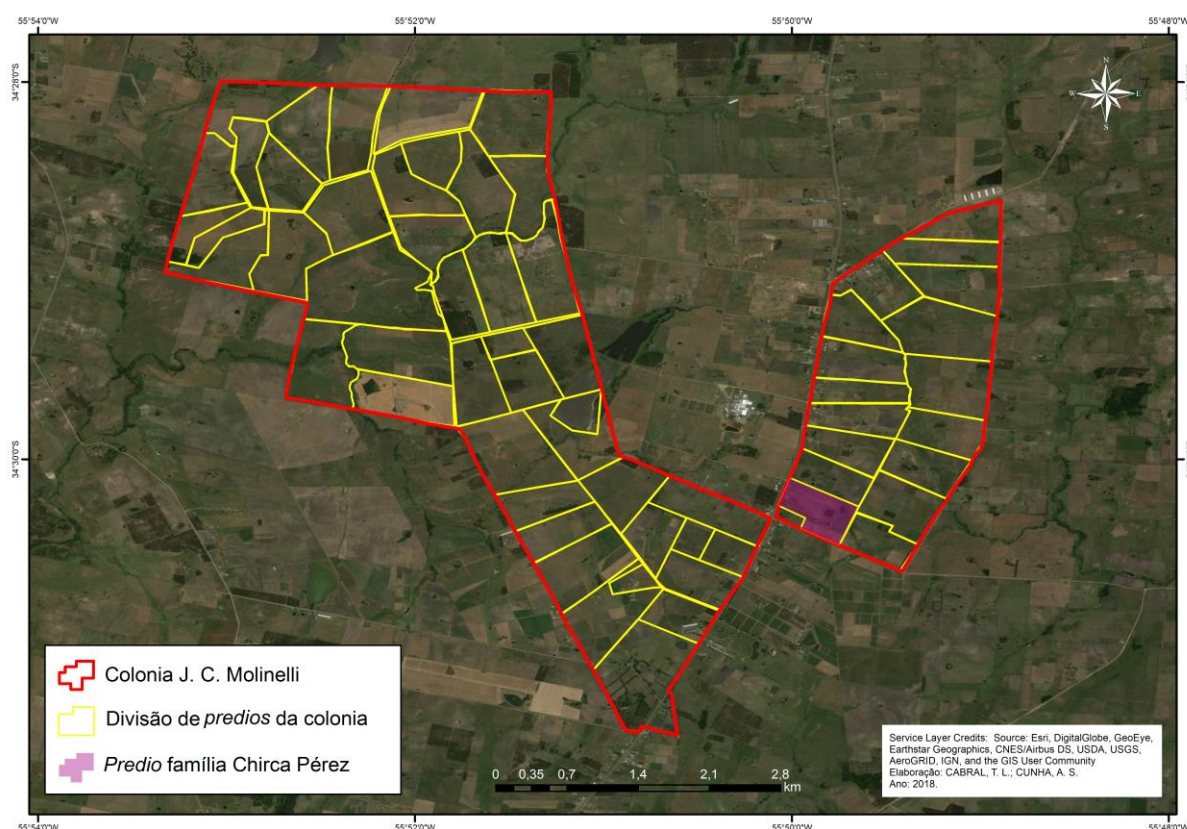
Figura 42 – Col. Dr. Jose Abdala, Inmovel 148 e Col. Juan Carlos Mollinelli.



Fonte: INC/2015 (site oficial).

Os dois últimos croquis correspondem à Colonia Juan Carlos Mollinelli, está localizada na Ruta 7, Km 56, pertence à 14ª seção policial da cidade de San Jacinto, departamento de Canelones, também representado no mapa da figura 43. Corresponde administrativamente à sua gestão ao Regional Canelones, do Instituto Nacional de Colonização⁶⁶.

Figura 43 – Colonia Juan Carlos Mollinelli.



Elaboração: CABRAL; CUNHA, 2018.

A colônia é composta por 2 imóveis, 400 e 403. O imóvel 400 localizado ao norte da rota 7, consistindo de uma área total de 1261 hectares, foi de propriedade do Banco Hipotecário do Uruguai em 1946 e, posteriormente, cedido ao INC no âmbito da Lei 11.029/1948, lei que deu origem ao órgão.

Está dividida em 39 *predios*, dos quais 25 pertencem ao INC e são atribuídos aos colonos através de contratos de arrendamento, exceto dois *predios* que estão livres (um de 124 ha e outro de 30 ha) que estão em processo de seleção de

⁶⁶ As informações acerca da Colonia Juan Carlos Mollinelli foram enviadas por email, pela Supervisora da Regional Canelones.

candidatos para locação, o restante é de propriedade dos colonos, efetivadas no período em que processos de venda ainda eram realizados.

O imóvel 403 está localizado ao sul da Ruta 7, com área de 403 ha e tem a mesma origem do imóvel 400. Atualmente dividido em 21 predios, dos quais 12 estão em locação, um livre e o restante foi vendido para os colonos, nas mesmas condições que o imóvel 400.

As produções existentes na colônia são bem diversificadas, podendo citar a pecuária familiar, produtos lácteos, horticultura, fruticultura e produção de ervas, contudo a pecuária familiar se destaca entre todas.

Todas estas características naturais, históricas e socioespaciais têm fundamental importância para a organização da produção e reprodução social da Família Chirca Pérez, sobre a qual apresenta-se a seguir, o *predio* 1, da Colônia Juan Carlos Mollinelli.

O núcleo familiar⁶⁷ Chirca Pérez é composto por mãe, filha e pai, colonos em San Jacinto há de 28 anos. Ali, sempre se dedicaram ao policultivo e criação de animais para autoconsumo. Mãe e a filha iniciaram a produção de hortaliças e ervas aromáticas, além do trabalho exercido no Frigorífico San Jacinto pelo pai, durante 30 anos, do qual se aposentou e recebe atualmente o valor deste benefício.

A área é composta por 20 ha contínuos, dos quais estão divididos entre: área de moradia, composta por três residências (figura 44), horta, pomar, criação de grandes e pequenos animais; bosques plantados de eucaliptos e álamos (figura 45); 8 ha destinados à produção de hortaliças, ervas aromáticas e medicinais entre estufa, canteiros ao ar livre e secadoras (figura 46); área protegida com árvores e pomar de frutas nativas em desenvolvimento; poços e açudes; e o restante é ocupado por campos nativos e pastagens (figura 47).

⁶⁷ Considerando aqui o núcleo familiar como os três membros que residem em uma das três moradias existentes na unidade de produção e trabalham nela. Ainda existem mais duas residências ocupadas pelas famílias de uma filha e um filho, casados, com duas filhas e três filhos respectivamente, assim como seus cônjuges. Este tema será tratado com mais detalhes no capítulo 8.

Figura 44 – Residências.



Fonte: Alecsandra Cunha – Dez./2017.

Figura 45 – Eucaliptos e Álamos.



Fonte: Alecsandra Cunha – Jan./2018.

Figura 46 – Estufa e canteiros ao ar livre de hortaliças e ervas.



Fonte: Alecsandra Cunha – Jul./2017.

Figura 47 – Pastagens e campos nativos.



Fonte: Alecsandra Cunha – Jul./2017.

Observa-se a diversidade do uso e ocupação do solo no *predio*, com boa distribuição de áreas para as distintas atividades desenvolvidas. Duas das residências, nas quais vivem filha e filho casados, apresentam infraestruturas finalizadas. Contudo, a residência habitada pela Família Chirca Pérez, segundo informações obtidas por conversas informais, ainda necessita passar por algumas obras para ser finalizada, como a cozinha, um cômodo construído com madeiras, telhas, folhas de material metálico e etc., a cerca de 10 metros do restante da moradia (quartos, banheiros e *comedor* – sala de jantar). O objetivo é trazer a cozinha para onde é, atualmente, o *comedor*, e construir um novo, acoplado aos demais cômodos já finalizados.

Suas áreas de produção apresentam uma organização no interior do *predio* que possibilita o desenvolvimento das atividades econômicas de forma prática, segura e, principalmente, aproveitando ao máximo os recursos do local. A estrutura

e organização encontradas corroboram para que a família seja caracterizada como agricultura familiar policultora.

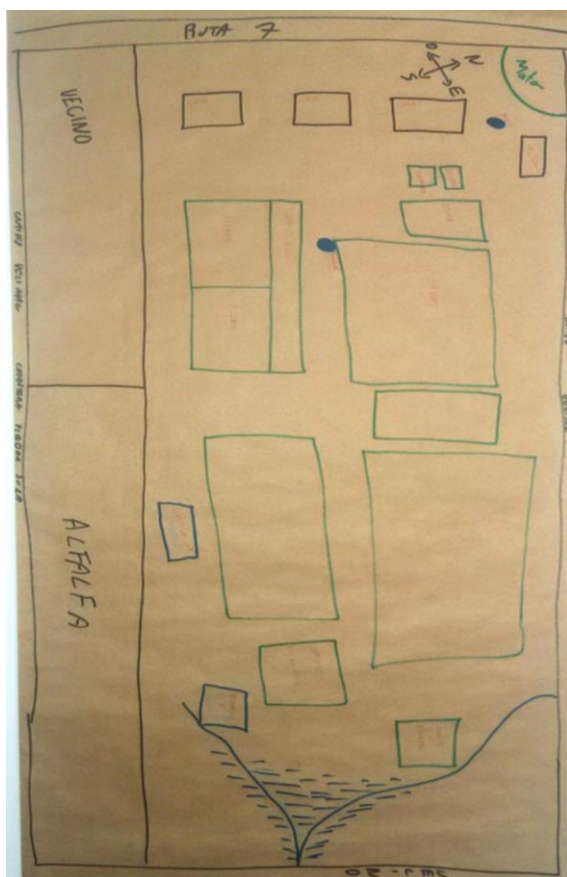
O mapa mental desenvolvido pela Família Chirca Pérez, figura 48, apresenta toda a organização do *predio*, sob o olhar da própria família. Assim como aconteceu com a família brasileira, a família uruguaia também demonstrou profundo conhecimento e pertencimento ao seu lugar.

Observa-se que a distribuição espacial das estruturas apresentadas no mapa mental guarda profundas semelhanças com o croqui construído a partir da imagem do Google Earth Pro. Ou seja, as localizações e as áreas destinadas a distintas atividades, permeiam o conhecimento e compreensão que a família possui acerca de suas atividades produtivas e socializações que se dão neste ambiente. Inclusive, com um grau de detalhamento muito maior que foi possível atingir na construção do croqui.

Alguns detalhes interessantes podem ser evidenciados a partir da análise do mapa mental. A orientação com a Rosa dos Ventos foi colocada no desenho com muita precisão, mostrando que o conhecimento do posicionamento da Terra com relação ao sol é de grande importância para as atividades agrícolas. Além disso, no mapa mental aparecem três residências, como estão localizadas atualmente, contudo, no croqui, com imagens disponíveis ainda do primeiro semestre do ano passado (05/05/2017), não aparece a terceira residência, que foi finalizada enquanto o último trabalho de campo estava sendo realizado. As áreas de produção das ervas, principal atividade da família, aparecem com muitos detalhes no mapa mental, evidenciando as estufas, secadores, viveiros de mudas, tanque de irrigação e etc.

Aparecem também, no mapa mental, os dois açudes construídos para irrigação das lavouras, o poço artesiano que abastece as residências, eucaliptos e álamos usados como quebra-vento e para lenha (muito utilizada na região), as áreas de pastagens plantadas e campos nativos, inclusive com as áreas que são alagadas durante o inverno úmido, na parte de baixo da imagem, assim como estavam no momento da construção do mapa, em julho de 2017.

Figura 48 – Mapa mental.



Fonte: Alecsandra Cunha – Jul./2018.

Figura 49 – Croqui do *predio*.

Fonte: Google Earth/2017.
Adaptado por: Alecsandra Cunha – Jan./2018.

O conhecimento da área na qual se trabalha é fundamental em qualquer profissão, contudo, na agricultura familiar camponesa e agroecológica, conhecer profundamente a terra que está a sua disposição pode ser a diferença entre a sobrevivência e uma vida digna. A família uruguaia demonstrou este conhecimento e compreensão do *predio*, fundamental para sua gestão.

A partir da apresentação geral das áreas de estudo, os próximos capítulos tratam da análise de todas as outras dimensões propostas neste trabalho. Serão apresentadas as diversas variáveis e indicadores utilizados no processo de análise dos dados encontrados em campo.

7 ENTRE A NECESSIDADE E OS CAMINHOS DA RESISTÊNCIA: FAMÍLIA CHIRCA SILVA

Este capítulo apresenta as discussões acerca das análises das dimensões destacadas nessa investigação, referentes à família Chirca Silva. A partir da construção do arcabouço teórico e a caracterização fisiográfica e sócio-histórica das áreas de estudo, foi possível uma visão do todo. Assim, a totalidade expressa nos capítulos anteriores, nos direciona a análise das partes, na busca do entendimento dos processos concretos que compõem tal totalidade (KONDER, 2008).

A partir do Tipo Ideal construído e da sistematização analítica da família camponesa agroecológica apresentada na figura 12 (p.160), discutimos aqui a realidade encontrada na família Chirca Silva e os processos presentes em suas dimensões sociocultural, política, econômica e ambiental, evidenciando as aproximações e distanciamentos entre o Tipo Ideal teórico e o universo empírico.

7.1 DAS SEMENTES DA ESPERANÇA AO RECUO DA RESISTÊNCIA

A família Chirca Silva faz parte do MST, foi assentada a partir de sua atuação junto ao movimento e sempre trabalhou em atividades agropecuárias. O casal tem 60 anos (homem), 57 anos (mulher) e um filho solteiro de 24 anos. Há ainda, mais uma filha (33 anos), casada e também assentada em um assentamento vizinho, no mesmo município.

A família e o lote constituinte do Assentamento Missões do Alto Uruguai está em consonância com a legislação vigente (Lei 11.326 de 2006), no que tange à sua caracterização como agricultura familiar. Portanto, cumpre as especificações quanto à extensão territorial menor que quatro módulos fiscais, gestão e produção a partir da mão de obra familiar e renda principal advinda da terra. E ainda, sobre a definição legal, é importante ressaltar que a família não possui a titulação de propriedade da terra, apenas o uso e a posse. O programa de reforma agrária brasileiro permite a propriedade da terra expressa em Registro de Imóveis ou Escritura de Imóveis, em nome das famílias assentadas, somente após o pagamento pelo lote. Esse pagamento tem um tempo de carência mínimo de 10 anos, podendo o assentado optar pela propriedade e registro através do pagamento ou se segue com o uso e posse da terra (INCRA, 1996).

Definidos legalmente, a história da família Chirca Silva tem início com a união de homem e mulher, através do casamento realizado em igreja católica, na região das Missões, da qual são naturais. De famílias humildes, oriundas do meio rural, o jovem casal passa a viver e trabalhar na pequena propriedade de uma das famílias.

Esbarramos então, em uma condição presente no meio rural brasileiro. Famílias camponesas, remanescentes das diversas formas de uso e ocupação de terras no transcorrer dos tempos, desde a colônia até os dias atuais, não são capazes de garantir o sustento das gerações futuras a partir das pequenas extensões territoriais nas quais vivem. Ou seja, as pequenas unidades familiares passam por processos de fragmentação para heranças, até chegar ao ponto de saturação, não sendo possível, em algum momento, que herdeiros tenham terras disponíveis para se reproduzirem socialmente. Restando opções com baixas expectativas de boa qualidade de vida como, por exemplo: migrar para a cidade em busca de emprego e ocupar áreas de risco; vender a mão de obra aos poucos postos de trabalho disponíveis no âmbito rural, já que a modernização conservadora do campo excluiu boa parte destes postos; se endividar através de créditos rurais na compra de terra, quando conseguem acessar tais créditos e, ainda, correndo o risco de não sanar a dívida adquirida; ou ainda, fazer parte de movimentos sociais de luta pela terra, buscando acessá-la, que embora sejam espaços de formação de pensamento crítico, a caminhada é penosa; entre outras.

É importante ressaltar, que o acesso a terra, através da reforma agrária, deveria garantir uma boa qualidade de vida que embasasse a reprodução social de famílias camponesas, contudo, a realidade expressa em algumas regiões reformadas nem sempre é essa.

Nesse sentido, já com alguns anos de casados, a filha mais velha nascida, a família teve seu primeiro contato com o MST, através de um membro do movimento. Sua história de luta por um mundo mais justo emerge e, já em consonância com o movimento, compõem, junto a outras tantas famílias, um acampamento em Piratini (município da Campanha Gaúcha). Sob condições precárias, vivendo em barracos de lona, sem acesso à água tratada, energia elétrica, alimentação de qualidade e suficiente, ali permaneceram por três longos anos, até serem assentados no PA Missões do Alto Uruguai, em Hulha Negra.

Nesse contexto, o MST já permeia a vida da família Chirca Silva, sobretudo porque o movimento possui uma estrutura organizativa, na qual diversas dimensões da vida das famílias camponesas são envolvidas.

A estrutura organizativa do MST se dá, nacionalmente e nos estados, através de Brigadas e Núcleos de Famílias; e em Setores como: Formação, Educação, Gênero, dentre outros. Por fim, acontece também em Coletivos como: Juventude e Relações Internacionais, presentes em todas as esferas de organização do MST. (SANTOS, 2007, p. 70).

Assim, podemos refletir a respeito de algumas variáveis e indicadores presentes na sistematização construída nesta tese, como parâmetro de análise do universo familiar baseado no Tipo Ideal.

O MST, enquanto movimento social, luta por justiça social no âmbito rural. Nesse sentido, o movimento percebeu que a formação política da base era fundamental para suas lutas, além da construção da identidade “Sem Terra”.

O Movimento Sem Terra-MST, por meio de sua prática social, enfatiza a necessidade histórica da transformação social. Por sua vez, as estratégias de luta desse Movimento reforçam, de forma ativa e efetiva, o caráter essencialmente contraditório do capital, bem como a inevitável existência da luta de classes. A luta contra hegemônica promovida no âmbito das ações do Movimento está diretamente articulada à formação política de seus integrantes. (MARTINS; SANTOS, 2012, p. 84).

Tendo frequentado a escola formal apenas até a quarta série do Ensino Fundamental, com acesso precário à informação de qualidade no que tange à estrutura social capitalista, somente após a imersão no MST, o casal se sentiu parte do mundo, sentiu a necessidade de protagonizar a sua própria história: “A gente não sabia de nada, a gente só trabalhava para viver ou vivia para trabalhar, nem sei, não sabia que tinha o direito de viver melhor.” (Informação verbal)⁶⁸.

A formação política, propiciada a partir do MST, garantiu ao casal a construção do pensamento crítico, a capacidade de reflexão acerca da estrutura social capitalista em escala local, regional, nacional e global. Esta formação não é garantida pelo Estado, enquanto educação formal. Mesmo os filhos, tendo frequentado a escola formal até finalizarem o Ensino Médio, afirmam que a capacidade de reflexão, pensamento crítico e busca por um mundo mais justo, somente fez e faz parte de suas vidas graças à atuação junto ao MST, desde a

⁶⁸ Família Chirca Silva, Trabalho de Campo, Jan./2017.

infância (Informação verbal)⁶⁹. Assim, permeando a dimensão política, a formação enquanto agentes sociais protagonistas de suas próprias histórias, começa a transformar a vida da família.

É uma luta por terra, ainda que aconteça a partir de uma ação – a ocupação – que transgride a ordem social burguesa, pois desrespeita a lei da propriedade privada. Todavia, a vivência nos acampamentos, a participação nos setores do MST, em encontros, confrontos e mobilizações, a continuidade dos estudos, a reorganização da vida nos assentamentos podem significar a possibilidade de ampliar a dimensão da luta. As novas experiências forjadas permitem a problematização das dificuldades enfrentadas junto com a família antes e depois do acampamento e assentamento, servindo de base para que eles alarguem sua concepção de mundo. (MARTINS; SANTOS, 2012, p. 86).

Considerando a participação em movimentos sociais, associações e cooperativas, entre outros, como parte fundamental da construção de tal capacidade de reflexão, a experiência de fundar, gerir e produzir através da Bionatur, proporcionou à família o contato direto com questões sociais e a pauta de luta do MST. A cooperativa de produção de sementes agroecológicas, Bionatur, foi fundada por 12 famílias:

[...] embora alguns viessem de uma cultura onde produziam alimentos para subsistência sem uso de agrotóxicos e insumos externos, produzir sementes sem veneno era uma novidade, já que estavam acostumados com o pacote pronto das empresas. Mas que foram capazes de desafiar-se a fazer diferente. (DA CAS, 2015, p. 482).

Sempre trabalharam a terra de forma convencional em seus lugares de origem, anteriormente à adesão ao MST. Contudo, após iniciar a atuação no movimento, o lote no assentamento já passou a ser manejado sob os preceitos agroecológicos, dentro do possível, pela família. A atuação junto à Bionatur, desde a sua fundação, possibilitou a construção de conhecimento técnico, que aliado aos saberes tradicionais da família, proporcionaram uma nova forma de produzir e atuar no mundo enquanto produção familiar agroecológica. Além disso, o capital social construído a partir das formações, viagens, cursos e trocas de experiências dentro/pelo MST, permitiram que a família Chirca Silva se entendesse enquanto agente produtor e reprodutor do seu meio. Compreendendo seu lugar no mundo,

⁶⁹ Família Chirca Silva, Trabalho de Campo, Nov./2015.

assim como seus direitos fundamentais e seus deveres, enquanto ser humano e parte de uma sociedade regida por regras, nem sempre, tão justa.

Nesse sentido, considerando a importância da formação política de base para a expansão da luta pela terra, processo pelo qual passou todos os membros da família, vale ressaltar que a igreja católica se fez presente, além de permear a vida privada familiar, também no âmbito da sua formação política. Os cursos de formação dos quadros de base do MST tiveram como um dos agentes articuladores, o Movimento da Teologia da Libertação. A Teologia da Libertação surge no interior da igreja católica e: “não se baseia na interpretação eclesial da realidade, mas na realidade da pobreza e da exclusão.” (MARTINS; SANTOS, 2012, p. 91).

É importante ressaltar que, desde o período colonial brasileiro, duas vertentes do catolicismo atuam nesse território, o catolicismo popular e o catolicismo conservador/tradicional: “[...] o catolicismo doméstico dos primeiros colonos, dos chefes de família e o catolicismo mais romano, mais universalista, das ordens religiosas [...]” (QUEIROZ, 1973, p.72)⁷⁰. A Teologia da Libertação é uma das expressões desse catolicismo popular, rompe com o dogma religioso da propriedade privada enquanto “sagrada/dádiva divina” e disponibiliza o apoio à luta pela terra, contra os interesses do capital.

Ainda que a religião católica oficial/conservadora siga atuando no meio rural, a religião popular passa a exercer grande influência, transformando alguns dogmas até então pouco ou nunca questionados:

Desde a década de 1950, é notável a perda de influência do catolicismo romano sobre a população, no que diz respeito a diminuição do número de fiéis que frequentam a missa dominical e ao desconhecimento dos significados de elementos religiosos, como o crucifixo. Outro aspecto é a diminuição do casamento religioso em relação à união civil. A falta de vocação sacerdotal dos jovens é também verificada, fator preocupante aos eclesialistas. (OLIVEIRA, 2015, p.26).

E nessa concepção de mundo, entendendo a influência do catolicismo popular no meio rural brasileiro como balizador na construção/transformação de uma cultura camponesa sob fortes bases religiosas, a religiosidade é parte integrante da família Chirca Silva. A família apresenta características que misturam as duas vertentes, não abrem mão de alguns costumes religiosos tradicionais, inclusive

⁷⁰ A obra de Queiroz (1973) aprofunda o tema acerca do dualismo entre catolicismo tradicional, ou oficial, como ele chama e o catolicismo popular.

aqueles vinculados ao patriarcado⁷¹ e, por outro lado, se alinham às novas tendências religiosas do catolicismo popular.

Portanto, por um lado, somado à Teologia da Libertação e sua ação junto aos movimentos sociais, essa família se vê envolvida em novas formas de atuação na luta pela terra, negada pelo catolicismo tradicional/oficial e conduzida pela vertente do catolicismo popular. Por outro lado, católicos de formação, a família Chirca Silva mantém costumes e práticas tradicionais como: frequentar as missas disponibilizadas na igreja do assentamento; se envolver na manutenção do espaço físico e na organização social da igreja, inclusive de festejos tradicionais como quermesses, festas juninas, dias dos santos católicos e etc.; manter imagens de alguns santos católicos em “pequenos altares” espalhados pela casa; além dos traços marcantes dos papéis de gênero no cotidiano familiar.

As questões de gênero parecem sempre andar em sintonia com valores católicos, mas não somente interage e atua sob esses valores, assim como também de acordo com o interesse do capital, ou seja, as questões de gênero embasadas no patriarcado se relacionam com a religião e com o modo de produção capitalista.

Nesse âmbito, a questão de gênero permeia a vida cotidiana da família, sendo possível verificar as bases patriarcais na sua organização interna. A divisão social do trabalho, por exemplo, é marcada pela tradição na qual o homem camponês está envolvido com o espaço produtivo, do qual provém a renda principal da família, e a mulher camponesa se ocupa dos afazeres domésticos, do quintal ao redor da casa (hortas, pomares, hortos medicinais, criação de pequenos animais e etc.), além da ordenha das vacas, geralmente uma atividade geradora de renda “marginal”, considerada como uma “ajuda” à renda principal.

No âmbito rural e no cenário atual, percebemos que muitas mulheres estão inseridas em um contexto de luta contra o patriarcado e a agricultura hegemônica, porém, em razão do androcentrismo guiado pelo capitalismo de Estado, é construída a ideia de que o “trabalhador ideal” é um homem e que o sustento de sua família deve provir diretamente de seu salário, enquanto o dinheiro da mulher (quando este existe) é apenas suplementar. Configura-se assim, que o salário e o trabalho definem normas de gênero, obscurecendo o trabalho não remunerado exercido pela mulher, naturalizando assim, injustiças de gênero. (DISKA; CUNHA, 2016, p. 03).

⁷¹ A obra de Saffioti (2004) traz o debate sobre o patriarcado e a questão de gênero, assim como seus conceitos e contextos.

Percebe-se no cotidiano familiar, através da observação direta utilizada como técnica de coleta de dados, que os afazeres sob a responsabilidade da mulher podem acarretar muitas horas de trabalho a mais que os afazeres do homem. As ideias e práticas da divisão social do trabalho, assim como todas as dimensões dos papéis de gênero presentes no cotidiano familiar, retratam as relações de poder estabelecidas na cultura ocidental, que:

[...] está estruturada a partir de representações duais, através de símbolos como Eva e Maria. As mulheres têm sido consideradas profanas ou virtuosas conforme nos movemos no terreno que a cultura nos destina. Somos qualificadas como puras ou impuras se cumprimos ou não o papel feminino da maternidade, considerado nosso principal papel. Com essas representações, definem que devemos ser intuitivas, sensíveis, cuidadoras, delicadas, amáveis, carinhosas e boas donas de casa. (FARIA, 2004, p. 01).

Esses estereótipos têm sua base em uma construção social patriarcal, na qual as mulheres, atendendo ou não às premissas da “pureza”, são subjugadas, silenciadas e oprimidas das mais diversas formas. São ideias e práticas tão naturalizadas na estrutura social, que a maior parte das mulheres nem mesmo tem noção da existência da opressão de gênero. Segundo Scott (1995, p. 77, grifos da autora): “As teóricas do patriarcado têm dirigido sua atenção à subordinação das mulheres e encontrado a explicação dessa subordinação na ‘necessidade’ masculina de dominar as mulheres”. A mesma autora ainda afirma sobre as inter-relações dessa estrutura:

Famílias, lares e sexualidades são, no fim das contas, todos, produtos de modos cambiantes de produção. É assim que Engels concluía suas explorações sobre *A Origem da Família*, é aí que repousam, em última instância, as análises da economista Heidi Hartmann. Hartmann enfatiza a necessidade de considerar o capitalismo e o patriarcado como dois sistemas separados, mas em interação. Mas na medida em que ela desenvolve sua argumentação, a causalidade econômica torna-se prioritária e o patriarcado está sempre se desenvolvendo e mudando em função das relações de produção. (SCOTT, 1995, p. 78).

Nesse sentido, entendemos que as questões de gênero estão profundamente envolvidas com a luta de classe dentro da estrutura capitalista. A opressão sofrida pelas mulheres no meio rural, que acabam por trabalhar muito mais, além de todo o gerenciamento emocional do qual depende a organicidade familiar, está estampada no meio rural e, muito pouco se fala e/ou faz a respeito.

Honório (2005) afirma que as mulheres significavam para os movimentos revolucionários uma “ameaça” quando se falava em “questões das mulheres”. Isso porque os movimentos tinham receio de que empenhar esforços nas questões de gênero poderia atrapalhar ou retardar o objetivo geral do movimento. Esse debate é histórico e recorrente nos movimentos revolucionários, onde se objetiva primordialmente a revolução socialista (resolver questões objetivas) [...]. (SANTOS; PICOLOTTO, 2017, p. 03).

Exemplo disso é o fato de o próprio MST possuir um setor de gênero em sua estrutura organizativa, contudo mulheres do movimento são silenciadas em reuniões organizativas ou de formações, assim como seus grupos produtivos ou coletivos sociais são, muitas vezes, desqualificados e deslegitimados⁷². A principal bandeira de luta do MST é pelo acesso a terra, tema esse diretamente relacionado à luta de classe. O movimento apresenta um diferencial sobre outros movimentos em que as ações práticas e manifestações políticas de enfrentamento são desenvolvidas por homens, mulheres, crianças e idosos, envolvendo toda a família: “sem separar a militância política da relação e condição conjugal.” (SANTOS; PICOLOTTO, 2017, p. 05). A luta pelo acesso a terra, assim como a busca por liberdade econômica, política e social para toda a família, acaba por atrair e acolher mulheres em condições econômicas e sociais muito frágeis.

Entretanto, mesmo seguindo essa perspectiva, as questões referentes à opressão de gênero tendem a ser reproduzidas dentro do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Esmeraldo (2013) ressalta que a ação política das mulheres sem terra é invisibilizada por sua condição conjugal, por conta da hegemonia de elementos discursivos e ideológicos estruturantes do movimento, fundamentado em uma visão produtiva e economicista da luta de classes, que por sua vez, se ancora centralmente na figura masculina como o provedor da família e como porta-voz do movimento. (SANTOS; PICOLOTTO, 2017, p. 05)

O MST, portanto, é um movimento revolucionário, que busca alterar as estruturas sociais dentro do sistema econômico e político vigente, contudo, mantém algumas outras estruturas pouco, ou nada inalteradas. Percebe-se a dificuldade enfrentada pelas mulheres para ocuparem posições dentro da estrutura organizativa do movimento. Mesmo e apesar de haver uma normativa (MST, 2010) na qual é explicitado o caráter de igualdade na representatividade, em que deve haver 50% de homens e 50% de mulheres à frente das direções. Ainda assim, as dificuldades das

⁷² Esta afirmação é baseada em múltiplas experiências em assentamentos de reforma agrária, vivenciadas pela autora em projetos de extensão e pesquisa, além dos cursos de formação, formal e informal, desenvolvidos nesses espaços.

mulheres de serem ouvidas e se posicionarem estão presentes. Com participação dificultada nessas instâncias, fica também prejudicado o acesso a informações estratégicas, a estruturas, recursos e etc. Esta condição acaba por dificultar o empoderamento das mulheres, tanto dentro do movimento quanto na esfera privada e pública de suas vidas.

Em dissonância com essa realidade, ainda assim, a militância na questão de gênero tem trazido alguns avanços para as mulheres no meio rural. Diversas linhas de pensamento e, principalmente, autoras feministas veem atribuindo à mulher sua verdadeira importância no contexto rural. Importância essa que transcende as atividades domésticas e produtivas, tendo grande relevância para temas como os saberes tradicionais passados de geração em geração.

[...] a atribuição histórica de papéis, funções, exigências e expectativas são construções sociais, não biológicas e, por isso, podem variar no tempo e no espaço. É preciso destacar ainda que os lugares de atuação das mulheres, como o quintal e a cozinha devem ser entendidos como espaços de reprodução social, que têm por base a conservação das práticas sociais tradicionais. (GOMES, 2011, p.42).

A partir disso, evidencia-se que o universo camponês da família Chirca Silva está impregnado por questões relativas aos papéis de gênero, ao patriarcado e a uma estrutura opressora do homem sobre a mulher. Essa dominação atua nos mais diversos âmbitos, invisibilizando, muitas vezes, a importância da mulher no que tange aos saberes tradicionais. Como afirmou Gomes (2011), os lugares de atuação das mulheres são espaços de reprodução social, nos quais os saberes tradicionais são repassados de geração em geração.

Os saberes tradicionais são elementos fundamentais no universo camponês, é a partir de sua continuidade, através das gerações, que conhecimentos seculares estão ainda presentes no meio rural, carregados de simbolismos e práticas que desenham um modo de viver. Nesse sentido:

Com a promoção de assentamentos de reforma agrária, os saberes tradicionais são ressignificados, na medida em que os assentados se utilizam desses conhecimentos não apenas como uma forma de preservação, mas para obtenção de renda e manutenção de sua existência. (OLIVEIRA, 2015, p. 28).

Assim, a vida da família camponesa é permeada pelos saberes tradicionais no que tange à relação dentro do núcleo familiar patriarcal, à relação para fora do grupo familiar, à relação com a terra, à sucessão familiar, entre outros.

Neste contexto, de relações internas e externas, a solidariedade pode ser considerada parte fundamental no que tange à resistência. Através de práticas solidárias, as famílias camponesas, renegadas e invisibilizadas, têm a possibilidade de unir forças, lutas, esperanças, a partir de redes de solidariedade. O modo hegemônico de produção leva a uma estrutura social individualista, por outro lado, a resistência a este individualismo se faz presente por meio da solidariedade que fortalece a autoestima e promove a manutenção dos laços de identidade e de pertencimento, tanto entre aqueles que possuem laços sanguíneos quanto aquelas relações baseadas em laços de amizade. A solidariedade, portanto, neste contexto, se dá: “no reconhecimento do outro e na participação de uma comunidade.” (PEREIRA, 2015, p. 33).

A relação com a terra, por sua vez, está diretamente ligada à forma de produzir e se reproduzir socialmente, já que para a camponesa e o camponês, a terra não é sinônimo de produção de alimentos, apenas. A terra é carregada de simbolismo para além de sua utilidade prática, a terra é lugar, a terra é sangue, a terra é resistência, a terra é cura, a terra é espiritualidade, a terra é natureza, a terra é vida, é a base de toda a vida, dos modos de vida.

Modos de vida que ele busca manter apesar das metamorfoses vivenciadas no campo (e também na cidade) e pelas rápidas transformações impostas pelo capital, pela técnica, pela informação e pelo mercado globalizado e globalizante. (SILVA; INACIO, 2012, p. 12).

Por isso, a preservação dos saberes tradicionais é, também, uma forma de resistência, e a família Chirca Silva cumpre muito bem esse papel. Conhecimentos ancestrais como o trato com a terra, a percepção de sinais do tempo, o conhecimento biológico e farmacológico de inúmeras espécies diferentes de vegetais, o efeito das fases da lua nas plantas e seus ciclos, as receitas de família, a produção, muitas vezes artesanal, de ferramentas de trabalho, entre outros.

Uma dessas ferramentas tradicionais herdadas dos familiares, que data do início do século passado, é uma desnatadeira, máquina manual que separa a nata do leite a partir de suas diferentes densidades (figura 50). Assim como, um xarope

produzido pela mulher, composto por 35 ervas diferentes - guardadas em segredo pelos membros da família -, para tratamento de doenças respiratórias como bronquite, asma, rinite (figura 51). Esta receita garantiu, segundo a família Chirca Silva, a cura de várias pessoas que sofriam de tais males e, além disso, ainda garante também, uma renda extra, já que é produzido e vendido sob encomendas, considerando ainda que, as 35 ervas estão disponíveis no lote da família.

Figura 50 – Desnatadeira.



Fonte: Anderson Sausen – mar./2018.

Figura 51 – Xarope 35 ervas.



Fonte: Alecsandra Cunha – jan./2015.

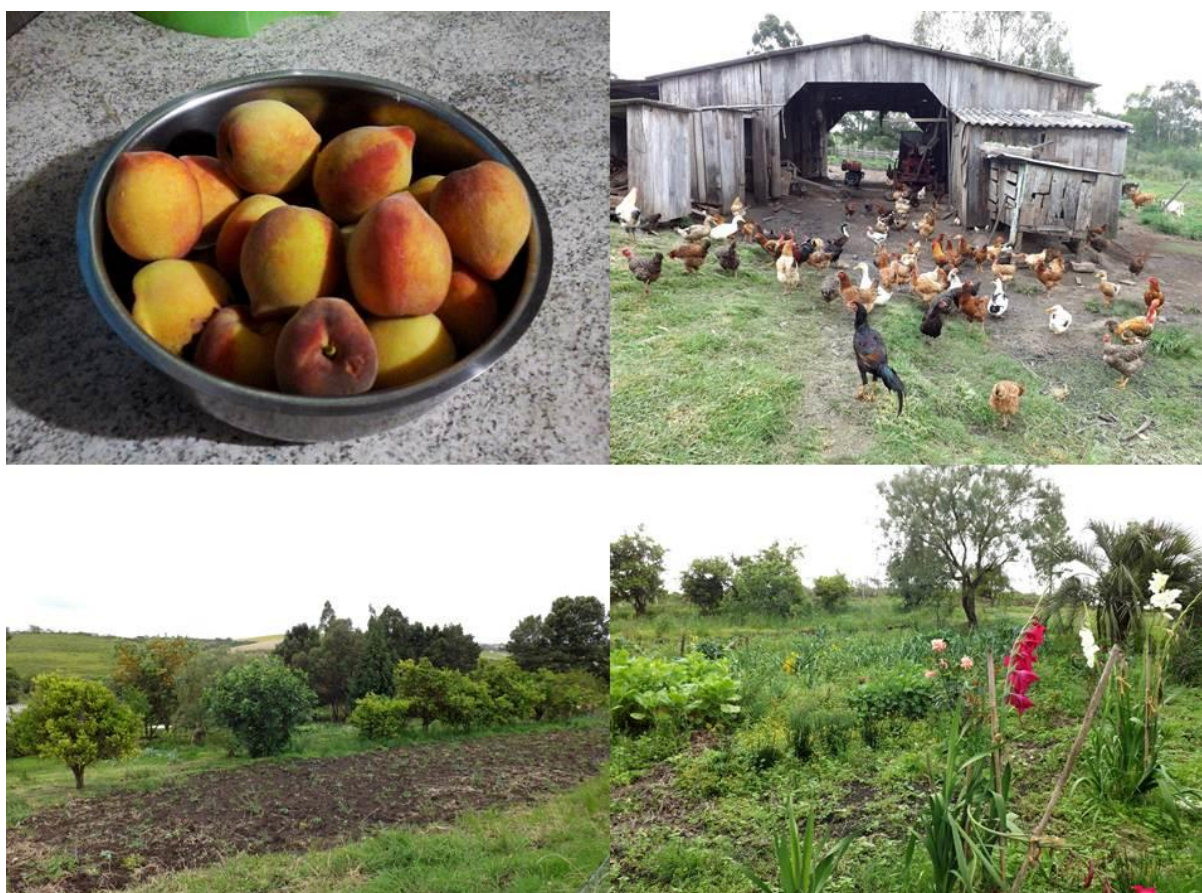
As diversas receitas tradicionais de comidas de descendência alemã, assim como de descendência indígena e castelhana, conhecidas durante os trabalhos de campo, evidenciam que a cozinha não se limita a um espaço de segurança alimentar e sociabilidade presente. A cozinha é um espaço doméstico, carregada de simbolismo social, é um espaço de produção e reprodução social de conhecimentos e técnicas tradicionais (GOMES, 2011).

Nesse sentido, pode-se evidenciar outro traço fundamental da cultura e tradição camponesa – a dieta alimentar da família. A dieta alimentar de uma família

camponesa mantém relação intrínseca com a disponibilidade natural, fatores econômicos e, sobretudo, valores culturais oralizados no espaço da cozinha. Segundo Oliveira (2015, p. 32): “A partir das receitas, percebe-se como a memória é fundamental na manutenção e permanência da cultura e da construção do patrimônio cultural dos grupos humanos”.

A família Chirca Silva mantém uma dieta que pode ser caracterizada como diversificada e oriunda da produção para autoconsumo, produção localizada no entorno da moradia, sob responsabilidade da mulher. Na horta e entorno da casa, se produz quase toda a base alimentar desta família, segundo seus relatos, compra-se no mercado da cidade apenas itens como sal, açúcar, farinha, produtos de higiene pessoal e doméstica. A produção para autoconsumo varia desde os grãos, como feijão e milho, passa por tubérculos, legumes, verduras, frutas, pequenos e grandes animais e seus derivados (figura 52).

Figura 52 – Mosaico da produção para autoconsumo (frutas, criação de animais, pomar e tubérculos, horta).



A riqueza desta produção garante, além da dieta diversificada (traduzida em saúde do corpo e da mente), a manutenção de práticas e hábitos alimentares socializados, permanentemente, através da oralidade pelas gerações.

Aqui é importante evidenciar a questão da segurança alimentar da família, garantida através da resistência camponesa que não se rendeu ao processo de industrialização da alimentação. A família Chirca Silva não apresenta estar passando pelo processo de erosão cultural alimentar, que atinge milhares de famílias camponesas pelo mundo.

A erosão cultural alimentar, segundo Balem e Silveira (s/d.), pode estar ligada, principalmente à dois fatores fundamentais: a urbanização do rural e a modernização da agricultura brasileira. Entendendo como erosão cultural alimentar o processo pelo qual passa diversas famílias camponesas no que tange à deterioração dos seus hábitos alimentares.

O processo de simplificação da dieta pelo abandono da produção para subsistência gera o que denominamos de erosão cultural alimentar, definida como a perda gradativa de uma alimentação variada, mais complexa nutricionalmente, alicerçada na cultura do agro e adoção de práticas e hábitos alimentares urbanos. (BALEM; SILVEIRA, s/d., p. 4).

Quando a família deixa de produzir para autoconsumo, ocupando sua terra com monocultivos baseados no modo de produção hegemônico, ela perde o poder de decisão de como plantar, o que plantar, quando plantar, pois os pacotes tecnológicos inseridos no meio rural seguem uma cartilha, o modelo é pronto, sem possibilidades de diversificar tal produção, o que influencia diretamente, também, nos hábitos alimentares das famílias camponesas.

Nesse sentido, o modelo hegemônico que necessita de vastas extensões territoriais para gerar lucro, utiliza, muitas vezes, toda e qualquer área disponível, inclusive aquelas dedicadas à produção para autoconsumo. Agricultores familiares que migram para esse tipo de produção correm diversos riscos, entre eles a quebra de safra e baixos preços de mercado. A renda, gerada pelo modelo hegemônico em pequenas unidades de produção, na maioria das vezes, não é suficiente para garantir, então, a reprodução social da família camponesa.

A produção para autoconsumo, por outro lado, além de garantir uma renda extra a partir da venda do excedente, garante também, uma dieta alimentar familiar regional, rica e diversificada. Esta produção interna compõe boa parte do custo de

vida mensal, evitando a compra da maior parte dos alimentos em mercados, situação presente e constante na organização familiar Chirca Silva.

No âmbito desta família, os saberes tradicionais, incluindo a tradição da produção para autoconsumo, passam por processos de continuidade, assim como a inserção de novos conhecimentos, que passaram a fazer parte de sua realidade. Por isso, verificamos traços da cultura alimentar castelhana e indígena no seio desta família de descendência alemã, já que a regionalidade também influencia a dieta alimentar de famílias camponesas.

[...] e a vida, para esses camponeses, como se verifica em seus relatos, não é somente ter comida, ter casa, mas uma vida plena, uma vida cheia de significados, na qual aquilo que eles crêem tem possibilidade de continuar sendo respeitado e existindo: sua cultura, sua autonomia, sua visão de mundo, sua capacidade de crescer a partir de suas próprias potencialidades, enfim seu universo simbólico. (SIMONETTI, 1999, p. 70 – 71).

Hábitos tradicionais, práticas alimentares, o cuidado com o espaço doméstico, se apresentam como características que desenham as relações dentro no núcleo familiar e fora dele. Observa-se durante os trabalhos de campo, que a relação interna deste núcleo familiar demonstra valores patriarcais especializados no lote e no cotidiano familiar. Eles aparecem na divisão social do trabalho dos afazeres domésticos e produtivos, e nas práticas socioculturais.

Sobretudo, percebemos os homens da família encarregados da produção para comercialização⁷³, enquanto a mulher se encarrega de todos os afazeres domésticos, da produção para autoconsumo no entorno da moradia, além da produção leiteira e de derivados, renda considerada, tradicionalmente, secundária. Já nas práticas socioculturais, percebe-se valores patriarcais que parecem ser inerentes à tradição camponesa, e vice-versa, são práticas e costumes naturalizadas de geração em geração⁷⁴.

Pensando então, nos costumes passados de geração em geração, apontamos outra questão relacionada à oralidade dos saberes tradicionais, a sucessão familiar. Que ainda possui, neste universo de pesquisa, duas variáveis, a

⁷³ Até certo momento, quando há uma reorganização produtiva, que será discutida mais a frente, ainda neste capítulo.

⁷⁴ Isso se materializa nos lugares e lazes frequentados por homens e mulheres, enquanto eles jogam futebol, tomam cerveja e se reúnem com amigos nas sextas-feiras a noite, sem horário para estar em casa, elas frequentam festas da igreja e da comunidade local, mas não sozinhas. Estas práticas foram observadas durante os três trabalhos de campo desenvolvidos com a família.

sucessão para além do núcleo familiar, garantindo a reprodução dos saberes tradicionais, e a sucessão dentro do lote da família, garantindo a sua reprodução social, como um todo.

O núcleo familiar é composto por pai, mãe e filho, como já apresentado, contudo, ainda aparece neste contexto, a filha mais velha do casal, casada, mãe de um bebê de 10 meses, assentada em outro assentamento próximo. Devido à relação cotidiana presente entre o núcleo familiar da filha casada e a família Chirca Silva, percebe-se que hábitos e práticas cotidianas caracterizadas por grande influência dos saberes tradicionais, são estendidas a este segundo núcleo familiar.

A sucessão familiar vem sendo um tema altamente discutido no âmbito acadêmico, no que tange à necessidade de desenvolver políticas públicas direcionadas aos jovens rurais, de forma que tenham condições de permanecer no campo. Para além da garantia de continuidade dos saberes tradicionais, a sucessão familiar é peça chave para a resistência, é a partir dela que o universo camponês pode prosperar e resistir:

Para além da garantia da sobrevivência no presente, as relações no interior da família camponesa tem como referência o horizonte das gerações, isto é, um projeto para o futuro. Com efeito, um dos eixos centrais da associação camponesa entre família, produção e trabalho é a expectativa de que todo investimento em recursos materiais e de trabalho despendido na unidade de produção, pela geração atual, possa vir a ser transmitido à geração seguinte, garantindo a esta, as condições de sua sobrevivência. Assim, as estratégias da família em relação à constituição do patrimônio fundiário, à alocação dos seus diversos membros no interior do estabelecimento ou fora dele, a intensidade do trabalho, as associações informais entre parentes e vizinhos, etc, são fortemente orientadas por este objetivo a médio ou longo prazo, da sucessão entre gerações. Combinando os recursos que dispõe na unidade de produção com aqueles a que pode ter acesso fora do estabelecimento - em geral, atividades complementares, temporárias e intermitentes - a família define estratégias que visam, ao mesmo tempo, assegurar sua sobrevivência imediata e garantir a reprodução das gerações subsequentes. (WANDERLEY, 1996, p. 04).

Wanderely (1996), baseada em clássicos e também em bibliografia mais contemporânea, discute neste trabalho diversos conceitos inerentes à agricultura familiar, considerando-a um universo de possibilidades composto por grande diversidade de modos de produzir. Em todos eles se apresenta como fator fundamental, a sucessão familiar. E neste âmbito, na família Chirca Silva, a possibilidade da sucessão familiar se efetivar é grande, já que a filha casada segue os passos dos pais, se reproduzindo socialmente para além do seu núcleo familiar

original. Enquanto filho, jovem e solteiro, expressa em suas falas e atitudes a vontade e a luta para permanecer no campo, ali, no seu lugar:

Eu saí pra trabalhar um tempo fora, fui pras colheitas de maçã lá por Santa Catarina, não deu pra ficar lá com todo aquele veneno e patrão arrancando o couro da gente. Voltei e passei um tempo em Bagé fazendo uma coisinha aqui e ali e vi que eu queria mesmo era viver aqui, trabalhar aqui. Não me adaptei com a vida na cidade não, a gente não pode deixar a porta aberta, aqui em casa a gente nem tranca nada. Ficar olhando pra rua só por uma janela, preso dentro daquelas caixas, não, não consegui. (Informação verbal)⁷⁵.

A vontade, luta e esperança deste jovem em permanecer no campo se concretiza em suas práticas diárias através do emprego de sua mão de obra no lote, assim como a busca por uma renda fora da propriedade, que ocupa o lugar de renda principal para ele, no momento. Diante das dificuldades enfrentadas pela família nos últimos três anos, no que diz respeito à sua produção principal⁷⁶ (sementes agroecológicas), o jovem passou a integrar a equipe de trabalho da Bionatur, cooperativa para a qual produziam as sementes, enquanto funcionário responsável pela separação e envase das sementes, entre outras diversas atividades dentro da cooperativa: “eu sou é um faz-tudo ali dentro” (Informação verbal)⁷⁷.

Em conversas informais durante os trabalhos de campo, o jovem sempre deixou claro que o trabalho fora do lote é temporário, seu objetivo é produzir e viver no lote. Essa afirmação é corroborada pelas atividades que desenvolve no lote nas horas vagas do trabalho principal, além da produção de melancias, vem se dedicando à produção de mel, que tem aumentado a cada ano.

Contudo, este acaba por ser um caso não tão comum no meio rural, a maioria dos jovens têm partido para áreas urbanas em busca de melhores oportunidades e condições de vida, já que a infraestrutura encontrada nos centros urbanos é mais atrativa, de acordo com os valores da sociedade moderna.

Mais recentemente, muitos estabelecimentos desapareceram e a perspectiva é que outros sigam o mesmo destino, uma vez que, considerando-se as perspectivas de sucessão nos estabelecimentos cujo chefe tinha, no momento da pesquisa, entre 50 e 65 anos, constatou-se que em 13,6% dos casos não havia sucessor pela falta de filhos (proprietários solteiros ou casais sem filhos); em 24% dos casos não havia sucessor

⁷⁵ Família Chirca Silva, Trabalho de Campo, Nov./2015.

⁷⁶ Este tema será discutido mais a frente quando da apresentação de algumas variáveis e indicadores relacionados às dimensões econômica e ambiental.

⁷⁷ Família Chirca Silva, Trabalho de Campo, Jan./2017.

familiar, para desgosto dos produtores; em 30,6% dos casos não havia sucessor familiar, mas os produtores não os desejavam. (BRUMER, 2014, p. 224).

E é nesse sentido, que cabe ressaltar a importância das políticas públicas para juventude rural. As políticas existentes atualmente não atendem a demanda existente e, em muitas vezes, acabam por não ser efetivadas na prática. Boa parte das políticas públicas atuais para este seguimento foi alcançada por meio de pressão dos movimentos sociais, entre eles o MST, através do qual o jovem da família Chirca Silva também atua, tanto no âmbito das discussões e formações a respeito das demandas dos jovens quanto no âmbito da militância.

[...] a mobilização de organizações e movimentos sociais, no caso desse estudo da juventude rural, aliada à ausência histórica de políticas públicas por parte do Estado, contribuiu para que iniciativas educacionais e de qualificação social-profissional fossem protagonizadas pela sociedade civil ao longo da história no Brasil, a exemplo de experiências dos Centros de Formação por Alternância (CEFFAs), por meio da implantação de Casa Familiar Rural (CFR) e Escola Família Agrícola (EFA). Em um período mais recente essas iniciativas são relativas ao Programa Jovem Saber da CONTAG e o Programa Especial de Juventude do Movimento de Organização Comunitária (MOC), entre outros. (BARCELLOS, 2014, p. 124).

São diversos os trabalhos⁷⁸ que apresentam investigações acerca da situação e possibilidades/oportunidades dos jovens rural baseados nas políticas públicas, apontando a dificuldade de manter a sucessão familiar diante das deficiências de tais políticas. Assim, apresenta-se mais um aspecto da resistência familiar ali encontrada, a necessidade e vontade de efetivar a sucessão rural: “Os movimentos sociais no Brasil são palco do surgimento de novas organizações de ‘juventude rural’ como ator político”. (CASTRO, 2008, p. 03).

Considerando os jovens como sujeitos de direito, evita-se qualquer entendimento de que a juventude é uma faixa-etária problemática, essencialmente por ser a mais comum vítima dos problemas socioeconômicos do país. Evita-se também sua idealização no sentido de entendê-la como a única protagonista da mudança, em uma nova interpretação heróica de seu papel mítico. A juventude brasileira é fruto da sociedade brasileira e, em tempos de globalização e rápidas mudanças tecnológicas, deve ter condições, oportunidades e responsabilidades específicas na construção de um país justo e próspero. (NOVAES et al. 2006, p.07).

⁷⁸ Costa (1994), Ferreti (2000), Castro (2006, 2008), Castro et al. (2007), Moura (1978), Barcellos (2014), Menezes; Stropasolas; Barcellos (2014), entre outros.

As necessidades atuais da juventude rural não se limitam ao acesso a terra e produção agrícola a partir de créditos rurais. A juventude rural também se globaliza, emergindo novas demandas que dependem de novos enfrentamentos.

Atualmente esses atores passam a chamar a atenção às questões de gênero e geração, a educação, a qualidade de vida no meio rural, a sucessão hereditária na agricultura familiar, entre outros temas, isto é, passaram a ter atenção a diversidade de sujeitos e de interesses presentes no meio rural e com isso construir demandas e projetos mais abrangentes, que contemplem diversas dimensões do mundo social para além das tradicionais bandeiras relacionadas ao crédito e à produção. (BARCELLOS, 2014, p. 75).

É necessário, pois, analisar a situação da juventude rural nos assentamentos de reforma agrária, de forma a garantir a sucessão familiar, que se expressa também em resistência ao modelo hegemônico de produção na agricultura. Novos arranjos econômicos precisam ser contemplados nas políticas públicas para juventude rural, buscando o diálogo com identidades culturais dos jovens, identidades que surgem sob o contexto da urbanidade e globalização: “O desejo de ir para a cidade é motivado pela atratividade simbólica da vida urbana, mas também é fortemente determinado pela falta de perspectivas para a permanência nas áreas rurais.” (CARRANO, 2014, p. 255).

Perpassando por todas estas questões que demandam interpretação no que tange a sua subjetividade, entendemos que as formas de se reproduzirem socialmente, apresentadas até aqui, compreendem parte do universo camponês. Este universo está engendrado por valores e tradições que demarcam a resistência em diversas escalas e interações dentro dos territórios camponeses ameaçados pelo avanço do modelo de produção agrícola hegemônico. As formas de existir e atuar nestes territórios demandam muito mais que força de vontade e ideologias de mundo, demandam, sobretudo, uma nova forma de produzir que possa fazer o enfrentamento nesses territórios, buscando a sobrevivência e permanência camponesa nos territórios rurais.

Neste sentido, é importante a apresentação da linha do tempo construída pela família (figura 53), uma das ferramentas que compõem as metodologias participativas aplicadas durante os trabalhos de campo. A linha do tempo apresenta a evolução do lote e do entorno, desde a chegada da família ao assentamento até os dias atuais e, pode proporcionar a compreensão dos avanços e retrocessos no

espaço-tempo no que tange à reprodução social, infraestrutura, produção e etc., tanto do lote quanto do entorno: “La línea del tiempo es una lista de los eventos claves tal como los participantes los recuerden.” (GEILFUS, 1997, p. 53).

Figura 53 – Linha do Tempo da família Chirca Silva.



Fonte: Alecsandra Cunha – Jan./2017.

A linha do tempo inicia com a chegada da família Chirca Silva ao Assentamento Missões do Alto Uruguai, em 1989. Dividida em três décadas, o primeiro elemento que aparece na fala e na representação visual é a chirca: “Quando chegamos aqui em 89, eram 10 famílias, não tinha nada aqui, só chirca, chirca, chirca. Não tinha nada, nada, nada, não tinha uma casinha de capim, nem estrada, nada. Eram 227 ha de chirca.” (Informação verbal)⁷⁹.

Os primeiros anos foram os mais sofridos, viveram cerca de quatro a cinco anos em barracos de lona, que evoluiu do primeiro com chão batido ao segundo,

⁷⁹ Família Chirca Silva, Trabalho de Campo, Jan./2017.

com assoalho e telhado, mas com paredes ainda de lona. Não havia água tratada e encanada, era necessário buscar água em baldes (chegavam a carregar até 30 baldes por dia, a uma distância de mais ou menos 100 m) para todos os afazeres domésticos. Em meados dessa primeira década, foi construída uma casa de madeira e o primeiro poço, o qual passou a abastecer a moradia através de uma ligação por encanamento. A estrada principal (figura 54) chegou no final dessa mesma década, assim como a rede elétrica, algumas estradas secundárias (figura 55), ginásio, escolas, igrejas, posto de saúde, silos e moinho de pedra. Foi também nesse momento, o início das atividades da Bionatur, introduzindo no lote a produção de sementes agroecológicas.

Figura 54 – Estrada principal.



Fonte: Alecsandra Cunha – Nov./2015.

Figura 55 – Estrada secundária.



Fonte: Alecsandra Cunha – Nov./2015.

Cabe ressaltar, que os investimentos feitos em infraestrutura regional tiveram diversas origens, entre o governo do estado, o governo federal e fundações internacionais, a exemplo de uma fundação alemã que possibilitou a construção de quatro igrejas na região dos assentamentos. Já os investimentos feitos diretamente no lote, tanto em infraestrutura quanto para as primeiras produções, partiram, a maioria, da própria família:

Não pegamos quase nada de crédito esse tempo todo, fomos fazendo tudo na raça, era com mutirão que a gente fazia a mão de obra de tudo, até pra puxar a energia, era a gente em mutirão. Nessa primeira década aí não veio nada pra gente, depois pegamos alguns PRONAF's e a fundo perdido, foi só o galpão e o segundo poço. O pessoal que veio depois conseguiu mais créditos, porque aí já estavam começando a fazer as políticas públicas pros assentamentos. (Informação verbal)⁸⁰.

⁸⁰ Família Chirca Silva, Trabalho de Campo, Jan./2017.

A segunda década inicia com os primeiros frutos colhidos, o manejo adequado do solo possibilitou o processo de estagnação e revegetação das “barrocas”, impedindo o avanço da erosão e conseqüente perda de solo. Essa conquista parece ter importante significado para a família, pois foi o primeiro elemento que apareceu, acompanhado do relato a seguir:

Perdemos muita produção nos primeiros anos, não se demos em conta de início que nós tínhamos que se adaptar ao clima e não o clima a nós. Viemos de outra região que era tudo diferente, demos muita cabeçada até aprender a lidar aqui, mas quando vimos as primeiras árvores crescendo nas barrocas e chegou as sementes, que a gente já estava sabendo lidar no solo, as coisas foram melhorando. (Informação verbal)⁸¹.

Ao narrar as tantas dificuldades encontradas quando ali chegaram, um relato que segue o anterior chama atenção devido ao seu simbolismo, e cabe aqui uma ressalva sobre o tema:

Os moradores da região não se misturavam com os assentados, só um morador se abriu para construir uma amizade com os assentados, assim não tinha como pegar informação da região, sobre solo, sobre chuva, sobre tudo, pq nós era os ladrão, os vagabundo, que veio pra cá roubar a terra deles. Foi só um que aproximou e ajudou. Tinha gente que se escondia em casa para não atender a gente, se batia na casa deles para qualquer coisa. A gente tava aqui, no meio do nada e sem saber por onde começar e os vizinhos olhava pra gente daquele jeito. (Informação verbal)⁸²

A voz embargada por um choro preso na garganta expressa o preconceito sofrido pela maioria das famílias assentadas pela reforma agrária por todo o país. Esse preconceito, imbuído de falta de conhecimento a respeito da realidade destas famílias, é presente ainda atualmente. Basta observar como a grande mídia se refere aos membros dos movimentos sociais de luta pela terra, especialmente o MST, por ter se tornado um ícone nessa luta e no enfretamento ao capital. Tendo grande alcance entre a população brasileira, esses veículos comunicativos acabam por influenciar a opinião de uma população, que não tem acesso à educação de qualidade que seja capaz de formar cidadãos críticos, impregnando-a de preconceitos diversos (CHOMSKY, 2013). Ser um assentado ou uma assentada de reforma agrária no Brasil, por si só, já é uma forma de resistir.

⁸¹ Família Chirca Silva, Trabalho de Campo, Jan./2017.

⁸² Família Chirca Silva, Trabalho de Campo, Jan./2017.

Na primeira metade da segunda década foi construído o galpão (figura 56), que precisou ser reformado dois anos depois, devido a uma tempestade que destruiu parte dele. Além do segundo poço dentro do lote (o primeiro era composto por uma água muito salobra) e encanamento para casa e entorno. Já na segunda metade desta década foi construída a estribaria (figura 57) para ordenha do leite, que já acontecia para autoconsumo e vinha se expandindo, passando a gerar renda para a família. Nesse mesmo período foi comprada a primeira moto, que ainda é de propriedade da família.

Figura 56 – Galpão.



Fonte: Alecsandra Cunha – Jan./2017.

Figura 57 – Estribaria.



Fonte: Alecsandra Cunha – Jan./2017.

O assentamento não possuía, até 2010, abastecimento geral de água, sendo responsabilidade de cada família furar o próprio poço e encanar a água. Por isso, foi construído o poço artesiano, do qual é extraída a água e distribuída a lotes desse assentamento e outros do entorno. Contudo, a bomba de distribuição principal queima com grande frequência, o problema é gerado pela instabilidade da rede elétrica do assentamento, deixando dezenas de famílias sem acesso à água por longos períodos, podendo chegar até 10/15 dias, como ocorreu em janeiro de 2017, quando um dos trabalhos de campo era realizado.

A última década, por sua vez, apresenta na primeira metade, o pomar consolidado e produzindo. O pomar foi implantado a partir de um projeto de diversificação produtiva no lote, gerando as frutas como produto primário, além dos derivados.

A gente aproveita tudo, 100 % das frutas, porque a gente ensaca elas todas com papel manteiga e assim não dá bicho, porque veneno nunca entrou nesse pomar. As frutas mais bonitas dá compotas, as cascas dá geleia e as amassadinhas a gente faz a chimia. (Informação verbal)⁸³.

A casa mista (figura 58), parte de madeira e parte de alvenaria, assim como se apresenta atualmente, foi construída nesse início de década. Já em meados dela, começam a surgir os primeiros indícios de problemas na produção das sementes, a família opta por expandir o gado leiteiro buscando assegurar uma renda extra. Investem em mais cabeças de gado, assim como em uma ordenhadeira mecânica e um resfriador bem antigo (figura 59), garantindo maior qualidade do produto e redução da penosidade da atividade. Esta atividade, que na primeira década aparecia apenas para autoconsumo, na segunda década passa a gerar renda, até representar, atualmente, a principal renda da família. Assim mais um investimento foi feito em um novo resfriador (figura 59).

Figura 58 – Casa mista atual.



Fonte: Alecsandra Cunha – Jan./2018.

Figura 59 – Resfriadores, antigo e novo.



Fonte: Alecsandra Cunha – Jan./2018.

Começamos com três/quatro litros e levava lá embaixo de madrugada, de madrugada, e depois começaram a vir até aqui buscar. A vasilha pesava mais que o leite que ia dentro dela (risos). Mas quando vendia quatro, eu queria vender cinco, quando vendia cinco, queria seis, e quando chegamos nos oito litros! Bahhh, que faceirice.” (Informação verbal)⁸⁴.

⁸³ Família Chirca Silva, Trabalho de Campo, Jan./2017.

⁸⁴ Família Chirca Silva, Trabalho de Campo, Jan./2017.

Uma dinâmica de consolidação e manutenção da infraestrutura do lote e do entorno é percebida na última década, principalmente, na segunda metade. Enquanto na primeira década verificaram-se investimentos em infraestrutura regional e, em menor quantidade no próprio lote. Já a segunda década parece apresentar o contrário, com infraestrutura local e regional estabelecida – não que seja suficiente e efetiva –, configuram-se maiores investimentos no lote. Nos últimos anos, o investimento feito pela família priorizou a compra de mais uma moto e um carro usado (recentemente).

Enquanto a família Chirca Silva passa pelo processo apresentado, estabelecendo suas bases produtivas e reprodução social ancorados nos princípios agroecológicos, o neoliberalismo avança no país e suas ações começam a se intensificar no meio rural.

Uma observação importante pode ser feita na segunda década da linha do tempo: no começo dela aparecem alguns pezinhos de soja, representando a chegada dessa cultura na região. No fim da década, a quantidade de pezinhos de soja se multiplica na representação gráfica, inferindo o avanço sojeiro que vem transformando as realidades e a paisagem regional.

Considerando a Campanha Gaúcha como território tradicionalmente ocupado por latifúndios, a chegada dos assentamentos de reforma agrária reorganiza parte desse território. Quebra com a hegemonia latifundiária, nascida e criada no seio da atividade pecuária dos tempos coloniais, e dá lugar a novas formas de uso e ocupação do solo.

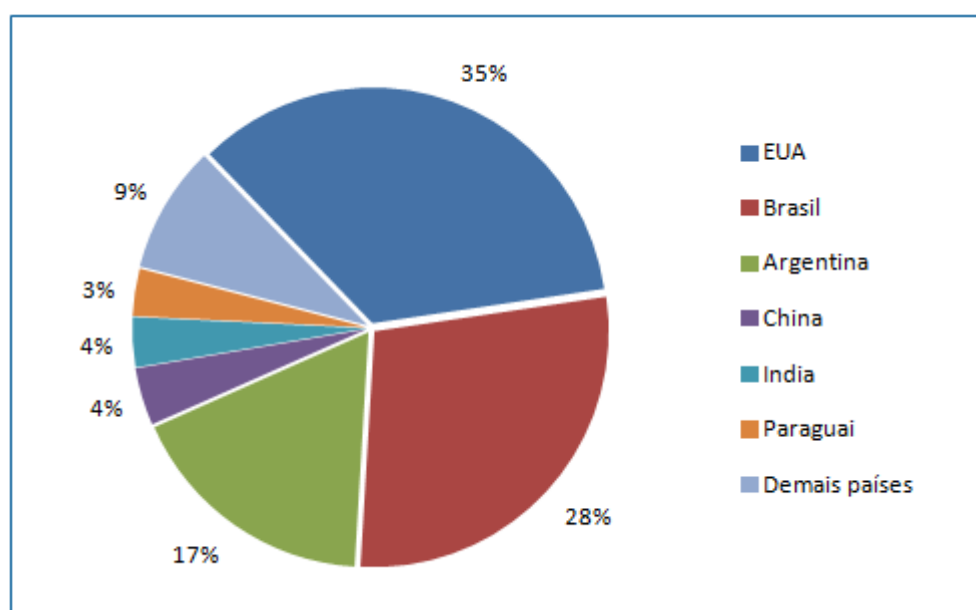
Somente no município de Hulha Negra foram implantados 28 assentamentos de reforma agrária, segundo o escritório regional da Emater (2000). Chelotti (2009), trabalha em sua tese exatamente essa reorganização de territórios, trazendo elementos objetivos e subjetivos nas mais diversas esferas da vida camponesa e sua territorialização na região. Utilizando os conceitos de territorialização-desterritorialização-reterritorialização desenvolvidos por Haesbaert ao longo de suas obras, o autor contribui para a compreensão dos avanços sociais alcançados a partir desses processos que se deram na Campanha Gaúcha, através da reforma agrária.

No entanto, na última década, a Campanha Gaúcha parece ser o palco do que pode ser reconhecido enquanto reterritorialização das atividades ligadas ao agronegócio, nesse caso, a produção da soja. Apesar da reversão dessas terras em latifúndios ser impossibilitada pelo modelo de reforma agrária implantado no Brasil,

no qual não há possibilidade de venda da terra pelos beneficiários, outras formas de uso e posse da terra acabam sendo territorializadas, como por exemplo, o arrendamento.

A produção de soja no território brasileiro vem passando por grande avanço em área plantada, aliada à tecnologia vem gerando alta produtividade desse grão, que está entre as principais commodities comercializadas no mundo: “Entre os países, o Brasil é o segundo maior produtor mundial de soja e produz aproximadamente 28% do total produzido no mundo. É superado somente pelos Estados Unidos que produz 35% deste total.” (SEPLAN, 2017, s/p.). O gráfico 09 apresenta o ranking da produção mundial de soja.

Gráfico 09 – Quantidade produzida de soja em grão nos países – 2014.



Fonte: SEPLAN (2017).

O Rio Grande do Sul é o terceiro maior produtor de soja do país, em primeiro lugar está o Mato Grosso e, em segundo, o Paraná. Entre 2000 e 2005, a área plantada no estado aumentou, apresentando decréscimo na segunda metade dessa década devido a condições climáticas desfavoráveis. Contudo, a partir de 2010, há uma retomada da expansão territorial na produção de soja no estado, atingindo, também a Campanha Gaúcha, ainda que a maior concentração apareça no norte do estado (SEPLAN, 2017).

Os principais municípios produtores encontram-se principalmente no nortenoeste do Rio Grande do Sul. No último período analisado 2013-2015, 33 municípios apresentaram produção média superior a 100.000 toneladas/ano e juntos são responsáveis por quase 40% da produção estadual. Destes Tupanciretã, Cachoeira do Sul, Palmeira das Missões, Júlio de Castilhos, Cruz Alta e Santa Bárbara do Sul se destacam, pois produzem em média mais de 200 mil toneladas anuais. (SEPLAN, 2017, s/p.).

Entretanto, seguindo a tendência do norte do estado, a Campanha Gaúcha vem apresentando grande avanço em área plantada e em quantidade produzida. Os dados apresentados pelo IBGE, organizados na tabela 06, mostram o avanço da soja na Campanha Gaúcha. Evidencia a territorialização da soja enquanto produção específica, reterritorializando a atividade econômica do agronegócio.

Tabela 07 – Avanço da soja na Campanha Gaúcha.

	1990	2000	2010	2016
Área plantada (hectares)	128.800	143.462	280.200	596.437
Quantidade produzida (toneladas)	196.870	135.319	607.212	1.304.709

Fonte: Sidra-IBGE/2017.
Org.: Alecsandra Cunha/2018.

Os dados mostram um crescimento de aproximadamente 460% na área plantada e, 700% do aumento da quantidade produzida, em 26 anos. Pode-se inferir que além da expansão da área plantada, o investimento em tecnologias baseadas na transgenia, plantio direto, agrotóxicos, entre outras, estão sendo fortemente empregados na região, repercutindo na produtividade (SEPLAN, 2017).

Tradicionalmente ocupada pelas estâncias, a partir da década de 1990, a Campanha Gaúcha se reorganiza através da fragmentação desses latifúndios, prioritariamente pecuaristas, para a implantação dos assentamentos de reforma agrária. As áreas reformadas têm por objetivo garantir o acesso a terra, redistribuindo-as de forma a cumprir sua função social. Segundo o INCRA (Site Oficial, s/d), os objetivos da reforma agrária são:

- ✓ A desconcentração e a democratização da estrutura fundiária;
- ✓ A produção de alimentos básicos;
- ✓ A geração de ocupação e renda;
- ✓ O combate à fome e à miséria;
- ✓ A diversificação do comércio e dos serviços no meio rural;

- ✓ A interiorização dos serviços públicos básicos;
- ✓ A redução da migração campo-cidade;
- ✓ A democratização das estruturas de poder;
- ✓ A promoção da cidadania e da justiça social.

Nesse sentido, milhares de hectares de terra, que se mantiveram por séculos concentrados nas mãos de uma pequena elite gaúcha, são redirecionados a centenas de famílias de trabalhadoras e trabalhadores rurais.

O latifúndio construiu a identidade da Campanha desde o século XVIII, eliminando a possibilidade de produzir um espaço regional múltiplo. A luta pela terra, organizada pelo MST, na década de 1990, introduziu a diferença, uma vez que os camponeses sem-terra passaram a produzir um espaço regional mais múltiplo e democrático em relação ao acesso a terra. (CHELOTTI, 2009, p. 290).

Desde então, a Campanha Gaúcha parecia vir se dinamizando a partir de uma produção do espaço diversificada (diferente daquela hegemônica, produzida pelo agronegócio), sobretudo porque a territorialização do universo camponês, em suas terras, possibilita a reprodução social da agricultura familiar camponesa. Contudo, o avanço neoliberal sobre o Brasil, materializado no meio rural sob políticas públicas, que facilitam a implementação de atividades ligadas ao agronegócio, buscou outras formas de intervir e dominar esse território.

A partir de pressões exercidas na forma de Projetos de Lei (PL), Medidas Provisórias (MP), Emendas Parlamentares (EM), entre outras ferramentas institucionais, os interesses do capital, representados pela Bancada Ruralista presente no Congresso Nacional e materializados no agronegócio, avançam sobre os assentamentos, inviabilizando as pequenas produções familiares. Sobretudo, porque a efetivação da reforma agrária popular e democrática, na qual os direitos fundamentais também deveriam ser garantidos às famílias, não se concretiza.

Um programa de reforma agrária não pode se basear em redistribuir terras, apenas. É necessário possibilitar formas de acesso a créditos rurais, assistência técnica, educação, saúde, lazer e cultura, como meio de manutenção dessas famílias no meio rural.

Cabe ainda salientar que não basta somente que haja a distribuição de terras, é necessário também que seja oferecido recursos que auxiliem os assentados no trabalho de desenvolver a sua terra, e que haja acompanhamento técnico para o seu desenvolvimento. (MORAIS; MITIDIERO JR., 2010, p.08).

Em sua pesquisa de dissertação, Oliveira (2016), analisa a situação de um assentamento no Mato Grosso a partir desta perspectiva, na qual o assentamento passa por diversos processos socioprodutivos na busca de sua manutenção, diante da ineficiência do Estado, que deveria atuar de maneira eficaz através de políticas públicas.

Portanto, neste trabalho de dissertação que contemplou um dos assentamentos mais antigos da região Centro Oeste, se pode verificar as deficiências contidas nas políticas de então. Elas não contemplavam as estruturas básicas como, assistência técnica, realizada pelos órgãos ligados ao Ministério da Agricultura, cuidados com a infraestrutura de deslocamento para melhorar o acesso de pessoas e mercadorias, bem como entre os assentamentos até aos mercados e, das pessoas às cidades em busca de serviços de saúde, educação e suprimentos, para as famílias. Até os dias atuais, tais possibilidades de deslocamento ainda carecem de atendimento, inclusive a circulação das mercadorias em direção aos mercados de consumo, devido à precariedade das estradas e até mesmo inexistência delas. Os assentamentos e os mercados de consumo, no que se refere às condições das estradas, aguardam ações que deveriam ter sido efetuadas há muitas décadas. As distâncias entre as cidades que estariam mais próximas dos assentamentos, que não são capitais estaduais nem regionais, ou seja, não dispõem de um mercado consumidor convidativo aos assentados, para que enfrentem as dificuldades do trajeto, bem como não se constituem em um mercado capaz de absorver a produção proveniente dos assentamentos. (OLIVEIRA, 2016, p. 108).

O mesmo se repete em diversos assentamentos da Campanha Gaúcha. Exemplo disso é o Assentamento Madre Terra, localizado no município de São Gabriel. Esse assentamento soma uma distância de até 80 km entre os lotes e as áreas urbanas mais próximas, por acesso de estradas de terra (muitas vezes impossíveis de serem utilizadas em períodos de chuva), impossibilitando o escoamento de suas produções. Além disso, a precariedade no atendimento dos direitos fundamentais das famílias ali assentadas, compôs o tema central de várias investigações. Entre elas, no âmbito da educação, Bastiani (2014) apresenta a luta das famílias por uma escola que atendesse as crianças, não sendo preciso viajarem até duas ou três horas por dia, para estudar.

Portanto, diante da ausência de políticas públicas nesse sentido, ou mesmo aquelas existentes e não efetivadas, tanto pela impossibilidade de acesso quanto pela demanda muito maior que a oferta, aliado à pressão exercida pelo capital, através das ferramentas institucionais, as famílias assentadas na Campanha Gaúcha passam por dificuldades diversas.

Os processos socioterritoriais pelos quais passou a Campanha Gaúcha no que tange ao uso e ocupação do solo, em uma evolução histórica, vai do latifúndio pecuarista à sua fragmentação pela reforma agrária, redistribuindo terra e renda (apesar das dificuldades enfrentadas), até a reconcentração dessas terras através do arrendamento para produção de soja, novamente concentrando terras e renda.

Essa realidade acaba alcançando a família Chirca Silva, como poderá ser apreciado no decorrer desse capítulo, que desde o início vem dando sinais de uma reorganização produtiva e econômica pela qual veem passando, diante da crise na produção de sementes. A cooperativa Bionatur passa por dificuldades há alguns anos, principalmente em encontrar famílias agricultoras dispostas a encarar o desafio de produzir sem veneno. O trabalho de Da Cas (2015), apresenta a trajetória da cooperativa, assim como os problemas pelos quais vem passando, como a falta de produtores e contratos rescindidos. A Venezuela, recentemente, deixou de ser uma das grandes compradoras de sementes da cooperativa, devido a crise política e econômica pela qual passa o país (Informação verbal)⁸⁵.

Entendemos que durante o tempo demandado desde o início dessa investigação até a sua conclusão, a família passa por três fases identificadas, cada uma, nos três trabalhos de campo realizados, respectivamente: a primeira delas quando ainda produzem as sementes agroecológicas; a segunda quando estão na última safra das sementes e deixando a atividade definitivamente; e a terceira quando optam pelo arrendamento de parte do lote.

Originalmente produtora de sementes agroecológicas para a Bionatur, a família Chirca Silva deixou de produzi-las no último ano. Contudo, para compreendermos a sua dinâmica organizacional e estratégias de resistência, considerando que durante 19 anos esta foi a principal produção desta família, sendo a base de sua reprodução social, apresentamos seus processos produtivos, ainda considerando a produção de sementes agroecológicas, seguida da reorganização produtiva presente no lote atualmente. Partimos dessa lógica e cronologia para apresentar as análises feitas, a partir dessa nova realidade.

O sistema produtivo adotado no lote, desde a sua ocupação, se baseou no policultivo, produção em baixa e média escala, insumos produzidos localmente, entre outras características, que estão de acordo com os preceitos agroecológicos.

⁸⁵ Família Chirca Silva, Trabalho de Campo, Jan./2018.

O calendário sazonal (figura 60) desenvolvido pela família, a partir de mais uma das ferramentas das metodologias participativas empregadas na investigação, apresenta o funcionamento produtivo do lote, englobando diferentes variáveis, inclusive informações sobre renda, temperatura e regime pluviométrico.

Figura 60 – Calendário Sazonal da família Chirca Silva.

		JAN.	FEB.	MAR.	ABR.	MAY.	JUN.
CALENDÁRIO SAZONAL	TEMPERATURA	Muito Alta	Alta	Alta -	Alta -	Médio	Frio
	RENDIMENTO CHUVA	Seco	Seco	Médio	Médio	Médio +	Chuvoso
	RENDIMENTO CHUVA	Alta	Alta	Alta	Médio	Médio	Baixa
	CULTIVOS	cenoura - colhe feijão - planta cebola - colhe	Abóbora - colhe Melancia Mogango Moranga Melão...	- Mel - colhe	preparo de solo	Milho - colhe Sorgo - colhe Cenoura - planta Coentro - planta - fim	Milho - milho Cebola - planta - fim
	TEMPERATURA	Baixa	Baixa	Baixa	Média	Média	Muito Alta
	RENDIMENTO CHUVA	chuvoso	chuvoso	Chuvoso	Médio -	Médio -	Seco
	RENDIMENTO CHUVA	Baixa	Baixa	Baixa	Média	Alta	Alta
	CULTIVOS	Cebola - planta Rúcula/Alface/ Mostarda - planta	limpeza das lavouras	limpeza das lavouras	Sorgo - planta - fim Baraços - planta	Milho - planta Sorgo - planta Baraços - planta Hortaliças - colhe	milho - planta Hortaliças - colhe Cebola - colhe - fim Mel - colhe - fim
	TEMPERATURA	Baixa	Baixa	Baixa	Média	Média	Muito Alta
	RENDIMENTO CHUVA	chuvoso	chuvoso	Chuvoso	Médio -	Médio -	Seco
	RENDIMENTO CHUVA	Baixa	Baixa	Baixa	Média	Alta	Alta
	CULTIVOS	Cebola - planta Rúcula/Alface/ Mostarda - planta	limpeza das lavouras	limpeza das lavouras	Sorgo - planta - fim Baraços - planta	Milho - planta Sorgo - planta Baraços - planta Hortaliças - colhe	milho - planta Hortaliças - colhe Cebola - colhe - fim Mel - colhe - fim

Fonte: Trabalho de Campo – Jul./2017.

Usou-se a cor laranja para marcar a temperatura, em uma escala que variou entre muito baixa, baixa, média, alta e muito alta. As temperaturas altas e muito altas aparecem nos meses de verão, as médias aparecem nas meias estações (primavera e outono) e, as baixas e muito baixas nos meses referentes ao inverno.

Assim como o regime pluviométrico, marcado em azul, apresenta períodos secos entre dezembro e fevereiro; quantidade mediana de chuva entre março e maio e, em outubro e novembro; e média elevada de precipitações durante junho a setembro, coincidindo novamente com as estações do ano. Cabe ressaltar que o clima subtropical, presente na região, apresenta estas características, nas quais suas estações do ano são bem demarcadas.

A renda mensal aparece em preto, também demonstrando um movimento cíclico, já que é resultado direto do processo produtivo, que se dá em diferentes escalas e produtos no decorrer do ano. A renda vai aumentar nos meses em que a produção nas lavouras é mais farta, ou seja, nos meses mais quentes, nos quais a energia emitida pelo sol atinge a região em maior quantidade, possibilitando o desenvolvimento de diversas culturas.

Assim como a produção do leite, também mais farta nesse período, diante da maior oferta de alimento para o gado, que acaba sendo reduzida durante os meses mais frios, já que as baixas temperaturas e menor insolação, acompanhadas de muita umidade, impede o crescimento do pasto em quantidade suficiente para atender a demanda.

O pasto também vem conforme a temperatura né, e um pouco a chuva. Se é que vem muito calor e muito seco, aí também o leite baixa. Quando é muito calor e muito seco, sim, baixa o leite porque o pasto não cresce, ou seca demais. Nos últimos anos tem dado, mas já teve anos que também... no verão baixou bastante. (Informação verbal)⁸⁶.

Nesses períodos esporádicos de seca e nos meses mais frios, uma das saídas para alimentar os animais, é a produção de determinadas culturas que são transformadas em silagem. Já que o gado sempre foi manejado também, sob as perspectivas agroecológicas, nas quais ração industrializada e medicamento alopático (salvo as vacinas obrigatórias pela legislação nacional) não são utilizados.

Já os cultivos, em verde, foram organizados pela família por cada mês, o que se planta e o que se colhe em cada um deles. O sorgo, o milho e o azevém, culturas de inverno, atendem o abastecimento interno do lote no que tange à alimentação dos animais, tanto em pastagem direta quanto em silagem. Os barços e as hortaliças eram cultivados para a comercialização das sementes, lembrando que a produção para autoconsumo, muito diversificada, ainda é desenvolvida no entorno da casa, ou seja, na horta. Entre a produção de sementes agroecológicas estavam presentes muitas variedades de abóboras, melancia, melão, pepino, cebola, alface, rúcula, mostarda, cenoura, coentro, couve, brócolis e cebola. Além da produção de mel, iniciada pelo jovem, que vem crescendo, mesmo que ainda com infraestrutura precária:

⁸⁶ Família Chirca Silva, Trabalho de Campo, Jan./2017.

O mel, se fosse as caixas certas, melava umas três vezes por ano, mas como as nossas são feitas a facção, daí tu consegue colher, de repente, duas vezes, em dezembro e em março/abril, mais março mesmo, porque abril já fica mais frio e elas têm que entrar com um pouco de mel pra sobreviver no inverno. (Informação verbal)⁸⁷.

Esta afirmação corrobora as intenções da família com relação ao seu modo de vida. A preocupação com a conservação e manutenção dos recursos naturais aparece nas suas falas, em diversos momentos e situações diferentes. Demonstrando que a dimensão ambiental imprime práticas espaciais de manejo sustentáveis, permeando o cotidiano da vida camponesa.

Outra informação contida no calendário sazonal são os períodos de preparo do solo, que acontecem entre o final de março e todo o mês de abril, e a limpeza das lavouras já plantadas, em agosto e setembro. Como já citadas, em alguns momentos do texto, as práticas sustentáveis baseadas nos preceitos agroecológicos determinam o modo de produzir no lote.

Nesse sentido, diversas práticas que caracterizam o modo de produção agroecológico estão presentes no sistema produtivo da família Chirca Silva. O policultivo (tanto na produção para comercialização quanto para autoconsumo), o rodízio de culturas e pousio, o plantio em curva de nível, o plantio de plantas consorciadas, cobertura de solos com forrageiras e/ou palha com o objetivo de armazenar água e evitar erosão, uso de adubação verde, composto orgânico (compostagem), minhocário e, também, são usadas cinzas, ricas em potássio que aumentam rapidamente o pH do solo, deixando-o mais alcalino, entre outras.

[...] as técnicas utilizadas no processo de produção agrícola devem começar pela proteção à biodiversidade: rotação de culturas, plantio direto, respeito às culturas locais, ausência de agrotóxicos, proteção do solo contra erosão, sucessão animal-vegetal, enfim, procedimentos tecnológicos e condutas que, respeitando o indispensável critério da escala, atendam a estas condições. (MACHADO; MACHADO FILHO, 2014, p. 77).

Os solos são compostos de água, minerais, gases e também de matéria orgânica: “Um princípio fundamental da agricultura orgânica é a compreensão de que o solo é um organismo vivo, naturalmente dotado de fertilidade e em constante interação com sua cobertura vegetal” (OLIVEIRA, 2010, p. 26). Considerando ainda os obstáculos naturais enfrentados:

⁸⁷ Família Chirca Silva, Trabalho de Campo, Jan./2017.

As vezes dá uma chuva, tu tá com a terra pronta e chove. Essas terras aqui são muito difíceis, quando ela tá molhada não tem o que fazer, e leva semanas até secar, daí acaba plantando mais tarde. E não pode secar muito, porque racha tudo. (Informação verbal)⁸⁸.

Os insumos utilizados na produção são desenvolvidos no próprio lote: “Tem vez que a terra tá faltando uma coisa, a gente pode colocar pó de rocha, por exemplo, pra resolver, mas tem vez que precisa de outras coisas, daí podemos colocar algum biofertilizante, a gente usa muito o esterco das vacas.” (Informação verbal)⁸⁹. Estas práticas foram resgatadas, em sua maioria, dos saberes tradicionais que envolvem seu cotidiano.

Os policultivos predominam e cobrem pelo menos 80% da área cultivada na África Ocidental. Na América Latina, mais de 40% da mandioca, 60% do milho e 80% dos feijões são cultivados em consórcio com outras culturas. Esses agroecossistemas diversificados foram se estabelecendo ao longo de séculos de evolução cultural e biológica e representam o acúmulo de experiências de camponeses interagindo com o ambiente, sem acesso a insumos externos, capital, ou conhecimento científico. (ALTIERI, 2012, p. 160).

Tao importante quando o manejo no que tange a produção, outras variáveis são observadas no arranjo territorial do lote. De acordo com a ideologia do modo de vida da família e a legislação vigente, encontramos no lote as Áreas de Preservação Permanente (APP's) e a Reserva Legal (RL) (BRASIL, 1965; CONAMA, 2002; RIO GRANDE DO SUL, 1992, 2000). Sabe-se que a utilização de determinada área para produção agrícola aponta consequências para além dela mesma, independente da extensão territorial que ocupa. Por isso a importância da implementação e manutenção das APP's e RL's. Foi com o auxílio da assistência técnica que a família as delimitou dentro do lote, cumprindo com a legislação e alcançando práxis do discurso ambiental. Portanto, recursos hídricos, mata ciliar, biodiversidade, entre outros elementos fundamentais na manutenção da qualidade do ambiente, parecem estar bem protegidos no âmbito da extensão territorial do lote.

A partir dessa perspectiva, é importante ressaltar que o Estado nunca foi muito presente enquanto assistência técnica para as famílias assentadas na região. Até que, nos últimos dez anos, um programa de assistência técnica, direcionada exclusivamente para os assentamentos de reforma agrária, atuou na região. O

⁸⁸ Família Chirca Silva, Trabalho de Campo, Jan./2017.

⁸⁹ Família Chirca Silva, Trabalho de Campo, Jan./2017.

Programa de Assessoria Técnica, Social e Ambiental à Reforma Agrária (ATES), concebido numa parceria entre o INCRA, o extinto Ministério do Desenvolvimento Agrário e a Universidade Federal de Santa Maria, consiste em:

O programa de ATES é um serviço criado pelo INCRA para prestar assessoria técnica, social e ambiental para as famílias assentadas pela reforma agrária, de forma integral e continuada. O propósito é assessorar as famílias nos aspectos econômicos, sociais e ambientais, de modo a melhorar a qualidade de vida das famílias, o aperfeiçoamento nos processos de gestão do lote, produção, beneficiamento e comercialização, além de outras questões como bem estar, saúde, educação, saneamento básico, gênero, juventude, preservação do meio ambiente, etc. (DALBIANCO, 2010, p. 28).

O programa facilitou a inserção das famílias em programas de crédito rural, acesso à saúde e educação, variados projetos com objetivo de desenvolver os assentamentos rurais. A família relata que, durante o período em que o programa atuou, a assistência técnica recebida possibilitou maior avanço nas diversas atividades desenvolvidas no lote. Foram acessados programas de crédito rural como o PRONAF e projetos de desenvolvimento territorial local, como os quintais sustentáveis; planejamento espacial do lote, para por exemplo, inserir o plantio em curva de nível e rodízio de culturas, entre outros. O acesso à assistência técnica possibilitou a inter-relação entre os saberes tradicionais e o conhecimento científico.

A relação entre esses conhecimentos é defendida pela maioria dos teóricos da Agroecologia, além de ter o reconhecimento dos próprios agricultores e agricultoras familiares, enquanto forte estratégia para vencer as dificuldades na produção.

A Agroecologia desafia o conhecimento, mas este se aplica e se testa no terreno dos saberes individuais e coletivos. A atividade de cada agricultor está motivada por cosmovisões e constelações de valores e interesses que são incomensuráveis com os valores monetários da agronomia. A Agroecologia implica a produção interdisciplinar de conhecimentos, mas se concretiza através de um processo de apropriação e aplicação desses conhecimentos, da hibridação entre conhecimentos científicos e saberes tradicionais. (LEFF, 2002, p. 43/44).

Contudo, o programa foi encerrado, junto a tantas outras políticas públicas voltadas às populações camponesas brasileiras, em especial aos assentados de reforma agrária, em função da mudança acontecida no governo federal, após o golpe parlamentar, que tirou da Presidência da República, Dilma Rousseff. A

presidenta vinha seguindo a linha de governo de seu antecessor, Lula, na qual as populações esquecidas do meio rural passaram a receber maior atenção.

Entre os extintos programas do governo Lula, está o Programa Nacional de Educação para a Reforma Agrária (PRONERA), que visava o acesso e democratização da educação. Esse programa surge a partir da demanda ideológica dos trabalhadores e trabalhadoras rurais, que além da capacitação técnica, visam, sobretudo, o amadurecimento da consciência política.

O PRONERA constitui-se em um programa de educação para os trabalhadores assentados da Reforma Agrária, cujos princípios enfocam temas como geração de justiça social no campo, respeito à diversidade social, cultural, ambiental, política, econômica, de gênero, geracional, de raça e etnia, desenvolvimento social, economia justa e ambientalmente sustentável, articulação com o mundo do Trabalho.

O PRONERA possibilitou a formação técnica de centenas de membros de famílias assentadas, facilitando a interface entre saberes tradicionais e conhecimento científico. Formaram-se turmas em todos os níveis da educação, do ensino básico ao nível técnico, tecnológico e superior, nas mais variadas áreas do conhecimento, em diversas regiões brasileiras. Entretanto, com o fim de inúmeros programas voltados para o meio rural e, em especial para as famílias assentadas de reforma agrária, se o campo brasileiro já sofria com as ações neoliberais impostas desde o fim da ditadura militar, além da própria construção histórica do território brasileiro, com o novo governo, voltado a atender os interesses das elites, inclusive a elite agrária, ele fica agora, praticamente, à mercê da própria sorte (COSTA, 2014).

Os programas voltados a atender as demandas das famílias assentadas promoveram muitos avanços no universo camponês. A união dos saberes tradicionais e conhecimentos científicos permitiu, por exemplo, a produção das próprias sementes e mudas, tanto para produção de autoconsumo quanto para comercialização. As tecnologias desenvolvidas colaboraram para a produção de sementes e mudas, corroborando mais um dos preceitos agroecológico, trazer para dentro do lote, o mínimo possível de insumos externos. Essa prática acaba por tornar a produção mais barata, já que se evita a compra de sementes e mudas, além de garantir a qualidade e procedência. Sobretudo, é uma prática que protege as

sementes crioulas, tema de projetos de ensino, pesquisa e extensão, além de ser uma prática milenar das comunidades camponesas.

Contudo, apesar das práticas e técnicas sustentáveis empregadas na produção de sementes agroecológicas, a sua produção acabou sendo inviabilizada. A família Chirca Silva produziu, durante 19 anos, sementes agroecológicas de diversas hortaliças, leguminosas, grãos e etc. Para essa família, em específico, o processo de inviabilização na produção das sementes se deu a partir de duas bases fundamentais: a contaminação da produção pelo veneno utilizado na soja plantada no entorno do lote e a falta de mão de obra. Um problema levou ao outro. Aqui fica caracterizada a segunda fase pela qual passou a família durante a pesquisa, o fim da produção das sementes agroecológicas, tornando a produção do leite a principal atividade geradora de renda no lote.

Considerando esse território de conflitos, o fim da produção de sementes agroecológicas pode ser reconhecida como uma das consequências do enfretamento de forças contrapostas, entre os interesses do capital e a reprodução das famílias camponesas. As safras de 2015/2016 e 2016/2017 foram profundamente prejudicadas, cerca de 60/70% da produção foi perdida por estar contaminada pelos venenos utilizados nas áreas sojeira, que veem se expandindo, inclusive dentro dos assentamentos. Ao ter os lotes das sementes testados em laboratórios, política de garantia de qualidade e procedência da cooperativa, verificou-se que parte delas estavam contaminadas por vestígios de agrotóxicos utilizados nas lavouras de soja.

Dois anos seguidos que a gente perdeu a maior parte da produção, não tem como seguir agora, porque a soja tá avançando e não parece que vai voltar pra trás, mas alguma coisa tem que ser feito. Tamo colhendo agora as últimas lavouras e paramos. Desde o ano passado o guri já tá trabalhando na Bionatur, porque aqui no lote, o que a gente tava tirando com as sementes que não estão contaminadas não dá pra todo mundo. Teve que ir trabalhar lá, ela (a mulher) não aguenta mais ir pra lavoura, e eu sozinho também não dou conta. (Informação verbal)⁹⁰

Ou seja, a contaminação recorrente das sementes agroecológicas leva a uma baixa na renda familiar que impossibilita sua reprodução social, levando um dos membros da família ser obrigado a vender sua força de trabalho fora do lote para complementar a renda. A partir da subtração da mão de obra jovem, é necessária

⁹⁰ Família Chirca Silva, Trabalho de Campo, Jan./2017.

então, uma reorganização produtiva no intuito da retomada de autonomia, tanto nas questões produtivas quanto de reprodução social. É necessário empoderar a agricultura familiar camponesa.

Empoderar, aqui, significa *conquista* de vez e voz, por indivíduos, organizações e comunidades, de modo que esses tenham elevados níveis de informação, autonomia e capacidade de fazer suas próprias escolhas culturais, políticas e econômicas (HOROCHOVSKI, 2007, p. 120).

Impossibilitados de produzir e comercializar as sementes agroecológicas, a família investe no gado leiteiro: “esse é certo pelo menos, o leite dá todo mês, mais ou menos, mas dá.” (Informação verbal)⁹¹. A partir dessa nova atividade produtiva, surgem outras demandas, a família passa a investir em gado e infraestrutura para a produção do leite, que passa a garantir renda mensal.

O rebanho varia anualmente em torno de 30 cabeças de gado, entre terneiros, novilhas, bois, touros e vacas. O manejo dos animais é todo realizado a partir dos preceitos agroecológicos, nos quais são rejeitados insumos químicos, tanto na alimentação quanto na saúde animal. Como já citado anteriormente, o abastecimento alimentar, tanto do gado leiteiro quanto dos demais animais criados no lote, é feito a partir do pasto disponível e a silagem produzida no próprio lote. Em tempos de pasto cheio, os animais são soltos para ali se alimentarem em livre demanda. Diante de condições climáticas prejudiciais ao desenvolvimento do pasto, a silagem entra como alternativa de alimentação saudável e mais barata, já que é produzida internamente.

No âmbito da saúde animal, além da alimentação de qualidade que previne diversas doenças, há a vacinação obrigatória de acordo com a legislação vigente e, ainda, em casos necessários, os animais são tratados com homeopatia.

A homeopatia prioriza o tratamento de cada organismo como único, respeitando as suas particularidades (SOUZA, 2002). No tratamento de rebanhos, a particularização é feita entendendo que o rebanho pode ser considerado um organismo único; cada grupo tem características próprias: raça, temperamento, ocorrência geográfica e outros. Todos são fatores que devem ser levados em conta e que caracterizam aquele rebanho como único e suas moléstias como particulares. (CHIES et al. 2015, p. 591).

⁹¹ Família Chirca Silva, Trabalho de Campo, Jan./2017.

O manejo sustentável do gado leiteiro da família Chirca Silva acaba por produzir um leite, originalmente, orgânico, já que não há inserção de insumos químicos na produção e no tratamento dos animais. Aqui esbarramos em outro problema enfrentado no meio rural, especialmente pelos assentados, como já citado, o acesso ao mercado.

Sua produção anual aponta para uma média de 1.300 litros/mês, de um produto diferenciado, sem possibilidade de ser escoado como tal. A produção é entregue à uma cooperativa de leite regional, que por sua vez está inserida na lógica hegemônica de produção, gerando uma renda média mensal de R\$1.000,00. Assim, são 1.300 litros de leite orgânico que, mensalmente, são misturados ao leite convencional, no qual o gado é tratado com ração composta por matéria prima de origem transgênica e envenenada por agrotóxicos, medicação alopática, entre outras práticas insustentáveis.

Mais uma vez fica evidente a importância das políticas públicas para a reprodução social das famílias camponesas. O acesso à comercialização direta, através de cadeias curtas, possibilitando a integração ao mercado se faz essencial em ser viabilizado, também, para o caso do leite. Afirmamos que também no caso do leite, considerando ser a principal fonte de renda e, que para todo excedente da produção para autoconsumo, estes princípios agroecológicos são atendidos.

Redes locais de comercialização devem ser priorizadas tanto para garantir um menor percurso (qualidade do alimento e menos combustível) quanto evitar os atravessadores que encarecem o produto, diminuindo a renda do produtor e aumentando o custo para o consumidor final. (CUNHA, 2015, p. 37).

Entre os preceitos agroecológicos, eliminar os atravessadores e as grandes distâncias no âmbito da comercialização, é fundamental para a autonomia familiar. Cabe ressaltar que a média do preço do leite pago aos produtores pode variar entre R\$0,65 à R\$0,95, depois de processado, produzidos diversos derivados (que também gera renda e alto lucro diante do valor agregado), o leite é vendido nos mercados dos centros urbanos, atualmente, por uma média que pode variar de R\$2,70 à R\$4,50. Somente a questão do preço já justificaria a criação de alternativas de comercialização do leite, de forma que atravessadores fossem eliminados, sobretudo pensando na qualidade do leite produzido que se mistura ao convencional, perdendo suas características orgânicas.

Em consonância com esses fatos, podem ser elencadas outras questões como o alto consumo de combustíveis fósseis no transporte de longas distâncias, entre o produtor e o consumidor final. O que vai, também, infringir diretamente no modelo de transporte adotado no país, baseado em um sistema rodoviário, que produz custos elevados no que tange a implementação e manutenção das rodovias, se mantendo refém da dinâmica mundial do petróleo.

Estabelecida a segunda fase, na qual o leite garante a renda principal da família, outros obstáculos surgem, levando à terceira fase, na qual parte do lote (10 hectares) é direcionado para a produção de soja.

A realidade que se apresenta é de um verão (2017/2018) marcado por uma forte seca. Diversos municípios da Campanha Gaúcha declaram estado de emergência com relação ao abastecimento de água. Uma comitiva de prefeitos de municípios gaúchos busca ajuda em Brasília, segundo o site G1 (2018^a, s/p).

Os prefeitos pedem recursos emergenciais para tentar amenizar as perdas, que podem passar de R\$ 1 bilhão no Rio Grande do Sul. Até agora, o Ministério da Integração Nacional reconheceu a situação de emergência de 29 municípios. Mas a ajuda financeira ainda não veio.

Em contrapartida à falta de atenção e recursos, o prefeito de Hulha Negra afirma em entrevista ao site G1 (2018b, s/p):

‘Não temos água potável nem na área urbana e nem na área rural. E não temos água para transportar. Na verdade, se demorar um pouquinho, não vai precisar alimentação, porque os animais ou vão ter morrido ou os proprietários vão ter vendido’, desabafa o prefeito de Hulha Negra, Carlos Renato Machado.

Nesse sentido, apesar da alimentação do gado ser complementada com a silagem produzida no lote, ainda assim, a baixa na produção do leite é visível, refletindo diretamente na renda familiar. Além disso, outro problema encontrado na região, que também atinge o lote da família, é o alastro do capim annoni.

O capim annoni, espécie exótica, foi introduzido no Rio Grande do Sul, na década de 1950, como solução de alimentação para o gado. Contudo, mostrou-se ineficiente diante de sua baixa digestibilidade e baixa quantidade de nutrientes, estimando-se que cerca de 500 mil hectares, no Rio Grande do Sul, estejam tomados pela planta, hoje considerada invasora ou indesejável (NABINGER, 2009).

Desde o encerramento da produção de sementes agroecológicas, parte do lote ficou desocupado, a princípio com o objetivo de pousio. Contudo, sem manejo e produção, o capim annoni se alastrou fortemente.

O controle de capim annoni após o seu estabelecimento em áreas de pastagem nativa é extremamente difícil. Entre as propostas de controle figura a rotação com culturas anuais seguida da implantação de forragens cultivadas. [...] Ainda, essa alternativa apresenta limitada viabilidade, porque requer a eliminação do campo nativo temporária ou permanentemente. Semelhantemente ao que ocorre em outras culturas exploradas em grandes áreas, o controle químico também possui potencial para ser utilizado em capim annoni em pastagens naturais. (GOULART, et al. 2009, p. 182).

A falta de mão de obra, o fim da produção de sementes, a seca do verão atual e o capim annoni estão entre os fatores que levaram a família a arrendar parte o lote, mesmo que temporariamente. “Perdemos essa batalha, mas ainda não fomos vencidos na guerra.” (Informação verbal)⁹².

Diante de tantas adversidades, tanto naturais locais/regionais quanto sociopolíticas nacional/global, a família Chirca Silva encontra-se em uma situação em que todo esse contexto interfere diretamente na sua reprodução social. Surgindo a necessidade, a partir da base material imposta, de recuar na resistência que vem impondo ao modelo hegemônico de produção agrícola, mesmo que parcial e temporariamente.

Nós não aposentamos ainda, temos que tirar nosso sustento daqui, não tem outro jeito. O leite baixou muito porque tá seco, a terra parada enchendo de annoni. Então deixamos 10 ha pra ficar uns dois ou três anos com a soja. O veneno vai acabar com o annoni e a terra rende alguma coisa, depois a gente trata o solo mais uns dois ou três anos pra descontaminar do veneno, e vamos plantar de novo mais milho, mais sorgo, mais pasto pras criação e vamos seguir com o leite. (Informação verbal)⁹³

Percebe-se que a família retrocedeu na resistência para garantir a base material da sua reprodução social. E aqui cabe uma ressalva no sentido de esclarecer que o idealismo de Weber (2004) não nega a importância da base material defendida por Marx (2004). Seu método defende que a reprodução social não depende apenas da base material, mas que as subjetividades são complementares. Ou seja, o idealismo weberiano e o materialismo marxista podem se complementar no intuito de compreender determinados espaços-tempo.

⁹² Família Chirca Silva, Trabalho de Campo, Jan./2018.

⁹³ Família Chirca Silva, Trabalho de Campo, Jan./2018.

[...] a história das ciências da vida social é e continuará a ser uma alternância constante entre a tentativa de ordenar teoricamente os fatos mediante uma construção de conceitos e interpretações, a decomposição dos quadros mentais assim obtidos, devido a uma ampliação e deslocamento do horizonte científico, e a construção de novos conceitos e interpretações sobre a base assim modificada. Nisto de modo algum se expressa o caráter errôneo da intenção de criar em geral sistemas conceituais e interpretativos, pois qualquer ciência – mesmo a simples histórica descritiva – trabalha o repertório conceitual e interpretativo de sua época (WEBER, 2004, p. 121).

Isso pode ser corroborado pelo fato de que, mesmo com toda a percepção subjetiva que a família possui da realidade, no sentido da necessidade de uma agricultura mais saudável, mais ecologicamente sustentável, sem objetivar a acumulação de capital, buscando sua reprodução social enquanto agricultura familiar camponesa, em determinados momentos a base material se impõe sobre essa subjetividade. O que é objetivo no momento, a necessidade de gerar renda suficiente que atenda a demanda familiar, se torna mais premente diante da subjetividade ideológica do modo de viver.

A partir dessa perspectiva, a introdução, temporária e parcial, da produção de soja no lote se materializa enquanto retrocesso nos aspectos subjetivos e ideológicos. Contudo, esse recuo na resistência parece ter se feito necessário no contexto em que se encontra a família, visando o combate às questões que se impuseram, como o alastro do capimannoni, a seca, a falta de mão de obra, a inviabilização da produção das sementes, entre outros e, uma forma de garantir sua reprodução social até se recapitalizarem e voltar a investir em um lote totalmente agroecológico.

Frente a estas constatações, é importante evidenciar que outras variáveis e indicadores discutidos ao longo dessa investigação, que envolvem o universo camponês, são mantidos na organização familiar. Ou seja, para o lote de um total de 21 ha, 11 ha continuam sendo manejados sob os preceitos agroecológicos. Inclusive variáveis e indicadores da dimensão sociocultural, que também refletem diretamente na dimensão econômica familiar, como é o caso da produção para autoconsumo com venda do excedente.

A produção para autoconsumo, assim como a venda do excedente, compõem parte da renda familiar, que acaba sendo invisibilizada: “a gente acaba nem sabendo

quanto a gente produz pra nós mesmo, que também é renda né, só não entra o dinheiro vivo, mas também não sai.” (Informação verbal)⁹⁴.

A tradição e a resistência se traduzem, também, através da diversidade da produção para autoconsumo. Pequenos e grande animais são criados gerando carne e subprodutos, grande variedade de vegetais e até mesmo, alguns produtos de higiene (no caso do sabão produzido a partir do óleo/banha usados na cozinha).

Nós não compramos ovos porque nós colhemos, não compramos verduras porque colhemos, não compramos carne porque produzimos. Vai comprar carne todo dia no mercado igual a gente tem aqui, todo dia tem carne na mesa. Tem leite que dá a nata, tem o melado que a gente faz pro consumo, às vezes vendemos um pouco, mas acaba que de encomenda, porque é muito difícil levar na cidade. A gente compra arroz, açúcar, farinha, café e sal, essas coisas no rancho. (Informação verbal)⁹⁵.

E completam:

Tudo entra no rancho, roupa, louça, coisas pro galpão, produto de higiene tudo. E a gente acaba comprando algumas outras boberinhas, mas é porque a gente gosta de comer aquilo e não porque precisa né. E também às vezes compra uma massa, que podemos fazer em casa e fazemos, mas às vezes numa hora de correria, aquela pronta quebra o galho. (Informação verbal)⁹⁶.

Apreciamos nesses dois relatos, tanto a dimensão sociocultural de se produzir tudo ou quase tudo que se come como a influência da indústria alimentar moderna dentro do atual modelo de produção que induz a sociedade, constantemente, ao consumo. Seja pela vida corrida, seja pela praticidade, a influência que essa indústria tem na sociedade, atualmente, não pode ser negada. Ainda assim, observando o dia a dia familiar, percebe-se que esta influência é pouca, demonstra baixo grau de hibridismo entre a alimentação industrial e aquela produzida no lote, natural, saudável e orgânica.

A importância da produção para autoconsumo se baseia em um tripé no qual a segurança alimentar da família está garantida, mantém a biodiversidade do lote e, ainda gera uma renda marginal, a partir do excedente. A renda principal, por sua vez, é direcionada a outras necessidades familiares como os gastos fixos com

⁹⁴ Família Chirca Silva, Trabalho de Campo, Jan./2018.

⁹⁵ Família Chirca Silva, Trabalho de Campo, Jan./2018.

⁹⁶ Família Chirca Silva, Trabalho de Campo, Jan./2018.

energia elétrica, combustível, o “rancho”⁹⁷ e, também, gastos variáveis como investimentos em infraestrutura, tanto produtiva quanto para o bem estar da família.

Com relação aos gastos fixos, a família relata que procura fazer os pagamentos em dinheiro. Possuem conta em um banco público, cheque especial e cartão de crédito, a partir do talão do produtor, mas quase nunca é usado. Essa situação pode inferir que a família não se insere totalmente nas relações monetárias que se dão atualmente, mantendo relações mais tradicionais de compra e venda, nas quais acordos sociais são fundamentados na confiança entre as partes e, o “dinheiro vivo” infere um *status* de honestidade. As relações com instituições financeiras, nesse sentido, acabam se dando esporadicamente, quando do acesso a créditos rurais, por exemplo.

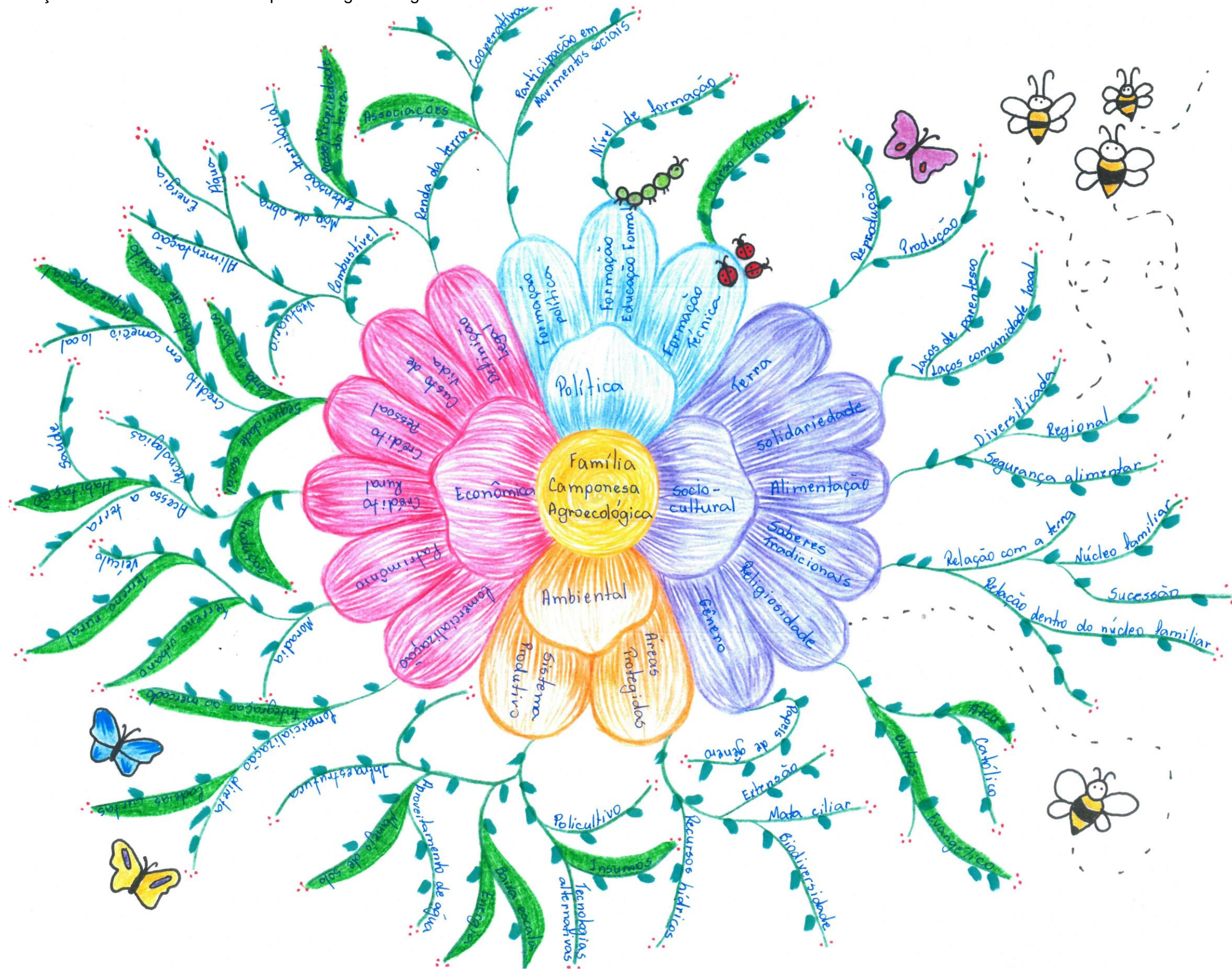
7.2 APROXIMAÇÕES E DISTANCIAMENTOS DO TIPO IDEAL: RESISTINDO SEMPRE

Observamos que a família Chirca Silva está inserida em um universo forjado a partir de lutas, resistências e esperanças. Sua trajetória indica que estratégias de resistência foram desenvolvidas no decorrer dos anos, na busca de sua reprodução social, enquanto família camponesa.

A figura 61 apresenta a sistematização analítica da família camponesa agroecológica Chirca Silva, a partir da discussão feita durante esse capítulo, no que tange às aproximações e distanciamentos da família Chirca Silva do Tipo Ideal. Representada através da imagem de uma flor, na qual todas as suas partes formam interrelações essenciais para a sua sobrevivência e esplendor. A sistematização analítica base, apresentada na figura 12 da página 160, é complementada com manchas verdes nos pontos de distaciamentos entre o Tipo Ideal e a realidade familiar. Assim, as folhagens referentes aos indicadores, que permanecem claras, sustentam as aproximações e aquelas sobrepostas com manchas verdes, identificam os distanciamentos, entre a realidade e o idealismo. Ou seja, quanto menos manchas, mais próximo ao Tipo Ideal.

⁹⁷ Como visto nos relatos, o rancho é composto pelos mais variados itens de consumo, duráveis ou não, pode variar de ferramentas para o trabalho na lavoura, a vestuário e louça para cozinha, além dos gêneros alimentícios citados.

Figura 61 - Sistematização Analítica da Família Camponesa Agroecológica Chirca Silva.



A partir desta metodologia, entendemos que a família Chirca Silva se aproxima do Tipo Ideal no âmbito legal, cumprindo os requisitos exigidos em lei e, dessa forma, puderam, também, participar de projetos de desenvolvimento territorial através de créditos rurais.

Os saberes tradicionais, que estão envolvidos em todas as dimensões do universo camponês, foram aliados ao conhecimento científico, produzindo bons resultados para a família. Assim, o modo de vida tradicional camponês interage com os conhecimentos científicos, corroborando os preceitos agroecológicos, também pressupostos pela Educação do Campo.

Este viés possibilitaria, entre outros fatores, o alargamento da racionalidade, o reconhecimento do pluralismo da ciência, a desnaturalização de concepções que veem a ciência como construção somente de iniciados e também o quanto àqueles ditos iletrados são alfabetizados cientificamente. (SILVA, 2004, p. 8).

O modo de vida camponês está presente, sobretudo, em aspectos como a dieta familiar, diversificada e com fortes influências alemã e indígena, já que a família é descendente de alemães, nascida na região missioneira e estabelecida no Pampa; construíram laços na comunidade local, que representam tanto a sociabilidade humana quanto estratégias de enfrentamento ao modelo hegemônico de produção, como a organização de grupos políticos e de produção. O trato e a relação com a terra é, também, parte fundamental das aproximações da família com o Tipo Ideal.

Valores religiosos e papéis de gênero, baseados em uma estrutura social patriarcal estão presentes no cotidiano familiar, assim como a formação política, configurando a família em um horizonte ativo/militante e simbólico do ser camponês atual.

Na dimensão política, a educação formal e informal fez e faz parte da vida familiar, tanto em cursos oferecidos por instituições educacionais, a partir de políticas públicas, quanto através dos espaços de formação e atuação do MST, buscando outro projeto de sociedade, emancipada e ambientalmente sustentável. A formação política e a militância possibilitaram que a família compreendesse as relações globais do modo de produção, assim como seu papel na sociedade.

Papel esse, expresso a partir da conservação dos recursos naturais e da forma de produzir no lote. Aqui, como vimos, a família passou por diferentes fases, a

representação gráfica da figura 61 mostra as aproximações e distanciamentos como estão atualmente. Ou seja, os preceitos agroecológicos, no que tange à forma de produzir, passam por um período de retrocesso, no qual metade do lote é manejado agroecologicamente e a outra metade produz de acordo com o modelo hegemônico. Caracterizando uma aproximação parcial no âmbito das práticas produtivas, sem perder de vista a aproximação total a médio/longo prazo.

A busca constante por tecnologias inovadoras, circuitos curtos de comercialização e a busca pela integração no mercado do leite orgânico estão presentes no cotidiano, marcando aproximações com o Tipo Ideal no que tange à sua dimensão econômica. Assim como também se aproximam, na dimensão econômica, indicadores das variáveis de crédito pessoal, custo de vida e patrimônio, todos em consonância com o Tipo Ideal teórico.

A família Chirca Silva agrega percepções a respeito da sociedade globalizada, em uma visão de mundo diferenciada daquela imposta pelo modo de produção capitalista. Ou seja, o ideal de felicidade não está centrado em acumular riqueza e consumir, a felicidade, aos olhos de cada membro da família Chirca Silva, consiste em:

* Olha, eu acho que ser feliz é viver tranquilo, que seja aqui que seja na cidade pra quem gosta e quer, mas é trabalhar, construir, plantar, produzir, crias os bichos, felicidade pra mim, é ver essa terra produzir. (Informação verbal).

* Bah! É viver de barriga cheia, com boa saúde, ter o amor da família e dos amigos. É isso. (Informação verbal).

* É viver com dignidade, é poder trabalhar, mas também poder sentar e tomar uma cerveja gelada. Conhecer o mundo, tudo que tem aí fora, que a gente tá aqui longe, mas tem um mundão aí. (Informação verbal)⁹⁸.

Essas definições de felicidade demonstram que diante de uma sociedade global que homogeniza pessoas, homogeniza comportamentos, homogeniza a vida, acreditar que a felicidade consta em “criar os bichos”, “barriga cheia” e “conhecer o mundo”, não é apenas uma forma de enxergar o mundo, sobretudo, é uma forma de resistir ao mundo.

⁹⁸ Família Chirca Silva, Trabalho de Campo, Jan./2018.

8 ENTRE A RESISTÊNCIA E A CONSOLIDAÇÃO DE UM MODO DE VIDA: FAMÍLIA CHIRCA PÉREZ

Este capítulo traz discussões acerca das análises feitas a partir dos dados coletados em campo, com a família Chirca Pérez. Como no capítulo anterior, o arcabouço teórico, a caracterização fisiográfica e sócio-histórica embasam uma visão do todo, sendo necessário evidenciar todas as partes que formam a complexidade da família Chirca Pérez. Assim, apresenta-se o universo dessa família, da qual as dimensões investigadas, com suas variáveis e indicadores, permitem fazer as aproximações e os distanciamentos entre o Tipo Ideal teórico e a realidade.

8.1 DO FRIGORÍFICO ÀS ERVAS DA LIBERDADE

A família Chirca Pérez é colona⁹⁹ em San Jacinto, o núcleo familiar é composto por três membros: homem (65 anos), mulher (57 anos) e filha (33 anos). Moram também no mesmo *predio*, em moradias separadas (figura 62), uma filha com o marido e duas filhas, há 15 anos e, um filho com a esposa e três filhos, que se mudaram recentemente, em janeiro desse ano.

Figura 62 – Moradias do *predio* da família Chirca Pérez.



Fonte: Alecsandra Cunha – Jul./2017.

Oriundos do interior do município, Tapia, distrito de San Jacinto, a família começou a se formar com o casamento realizado em igreja católica e cartório civil, o

⁹⁹ Ressalta-se que o termo “colono” e suas variáveis aqui, determina aquele sujeito beneficiário do Programa de Colonização do Uruguay, ou seja, aquele sujeito que ocupa um *predio* em uma *colonia*.

ano era 1977 (Figuras 63 e 64). Iniciaram a vida juntos e, em seguida, foram beneficiados com um *predio* em uma colônia daquele distrito. Ali viveram por 13 anos a partir da produção para autoconsumo e o trabalho em um *tambo*¹⁰⁰ próximo. Com a oportunidade de emprego para o homem no frigorífico de San Jacinto, em 1986, sua jornada passa a oito horas diárias de trabalho e um percurso de ida e volta que somam 60 km, em estradas não pavimentadas. Em um contexto no qual o acesso ao transporte, seja público ou privado, era extremamente precário, em 1990, a família opta pela troca do *predio* em Tapia por outro na Colonia João Carlos Molinelli, localizada no entorno do frigorífico. Enquanto o pai vendia sua força de trabalho para a indústria de carne, na qual trabalhou até se aposentar há quatro anos, a mulher trabalhava com os filhos na produção para autoconsumo e leiteira, transferindo para o novo local, também, a produção das ervas aromáticas, iniciada dois anos antes, principal produção da família atualmente.

Figura 63 – Casamento Civil.

Figura 64 – Casamento religioso.



Fonte: Família Chirca Perez – jan./2018.

Fonte: Família Chirca Perez – jan./2018.

¹⁰⁰ Estabelecimento rural destinado à produção e comercialização de leite de vaca.

A primeira família a ocupar as proximidades era composta pelos donos do frigorífico, aos poucos seu entorno passou a ser ocupado pelos trabalhadores dessa indústria e suas famílias. “Cuando llegamos acá ya había muchas familias viviendo, porque el frigorífico ya estaba unos 30 años, creo.” (Informação verbal)¹⁰¹.

A partir dessa trajetória e com o avanço da produção das ervas aromáticas, a família Chirca Pérez se caracteriza dentro da legislação uruguaia no que tange à agricultura familiar (Ley 19.355 de 19 de diciembre de 1996). Cumprindo as especificações de extensão territorial, mão de obra prioritariamente familiar, retira da terra a principal renda da família, contudo, mantém o uso e posse da terra, sob o regime de arrendamento pago ao INC. O valor do arrendamento gira em torno de R\$6.000,00 (Banco do Brasil, 01 mar./2018) ao ano, sendo pago semestralmente, sob pena de ser retirado do *predio* em caso de inadimplência.

Segundo a família, o valor do arrendamento de cada *predio* varia de acordo com a localização, fertilidade do solo, extensão territorial e: “Estamos ahora luchando para que los nuevos colonos tengan un tiempo hasta empezar a pagar el arrendamiento, producir primero, no planta hoy, cosecha mañana y vende.” (Informação verbal)¹⁰².

Essa forma de acessar a terra no Uruguai garante que famílias camponesas, sem capital suficiente para adquirir uma propriedade rural, possa ser assentada e se reproduza socialmente. Já que vemos no Uruguai, com as devidas proporções em extensões territoriais, a concentração de terra e riquezas, assim como no Brasil, impossibilitando a equidade social, gerando desigualdades e conflitos no meio rural. Além de também provocar fenômenos no meio urbano, quando o êxodo rural leva à marginalização da população rural que busca melhor qualidade de vida nas áreas urbanas.

O fim da ditadura militar, em 1985, proporcionou certo avanço na luta contra essas desigualdades e conflitos, já que movimentos sociais e ONG's insurgem e levantam diversas bandeiras de luta, inclusive no meio rural¹⁰³. O nordeste de Canelones foi beneficiado por um projeto do Coletivo Cotidiano Mujer:

¹⁰¹ Família Chirca Pérez, Trabalho de Campo, Jul./2017.

¹⁰² Família Chirca Pérez, Trabalho de Campo, Jul./2017.

¹⁰³ Essa movimentação da redemocratização aconteceu na América Latina em períodos muito próximos, no caso do Brasil e Uruguai, o fim das suas ditaduras militares aconteceu no mesmo ano. Um momento de mudanças estruturais para os países latinos, o que chamou atenção do mundo, atraindo diversos atores sociais, como ONG's e movimentos sociais de todas as partes do mundo, e também, nacionais.

Es una organización no gubernamental, con personería jurídica, creada en 1985 como un espacio cultural feminista orientado al trabajo en comunicación política y derechos humanos de las mujeres. Desde entonces, *Cotidiano Mujer* ha trabajado acompañando el desarrollo de la agenda política y cultural de las mujeres uruguayas y latinoamericanas, construida en miles de encuentros, marchas, campañas, y debates. (COTIDIANO MUJER, site oficial, s/d).

A estrutura social uruguiaia não é diferente da brasileira e de diversas outras ao redor do mundo, no que tange ao patriarcado. Assim, notou-se que os grupos de produtores rurais que se organizavam durante a redemocratização do país, eram constituídos, majoritariamente, por homens. Nesse sentido, a ONG trabalhou para reunir mulheres rurais, formando grupos em espaços dedicados, exclusivamente, a elas.

La propuesta era que durante dos años reunirse todos los meses, hablar de los más variados temas, tener un espacio en que pudieran ser ellas mismas, y no una extensión de la casa, del marido y de los hijos. Un lugar para reunión de mujeres, lo que no era común en aquel momento. (Informação verbal)¹⁰⁴.

A partir de cursos de saúde da mulher, alimentação, produções alternativas, entre outros, surge a ideia das mulheres envolvidas no projeto formarem grupos de produção. O objetivo era a busca de uma renda própria, considerada por elas o ponto de partida para o empoderamento feminino, através do viés econômico.

[...] apesar das melhorias em curso, a permanência da mulher dentre as esferas mais vulneráveis resulta em grande parte de um desproporcional acesso às oportunidades econômicas e sociais, o que chama a atenção para condições estruturais e situacionais compartilhadas, em diferentes graus, pelos vários Estados do globo, inclusive os da América do Sul. (PALMA, 2016, p. 38).

Em 1987, três grupos locais de mulheres são formados compondo um grande grupo, com o objetivo de produzir ervas medicinais e aromáticas orgânicas, o que seria um diferencial, uma inovação. O nome do grupo fez menção ao amanhecer, ao renascimento de um novo dia, simbolizando o renascimento daquelas mulheres enquanto protagonistas de suas vidas: Mañana. Os três grupos menores que compunham o grupo Mujeres del Noreste de Caneloes Mañana, eram identificados com o mesmo nome acrescido de sua localização: Mañana-Tapia, Mañana-Gardel e

¹⁰⁴ Família Chirca Pérez, Trabalho de Campo, Jul./2017.

Mañana-Pedesma. Assim, inicia-se o processo de empoderamento destas mulheres, através da produção das ervas e formação política, esta última proporcionada pelos movimentos sociais, ONG's, coletivos e cooperativas, nos quais se envolvem¹⁰⁵.

Considerando a formação na educação formal da família, na qual pai e mãe frequentaram apenas os anos iniciais da escola e, os filhos concluíram o *Liceo*¹⁰⁶ sem ingressar na universidade, a formação política foi fundamental na sua construção e organização social, principalmente no que tange ao empoderamento das duas mulheres. A filha ainda, atualmente, frequenta o curso técnico de especialização em Agricultura Familiar e Agroecologia na *Escuela Agrária de San Jacinto*, buscando conhecimento científico que possa ser aliado aos saberes tradicionais, já que não dispõem de assistência técnica rural. Assim como a neta mais velha, de 15 anos, cursa sob a metodologia da Pedagogia da Alternância, o primeiro ano do último ciclo da Educação secundária, curso equivalente ao Técnico em Agropecuária, existente no Brasil.

O envolvimento com os movimentos sociais e coletivos acendeu um universo até então desconhecido pela família: “uma vez que o fomento ao empoderamento econômico da mulher pode se traduzir em mudanças no acesso à educação e nos cuidados com a saúde ao permitir o alcance de uma maior consciência de si.” (PALMA, 2016, p.36). O processo de empoderamento possibilitado pela atuação junto aos coletivos e movimentos sociais proporcionou uma reorganização interna na família, na qual as mulheres passam a ser protagonistas de suas histórias, são protagonistas nos processos organizacionais produtivos, econômicos e sociais. Apresentando uma família em que as bases patriarcais perderam força, tendo as mulheres como centro da organização familiar, seja no âmbito público ou privado, social ou produtivo.

O que pode ser observado é que há um movimento mundial, no sentido da luta por igualdade de gênero, presentes em espaços de grandes eventos como o

¹⁰⁵ A família faz parte dos seguintes grupos (em parênteses consta o ano que ingressaram): Grupos de produção de ervas Mañana (1987), Amigos de la Tierra (1987), Rede de Mulheres do Uruguai (1991), Rede de sementes crioulas e nativas (1994), Comissão Nacional de Fomento Rural (2005) e Rede de Agroecologia do Uruguai (2002). Para mais informações como missão, objetivos, princípios e ações, os sites oficiais de cada organização constam nas referências deste trabalho.

¹⁰⁶ A estrutura educacional no Uruguai é baseada na gratuidade desde a pré-escola até o ensino superior. Divide em seis anos para a Educação primária (obrigatória) e mais seis anos para a Educação secundária. Esta última é dividida em dois ciclos de três anos cada um, sendo o primeiro obrigatório, e o segundo, o chamado *Liceo*, é a preparação para a universidade, considerado de grande *status* na sociedade uruguaia. Para mais informações, ver: http://www.mec.gub.uy/innovaportal/file/431/1/ley_de_educacion_dic2014.pdf. Acesso em: 25 out. 2017.

ECO – 92, a Conferência sobre População e Desenvolvimento (1994), a Conferência Mundial sobre Direitos Humanos (1993), o Fórum Social Mundial (2001-2003), a Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Social (1995). Em todos esses eventos foram construídas sugestões de políticas públicas focalizadas, ou seja, voltadas para as mulheres pobres da cidade e da zona rural. Friedmann (1992, p. 33), elenca três tipos de empoderamento fundamentais no ambiente doméstico:

[...] o social, que inclui o acesso da unidade doméstica a determinadas “bases” de produção, informação, participação em organizações sociais e recursos financeiros; o político, que se refere ao acesso de cada indivíduo dessa unidade aos processos em que as decisões são tomadas; e o psicológico, que consiste em um senso individual de potência.

Potência é uma palavra que representa, de forma indelével, as mulheres da família Chirca Pérez. Observa-se que os papéis de gênero, geralmente bem estabelecidos com vantagens e privilégios para os homens, não se faz presente nesse universo familiar. A submissão naturalizada presente no cotidiano feminino da maioria das famílias camponesas não faz parte da família Chirca Pérez com tanta intensidade. Sobretudo porque mesmo que algumas atividades domésticas ainda sejam realizadas por mãe e filha, como o preparo do alimento, lavagem da roupa, manejo da horta, entre outras, o que pode ser observado são duas mulheres à frente das tomadas de decisão no que tange à produção e ao convívio social. O homem cumpre seu papel tanto na produção (responsável pelo preparo do solo, manejo do gado e produção das pastagens) quanto no convívio social, contudo o protagonismo socioproductivo fica a cargo das mulheres.

A autonomia econômica e o afastamento dos valores religiosos cristãos podem ter relação com a organização familiar aqui composta, na qual não foi observada submissão ou invisibilização da figura da mulher: “Yo entendí quién yo era, cuando vi que podría hacer las cosas de la manera que yo quería, y no que me mandaban.” (Informação verbal)¹⁰⁷. A família relata que o afastamento do ambiente religioso da igreja católica aconteceu naturalmente, não houve um marco. Quando perceberam, não mais frequentavam a igreja, e algumas ideias e valores religiosos passaram a ser incompatíveis com o mundo que se apresentava.

¹⁰⁷ Família Chirca Pérez, Trabalho de Campo, Jan./2018.

A noção de empoderamento da mulher implica em uma mudança profunda nos processos e nas estruturas que reproduzem sua posição enquanto submissa, sendo o poder pensado no sentido de relação social. Dessa forma, a perspectiva feminista do empoderamento parece ser condição essencial para a equidade de gênero, uma vez que demanda o reconhecimento por parte das mulheres de que há uma discriminação de gênero e do desejo de querer transformar essa realidade. (PALMA, 2016, p. 39).

A partir dessa perspectiva, é necessário ressaltar a importância das políticas públicas destinadas às mulheres rurais, já que as observações e conversas informacionais mostraram que, o empoderamento das mulheres da família Chirca Pérez teve origem nos espaços de encontros abertos a elas, através do projeto da ONG, inicialmente.

En los talleres del proyecto aprendimos muchas cosas y en cada organización que entramos aprendemos un poco más. Aún pudimos viajar y conocer Brasil, conocer experiencias de producción orgánica de otros lugares. Yo fui hasta en el nordeste de Brasil, jamás conocería todo eso si no fueran las organizaciones. (Informação verbal)¹⁰⁸.

Foi também naqueles espaços de encontros e formações que surgiu a ideia da produção das ervas aromáticas e medicinais orgânicas. A partir disso, o envolvimento nas demais organizações das quais fazem parte, contribuiu, cada vez mais, para seu empoderamento.

As mudanças estruturais compartilhadas pela América Latina no final das décadas de 1980 e 1990, com a transição para governos democráticos e aumento de pressões sociais, constituem o solo fértil para a reivindicação de alterações institucionais, reformas constitucionais e participação política efetuada por diferentes forças sociais, em especial aqui os movimentos de mulheres e os feministas. (PALMA, 2016, p. 42).

Em toda a América Latina, a questão de gênero vem crescendo em espaços de debate acadêmico, mas também, vem sendo institucionalizada através de leis e políticas públicas que visam proteger as mulheres da violência a que são submetidas pelo sistema patriarcal, no qual são tidas como objeto pertencente ao homem, seja pai, irmão, marido. Além disso, as políticas públicas específicas para mulheres rurais, principalmente as mais pobres¹⁰⁹, vem transformando realidades. Essa afirmativa é corroborada por diversas experiências que veem sendo

¹⁰⁸ Família Chirca Pérez, Trabalho de Campo, Jul./2017.

¹⁰⁹ A obra de Campos (2011) traz um panorama sobre a pobreza da população feminina rural, em grande parte, causada, segundo a autora, pelas atividades ligadas ao agronegócio.

desenvolvidas em diversas partes da América Latina e compartilhadas através de publicações¹¹⁰, que vem alcançando, cada vez mais mulheres.

Se por um lado, a organização familiar não está baseada em uma estrutura tradicionalmente patriarcal, por outro lado, valores e costumes tradicionais camponeses são mantidos, principalmente no que tange aos laços com a comunidade local, aos laços de parentesco, a relação com a terra e a possibilidade de sucessão familiar bem definida.

A família Chirca Pérez é muito ativa na comunidade local, participa de festejos locais, mantém ótimas relações com a vizinhança, laços de solidariedade foram construídos e podem ser observados no cuidado com o outro, no auxílio ao vizinho acamado, na interrupção das atividades diárias para comparecer ao velório de amigos, da troca de gêneros alimentícios entre a vizinhança. Vale ressaltar que o acesso a vizinhos, à cidade, à escola, entre outros espaços sociais, é facilitado pela localização do *predio*, às margens de uma rodovia federal, *La Ruta 7*.

A flexibilidade de adaptação, o objetivo de reproduzir o seu modo de vida e não o de acumulação, o apoio e a ajuda mútua encontrados nas famílias e fora das famílias em comunidades camponesas, bem como a multiplicidade de soluções encontradas para o problema de como ganhar a vida são qualidade encontradas em todos os camponeses que sobrevivem às crises. (SHANIN, 2008, p. 25).

A solidariedade, companheirismo e afetividade também são evidenciados nos encontros que reúnem esse núcleo familiar com os outros membros da família que vivem no mesmo *predio*. Filho e filha, casados, com seus núcleos familiares estão sempre presentes. O carinho com as crianças são oferecidos juntamente com ensinamentos tradicionais, por exemplo, de como tratar os animais domésticos, de produção e a terra. “¡Vamos! Venir ayudar la abuela alimentar a los pollos. ¡Después vamos en el invernadero mirar cómo están las muditas!”. A relação com a terra não se limita à produção e saberes como não matar os insetos amigos das lavouras, foram repassados aos filhos e, agora, a história se repete com os netos. Nos almoços de domingo, que reúne todas e todos ao redor da mesa, são debatidos os mais diversos temas, entre trivialidades: “No me gustan las novelas argentinas, que lloran demasiado. ¡Las brasileñas son siempre bien animadas!”, e política internacional: “¿Quién será candidato en lugar de Lula si es arrestado?”. Tudo

¹¹⁰ Hora; Macedo; Rezende (2015), Campos (2011), Santos; Picolotto (2017), Bordalo (2011), Neves; Medeiros (2013), entre outros.

acontece em meio a muita fartura de comida, vozes acaloradas, um e outro choro de criança e gargalhadas.

A sucessão familiar parece estar garantida para a família Chirca Pérez, todos os descendentes vivem, atualmente, no *predio*. A convivência diária vem cumprindo o papel de compartilhamento de saberes entre as gerações, a filha mais nova já é a principal responsável pela produção das ervas aromáticas, a neta mais velha afirma: “Estoy estudiando agricultura en el Liceo y quiero vivir acá toda mi vida, trabajar y vivir acá.” (Informação verbal)¹¹¹. O filho casado, que passou a viver recentemente ali, é funcionário do frigorífico local, contudo relata que a intenção é terminar de pagar os créditos feitos para a construção da casa¹¹² e se dedicar integralmente à produção no *predio*, em conjunto com a irmã mais nova.

Uma das características principais do campesinato é o fato de que ele corresponde a um modo de vida, a uma combinação de vários elementos. Somente após compreendermos que se trata de uma combinação de elementos e não de algo sólido e absoluto é que começamos a entender realmente o que ele é. Porque, se procurarmos uma realidade fixa, não vamos encontrar isso no campesinato. (SHANIN, 2008, p. 34)

Outro elemento fundamental observado é a dieta alimentar. A família Chirca Pérez apresenta uma base alimentar com características marcantes da cultura camponesa local, ou seja, as batatas, as batatas-doces, as abóboras e a farinha de trigo. A figura 65 apresenta um típico almoço da família, composto de purê de batata inglesa e uma variedade de batata-doce, muito comum na região. A maior parte da alimentação é produzida no próprio *predio*, tanto na horta do entorno da moradia quanto na criação de pequenos e grandes animais (figura 66).

São muitas as variedades de batatas e batatas-doces usadas na alimentação, contudo, a família não tem o hábito de consumir grande quantidade de carne, o que a diferencia da cultura regional diante da tradição da pecuária. Assim como o consumo de hortaliças também é reduzido, mesmo produzindo grande quantidade desses vegetais para comercialização: “Sabemos que deberíamos comer más hojas, pero es muy cultural, no tenemos el hábito de comer las hojas desde pequeños. Tal vez sea por el clima más frío que pide comida más robusta”. (Informação verbal)¹¹³.

¹¹¹ Família Chirca Pérez, Trabalho de Campo, Jan./2018.

¹¹² As três casas foram construída a partir de créditos do projeto de “Erradicación de la Vivienda Rural Insalubre”. Disponível em: <https://legislativo.parlamento.gub.uy/temporales/D2017090795-003266732.pdf>. Acesso em: 08 mar. 2018.

¹¹³ Família Chirca Pérez, Trabalho de Campo, Jan./2018.

Além disso, leite, manteiga, queijo, ovos, entre outros derivados são garantidos através da produção para autoconsumo. Pães, bolachas, bolos, tortas e demais produtos originados da farinha de trigo são comprados prontos de um padeiro local.

Figura 65 – Almoço típico da família Chirca Pérez.



Fonte: Alecsandra Cunha – Jul./2017.

Figura 66 – Produção de leite para autoconsumo.



Fonte: Alecsandra Cunha – Jul./2017.

Nesse sentido, percebe-se que a família não passa pelo processo de erosão cultural alimentar, ou seja, não há perda de diversidade alimentar, garantindo também, sua segurança alimentar.

O agricultor é fruto de uma construção social, onde os processos produtivos que ele executa estão relacionados com o seu *Habitus* e o seu *Modus Operandi*, as suas construções estão relacionadas com a sua inserção dinâmica com a natureza e os processos culturais e sociais locais. O agricultor nasce de um processo onde a produção de alimentos para o seu consumo diário é o principal objetivo, onde os cultivos foram sendo aprimorados através de observações sobre a natureza e não através de técnicas padronizadas. (BALEM; SILVEIRA, s/d. p. 05).

Contudo, também é constante a presença de biscoitos recheados, doces industrializados, refrigerantes e água com gás, apresentando certo grau de hibridização entre a comida produzida pela família e a comida industrial oferecida pelo mercado.

O problema é que muitas vezes a Erosão Cultural Alimentar vem disfarçada através da opção do agricultor em não produzir alimentos de subsistência, seja em função de que este tem preferência pelo produto industrializado, ou está minimizando esforços e diminuindo assim a carga de trabalho, ou não dispõe de áreas para estes cultivos, já que deve priorizar os cultivos comerciais. (BALEM; SILVEIRA, s/d. p. 07).

A família relata que mantém a produção para autoconsumo para garantir qualidade na alimentação e, ainda pela questão econômica, já que a alimentação industrial, além de não garantir qualidade e diversidade genética, tem valor de mercado muito elevado, o que faria com que a despesa mensal fosse maior. Entretanto, afirma que os produtos industriais de gêneros alimentícios consumidos pela família passaram a fazer parte da dieta alimentar por uma questão de oferta: “Nosotros comemos muchas cosas porque están ahí en los estantes del supermercado, no son saludables, pero son deliciosos e incluso sabiendo de los maleficios, acabamos no resistiendo”. (Informação verbal)¹¹⁴.

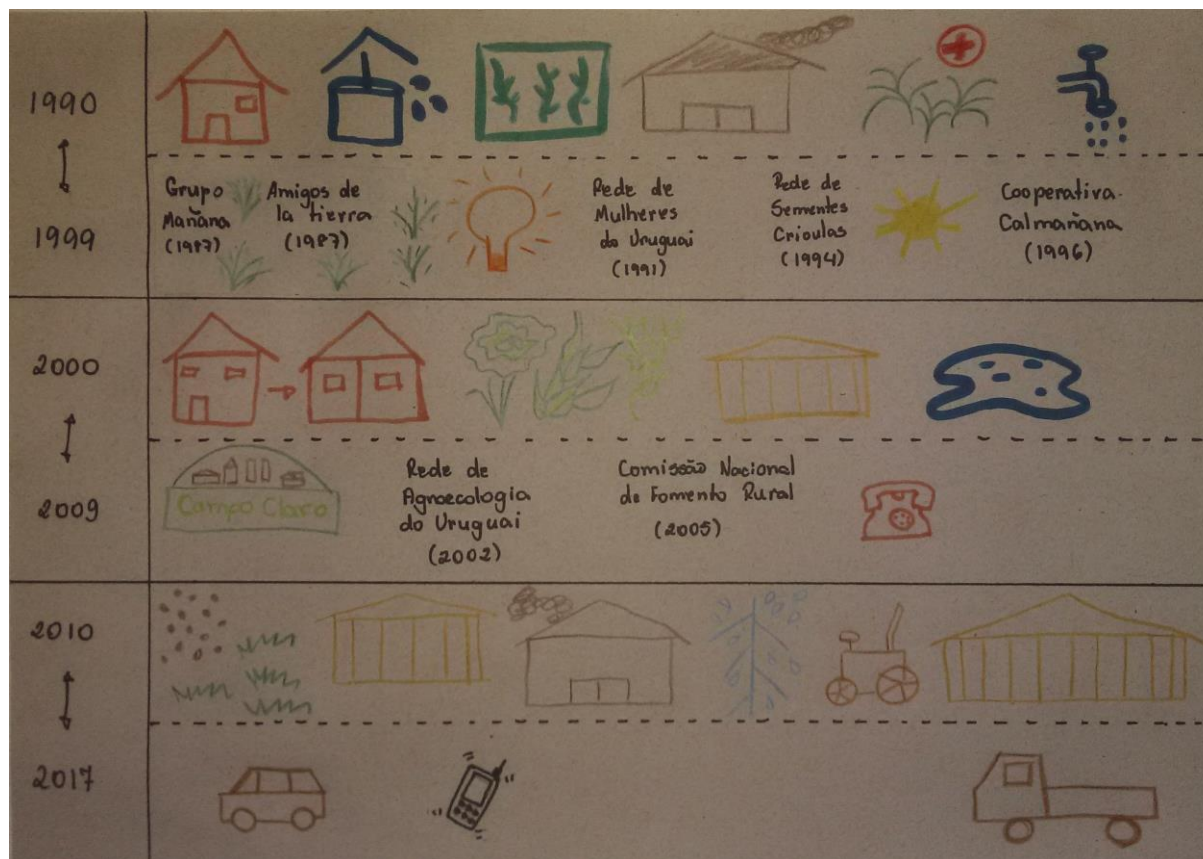
Talvez a maior hibridização alimentar da família possa ter origem no envolvimento das mulheres da família em diversas frentes, tanto na cadeia produtiva quanto na atuação dos movimentos sociais. Pode-se inferir que características patriarcais estão presentes neste contexto, evidenciando questões de gênero. Ou seja, mesmo com o processo de empoderamento pelo qual passou essas mulheres, as atividades domésticas são desenvolvidas por elas. Diante do menor tempo disponível para se dedicarem ao espaço social da cozinha, especificamente na preparação de alimentos, como as quitandas que compõem a alimentação típica camponesa, tais produtos passaram a ser comprados, pois sua preparação não foi assumida por outra pessoa.

O envolvimento nas diversas organizações se deu de forma processual, na medida em que a produção das ervas aromáticas foi crescendo e se fazendo necessário. A figura 67 apresenta a linha do tempo desenvolvida com a família Chirca Pérez, como ferramenta das metodologias participativas. São apresentadas as instalações de infraestruturas e melhorias no *predio*, assim como o envolvimento nas distintas organizações.

Para ocuparem o *predio*, foram necessários alguns investimentos iniciais, como a construção de uma casa de adobo e um poço do tipo cisterna para abastecimento de água, além do curral para a pequena produção de leite, que compunha parte da renda. Cabe ressaltar, que todos os investimentos iniciais ficaram a cargo da família, segundo seus relatos, não havia crédito do governo, que por sua vez, apenas cedia a terra através do INC.

¹¹⁴ Família Chirca Pérez, Trabalho de Campo, Jul./2017.

Figura 67 – Linha do tempo da família Chirca Pérez.



Fonte: Alecsandra Cunha – Jul./2017.

A localidade não oferecia energia elétrica e água encanada, que chegaram em 1992 e 1995, respectivamente. Assim como a família brasileira, um dos primeiros elementos que aparecem nos relatos e desenhos são as chircas: “Quando llegamos era sólo chirca, mucha chirca, necesitamos sacar un poco con tractor. Mi hijo iba a la escuela a caballo y encima del caballo no podría verlo. Porque la chirca estaba muy alta”. (Informação verbal)¹¹⁵.

Iniciaram uma lavoura de $\frac{1}{2}$ hectare de ervas aromáticas e seguiram com a produção de leite, que em 1995 foi finalizada definitivamente para fins comerciais. A decisão de finalizar a produção de leite para venda veio junto com a legislação que determinava que os produtores de leite deveriam atender certas especificações, entre elas, possuir um resfriador no intuito de garantir a sanidade do leite. Era uma produção baixa, de complementação de renda, não gerava lucro suficiente para tão

¹¹⁵ Família Chirca Pérez, Trabalho de Campo, Jul./2017.

altos investimentos, assim a atividade passou a ser desenvolvida apenas para autoconsumo.

Da modernização decorre o aumento da produtividade, que também é considerado um mecanismo para equilibrar o déficit existente, advindo dos preços baixos do leite. Nessa alternativa, os pequenos agricultores têm mais dificuldade para se modernizar e alcançar condições econômicas mais favoráveis, acabando por produzir com técnicas rudimentares ou sendo obrigados pelo setor industrial a ser modernizar a partir de um endividamento que, segundo os autores, promove uma descapitalização desse segmento. (SCHMITZ; SANTOS, 2013, p. 342).

Além disso, a produção das ervas aromáticas crescia, como era planejado e, foi inserida ainda, a produção das ervas medicinais. Portanto, os investimentos foram direcionados a essas produções, sendo construída a primeira secadora de ervas, com energia solar.

A primeira década foi marcada por investimentos iniciais no *predio*, tanto para residência familiar quanto para produção, infraestrutura regional como água e energia elétrica, além da intensa participação e atuação em diversas organizações. “Nuestro crecimiento, nuestro trabajo, nuestro esfuerzo durante todos estos años iniciales era para que los hijos fueran a Liceo” (Informação verbal)¹¹⁶.

Fundadora do Grupo de Mujeres Productoras Manaña e integrante da Red Amigos de la Tierra desde 1987, em 1991, a mulher passa a integrar, também, a Red de Mujeres Rurales del Uruguay e, em 1994, a Red de semillas criollas y nativas. É importante ressaltar que naquele momento, todas as atividades de produção e atuação nas frentes dos movimentos sociais, eram de responsabilidade da mulher. O marido era funcionário do frigorífico, enquanto os filhos auxiliavam na produção, contudo, ainda eram crianças e adolescentes, tendo como prioridade, a escola.

A organização social e econômica, o processo de trabalho e produção, as relações com os mercados e as formas de transmissão patrimonial são fortemente influenciadas por relações de consanguinidade e parentesco, que são tributárias tanto do modo como as famílias gerenciam os seus recursos materiais como dos valores culturais e simbólicos que definem sua identidade. (SCHNEIDER; NIEDERLE, 2008, p. 992).

A partir dessa perspectiva, pode-se inferir que os primeiros apontamentos para a mudança da estrutura familiar começam a se apresentar. A mulher passa por

¹¹⁶ Família Chirca Pérez, Trabalho de Campo, Jul./2017.

processos de formação e empoderamento que acabam por colocá-la como protagonista da organização familiar.

Durante cinco anos (1987 a 1992) as ervas eram produzidas e secas no *predio* e levadas a Montevideu para serem vendidas a conhecidos. Ou seja, o mercado consumidor inicial foi formado a partir de uma rede de relações construídas socialmente, por amizades e afinidades de ideias. Já que participar de diferentes movimentos sociais e coletivos expandia ainda mais o mercado consumidor das ervas aromáticas.

Concomitantemente, o processo de certificação orgânica das ervas aromáticas se desenrolava através da Organização de Controle Social. Existem três formas de certificação orgânica a primeira delas é a Auditoria, na qual uma empresa é contratada para atuar em todo o processo de certificação, é mais caro e preferida por produtores maiores. A segunda forma é a certificação por Sistemas Participativos: “Todos os envolvidos na produção atuam como parceiros, visitando um ao outro, para garantir todos os processos da produção, desde o plantio, colheita, armazenamento, distribuição e venda.” (OLCZEVSK; COTRIM, 2014, p. 21). E a terceira forma de certificar um produto orgânico é pela Organização de Controle Social, em que a unidade de produção é cadastrada como orgânica nos devidos órgãos governamentais de cada país, recebendo visitas de inspetores e consumidores. Atualmente, a certificação orgânica da produção da família Chirca Pérez é feita através da Red de Agroecología del Uruguay, por Sistemas Participativos.

De 1992 a 1996, já certificadas, as ervas passam a ser vendidas em pequenos supermercados da capital, sendo expostas junto aos caixas de pagamento, um local de destaque: “A exposição dos produtos no ponto de venda, acompanhada de uma comunicação e localização eficiente, é fundamental para impactar o consumidor e influenciar sua decisão de compra” (HYPERMARCAS, 2014, p. 30).

Entretanto, em 1996 é estabelecida uma nova legislação que obriga a utilização de código de barras em produtos vendidos em supermercados, esta demanda acaba por originar a Cooperativa Agrícola Ltda – Mañana (Calmañana). O grupo Mañana buscou créditos do governo para subsidiar a criação da cooperativa, participaram de oficinas e cursos que capacitassem as mulheres no sentido de criar e gerir a associação. “Em torno do conceito de cooperativa giram significados

positivos, que lhe dão uma atratividade semântica definida por palavras como grupo, união, cooperação, solidariedade, companheirismo.” (ALBUQUERQUE; PIMENTAL, 2004, p. 179).

Para além da simbologia, a cooperativa representa a forma legal para que o grupo Mañana possa continuar produzindo e expandindo suas redes de comercialização, já que o institucionaliza enquanto pessoa jurídica, o que acarreta também, burocracias. Nesse sentido, a primeira década representada na Linha do Tempo é finalizada com grandes avanços na produção e organização familiar. Enquanto o início da segunda década é marcado pela mudança da marca das ervas aromáticas. Junto com o grupo Mañana, foi criada a marca Mañanitas para comercialização das ervas.

Creamos la marca Mañanitas y trabajamos con ella por diez años. Registramos, hicimos todas las burocracias a través del abogado. Lo que pasó fue que descubrimos que fuimos engañadas. El abogado tomó todo nuestro dinero y no registró nada. Usamos la marca diez años creyendo que era nuestra, hasta que descubrimos que personas en Argentina habían registrado nuestra marca. (Informação verbal)¹¹⁷.

Diante disso, no ano de 2000, as ervas passaram a ser comercializadas através da marca CampoClaro, pertencente à distribuidora de gêneros alimentícios, com a qual firmaram contrato de distribuição das ervas e uso da marca. “CampoClaro surgió de la alianza entre mujeres de una cooperativa rural y nuestra empresa familiar de distribución. Se convirtió en una marca innovadora que fue incorporando diferentes productos de la canasta alimenticia familiar.” (CAMPOCLARO, s/d).

Em 2005, outro contrato foi firmado entre as partes, 50% da marca passou a pertencer à cooperativa Calmañana e ser usada, exclusivamente, para produtos orgânicos e de origem da agricultura familiar camponesa (figura 68). Atualmente, a marca distribui cerca de 60 produtos, entre ervas aromáticas, erva mate, molhos, massas, arroz, farinha de milho e trigo, entre outros. Os demais produtos foram agregados a partir de um objetivo muito claro: “El objetivo de CampoClaro es poder lograr que mas personas se sumen a este modelo de negocio inclusivo, de manera que el campo no disminuya más su población y consiga condiciones dignas de trabajo protegiendo y mejorando el medio ambiente.” (CAMPOCLARO, s/d).

¹¹⁷ Família Chirca Pérez, Trabalho de Campo, Jul./2017.

Figura 68 – Site Oficial da marca CampoClaro.



Fonte: <https://www.campoclaro.com/> (2018).

A família apresenta, assim, nas duas primeiras décadas, um processo intenso e contínuo de inserção em diversas bases de enfrentamento ao modelo hegemônico de produção agrícola. Além das organizações em que já estava envolvida, desde 1987, em 2002 se insere na Red de Agroecología del Uruguay (quando a rede passa a certificar sua produção) e, em 2005, integra a Comisión Nacional de Fomento Rural.

Durante a segunda década representada na Linha do Tempo, além da atuação nos movimentos sociais e coletivos, ocorreu também, grandes investimentos em infraestrutura do *predio* (tanto em habitação quanto em produção) e da cooperativa. Cabe ressaltar que, parte desses recursos foi financiada através de programas do governo, tendo como prioridade, créditos coletivos.

Nesse sentido, através da cooperativa foram acessados recursos do programa *Movimiento de Erradicación de Vivendas Insalubres*, que deram origem à sua sede (figura 69 e 70), localizada no terreno de uma das mulheres do grupo, que possui laços de parentesco com a família Chirca Pérez. Na sede da Calmañana são desenvolvidas as atividades coletivas do grupo, ou seja, organização da gestão da cooperativa, envase, separação de pedidos das ervas, entre outras¹¹⁸.

¹¹⁸ O detalhamento do processo produtivo será apresentado mais a frente.

Figura 69 – Sede Calmañana.



Fonte: Alecsandra Cunha – Jul./2017.

Figura 70 – Bandeira Calmañana.



Fonte: Alecsandra Cunha – Jul./2017.

Os investimentos no *predio* foram diversos. Foram construídas partes da moradia atual, também através do programa *Movimiento de Erradicación de Viviendas Insalubres*. O *comedor*¹¹⁹ em 2000 (figura 71) e os quartos com o banheiro em 2002 (figura 72). Em 2003 foi introduzida a produção de hortaliças frescas, em 2005 foi construída a primeira estufa, com 70 m² (figura 73), atualmente utilizada como depósito e o açude (figura 74), em 2007, que seria utilizado mais tarde no sistema de irrigação.

Figura 71 – Comedor.



Fonte: Alecsandra Cunha – Jan./2018.

Figura 72 – Comedor e quartos.



Fonte: GoogleEarthStreet – Mai./2015.

¹¹⁹ O *comedor* é uma área da casa, considerada pelos uruguaios, como principal espaço social privado. Se no Brasil, a cozinha é o espaço social no qual diversas dimensões da família camponesa se relacionam, no Uruguai estas relações se dão, principalmente no *comedor*, que geralmente é separado da cozinha.

Figura 73 – Primeira estufa.



Fonte: Alecsandra Cunha – Jul./2017.

Figura 74 – Açude.



Fonte: Alecsandra Cunha – Jul./2017.

No contexto da América Latina, desde o último quarto do século passado, o Banco Mundial, o BID e o Fondo Internacional para el Desarrollo Agrícola (FIDA), passaram a mostrar interesse em implementar projetos que fortalecessem a agricultura familiar camponesa e a Agroecologia (ONU, 2018, s/p.). Assim, a família foi contemplada com o primeiro açude, o equipamento do sistema de irrigação e bomba, via projeto FIDA.

No fim dessa segunda década, o *predio* apresenta infraestrutura e produção bastante avançados. A produção vai desde o autoconsumo, passando pelas ervas aromáticas e medicinais desidratadas, hortaliças frescas, até os grãos (aveia) e as pastagens (alfafa e sorgo) para os animais do *predio* e para venda do excedente em fardos de feno. A expansão da produção das pastagens e feno também foi possível por acessarem créditos rurais, e ainda:

Las hierbas secas y las hojas frescas siempre fueron orgánicas, certificadas. En 2009 conseguimos el sello para todo el predio. Nunca entró veneno acá, en nada, pero no tenía sello de todo. Ahora las hierbas secas, las hojas, los pastizales, todo, todo está certificado y tiene sello de orgánico. (Informação verbal)¹²⁰.

Na última década da Linha do Tempo há uma estagnação nos investimentos destinados à habitação, por isso, os cômodos iniciados (*comedor*, quartos e banheiro) se encontram inacabados, mas funcionais. A cozinha funciona em um pequeno cômodo localizado a cerca de 15 m do restante da casa, construída com pedaços de madeira, latas e outros materiais reaproveitados. Por outro lado, os investimentos em infraestrutura para produção continuam atuantes.

¹²⁰ Família Chirca Pérez, Trabalho de Campo, Jul./2017.

Por isso, o sistema de irrigação e a bomba, comprados em 2007, ainda não instalados, foram implementados em 2010 através do *Proyecto de riego individual y asociativo para la producción familiar*, um programa do MGAP:

En este rubro se consideran pequeños proyectos de riego en los cuales existe una experiencia fundamentada en la ejecución de proyectos. Estos proyectos, que involucran entre 1 y 10 ha de superficie de riego aproximadamente en los de tipo individual y hasta alrededor de 400 ha en los de tipo asociativo, requieren un fuerte apoyo del Estado en su formulación y asistencia técnica para su aprovechamiento, maduración y sustentabilidad. (MINISTERIO DE GANADERÍA, AGRICULTURA Y PESCA, 2015, p. 15).

O recurso para implementação do sistema de irrigação, entre todos os créditos acessados nas diversas origens, foi o único que se deu a fundo perdido, ainda assim, a ligação da rede elétrica da rua até o açude, localizado no fundo do *predio*, foi feita com recursos próprios. Nesse sentido, a família pode concentrar esforços em outros elementos estruturais, por isso, nesse mesmo ano, foram construídas a segunda estufa (210 m²) e uma nova secadora, também maior. Já que o sistema de irrigação em funcionamento contribuiria para a expansão da produção.

Com a produção de ervas secas e hortaliças frescas se expandindo, surge a necessidade de um meio de transporte para leva-las do *predio* até a sede da cooperativa, onde são envasadas, armazenadas e distribuídas. Em 2012, a aquisição de um automóvel usado com aparência precária, mas funcional (figura 75), facilitou o transporte dessa produção, que já se destacava como principal fonte de renda da família Chirca Pérez. No mesmo ano, a família compra um pequeno trator (figura 76), em 2015 é construída a terceira estufa com 420 m² (figura 77) e, finalmente, em dezembro de 2017 conseguem financiar uma caminhonete (figura 78).

Íbamos a viajar con las hierbas secas de autobús para envasar, con bolsas. Durante un tiempo, usamos la moto de una vecina. La hija iba así (hace en gestos la dificultad de la hija en pilotar la moto con la madre en la garupa). Ella me llevaba en la moto y yo llevaba una bolsa de un lado, otra bolsa del otro lado y otra detrás. Después compramos el auto y ahora soy rica, porque tengo el camión (muchas risas), que vamos a pagar por siete años. (Informação verbal)¹²¹.

¹²¹ Família Chirca Pérez, Trabalho de Campo, Dez./2017.

Figura 75 – Automóvel.



Fonte: Alecsandra Cunha – Jul./2017.

Figura 76 – Trator.



Fonte: Alecsandra Cunha – Jul./2017.

Figura 77 – Terceira estufa.



Fonte: Alecsandra Cunha – Jul./2017.

Figura 78 – Caminhonete.



Fonte: Alecsandra Cunha – Dez./2017.

Outro projeto, de grande relevância, implantado no *predio* foi o de Bosques Nativos (2 ha), acessado através do MGAP. A legislação ambiental no Uruguai garante áreas protegidas espalhadas pelo seu território, contudo, não há legislação que garanta áreas protegidas e/ou reservas legais dentro das propriedades rurais. Ainda assim, mesmo sem obrigatoriedade, há fomentos para implantação dos bosques nativos.

Por ejemplo, aquí en la chacra, hice un montón de álamos y eucaliptos, y ahora estoy haciendo el bosque de árboles nativos, por el fomento del Ministerio de la ganadería. Es un área protegida con flora autóctone y abono

verde. Ya tiene muchos árboles plantados, pero están todos pequeños todavía. Porque así estamos colaborando con todo el microclima, si no sería un campo vacío que estamos perjudicando haciendo solamente agricultura. (Informação verbal)¹²².

O interesse em implantar áreas protegidas nas propriedades rurais deve partir dos próprios agricultores, no caso do Urugua. Sem a obrigatoriedade prevista em lei, apenas uma parcela de produtores rurais, seja pequeno, médio ou grande, busca implantar áreas de proteção ambiental em seus *predios*.

A Linha do Tempo desenvolvida pela família apresenta sua trajetória, tanto em infraestrutura para habitação e produção quanto a atuação junto aos movimentos sociais e coletivos. O apoio recebido, através de créditos de projetos e programas de distintas origens, parece ter sido fundamental, pois verifica-se muitas melhorias feitas no *predio*, possibilitando as condições necessárias para sua reprodução social.

Destaca-se novamente, a importância das políticas públicas para o meio rural, especificamente aquelas voltadas às mulheres rurais e produções alternativas, de forma a empoderar essas mulheres para que possam fazer o enfrentamento ao modelo hegemônico de produção agrícola.

A participação política e as intervenções dos movimentos de mulheres rurais no espaço público, em geral, vêm contribuindo significativamente para o seu reconhecimento como sujeitos de direito. Tal reconhecimento vem se expressando, particularmente nos últimos anos, na elaboração de políticas públicas que respondem às suas demandas e na construção de espaços institucionais empenhados em garanti-las. (AGUIAR, 2015, p. 35).

Em um contexto no qual cresce a luta pelos direitos iguais e a questão de gênero vem sendo cada vez mais debatida, a mulher é reconhecida enquanto agente fundamental dos processos agroecológicos. A ONU e Via Campesina, por exemplo, organizações de nível internacional, veem produzindo debates e programas que alcancem as mulheres rurais ao redor do mundo, empoderando-as, autonomizando-as, libertando-as (ONU-MULHERES, 2018; VIA CAMPESINA, 2013). Essas ações têm forte embasamento, também, na relação da mulher com a terra, sobretudo, a terra mantenedora da vida.

¹²² Família Chirca Pérez, Trabalho de Campo, Dez./2017.

[...] nota-se que as mulheres se identificam com a agroecologia em razão do contato inerente com a terra e sua fertilidade, com os saberes populares e, por conseguinte, sua emancipação quando em contato com plantas, com a prolificidade e com os atributos da natureza sem interferência do homem. [...] No caso das mulheres do meio rural, este processo de empoderamento vem acontecendo, na maioria das vezes, através da transição agroecológica, sobretudo porque a relação intrínseca entre a mulher e a Agroecologia está sendo redescoberta e valorizada a partir dos movimentos estratégicos dos grupos organizados. (DISKA; CUNHA, 2016, p. 03-06).

A partir dessa reflexão e compreendendo a relação das mulheres com a terra, entendemos que o manejo do *predio* da família Chirca Pérez apresenta características que vão ao encontro dos preceitos agroecológicos. Na dimensão ambiental, por exemplo, além da área destinada à proteção ambiental, a exemplo do bosque de árvores nativas, o sistema produtivo é 100% voltado ao manejo agroecológico. Isso quer dizer que o policultivo em baixa escala presente no *predio* garante a segurança alimentar da família, assim como a produção comercial, também muito diversificada, protegendo a família no caso de adversidades que levem à perda de produção. “A sustentabilidade do planeta concebida em seus mais amplos limites, principia com o respeito e a proteção da agrobiodiversidade¹²³.” (MACHADO; MACHADO FILHO, 2014, p. 77).

Necesitamos tener diversidad en la producción, para comer y para vender. Porque si tiene algún problema con el clima o con plagas y produce una cosa solamente, pierde todo. Pero si tiene diversidad y hay algún problema, no alcanza todo lo que ha plantado de la misma forma. (Informação verbal)¹²⁴.

Nesse sentido, a variedade de culturas encontrada no *predio* cumpre o papel de garantir a agrobiodiversidade, característica dos preceitos agroecológicos. Para autoconsumo, como já citado, cultiva-se variedades de batatas, batatas-doces, abóboras, frutas, além da criação de pequenos e grandes animais, resultando em carne e derivados. Além dos grãos e pastagens, que também são comercializados os excedentes. A produção para comercialização é ainda mais variada, são aproximadamente 35 variedades de ervas aromáticas, medicinais e hortaliças. A figura 79 mostra parte dessa diversidade na produção (tomate cereja, almeirão, funcho, beterraba, cebolinha, salsinha, coentro, arruda, alface, entre outros).

¹²³ Os autores conceituam a agrobiodiversidade como parte integrante da biodiversidade, em que a primeira é constituída pela comunidade de plantas, animais e solos, sendo “o resultado da ação antrópica sobre a natureza com fins agrícolas.” (MACHADO; MACHADO FILHO, 2014, p. 76).

¹²⁴ Família Chirca Pérez, Trabalho de Campo, Jul./2017.

Figura 79 – Mosaico: variedades produzidas.



Fonte: Alecsandra Cunha – jan.dez./2017.

As sementes que garantem essa produção diversificada são produzidas pela própria família: “Nosotras producimos las semillas acá hace 5 años. Si ocurre de faltar, hacemos intercambios entre los grupos de mujeres.” (Informação verbal)¹²⁵. A figura 80 apresenta abóboras e tomates-cereja, respectivamente, em processo de produção de sementes, durante a secagem. A produção das próprias sementes, garantindo qualidade e origem, utilizando saberes tradicionais unidos ao conhecimento científico, estabelece relações de enfrentamento e resistência ao modelo hegemônico de produção agrícola.

Produzindo sementes e mudas [...], a família diminui o custo da produção e ainda garante sua qualidade, evitando a compra de insumos externos e não correndo o risco de introduzirem sementes geneticamente modificadas e tratadas com agrotóxicos na horta orgânica. (CUNHA, 2015, p. 36).

Figura 80 – Produção de sementes de abóboras e tomate-cereja.



Fonte: Alecsandra Cunha – dez./2017.

A apropriação de sementes (cultivares diversos entre hortaliças, leguminosas, grãos e etc) pelas grandes empresas ligadas ao agronegócio vem despertando os

¹²⁵ Família Chirca Pérez, Trabalho de Campo, Jul./2017.

movimentos sociais para este tema, como o caso da Red de Semillas Criollas y Nativas, da qual a família faz parte. As sementes geneticamente modificadas dependem de um pacote tecnológico, que envolve fertilizantes químicos, secantes, agrotóxicos em geral. Essa forma de produzir vai de encontro aos princípios agroecológicos, sobretudo no que tange à autonomia na produção e saúde, tanto da família camponesa quanto do próprio alimento. Empresas como a Monsanto e Syngenta estão sempre em negociações ao redor do mundo, buscando patentear sementes e impedir as famílias camponesas de produzi-las, armazená-las, comercializá-las e trocá-las¹²⁶.

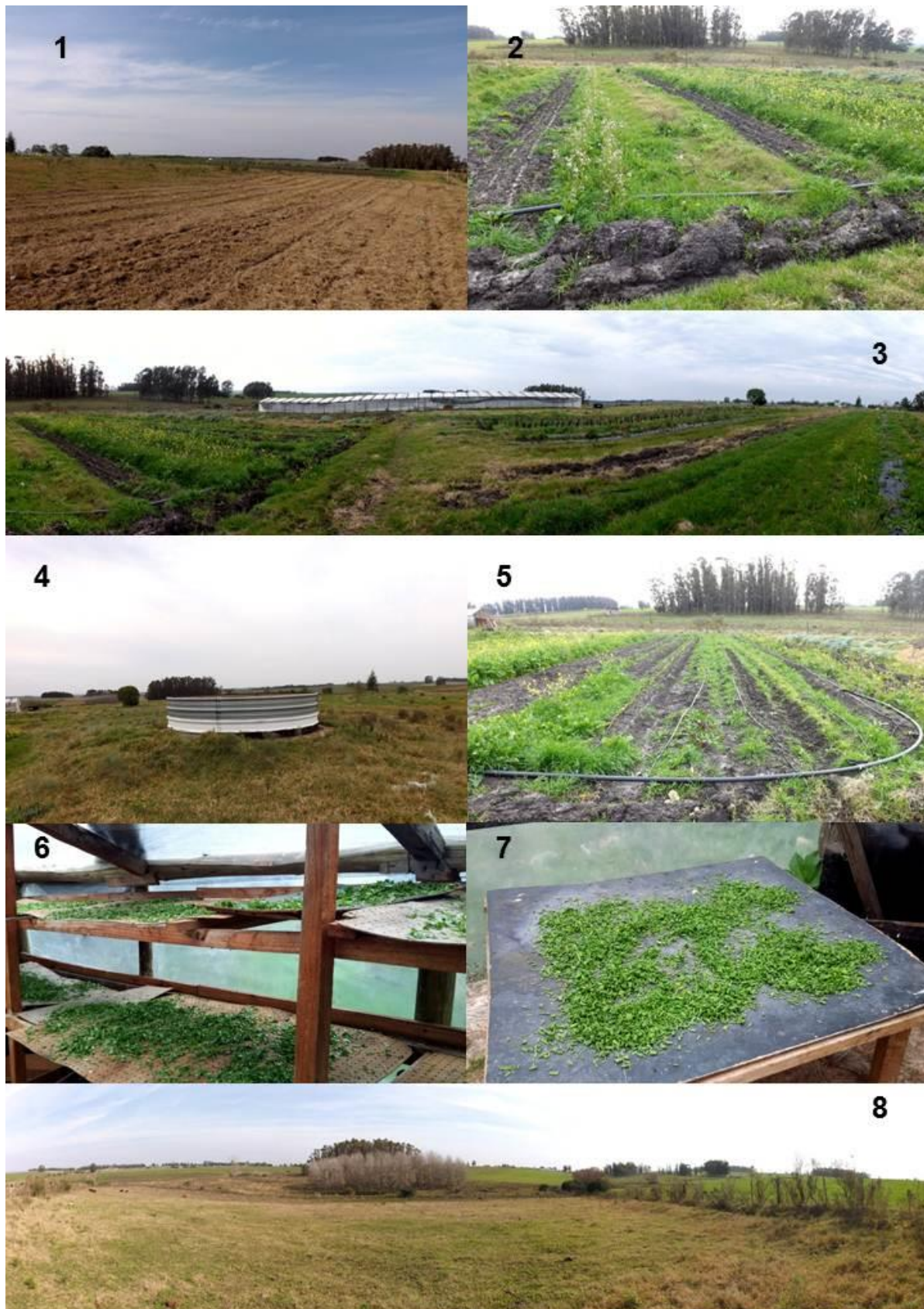
As sementes e as famílias guardiãs passam a significar resistência ao processo de erosão cultural e genética, em épocas de hegemonia da agricultura moderna, enquanto alternativa de vida e de relação social e com o ambiente natural. Projetos coletivos baseado na tradição se contrapõem a modernização sustentada no individualismo. Existe um conjunto de organizações sociais no mundo todo que tem defendido sistemas de reproduções sociais que mantêm as sementes crioulas. Constituindo redes que vão ganhando territórios em diversas esferas e espaços. (HOLANDA, 2015, p. 69).

Seguindo a mesma lógica, a maior parte dos insumos utilizada nos 8 ha de lavouras de ervas aromáticas, medicinais e hortaliças frescas, assim como na produção para autoconsumo, são produzidos no próprio predio (adubação verde, esterco do gado, caldas e etc.). Quando há necessidade de mais insumos, a compra ou troca acaba sendo feito dentro dos grupos de mulheres que compõem o *Grupo de Mujeres del Noreste de Canelones*. Caracterizando as relações com a comunidade não somente no âmbito da solidariedade, mas também, relações comerciais que fortalecem os laços afetivos, sinônimo, mais uma vez, de resistência.

As tecnologias utilizadas na produção são diversas e evidenciam a relação dos saberes tradicionais e conhecimento científico, tanto na infraestrutura quanto no manejo do *predio*. Essa afirmação pode ser corroborada através do mosaico da figuras 81, em que são apresentados exemplos de infraestrutura, manejo de solo, recursos hídricos e aproveitamento de energia utilizados no *predio*, característicos de sistemas agroecológicos.

¹²⁶ No congresso brasileiro, por exemplo, está em tramitação o PL 827/2015. “De acordo com o projeto, a comercialização do produto que for obtido na colheita dependerá da autorização do detentor da cultivar. Assim, a proposta irá limitar os agricultores familiares de produzir, armazenar, distribuir, comercializar e trocar as suas sementes.” (SILVA, 2017, s/p.)

Figura 81 – Mosaico: infraestrutura e manejo dos recursos naturais.



Fonte: Alecsandra Cunha – jul./2017.

A foto 1 mostra uma área de produção de pastagens e grãos em pousio com cobertura de palha, tanto para proteger o solo da erosão eólica quanto armazenamento de água. A foto 2 apresenta a sobreposição de canteiros entre pousio com cobertura de adubo verde, preparado para plantio, plantado e produzindo. A foto 3 apresenta a organização entre canteiros e estufa no plantio de plantas associadas. As fotos 4 e 5 mostram parte do sistema de irrigação, que utiliza água extraída do açude e armazenamento de água de chuva em tanques, distribuídas por gotejamento. Nas fotos 6 e 7, podem ser observadas ervas em processo de secagem, organizadas em prateleiras na secadora à base energia solar. E a foto 8, finalmente, apresenta áreas de pastagens nativas. A partir dessas e outras práticas agroecológicas do sistema produtivo da família Chirca Pérez, sua produção tem a garantia do selo agroecológico, para comercialização através da cooperativa.

Ainda dentro dessa lógica, o calendário sazonal desenvolvido pela família Chirca Pérez (figura 82), apresenta o sistema de produção das ervas e hortaliças, grãos e pastagens, assim como da produção para autoconsumo.

Em laranja foi marcada a temperatura mensal, com setas apontando para cima para temperaturas mais altas e, setas apontando para baixo, para temperaturas baixas. Apresenta temperaturas típicas de climas temperados, os verões costumam ser moderados e os invernos frios. Além disso, o regime pluviométrico, marcado em azul também com setas ascendentes e descendentes, apresenta maior intensidade de chuvas no inverno e verão mais seco, contudo, bem distribuídas durante o ano.

Os cultivos foram separados por grupos, sendo ervas e grãos (incluindo as pastagens) para comercialização e, batatas, papas (batata-doce) e abóboras para autoconsumo. Nos meses de janeiro, fevereiro, julho e agosto é feito o preparo do solo para plantio das ervas e hortaliças. Essas culturas têm ciclo mais curto, com essa característica unida ao rodízio de área para pousio e utilização da estufa, as ervas e hortaliças são produzidas durante todo o ano. Já os grãos, também utilizando rodízio de áreas para pousio, produzem uma ou duas safras anuais. Como é o caso da aveia, utilizada como adubo verde na produção das ervas e hortaliças, com uma safra anual. O milho, o feijão e a alfafa produzem duas safras anuais. As batatas, batatas-doces e abóboras, produzidas exclusivamente para autoconsumo, produzem a maior parte do ano, de forma intercalada.

Figura 82 – Calendário Sazonal da família Chirca Pérez.

CALENDÁRIO SAZONAL	JAN.		FEV.		MAR.		ABRIL		MAI.		JUN.	
	TEMP.	↑		↑		↑ ↓	↓ ↑	↓ ↑		↓		↓
Ervas	↓		↓		↓ ↑	↓ ↑	↓ ↑		↑		↑	
Grãos	Prepara o solo		prepara o solo		aveia adubo verde							
Batatas	colhe milho		colhe milho		colhe milho		planta alfafa					
Popoas	planta mudas						colheita		colheita			
Aboboras			planta mudas		planta mudas				colheita		colheita	
	colheita		colheita								colheita	
JUL.		AGO.		SET.		OUT.		NOV.		DEZ.		
TEMP.	↓		↓		↓ ↑	↑ ↓	↑ ↓		↑		↑	
Ervas	↑		↑ ↓		↑ ↓	↑ ↓	↑ ↓		↑ ↓		↓	
Grãos	colhe aveia prepara solo		prepara o solo		canteiros		canteiros/adubo		semeiar		semeiar	
Batatas					planta alfafa		planta milho/feijão colhe alfafa		planta milho		planta milho	
Popoas			planta sementes		planta sementes		planta mudas		planta mudas		planta mudas	
Aboboras			planta		planta		planta				planta	
							planta		planta		planta	

Fonte: Trabalho de Campo – Jul./2017.

Percebe-se que o sistema produtivo da família Chirca Pérez é embasado na diversidade de culturas, caracterizando o policultivo, tanto na produção para autoconsumo quanto para comercialização. Além do policultivo, a produção em baixa escala, a utilização de insumos do próprio *predio*, o aproveitamento de energia e o armazenamento de água permitem um manejo sustentável do *predio*, primando pelos princípios agroecológicos.

A partir dessa caracterização e análise, é importante evidenciar a dinâmica produtiva da cooperativa, sobretudo porque sua organização é parte fundamental do universo da família Chirca Pérez, já que sua principal renda é oriunda da produção das ervas e hortaliças comercializadas através da Calmañana.

A cooperação constitui um método de ação pelo qual os indivíduos, familiares, membros que possuem interesses comuns constituem um empreendimento, no qual, os direitos são todos iguais e os resultados alcançados são repartidos aos integrantes na proporção de sua devida participação. (BINOTTO et al., 2014, p. 28).

A organização do grupo de mulheres em torno da cooperativa é uma experiência de resistência, também baseada na tradição camponesa. Formado por oito mulheres camponesas, cinco delas com laços de parentesco, produzem e administram a Calmañana. As ervas e hortaliças produzidas por cada uma delas são levadas para a sede da cooperativa, para serem separadas, envasadas e enviadas aos supermercados, através da distribuidora com qual mantêm sociedade da marca CampoClaro.

As ervas aromáticas e medicinais comercializadas secas (ou desidratadas) passam pelo processo de secagem no *predio* de cada uma das mulheres camponesas. São levadas até a sede da cooperativa para serem pesadas, envasadas e estocadas (figura 83 e 84), de acordo com suas produções e demanda dos pedidos, não acontecendo em dias predeterminados.

Figura 83 – Caixas para envase.



Fonte: Alecsandra Cunha – jul./2017.

Figura 84 – Estoque de ervas secas.



Fonte: Alecsandra Cunha – jul./2017.

A dinâmica produtiva semanal das ervas e hortaliças frescas, envolvendo a cooperativa, da família Chirca Pérez é formada por várias etapas. A filha é encarregada da colheita nos domingos pela manhã (figura 85), feita de acordo com os pedidos enviados pelos supermercados no dia anterior. No mesmo dia, as ervas e hortaliças colhidas passam por uma limpeza e separação fina, como pontas amareladas, estragadas, outras plantas que se misturam na colheita e etc., além da pesagem (figura 86).

Figura 85 – Colheita das ervas.



Fonte: Alecsandra Cunha – Jul./2017.

Figura 86 – Separação fina nas ervas.



Fonte: Alecsandra Cunha – Jul./2017.

Nas segundas-feiras, as mulheres integrantes do grupo se reúnem na sede da cooperativa para, então, processar os pedidos semanais. A organização das mulheres através do cooperativismo é complexa, cursos e capacitações foram feitos para auxiliarem na gestão, além disso, as experiências vividas contribuíram para a construção do processo organizativo e produtivo: “Nosotros fuimos aprendiendo, hasta llegar como lo hacemos hoy, intentamos de varias formas.” (Informação verbal)¹²⁷. A dinâmica produtiva semanal das ervas e hortaliças frescas que envolvem a cooperativa acontece a partir de uma rede complexa de comunicação via telefonia e encontros presenciais para processamento dos pedidos.

A figura 87 apresenta o fluxograma da organização produtiva semanal da cooperativa. Os supermercados de Montevideu fazem seus pedidos para a semana no sábado à noite, via ligação telefônica. É a família Chirca Pérez quem recebe os pedidos, já que a mãe é a diretora e representante da cooperativa:

Yo soy la directora porque necesitaba una persona en los papeles. Pero no tomo ninguna decisión solita, hablamos sobre todo para decidir. Pero también es más fácil organizar cuando concentra los pedidos en una sola persona. Cuando tenemos todos los pedidos, lo divido todo en partes iguales, de acuerdo con lo que cada una de ellas producen. Así, todas nosotras comercializamos cantidades similares y tenemos ingresos similares. Llamo a todas y paso a ellas cuáles y la cantidad de hierbas que necesitan llevar a la sede el lunes. (Informação verbal)¹²⁸.

¹²⁷ Família Chirca Pérez, Trabalho de Campo, Jul./2017.

¹²⁸ Família Chirca Pérez, Trabalho de Campo, Jul./2017.

Figura 87 – Fluxograma da organização produtiva semanal Calmañana.



Org.: Alecsandra Cunha/2018¹²⁹.

A partir da divisão dos pedidos entre as oito mulheres e do processo individual (colheita, limpeza, separação fina, pesagem), as ervas e hortaliças frescas são envasadas e separadas de acordo com os pedidos. Este trabalho é feito coletivamente por todas elas na sede da cooperativa. No fim do dia, o caminhão que distribuirá os pedidos (já com notas fiscais emitidas na cooperativa) entre os supermercados de Montevideu, durante a madrugada, é carregado, seguindo seu

¹²⁹ As imagens utilizadas na composição do fluxograma foram extraídas nos seguintes endereços online: Supermercado: <http://www.professorpauloantonio.com.br/2017/03/supermercado-e-condena-do-por-citar.html>. Acesso em: 15 mar. 2018. Grupo de mulheres: <https://www.istockphoto.com/pt/vetorial/mulher-equipa-cole%C3%A7%C3%A3o-retrato-de-grupo-de-pessoas-crian%C3%A7as-desenho-gm519615724-90626603>. Acesso em: 15 mar. 2018. Mulheres plantando: https://br.freepik.com/vetores-premium/mulher-feliz-regando-desenhos-animados-das-plantas_1582030.htm. Acesso em: 15 mar. 2018. Sacos de envase: <https://gartic.com.br/antoniont/desenho-jogo/pacote>. Acesso em: 15 mar. 2018. Pacote: <https://br.stockfresh.com/image/8041076/carton-package>. Acesso em: 15 mar. 2018. Caminhão: <http://galeria.colorir.com/veiculos/camioes/caminhao-pequeno-pintado-por-jp03-1039986.html>. Acesso em: 15 mar. 2018. Sol: <https://www.canstockphoto.com.br/sol-desenho-desenho-isolado-%C3%ADcone-38401179.html>. Acesso em: 15 mar. 2018.

destino. A figura 88 apresenta um mosaico de imagens do trabalho coletivo na cooperativa, fotografadas durante um dos trabalhos de campo.

Figura 88 – Mosaico: trabalho coletivo na cooperativa Calmañana.



Fonte: Alecsandra Cunha – jul./2017.

O trabalho coletivo das mulheres é uma constante resistência, transcende a organização produtiva da cooperativa, para alçar voos mais altos. Esse processo organizativo contribui para o compartilhamento dos saberes tradicionais, já que passam cerca de 12 horas juntas, trabalhando ao redor de uma mesa. As experiências trocadas, o cuidado com a companheira grávida, a receita do chá, têm o poder de agregar as mulheres, de entender a outra e fazer florescer a solidariedade. Os laços estabelecidos contribuem com a autoestima, que refletirá na qualidade de vida e empoderamento dessas mulheres. Segundo Beauvoir (1967, p. 447): “Foi pelo trabalho que a mulher cobriu em grande parte a distância que a separava do homem; só o trabalho pode assegurar-lhe uma liberdade concreta.”. E ainda: “[...] no trabalho livre, a mulher conquista uma autonomia concreta porque encontra seu papel econômico e social.” (BEAUVOIR, 1970, p. 124).

A partir dessa reflexão, pensamos que essa forma de se organizar pode ser o elo entre a dimensão subjetiva do simbolismo e a dimensão prática, da base material. Sobretudo, quando também se apresenta enquanto resistência direta ao modelo hegemônico de produção. Combate a concentração de renda, o domínio do território por grandes empresas, a exploração da mão de obra e, no caso da Calmañana, nega o pacote tecnológico, primando pela produção agroecológica.

Atualmente, os princípios do cooperativismo são os seguintes: adesão livre e voluntária, controle democrático pelos membros, participação econômica dos membros, autonomia e independência, educação, formação e informação, cooperação entre cooperativas e compromisso com a comunidade. (COOPERATIVAS DE LAS AMÉRICAS, 2017, s/p).

Nesse sentido, a articulação das mulheres cooperadas, a partir da produção agroecológica (que por si só já é enfrentamento ao agronegócio), dinamiza o território no qual estão inseridas, fazendo frente ao modelo de produção hegemônico. Sobretudo, ao buscar um desenvolvimento, não apenas baseado em valores econômicos, mas também socioculturais, ambientais e políticos.

Valoriza o potencial de cada comunidade; dá oportunidades a pessoas ou grupos de economia solidária para a produção e prestação de serviços; gera renda; eleva a autoestima; promove o desenvolvimento local e incentiva a criação de novas experiências de economia solidária. (CICAF, 2009, p. 47).

Dessa forma, outros princípios agroecológicos estão presentes no universo da família. Como é o caso das cadeias curtas de comercialização, localizada no cinturão verde do entorno de Montevideu – seu mercado consumidor, a produção não necessita viajar longas distâncias para chegar à mesa da população. Eliminando altos custos de transporte, evitando assim, a utilização de petróleo, fonte de energia finita e extremamente poluidora.

Outra característica importante é a integração ao mercado, ou seja, os itens produzidos e comercializados, com o diferencial do selo orgânico, conquistaram um mercado consumidor com crescente demanda. Por outro lado, a presença dos supermercados como atravessadores na cadeia produtiva acaba se justificando pelo tipo de produto, já que não são comuns as feiras de rua na capital uruguaia. Há, então, uma diversidade de atores que compõem a cadeia produtiva, segundo Moreira et al. (1996, p. 453): “Na realidade, trata-se de várias formas de organização combinando diferentes lógicas: doméstica, artesanal, mercantil e industrial. Sublinha-se aí a importância de alguns atores intermediários que se situam na interface dessas diversas lógicas”. Apesar do valor agregado da produção, seus valores individuais são baixos, uma pesquisa de mercado feita pela cooperativa através de uma capacitação mostrou que:

Estudiamos el mercado de Montevideo y descubrimos que no podríamos tener una tienda propia, concentrando las ventas en un solo lugar. Porque la gente no va a atravesar la ciudad para comprar un paquete de ensalada o dos cajitas de hierbas secas. En nuestro caso lo posible de ser hecho, es la venta en los mercados. Si hay ferias, podríamos vender directamente, pero no hay. (Informação verbal)¹³⁰.

As estratégias de comercialização são tão importantes quanto o sistema produtivo. A escolha de determinadas formas de escoamento da produção podem ser consequências de fatores conjunturais ou estruturais, como nesse caso, a falta de políticas públicas que visem a comercialização direta entre a agricultura familiar camponesa e os consumidores finais. Nesse sentido, Maluf (2004, p. 308) afirma que: “A existência de diferentes canais permite aos agricultores escolher a melhor forma de escoar a produção em função das circunstâncias de um momento específico e fugir da pior situação que é a perda da produção por falta de mercado”.

¹³⁰ Família Chirca Pérez, Trabalho de Campo, Jul./2017.

Percebemos que a preocupação com a base material é presente, um dos motivos pelos quais se optou pela comercialização indireta, que tem garantido renda fixa e suficiente para a reprodução social da família Chirca Pérez. Assim, ainda dentro da dimensão econômica, cabe ressaltar que os custos de vida da família veem sendo atendidos. Os relatos clareiam como são organizadas as entradas e saídas de capital:

Las cuentas fijas de agua, energía y teléfonos celulares se pagan con la jubilación de él (**marido**). Tiene los fardos de heno vendidos en noviembre y diciembre, que completan las cuentas del fin de año y la producción de las hierbas rinde, más o menos, treinta mil pesos por mes¹³¹. Es con esa plata que pagamos las inversiones en la producción y en la estructura, la parcela de la camioneta, de la colonización y también con gastos que varían como ropas y alimentación, que es poco, porque producimos casi todo lo que comemos. (Informação verbal, grifo nosso)¹³².

A família Chirca Pérez apresenta características econômicas que apontam para certo grau de hibridização entre relações monetárias mais tradicionais camponesas (como a troca de ovos por salame com a vizinha) e outras mais globalizadas (como o cartão de crédito e débito de faturas em conta corrente). Atualmente, a família arca, além da parcela paga semestralmente ao INC, com a parcela mensal da caminhonete adquirida em dezembro de 2017. Investimento feito para melhorar, tanto sua qualidade de vida quanto para a logística da produção no *predio* com comercialização via cooperativa.

8.2 APROXIMAÇÕES E DISTANCIAMENTOS DO TIPO IDEAL: RESISTÊNCIA CONSOLIDADA

A família Chirca Pérez apresenta uma trajetória de lutas e estratégias de resistência, que buscam alcançar maior equidade social, não somente para seu núcleo familiar, como para a sociedade em geral. Isso porque seu envolvimento em causas sociais e ambientais, não está fundamentado em um nicho de mercado, mas sim, no vislumbre de um outro mundo.

O período atual tem como uma das bases esse casamento entre ciência e técnica, essa tecnociência, cujo uso é condicionado pelo mercado [...] a

¹³¹ R\$3.620,00 (Banco do Brasil, 14 mar./2018).

¹³² Família Chirca Pérez, Trabalho de Campo, Jan./2018.

ciência passa a produzir aquilo que interessa ao mercado, e não à humanidade em geral, o progresso técnico científico não é sempre um progresso moral. (SANTOS, 2000, p. 65).

Segundo Santos (2000, p. 39), o capital usurpa a autonomia dos territórios, inclusive no meio rural, para estabelecer relações, de todos os tipos, sob o seu comando: “A agricultura moderna, cientifizada e mundializada, [...] constitui um exemplo dessa tendência [...]”. A descrição do entorno do *predio* deixa clara a pressão exercida pelo agronegócio sobre a família.

Aquí estamos rodeados, de ese lado son viñedos, para el fondo son montones de eucalipto. Para el otro lado es el tambo, la leche. Y ese tambo no trabaja en la forma antigua con quemada en el pasto, porque los tambos más grandes acá en el país trabajan así, queman y plantan pasto. Este aquí no, maneja el suelo mejor. Los más contaminantes que tenemos es el viñedo, que usa mucho veneno, el frigorífico y los eucaliptos están a dos kilómetros ya, tenemos miedo de que empiece a faltar agua si se acercan mucho. (Informação verbal)¹³³.

Nesse sentido, a família Chirca Pérez se faz resistência mais uma vez, sobretudo, a partir de sua atuação nos territórios rurais, enquanto família camponesa agroecológica, garantindo outras formas de viver no/do campo, que não aquela imposta pelo modelo hegemônico de produção agrícola.

Mas o território não é um dado neutro nem um ator passivo. Produz-se uma verdadeira esquizofrenia, já que os lugares escolhidos acolhem e beneficiam os vetores da racionalidade dominante mas também permitem a emergência de outras formas de vida. Essa esquizofrenia do território e do lugar tem um papel ativo na formação da consciência. O espaço geográfico não apenas revela o transcurso da história como indica a seus atores o modo de nela intervir de maneira consciente. (SANTOS, 2000, p. 39).

A partir dessa reflexão, a figura 89 apresenta a sistematização analítica da família camponesa agroecológica Chirca Pérez, utilizando a mesma metodologia do capítulo anterior. A família se aproxima do Tipo Ideal no que tange aos aspectos legais da sua condição. Está protegida sob a forma da lei enquanto agricultura familiar, atendendo aos indicadores de extensão territorial, gestão e mão de obra prioritariamente familiar, além de extrair do *predio* a principal renda familiar. Assim, atuando de forma legal, acessaram políticas públicas e créditos rurais fundamentais para implantação e manutenção da sua infraestrutura produtiva e organizacional.

¹³³ Família Chirca Pérez, Trabalho de Campo, Jan./2018.

Outras aproximações que se verificam estão relacionadas à união dos saberes tradicionais e conhecimentos científicos. O universo da família está tomado, cotidianamente, pela troca de saberes tradicionais, tanto na atuação na cooperativa como na convivência diária com os outros dois núcleos familiares (filha e filho casados). A formação técnica formal e, os cursos e capacitações feitos através dos movimentos sociais, se aliam aos saberes tradicionais, garantindo esse princípio agroecológico, em que tradição e ciência caminham juntos. É importante ressaltar, ainda, que a família demonstra uma relação com terra que transcende a base material da produção, há respeito, há cuidado, há amor.

E no sentido da tradição, observa-se que a família mantém hábitos característicos do modo de vida camponês, como a alimentação regional e diversificada. Mesmo com certo grau de hibridização, a dieta familiar é saudável e produzida, em sua maior parte, no próprio *predio*. Cabe ressaltar ainda que, a comida é um elemento que agrega famílias e comunidades (TEDESCO, 1999). É o que ocorre com a família, que mantém laços estreitos com a comunidade do entorno, tendo a coletividade e a solidariedade como pano de fundo dessas relações sociais, se aproximando, também, ao Tipo Ideal.

Contudo, mesmo se aproximando em vários aspectos, identificam-se distanciamentos no que tange a valores religiosos e à questão de gênero. A família apresenta uma estrutura em que a vida religiosa não faz parte de suas atividades, explicam: “Yo creo en Dios, pero no en la iglesia.” (Informação verbal)¹³⁴. Assim como os papéis de gênero também se distanciam do Tipo Ideal, já que as duas mulheres, parte do núcleo familiar, são protagonistas de suas próprias histórias.

Esse elemento chama atenção, pois reorganiza o núcleo familiar a partir do protagonismo feminino e, pode se afirmar nesse sentido, que as mulheres são as responsáveis pela reprodução familiar Chirca Pérez. Mesmo que algumas atividades, como preparo de alimentos e alguns afazeres domésticos, ainda sejam realizadas por elas.

¹³⁴ Família Chirca Pérez, Trabalho de Campo, Jul./2017.

Essa reorganização, no que tange aos papéis de gênero, pode estar relacionada aos processos de formação política pelos quais passaram a família. Na busca por bases teóricas e práticas para o enfrentamento ao agronegócio, como atores sociais em constante construção e reconstrução, militantes e atuantes, a desconstrução de valores patriarcais acabaram por fazer parte do universo familiar.

Ainda analisando a dimensão política, a família também se aproxima do Tipo Ideal no que tange à educação formal. Frequentar a escola e formar as filhas e o filho no *Liceo* sempre foi prioridade para a família, garantido um bom embasamento para o futuro. O curso técnico realizado atualmente pela filha corrobora a constante busca por melhoria na qualidade de vida e nas atividades voltadas à produção familiar. A dimensão política, está presente ainda, sobretudo, na forte atuação em várias frentes, em organizações e coletivos diversos, atingindo a capacidade de reflexão crítica acerca das mazelas sociais. Compõem assim, uma família camponesa militante e atuante nas causas socioambientais, se aproximando do Tipo Ideal.

A consciência adquirida, a partir da formação política, levou a família a buscar formas de enfrentar a hegemonia do agronegócio. Por isso, ciente da condição insustentável do agronegócio, tanto econômica quanto ambientalmente, a família se aproxima do Tipo Ideal no âmbito de seu sistema produtivo e conservação do meio ambiente. Através de técnicas sustentáveis de manejo do agroecossistema, garantem sua reprodução social sem agredir o meio ambiente, simbolizando seu modo de vida sustentável para além da dimensão econômica. A preocupação em garantir um mundo melhor para as netas e netos é constante através das falas nas conversas informais e das práticas diárias. Essa afirmação pode ser corroborada pelo fato da família implementar e manter áreas protegidas no *predio*, mesmo sem obrigatoriedade na legislação.

A presença de tecnologias inovadoras voltadas para a pequena produção, as cadeias curtas de comercialização e a integração ao mercado abonam indicadores de aproximações ao Tipo Ideal. O que não acontece com relação à comercialização direta, já que a maior parte da produção é escoada através de supermercados, mesmo que seja uma situação necessária para estar integrada ao mercado, caracterizando um distanciamento do Tipo Ideal. Contudo, sua localização privilegiada contribui, em grande parte, para que a logística tenha sucesso, próximo ao mercado consumidor, através da Ruta 7.

A forma simples de viver, sem luxos e evitando o consumo desnecessário, garantindo relações sociais mais equitativas e menos pressão sobre os recursos naturais, se aproxima do Tipo Ideal. O Tipo Ideal nega a ideia de felicidade imposta pelo capital no sentido de consumir e ter para valorizar o ser, o estar e o fazer pelo outro, realidade estampada no cotidiano da família Chirca Pérez, aproximando-a mais uma vez do Tipo Ideal. Para cada um dos membros da família Chirca Silva, a felicidade é:

* Creo que la felicidad es estar con su familia, es poder trabajar en lo que usted ama, es saber que está haciendo un mundo mejor, incluso con todas las dificultades. Yo duermo tranquila porque sé que hago lo que puedo para mejorar el mundo.

* La felicidad para mí es estar trabajando en la labranza, tener hambre, y recoger la comida allí mismo, porque sé que no tiene veneno, yo como todo el tiempo en que estoy trabajando en el invernadero.

* Es garantizar que tenemos trabajo, pero también tiempo para aprovechar la vida¹³⁵.

Pode se observar a resistência ao/no mundo, uma vez que o ideário de felicidade da família está em desacordo com a proposta hegemônica do possuir, do ter. A família Chirca Pérez consolida sua resistência a partir do seu modo de viver, a partir da sua visão de mundo. Entre obstáculos e dificuldades, mostra que ser uma família camponesa agroecológica, por si só, já é uma forma de resistir, e sua luta é fortalecida por todas as dimensões envolvidas em seu cotidiano, com práticas e discursos alinhados na busca de um mundo melhor.

¹³⁵ Família Chirca Pérez, Trabalho de Campo, Jan./2018.

9 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O contexto apresentado nessa investigação aponta para dois países pertencentes ao chamado “mundo subdesenvolvido”, Brasil e Uruguai. Os processos de globalização, baseados no meio técnico-científico-informacional aliado aos interesses do capital, não ocorrem de forma hegemônica no espaço geográfico. Nesse sentido, o Neoliberalismo, legitimado pelo Estado, é um elemento fundamental que pode explicar as desigualdades sociais ao redor do mundo, intensificadas pela globalização.

As ações neoliberais, no mundo globalizado, colaboram para a acumulação de capital e a divisão internacional do trabalho, na qual os países dominantes atuam a partir de capitais transnacionais, sob a forma de pressão política e econômica, sobre os recursos naturais abundantes, mão de obra barata e legislação ineficiente dos países dominados.

Nesse sentido, considerando a influência neoliberal nos territórios rurais do Brasil e Uruguai, podemos observar que o capital transnacional, representado pelo agronegócio, pressiona as outras formas de viver e produzir no campo, buscando contínua expansão. É nesse cenário, que surgem as experiências de resistências agroecológicas, como alternativas de enfrentamento ao modelo de produção agrícola hegemônico, imposto pelo capital transnacional e legitimado pelo Estado Neoliberal.

Apresentamos no decorrer da investigação um arcabouço teórico que possibilitou compreender as dimensões sociocultural, política, econômica e ambiental, que compõem o universo camponês, bem como os processos de formação dos territórios nos quais estão localizadas as duas áreas de estudo. Vimos que os dois países possuem uma estrutura fundiária concentrada, construída historicamente e, a partir de programas de reforma agrária (Brasil) e colonização (Uruguai), partes dos seus territórios passaram por processos de reorganização territorial. Pautados na democratização do acesso a terra e à renda, esses programas possibilitaram a territorialização da agricultura familiar camponesa em territórios anteriormente ocupados por grandes latifúndios. Todavia, percebemos que a atuação neoliberal, no decorrer dos processos globalizatórios das últimas décadas, gera e intensifica conflitos territoriais, nos quais a agricultura familiar camponesa tem dificuldade em se reproduzir socialmente, diante da expansão do agronegócio.

O arcabouço teórico possibilitou ainda a base para os três últimos capítulos, nos quais apresentamos a caracterização fisiográfica e sócio-histórica das áreas de estudo, e as discussões acerca das dimensões elencadas nesta investigação no que tange ao universo da agricultura familiar camponesa agroecológica, tendo como centro da discussão a resistência oferecida pelas famílias Chirca Silva e Chirca Pérez. Cabe ressaltar que as dimensões sociocultural, política, econômica e ambiental, assim como suas variáveis e indicadores, se trançam em um emaranhado de relações.

Nesse sentido, percebemos que as áreas de estudo apresentam condições físicas adequadas para a implantação do modelo de produção industrial. Ou seja, o tipo de clima, solo e relevo, unidos a tecnologias avançadas, contribuem para adequação desse modelo de produção, baseado no pacote tecnológico de sementes transgênicas, insumos químicos, agrotóxicos, maquinário, entre outros.

Em seu processo de expansão, necessitando de extensas áreas, esse modelo de produção exerce grande pressão sobre os recursos naturais, assim como sobre comunidades tradicionais. Pensando nisso, cabe ressaltar, que as áreas de estudo estão localizadas sobre o Pampa. Bioma dotado de grande geodiversidade, habitado por distintos grupos sociais e ameaçado pelo avanço das atividades ligadas ao agronegócio.

A área de estudo brasileira, localizada na Campanha Gaúcha, em um espaço agrário tradicionalmente latifundiário pecuarista, passa por uma reorganização entre as décadas de 1990/2000, na qual grandes extensões territoriais são destinadas a milhares de famílias camponesas, através da reforma agrária. Esse rearranjo vinha possibilitando uma nova dinâmica territorial, na qual a agricultura familiar camponesa se territorializou, imprimindo um espaço regional múltiplo, no qual a diversidade produtiva e cultural substituem as estâncias pecuaristas, concentradoras de terra e renda, presentes desde os tempos coloniais.

Através de um processo não muito distinto, a área de estudo uruguaia, localizada em San Jacinto, após o cercamento dos seus campos (tradicionais no desenvolvimento da pecuária extensiva), passa por um processo de fragmentação para a implantação de colônias, no intuito de atender a demanda de alimentos da capital, Montevideu. Pequenos *predios* de produção familiar estampam uma nova lógica territorial, imbuída de diversidade produtiva e cultural, substituindo os tradicionais campos de pecuária extensiva.

A territorialização da agricultura familiar camponesa nessas áreas colabora para a formação de um espaço agrário heterogêneo, proporcionando diversas formas de viver e produzir no campo, o acesso a terra e a renda para milhares de famílias, diminuindo as desigualdades sociais. Contudo, o avanço das atividades ligadas ao agronegócio, tanto no Brasil quanto no Uruguai, vem ameaçando a reprodução social da agricultura familiar camponesa, provocando desterritorializações, invisibilizando, inviabilizando e reconcentrando terras.

O avanço da produção sojeira na Campanha Gaúcha e, da silvicultura no Uruguai forja conflitos territoriais, nos quais, em grande medida, a agricultura familiar camponesa perde força e o universo camponês se vê ameaçado. Os espaços vividos, produzidos pela agricultura familiar camponesa agroecológica, são cerceados pelo agronegócio. Assim, as famílias Chirca Silva e Chirca Pérez, ancoradas no universo camponês e nos preceitos agroecológicos, resistem através de estratégias diversas.

Uma dessas estratégias é o profundo conhecimento que as famílias possuem sobre seu lote/*predio*. Conhecer o seu lugar, manter uma relação com a terra para além da produção, são condições essenciais do universo camponês. No caso das famílias Chirca Silva e Chirca Pérez, seu cotidiano é estampado pela relação intrínseca entre o lugar e seus membros. Conhecer o lote/*predio* possibilita seu planejamento e sua gestão de forma mais eficiente, garantindo o melhor aproveitamento dos recursos naturais, negando a lógica capitalista. A terra é sinônimo de vida e esperança. Conhecer as condições físicas e sócio-históricas de produção e reprodução parece ser parte fundamental da resistência.

A construção do Tipo Ideal, através da sistematização analítica da família camponesa agroecológica, possibilitou a compreensão das diversas práticas sociais utilizadas pelas famílias como forma de resistência ao agronegócio.

A inserção das famílias nos distintos movimentos sociais, grupos, associações e cooperativas, possibilitou a construção do pensamento crítico, negado pela educação formal primária, dos membros mais velhos. Capazes de analisar criticamente a realidade, as famílias ampliam sua visão de mundo para além do modo de produção capitalista, passam a praticar outras maneiras de viver no campo. As práticas sociais incorporadas, através da coletividade, solidariedade, produção e consumo sustentável, entre outras, buscam equidade social e

substituem o tripé consumo/acumulação/mais-valia, base do modo de produção capitalista.

Essa análise nos permite inferir que a formação política é elemento fundamental na resistência agroecológica ao agronegócio. Nesse sentido, mais uma vez, o Estado Neoliberal legitima a alienação política, através de políticas educacionais voltadas à formação de mão de obra em detrimento da construção de cidadãos capazes de refletir criticamente. Portanto, ao ampliar sua compreensão e participação política, além de garantir a educação formal para os descendentes – compreendendo a importância do conhecimento científico como estratégia de enfrentamento –, as famílias se caracterizam, mais uma vez, como resistência.

Assim como a dimensão política, a dimensão sociocultural compõe o universo da família camponesa agroecológica. A tradição camponesa reflete distintos valores e costumes, imprimindo territórios rurais repletos de diversidade, nos quais os modos de viver camponês são reconstruídos cotidianamente. O universo camponês é ancorado nos processos de manifestações dos seus modos de vida, assim como do seu contexto social e, também nos processos da natureza.

A partir dessa reflexão, os diferentes modos de viver do universo camponês, no qual valores e costumes expressam a diversidade cultural que garante a heterogeneidade territorial, se configuram enquanto resistência ao agronegócio. Diversas maneiras de viver, diversas maneiras de produzir, diversas maneiras de organizar o trabalho, diversas maneiras de se relacionarem socialmente são pressionadas pelo agronegócio, que homogeneiza os territórios rurais através da tecnificação do espaço. A diversidade sociocultural das famílias Chirca Silva e Chirca Pérez resiste à homogeneização do espaço rural, que é impulsionada pelo objetivo de atingir grande produtividade, homogeneizando e acumulando capital, aprofundando as desigualdades sociais no campo.

O poder político e econômico do capital transnacional forja a ideia de que o livre mercado regula as relações econômicas, nas quais a agricultura familiar camponesa agroecológica e o agronegócio estariam em condições de igualdade perante o mercado. Contudo, as relações comerciais são influenciadas pelo Estado Neoliberal que, através de políticas públicas e legislações, condiciona as práticas de mercado.

Por isso, a dimensão econômica da família camponesa agroecológica apresenta práticas sociais, como estratégias de resistência, que vão de encontro à

lógica do mercado global. Promover a economia local e regional, a partir de cadeias curtas de comercialização, por exemplo, é uma prática cotidiana das famílias. Mesmo que haja atravessadores em parte das relações comerciais, ainda assim, essa estratégia de integração ao mercado pode ser necessária como parte de um processo, no qual a base material precisa ser garantida.

Negar a lógica do mercado, da produção de alimento enquanto mercadoria, produzindo a partir de sistemas produtivos sustentáveis, com diversidade e saúde, é resistência. A dimensão ambiental da família camponesa agroecológica sofre constantes pressões do modelo de produção agrícola hegemônico, ambientalmente insustentável. A pressão é exercida através de políticas públicas e legislações condescendentes, que permitem o avanço da área plantada, a estrangeirização das terras, a utilização de altas cargas de agrotóxicos, valores exorbitantes em créditos para a produção industrial, entre outros. Enquanto a família camponesa agroecológica, por sua vez, resiste mantendo áreas de proteção ambiental, com ou sem obrigatoriedade legislativa, produz a partir de preceitos agroecológicos, mesmo que seja necessário abrir mão de parte de sua pequena extensão territorial, temporariamente.

As dimensões analisadas estão intrinsecamente ligadas, permitindo assim uma análise complexa acerca de suas inter-relações. O universo camponês desfruta de um emaranhado de fatores que o constituem enquanto resistência.

A família Chirca Silva se apresenta enquanto resistência a partir das suas práticas sociais ancoradas nos preceitos da Agroecologia. Os diversos elementos apresentados compondo as dimensões analisadas, no decorrer do trabalho, podem corroborar essa afirmativa. No entanto, em um contexto no qual a produção das sementes agroecológicas foi inviabilizada, desorganizando a base material da família, estratégias como a pluriatividade e a produção de soja se fizeram necessárias. Assim, o filho passa a vender sua mão de obra fora do lote e dez hectares do lote passam a produzir soja, ambas atividades são propostas pela família de forma temporária.

A perspectiva da família é manter a produção de soja durante três anos, sob o planejamento de combater o capimannoni e se capitalizar, para então trabalhar, durante mais três ou quatro anos, no processo de descontaminação do solo pelos insumos químicos utilizados. Esgotado esse processo, objetivam expandir a produção de milho, sorgo, aveia, cana e feijão em todo o lote. Os produtos serão

destinados ao autoconsumo, venda do excedente e manutenção do gado leiteiro, como é feito atualmente com a produção agroecológica em meio lote. A ideia é investir na expansão da produção de leite orgânico e, para isso, pensam em articulações possíveis para certificação e escoamento da produção, se integrando ao mercado, a partir do leite orgânico certificado.

Ressalta-se aqui a dificuldade que a Família Chirca Silva apresenta em escoar sua produção, já que está distante de centros consumidores. Cabe então, mais uma vez, uma crítica ao modelo de reforma agrária implantado no Brasil, no qual famílias são assentadas em áreas de difícil acesso, distantes de centros consumidores, acesso precário à infra-estrutura básica de saúde e educação, entre outros.

Tendo por base essas informações, acreditamos que o recuo temporário na resistência é parte integrante dos processos emancipatórios. Ou seja, retroceder na resistência para garantir a manutenção da base material de reprodução da família não nega as subjetividades nas quais estão ancoradas, caracterizando grande capacidade de resiliência. Embora toda a concepção subjetiva que a família possui sobre a realidade, na qual acreditam na necessidade de uma agricultura mais saudável e ecologicamente sustentável e em uma outra forma de viver e produzir no campo, em determinados momentos a base material se sobrepõe a subjetividade, que por sua vez, não nega essa base material. O idealismo de Weber não nega a base material de Marx, sobretudo, em uma era globalizada, na qual o capital transnacional atua nos territórios rurais, através da legitimação do Estado Neoliberal. Nesse sentido, podemos observar um ponto de interseção entre duas teorias clássicas, que se complementam na realidade, para melhor compreensão das relações estampada nos territórios rurais.

A sistematização analítica da família Chirca Silva apresenta elevado grau de aproximações com o Tipo Ideal. A figura 61 da página 253, de acordo com a metodologia de análise utilizada, apresenta poucas manchas verdes se comparado ao todo do Tipo Ideal. Podemos inferir que, mesmo diante do retrocesso temporário na forma de produzir, os outros diversos âmbitos do cotidiano familiar caracterizam o universo camponês da família enquanto experiência de resistência agroecológica frente ao agronegócio.

A família Chirca Pérez, também, através de suas práticas sociais, desenvolve estratégias pelas quais a resistência é o pano de fundo do seu cotidiano. O intenso

envolvimento em diversas frentes de lutas, através de movimentos sociais, colaborou para emancipação das mulheres da família. Dessa forma, apresenta-se uma realidade diversa daquela da maioria das famílias camponesas, nas quais os valores patriarcais invisibilizam a mulher e sua importância no enfrentamento ao agronegócio. Cabe ressaltar que as políticas públicas, voltadas para as mulheres do meio rural, têm papel fundamental no universo camponês. O grau de empoderamento das mulheres apoiadas por políticas públicas, que buscam sua emancipação, pode proporcionar um nível de entendimento das relações de poder baseadas no patriarcado, que acabam por transformar suas realidades.

Essa transformação é representada pela capacidade desenvolvida, por exemplo, de fundar e gerir uma cooperativa formada apenas por mulheres, protagonistas nas relações de toda a cadeia produtiva das ervas aromáticas. Se faz assim, urgente, o desenvolvimento de políticas públicas eficazes e capazes de alcançar todas as mulheres que vivem e produzem no meio rural. Mais uma vez, acreditando no seu papel fundamental para a Agroecologia.

As perspectivas da família Chirca Pérez giram em torno três eixos fundamentais: a manutenção de suas práticas sociais; o aumento da quantidade de mão de obra familiar, já que o filho pretende deixar o trabalho no frigorífico em breve e se dedicar em tempo integral à produção do *predio* e, a neta mais velha cursa o *Liceo* na área da agricultura e também declarou a intenção de permanecer no meio rural; articulação política para criação de feiras agroecológicas, em espaços públicos de Montevideu, visando eliminar os atravessadores.

Corroboramos essas afirmativas a partir da apresentação da sistematização analítica, representada na figura 89 da página 293, na qual a família tem baixíssimo nível de distanciamentos com o Tipo Ideal. A família apresenta uma resistência consolidada, o que não quer dizer que não corram riscos de serem atingidos por eventos conjunturais, consequentes do avanço do agronegócio.

As famílias Chirca Silva e Chirca Pérez são resistências agroecológicas nos territórios ocupados pelo agronegócio. A resistência é intrínseca ao universo camponês, mesmo diante de algum tipo de recuo ou retrocesso estratégico, são resistências em suas essências. Nesse sentido, acreditamos serem necessárias políticas públicas eficientes, que possam fazer frente à pressão exercida pelo agronegócio sobre essas e milhões de famílias camponesas em todo o mundo. Contudo, o modelo de Estado Neoliberal, ancorado na prerrogativa de acumulação

de capital, legitima a expropriação da terra e da renda do universo camponês, concentrando-as no capital transnacional, representado pelo agronegócio. Com sua base material ameaçada, as famílias lutam cotidianamente, aportadas nas mais distintas práticas sociais, buscando garantir terra e renda. Uma base material estável é, também, uma forma de empoderamento que garante as subjetividades do universo camponês, ou seja, pode garantir sua reprodução social de forma plena em todas as dimensões.

A base material é necessária para a base subjetiva e vice-versa. E nesse contexto, o agronegócio, concentrador e excludente, legitimado pelo Estado Neoliberal, é incompatível com as maneiras de viver e produzir no campo sob os preceitos agroecológicos. Aqui, cabe também ressaltar, que a cultura do consumo necessita ser combatida, pois não basta os povos do campo viverem e produzirem de maneira agroecológica, se a cidade não transformar o seu padrão de consumo.

A grande questão é que o consumo descomedido expressa não somente o valor utilitário e comercial dos itens consumidos, mas está embuído de signos. Um sistema simbólico é inerente à atual sociedade de consumo, na qual os indivíduos constroem seu estilo de vida a partir da intensidade e das marcas consumidas. A partir dessa perspectiva, romper com a concentração de riquezas e com o desperdício, buscando uma distribuição equitativa de bens de consumo e alimentos, evitando o consumo exagerado, que por sua vez pressiona os recursos naturais, faz parte dos ideais agroecológicos. Uma reflexão séria e profunda acerca da cultura do consumo precisa estar presente nas pautas de discussões e ações dos movimentos sociais, como mais uma maneira de enfrentamento ao modo de produção capitalista.

O modelo de pensamento hegemônico da sociedade é enérgico na cooptação cultural e econômica. Contudo, acreditar em um outro mundo, basear o pensamento e as ações na transformação social, sustenta as resistências diversas, transformando suas realidades, locais e regionais.

É possível, assim, vislumbrar um futuro no qual as experiências isoladas se integrem sob o viés agroecológico e, seja plantando ervas aromáticas e hortaliças frescas seja produzindo leite orgânico, transformem a lógica global das relações socioculturais, econômicas, políticas e ambientais hegemônicas.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. Campinas: Hucitec/Anpocs/Ed. Unicamp, 1992.

ACHKAR, M.; DOMÍNGUEZ, A. E; PESCE, F. **Agronegocios Ltda: Nuevas Modalidades de Colonialismo em Cono Sur de America Latina**. Montevideo: Redes, 2008.

ACHKAR, M. et al. **Desafíos para Uruguay: Espacio Agrario, Espacio Ambiental**. Montevideo: Editorial Nordan-Comunidad, 1999.

ACHKAR, M. et al. **Uruguay, Naturaleza, Sociedad, Economía: Uma visión desde la Geografía**. Montevideo: Banda Oriental, 2016.

AGUIAR, N. Perspectivas feministas e o conceito de patriarcado na sociologia clássica e no pensamento sociopolítico brasileiro. In: AGUIAR, N. (Org.) **Gênero e Ciências Humanas: desafio às ciências desde a perspectiva das mulheres**. Rio de Janeiro: Rosa dos Ventos, 1997.

AGUIAR, V. V. P. **Somos Todas Margaridas: Um estudo sobre o processo de constituição das mulheres do campo e da floresta como sujeito político**. 2015. 521 F. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) Universidade Estadual de Campinas, Campinas/SP, 2015.

AMMANN, S. B. **Movimento popular de bairro: De frente para o Estado, em busca do Parlamento**. São Paulo: Cortez, 1991.

ALBUQUERQUE, F. J. B.; PIMENTEL, C. E. Uma Aproximação Semântica aos Conceitos de Urbano, Rural e Cooperativa. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**. Brasília, v. 20, n. 2, p. 175-182, mai./jun. 2004.

ALJANATI, D. et al. **Canelones: Los Departamentos**. Montevideo: Nuestra Tierra, 1970.

ALTIERI, M. **Agroecologia: Bases Científicas para uma Agricultura Sustentável**. 3. ed. São Paulo/Rio de Janeiro: Expressão Popular, 2012.

AMIGOS DE LA TIERRA. Site Oficial. Disponível em: <https://www.tierra.org/>. Acesso em: 07 mar. 2018.

BAGLI, P. **Rural e Urbano nos Municípios de Presidente Prudente, Álvares Machado e Mirante do Paranapanema: Dos mitos Pretéritos às Recentes Transformações**. 2006. 207 f. Tese (Doutorado em Geografia) Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2006

BAIARDI, A. Formas de agricultura familiar, à luz dos imperativos de desenvolvimento sustentável e de inserção no mercado internacional. In: XXXVII

Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural. AGUIAR, D. R. D.; PINHO, J. B. (Orgs.). **Anais...** Foz de Iguaçu: SOBER, 1999.

BALEM, T. A.; SILVEIRA, P. R. **A Erosão Cultural Alimentar: Processo de Insegurança Alimentar na Agricultura Familiar.** s/d. Disponível em: <http://coral.ufsm.br/desenvolvimentorural/textos/artigo%20erosao%20alimentar.pdf>. Acesso em: 12 abr. 2016.

BARCELLOS, S. B. **A formulação das políticas públicas para a juventude rural no Brasil: atores e fluxos políticos nesse processo social.** 2014. 306 f. Tese (Doutorado em de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro/RJ. 2014.

BARRÁN, J. P.; NAHUM, B. **Historia rural del Uruguay moderno (1851-1885).** v. 1, Montevideo: Ediciones de la Banda Oriental, 1967.

BASTIANI, T. M. **Rompendo as cercas da Educação Burguesa: A luta pela construção de uma escola no Assentamento Madre Terra, São Gabriel/RS.** 2014. 173 F. Dissertação (Mestrado em Educação) Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria/RS, 2014.

BATISTA, P. N. **O consenso de Washington: a visão neoliberal dos problemas latinoamericanos.** São Paulo: Consulta Popular, (Caderno n. 7), 1999.

BEAUVOIR, S. **O segundo sexo: fatos e mitos.** 4 ed. Tradução: Sérgio Milliet. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1970.

BEAUVOIR, S. **O segundo sexo: a experiência vivida.** 2 ed. Tradução: Sérgio Milliet. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1967.

BEER, M. **História do socialismo e das lutas sociais: Da Antiguidade aos tempos Modernos.** Porto Luanda. Lisboa: Centro do Livro Brasileiro, s/d.

BERNARDES, N. Bases geográficas do povoamento do estado do Rio Grande do Sul: os fatores culturais e a dualidade econômico-social. **Boletim Geográfico**, Rio de Janeiro, n. 172, p. 3-13, jan./fev., 1963.

BOBBIO, N., et al. **Dicionário de Política.** 4. ed. Tradução: Carmem C. Varriale. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1990.

BODART, C. das N. Tipo Ideal de Max Weber. **Café com Sociologia.** 2010. Disponível em: <<http://cafecomsociologia.com/2010/11/tipo-ideal-de-max-weber.html>>. Acessado em: 07 fev. 2017.

BONFANTI, D. Desde la disconformidad eufórica hasta el pesimismo melancólico. Elites, Estado y técnicos extranjeros en los procesos de innovación agrícola en el Uruguay de los centenarios (1910-1930). In: In: CURI, A. B. **Agricultura y Modernización – 1840-1930.** Montevideo: Departamento de Publicaciones de la Universidad de la República, 2011.

BORBA, M. F. da S. et al. Desenvolvimento Endógeno como estratégia para a sustentabilidade de áreas marginais. In: PORTO, V. H. da F. et al. (Orgs.) **Agricultor familiar**: Sujeito de um novo método de pesquisa, o participativo. Pelotas: EMBRAPA, Clima temperado, 2004.

BORDALO, C.A. **Os caminhos da política: o sindicalismo rural e os movimentos de mulheres trabalhadoras rurais em Pernambuco**. 2011. 158p. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) – Universidade Federal do Rio de Janeiro/RJ, 2011.

BORGES, F. C. Origens Históricas da Propriedade da Terra – 1958. In: STEDILE, J. P. (org.) **A Questão Agrária no Brasil**: o debate tradicional – 1500-1960. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

BORJA, J. **Movimentos sociais urbanos**. SIAP, 1975.

BOURDIEU, P. Célibat et condition paysanne. Tradução de Francisco Ferreira. **Etudes Rurales**. n. 1, v. 5, p. 32-135, 1962.

BRASIL. Banco Central do Brasil. Site Oficial. **Área de conversão de Moedas**. Disponível em: <http://www4.bcb.gov.br/pec/conversao/conversao.asp>. Acesso: de Jul./2017 à Mar./2018.

BRASIL, **Lei 11.326, de 24 de Julho de 2006**. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Diário Oficial da União, dia 25/07/2006. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11326.htm. Acesso em: 14 abr. 2016.

BRASIL, **Lei nº 4.771/1965 de 15 de setembro de 1965**. Institui o Código Florestal Brasileiro. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4771.htm. Acesso em: 26 mar. 2018.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Pampa**. s/d. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/biomas/pampa>. Acesso em: 23 abr. 2016.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 6.746, de 10 de dezembro de 1979**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1970-1979/L6746.htm. Acesso em: 23 jun. 2015.

BRASIL. Secretaria de Planejamento da Presidência da República. **Projeto RADAMBRASIL**: Levantamento de Recursos Naturais – Volume 33. Brasília, 1986.

BRUMER, A. Os Jovens e a Reprodução Geracional na Agricultura Familiar. In: MENEZES, M. A.; STROPASOLAS, V. L.; BARCELLOS, S. B. **Juventude rural e políticas públicas no Brasil**. Brasília: Presidência da República, 2014.

BRUNO, R. Agronegócio e novos modos de conflituosidade. In: FERNANDES, B. M. (Org.). **Campesinato e agronegócio na América Latina**: a questão agrária atual. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

CAMACHO, D. Movimentos sociais frente à crise. In: SCHERER-WARREN, I., KRISCHKE, P. (Org.). **Uma revolução no cotidiano?** Os novos movimentos sociais na América Latina. São Paulo: Brasiliense, 1987.

CAMPOCLARO. **Alimentos 100% orgânicos.** Disponível em: <https://www.campoclaro.com/pilares>. Acesso em: 09 mar. 2018.

CAMPOS, C. S. S. **A face feminina da pobreza em meio a riqueza do agronegócio:** trabalho e pobreza das mulheres em territórios do agronegócio no Brasil: o caso de Cruz Alta/RS. Buenos Aires: CLACSO, 2011.

CANELONES. Gobierno de Canelones. **Municipios.** s/d. Disponível em: <https://www.imcanelones.gub.uy/conozca/gobierno/municipios>. Acesso em: 16 out. 2017.

CANELONES. Gobierno de Canelones. **Plan de Ordenamiento Rural de Canelones-Ruralidades Canarias.** Canelones, Uruguay, 2017. 241 p. Disponível em: <http://www.imcanelones.gub.uy/conozca/gobierno/normativa-departamental/secretaria-de-planificacion/plan-ruralidades-canarias>. Acesso em: 14 dez. 2017.

CARDOSO, E. S. Da Apropriação da Natureza à Construção de Territórios Pesqueiros. **GEOUSP - Espaço e Tempo**, São Paulo, n. 14, p. 119 - 125, 2003. Disponível em: http://www.geografia.fflch.usp.br/publicacoes/Geosp/Geosp14/Geosp_14_Cardoso.htm. Acesso em: 20 abr. 2016.

CARLOS, A. F. A. **A cidade.** 6. ed. São Paulo: Editora Contexto, 2005.

CARNEIRO, F. F. **Dossiê ABRASCO:** um alerta sobre os impactos dos agrotóxicos na saúde. (Org.) CARNEIRO, F. F. et al. Rio de Janeiro: EPSJV; São Paulo: Expressão Popular, 2015.

CARRANO, P. Juventude Quilombola em Territórios de Memórias e Lutas Coletivas. In: MENEZES, M. A.; STROPASOLAS, V. L.; BARCELLOS, S. B. **Juventude rural e políticas públicas no Brasil.** Brasília: Presidência da República, 2014.

CARSON, R. **Primavera Silenciosa.** 2. ed. Tradução: Raul de Polillo. São Paulo: Edições Melhoramentos, 1962.

CARVALHO, D. **Introdução Metodológica aos Estudos Sociais.** 2. ed. Rio de Janeiro: Editora AGIR, 1970.

CARVALHO, I. C. M. A invenção do sujeito ecológico: identidades e subjetividade na formação dos educadores ambientais. In: SATO, M.; CARVALHO, I. C. M. (Orgs.) **Educação Ambiental:** pesquisa e desafios. Porto Alegre: Artmed, 2005.

CASTELLS, M. **A Era da Informação:** Economia, Sociedade e Cultura - O Poder Da Identidade. v. 2, 4. ed., São Paulo: Ed. Paz E Terra, 2003.

CASTRO, E. G. **Os jovens estão indo embora?** – a construção da categoria juventude rural em movimentos sociais no Brasil. Projeto de Pesquisa: DLCS/UFRRJ/FAPERJ, 2006.

CASTRO, E. G.; et al. **Identificação e mapeamento preliminares das principais organizações de juventude rurais e sobre jovens rurais no Brasil.** Rio de Janeiro: UFRRJ/NEAD/MDA/IICA, relatório de pesquisa, 2007. Disponível em: <http://www.redalyc.org/html/773/77307108/>. Acesso em: 18 mar. 2018.

CASTRO, E. G. Processos de Construção da categoria juventude rural como ator político: participação, organização e identidade social. Trabalho apresentado na **26ª Reunião Brasileira de Antropologia**, Porto Seguro, Bahia, Brasil. GT10 - 01/04 jun/2008.

CHAYANOV, A. **La organización de la unidad economica campesina.** Buenos Aires: Nueva Visión, 1974.

CHELOTTI, M. C. **A estância metamorfoseou-se: (re) configurações territoriais e expressões da reterritorialização camponesa na Campanha Gaúcha (1990-1997).** Uberlândia: UFU, 2009. 288 p. Tese (Doutorado) – Instituto de Geografia da Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia, 2009.

CHIAPPE, M. et al. Intereses en disputa en torno a la agrobiotecnología: un análisis comparativo entre Uruguay y el sur de Brasil. **Pampa: Revista Interuniversitária de Estudos Territoriales.** n. 7, ano 7, Santa Fé/Argentina, p. 121-140, 2001.

CHIES, J. C. et al. Uso da homeopatia no controle de mastite subclínica em pequenas propriedades. In: I Congresso de Residência Agrária, 2015, Brasília. **Anais...** Brasília, 2015. Disponível em: <http://www.congressoresidencia.com/#!edicao-atual/dz8uo>. Acesso em: 26 mar. 2018.

CHOMSKY, N. **Mídia: Propaganda política e manipulação.** Tradução: Fernando Santos. São Paulo: Editora WMF, 2013.

CICAF – Congregação das Irmãs Catequistas Franciscanas. **Cartilha Outro consumo é possível.** Colaboradores: CEFURIA (Centro de Formação Urbano Rural Irmã Araújo) e REDE DE EDUCAÇÃO CIDADÃ. Curitiba: Editora Gráfica Popular, 2009.

COLETTI, C. **A Trajetória Política do Mst: da crise da ditadura ao período neoliberal.** 2005. 297 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005.

COMISIÓN NACIONAL DE FOMENTO RURAL. **Funcion Social de la Tierra, Bienes Comunes y Dinamica Social en el Campo Uruguayo.** Cartilla. Montevideo: Servicio Central de Extensión y Actividades en el Medio / Universidad de la República, 2015.

CONAMA. **Resolução nº 302, de 20 de março de 2002.** Dispõe sobre os parâmetros, definições e limites de Áreas de Preservação Permanente de

reservatórios artificiais e o regime de uso do entorno. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/port/conama/res/res02/res30202.html>. Acesso em: 26 mar. 2018.

COOPERATIVA DE LAS AMÉRICAS. **Principios y Valores Cooperativos**. 2017. Disponível em: <https://www.aciamericas.coop/Principios-y-Valores-Cooperativos-4456>. Acesso em: 15 mar. 2018.

CORRÊA, R. L. Análise crítica de textos geográficos: breves notas. **GeoUERJ**, Rio de Janeiro, n.14, p. 7-18, 2/2003.

CORRÊA, R. L. Espaço: um conceito-chave da Geografia. In: CASTRO, I. E. de; GOMES, P. C. da C.; CORRÊA, R. L. (Org.). **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

CORREIA, S. C. C. Resistência e Formas de (Re)Criação Camponesa no Semiárido Paraibano. **Revista OKARA: Geografia em debate**. V. 5, n. 1-2. P. 107-121, 2011.

COSTA, A. M. B., et al. Resistência Camponesa e Organização Sócio-Espacial na Comunidade Serra das Pias/AL. In: XXI Encontro Nacional de Geografia Agrária, 2012, Uberlândia. **Anais...** Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia, 2012. Disponível em: http://www.lagea.ig.ufu.br/xx1enga/anais_enga_2012/eixos/1086_1.pdf, acesso em: 12 mai. 2016.

COSTA, K. R. C. **O PRONERA e o desenvolvimento sócio-espacial: o caso dos assentados do Projeto de Assentamento São José do Morro Alto em Barreirinhas – Maranhão**. 2014. 249 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sócioespacial e Regional) Universidade Estadual do Maranhão, São Luis/MA, 2014.

COSTA NETO, C.; CANAVESI, F. Sustentabilidade em assentamentos rurais: o MST rumo à “reforma agrária agroecológica” no Brasil? In: ALIMONDA, H. **Ecología política: naturaleza, sociedad y utopía**. Buenos Aires: Clacso, 2003.

COSTA, S. Esfera pública redescoberta da sociedade civil e movimentos sociais no Brasil: uma abordagem tentativa. **Novos Estudos Cebrap**, São Paulo, n. 38, p. 38-52, 1994.

COSTABEBER, J. A.; MOYANO, E. Transição agroecológica e ação social coletiva. **Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**, Porto Alegre, v.1, n.4, p.50-60, out./dez. 2000.

COTIDIANO MUJER. **Colectivo feminista dedicado a la Comunicación y a los Derechos Humanos**. Disponível em: <http://www.cotidianomujer.org.uy/sitio/quienes-somos>. Acesso em: 07 mar. 2018.

CUNHA, A. S. **Agricultura Familiar e suas Estratégias de Resistência na Campanha Gaúcha: o caso do Rincão dos Saldanhas e do Cerro da Jaguatirica – Manoel Viana/RS**. 2013. 133 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2013.

CUNHA, A. S. et al. Agroecologia: um modo de vida sustentável – Assentamento Conquista Da Liberdade – Piratini/RS. In: V Simpósio Internacional/VI Simpósio Nacional de Geografia Agrária, 2011, Belém. **Anais...** Belém: Universidade Federal do Pará, 2011. 1 CD-ROM.

CUNHA, A. S. **O Empoderamento Familiar a partir das Hortas Orgânicas: O Caso do Assentamento Filhos de Sepé – Viamão/RS.** 2015. 55 f. Monografia (Especialização em Agricultura Familiar Camponesa e Educação do Campo) Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2015.

CUNHA, A. S. et al. Pressupostos Teóricos para Compreensão dos Territórios Rurais. In: DAVID, C. de; WIZNIEWSKY, C. R. F. (Org.). **Agricultura e Transformações Socioespaciais: olhares geográficos e a pesquisa de campo.** Porto Alegre: Evangraf/Jadeditora, 2015.

CUNHA, A. S. et al. Soberania Alimentar: uma proposta necessária no contexto da Globalização. In: I Congresso de Residência Agrária, 2015, Brasília. **Anais...** Brasília, 2015. Disponível em: <http://www.congressoresidencia.com/#!edicao-atual/dz8uo>. Acesso em: 11 set. 2017.

CURI, A. B. Elite, agricultura y modernización: el programa de la Asociación Rural del Uruguay, 1870-1900. In: CURI, A. B. **Agricultura y Modernización – 1840-1930.** Montevideo: Departamento de Publicaciones de la Universidad de la República, 2011.

DA CAS, C. et al. Bionatur Sementes Agroecológicas: Uma História de Sonho, Luta e Resistência no Sul do Brasil. In: I Congresso de Residência Agrária, 2015, Brasília. **Anais...** Brasília, 2015. Disponível em: <http://www.congressoresidencia.com/#!edicao-atual/dz8uo>. Acesso em: 26 abr. 2016.

DALBIANCO, V. P. **A construção de uma extensão rural para as famílias assentadas: o programa de assessoria técnica, social e ambiental (ATES) no RS.** 2010. . Dissertação (Mestrado em Extensão Rural). Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria/RS, 2010.

DANTAS, G. **Controle do Capital Financeiro: há futuro nessa proposta?** 2010. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/193077>. Acesso em: 04 mai. 2016.

DAVIS, J. A.; GOLDBERG, R. A. [1957]. **A Concept of Agribusiness.** Traduzido por Augusto Ferrari. Boston: Harvard University, 2006.

DELLAGNEZZE, R. O estado de bem estar social, o estado neoliberal e a globalização no século XXI. Parte I: o estado clássico. **Âmbito Jurídico.** Rio Grande, XV, n. 107, dez./2012. Disponível em: http://www.ambito-juridico.com.br/site/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=12537. Acesso em: 03 mai. 2016.

DEMATTEIS, G. Sistema Local Territorial (SLOT): um instrumento para repensar, ler e transformar o território. In: ALVES, A. F. et al. (Orgs.) **Desenvolvimento Territorial e Agroecologia**. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

DEMO, P. **Metodologia do conhecimento científico**. São Paulo: Atlas, 2000.

DIAS, A. N. et al. **Educação do Campo e Contemporaneidade**. Salvador: EDUFBA, 2013. 346 p.

DIAS, M. do C. O. (Coord.). **Manual de Impactos Ambientais**: orientações básicas sobre aspectos ambientais de atividades produtivas. Fortaleza: Banco do Nordeste, 1999.

DISKA, N. M.; CUNHA, A. S. O Empoderamento da Mulher a partir da Agroecologia. In: XXIII Encontro Nacional de Geografia Agrária (ENGA). **Anais...** Aracajú/SE, 2016. Disponível em: <http://enga.com.br/anais/index.php>. Acesso em: 21 jan./2018.

DOMINGUES, J. M. A Dialética da Modernização Conservadora e a Nova História do Brasil. Rio de Janeiro: **Revista de Ciências Sociais**, Vol.45, nº3, 2002, p. 459 a 482.

DOMINGUES, J. M. **Instituições Formais, Cidadania e Solidariedade Complexa**. São Paulo: Lua Nova, 2006.

ELÍAS, A. Uruguay: Un mundo que sigue dividido en centro y periferia. **El neoliberalismo fracasa y fracasa, pero insiste. Millones de Columnas**. 2003. Disponível em: <https://www.rebelion.org/hemeroteca/uruguay/elias110103.htm>. Acesso em: 05 mai. 2016.

ELIAS, D. **Globalização e Agricultura**. São Paulo: Edusp, 2003.

EMATER – Escritório Municipal de Bagé. **Leitura da Paisagem**. Bagé: Emater/RS, 2000. 24 p.

ESTEVA, G. Desenvolvimento. In: SACHS, W. **Dicionário do Desenvolvimento**. Guia para o conhecimento do poder. Petrópolis: Vozes, 2000.

FABRINI, J. E. A resistência camponesa para além dos movimentos sociais. **Revista Nera**, ano 10, n. 11, p. 8-32, 2007.

FAJARDO, S. Complexo Agroindustrial, Modernização da Agricultura e Participação das Cooperativas Agropecuárias no Estado do Paraná. **Caminhos de Geografia**. Uberlândia, v. 9, n. 27, p. 31-44, 2008.

FARIA, N. **Para a erradicação da violência doméstica e sexual**. Síntese da palestra apresentada na Conferência "Hacia la erradicación de la violencia sexista", I Foro Social Américas, Quito/Equador, jul./2004.

FERNANDES, B. M. **A formação do MST no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2000.

FERNANDES, B. M. **Agricultura Camponesa e/ou Agricultura Familiar**. s/d. Disponível em: http://www.geografia.fflch.usp.br/graduacao/apoio/Apoio/Apoio_Valeria/flg0563/2s2012/FERNANDES.pdf. Acesso em: 14 abr. 2016.

FERNANDES, B. M. Agronegócio nas Américas: o mito do desenvolvimento e a resistência do campesinato. In: ENCONTRO DE GEÓGRAFOS DA AMÉRICA LATINA, X, 2005, São Paulo. **Anais...** São Paulo: USP/FFLCH, 2005. 1 CD-ROM, p. 4860-4874.

FERNANDES, B. M. et al. **Os usos da terra no Brasil: debates sobre políticas públicas fundiárias**. 1. ed. São Paulo: Cultura Acadêmica: Unesco, 2014.

FERNANDES, B. M. Questão agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial. In: BUAINAIN, A. M. (Org.). **Luta pela terra, reforma agrária e gestão de conflitos no Brasil**. Campinas: Editora da Unicamp, 2008.

FERNANDES, B. M. **Questão agrária, pesquisa e MST**. São Paulo: Cortez, 2001.

FERRAZ, J. C.; et al. (Org.). **Liberalização econômica e desenvolvimento**. São Paulo: Futura, 2003.

FERRETI, C. J. Mudanças em sistemas estaduais de ensino em face das reformas no ensino médio e no ensino técnico. **Educação & Sociedade**, ano XXI, n. 70, p. 80-99, abr./2000.

FERREIRA FILHO, J. M. M. F. A *Plantation* Açucareira no Nordeste do Brasil e a Cartografia Mental dos Trabalhadores no Mundo dos Engenhos (Pernambuco, Século XX). In: XXVIII Simpósio Nacional de História. **Anais...** Florianópolis, 2015. Disponível em: http://www.snh2015.anpuh.org/resources/anais/39/1442252616_ARQUIVO_ArtigoANPUH-.pdf. Acesso em: 11 abr. 2016.

FLICK, U. **Uma introdução à Pesquisa Qualitativa**. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2004.

FOSSATTI, M. **Territorio y poder: los conflictos por el uso del suelo rural en el nordeste de Montevideo**. 2007. Disponível em: <http://biblioteca.clacso.edu.ar/ar/libros/becas/2007/cultura/fossatti.pdf>. Acesso em: 05 mai. 2016.

FRIEDMANN, J. "A trajetória: da exclusão ao empoderamento". In: *Empowerment: The Politics of Alternative Development*. Traduzido por Tarcísio Resende. Oxford, UK, Blackwell PublishersLtd, 1992.

G1 – RBS - Rio Grande do Sul. **Padilha promete negociar espaço no orçamento após reunião com prefeitos do RS por ajuda contra seca**. 23 mar. 2018a. Disponível em: <https://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/prefeitos-gauchos-pedem-recursos-contr-a-estiagem-mas-deixam-brasilia-com-promessa-de-negociacao.ghtml>. Acesso em: 26 mar. 2018.

G1 – RBS - Rio Grande do Sul. **Prefeitos do RS vão a Brasília em busca de recursos para amenizar efeitos da estiagem.** 21 mar. 2018b. Disponível em: <https://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/prefeitos-do-rs-vaio-a-brasilia-em-busca-de-recursos-para-amenizar-efeitos-da-estiagem.ghtml>. Acesso em: 26 mar. 2018.

GALEANO, Eduardo. **As veias abertas da América Latina.** 18ª edição, Rio de Janeiro, Ed. Paz e Terra, 1983.

GASTÓ, J.; et al. Conceptos unificadores para la sustentabilidad de la agricultura: Elementos teóricos para el desarrollo de la agroecología. In: ALTIERI, M. A. **Vertientes del pensamiento agroecológico: fundamentos y aplicaciones.** Medellín: SOCLA. 2009.

GEILFUS, F. **80 herramientas para el desarrollo participativo: diagnóstico, planificación, monitoreo, evaluación.** IICA – GTZ. San Salvador, El Salvador, 1997.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GILLARDOT, P. **Géographie Rurale.** Paris: Ellipses, 1997.

GOHN, M. da G. **A força da periferia: A luta das mulheres por creches em São Paulo.** Petrópolis: Vozes, 1985.

GOHN, M. da G. **Reivindicações populares urbanas: um estudo sobre as associações de moradores em São Paulo.** São Paulo: Cortez, 1982.

GOHN, M. da G. **Teoria dos Movimentos Sociais: Paradigmas Clássicos e contemporâneos.** 4. ed. São Paulo: Loyola, 2004.

GOMES, T. P. S. Das receitas às práticas de benzedura e cura: uma etnografia dos saberes tradicionais de mulheres assentadas. In: **Retratos de Assentamentos.** Volume 14, Número 2. Centro Universitário de Araraquara – UNIARA. Araraquara/SP. 2011.

GONÇALVES, J. O. N.; et al. **Campos naturais ocorrentes nos diferentes tipos de solos do Município de Bagé, RS: Caracterização, localização e principais componentes da vegetação.** (Boletim de pesquisa n.º 12), Bagé: EMBRAPA-CNPO, 1988.

GOULART, I. C. G. R. et al. Controle de capimannoni com herbicidas pré-emergentes em associação com diferentes métodos de manejo do campo nativo. **Planta Daninha**, Viçosa/MG, v. 27, n. 1, p. 181-190, 2009.

GRAZIANO DA SILVA, J. **A modernização dolorosa.** Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

GRAZIANO DA SILVA, J. **O novo rural brasileiro.** Campinas: Unicamp, Instituto de Economia (coleção Pesquisas, 1). 1999.

GUADALUPE, O.; LASA, J. Un retazo de historia en Costa del Arroyo Tala: Canelones. **Pampa**. v. 1, n. 11-12, 2015. P. 241-264.

GUIMARÃES, A. P. **A crise agrária**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

GUIMARÃES, A. P. O complexo agroindustrial. **Revista Reforma Agrária**, ano 7, n. 6, nov./dez. 1977.

GUIMARÃES, A. P. Quatro séculos de latifúndio – 1963. In: STEDILE, J. P. (Org.) **A Questão Agrária no Brasil: o debate tradicional – 1500-1960**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

GUTIERREZ, E. J. B. **Negros, charqueadas e olarias: um estudo sobre o espaço pelotense**. Pelotas: Ed. Universitária/UFPel, 2001.

GUTTAL, S. Bosques, recolectar comida y los comunales. Boletín Nyéléni. Sevilla, n. 24, p. 01-03, dez./2015.

HARNECKER, M. **Tornar possível o impossível**. Paz e Terra: São Paulo, 2000.

HYPERMARCAS. Hypermarcas inova e melhora exposição dos produtos no PDV. Revista Decnews. São Paulo: Contento, 2014.

HOBSBAWM, E.; RANGER, T. (Orgs.). **A invenção das tradições**. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

HOFMANN, W. **A história do pensamento do movimento social dos séculos 19 e 20**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

HOLANDA, R. B. **Famílias Guardiãs de Sementes Crioulas: a tradição contribuindo para a agrobiodiversidade**. 2015. 157 F. Tese (Doutorado em Agronomia) Universidade Federal de Pelotas, Pelotas/RS, 2015.

HORA, K.; MACEDO, G.; REZENDE, M. (Orgs.) Coletânea sobre estudos rurais e gênero: Prêmio Margarida Alves – Mulheres e Agroecologia. 4ª Edição. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2015.

HOUAISS. **Minidicionário Houaiss da Língua Portuguesa**. Instituto Antônio Houaiss (Org.). 2. ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2004.

IANNI, O. **Sociologia da Sociologia: o pensamento sociológico brasileiro**. São Paulo: Editora Ática, 1989.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBEG). Censo Agropecuário [2006]. **Notas técnicas sobre a Agricultura Familiar em 2006**. 2009. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/agri_familiar_2006_2/notas_tecnicas.pdf. Acesso em: 08 abr. 2016.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Consulta por Unidade da Federação.** Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/geociencias/areaterritorial/principal.shtm>>. Acesso em: 21 mar. 2016.

INSTITUTO NACIONAL DE CÂNCER (INCA). **Posicionamento do Instituto Nacional de Câncer José Alencar Gomes da Silva acerca dos Agrotóxicos,** 2015. Disponível em: <http://www1.inca.gov.br/inca/Arquivos/comunicacao/posicionamento_do_inca_sobre_os_agrotoxicos_06_abr_15.pdf>. Acesso em: 21 abr. 2016.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZACIÓN (INC). **Site Oficial.** Disponível em: <http://www.colonizacion.com.uy/>. Acessos diversos.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA/ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA ALIMENTAÇÃO E AGRICULTURA (INCRA/FAO). **Perfil da Agricultura Familiar no Brasil:** dossiê estatístico. Brasília, 1996.

JOLLIVET, M. Les collectivités rurales françaises. In: JOLLIVET, M. (Org.) **Sociétés paysannes ou lutte de classes au village.** Tradução de Marcelo Feltrim. Paris: Armand Colin, 1974.

KONDER, L. **O que é dialética.** São Paulo: Brasiliense, 2008.

KUMMER, L. **Metodologia participativa no meio rural:** uma visão interdisciplinar. Conceitos, ferramentas e vivências. Salvador: GTZ, 2007.

LA VIA CAMPESINA. International Peasant's Movement, 2011. Disponível em: <<http://viacampesina.org/en/>>. Acesso em: 21 abr. 2015.

LAMARCHE, H. **A Agricultura Familiar:** uma realidade multiforme. Campinas: Editora da Unicamp, 1993.

LEFF, E. Agroecologia e saber ambiental. **Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável.** Porto Alegre, v.3, n.1, jan./mar. 2002. Disponível em: http://www.pvnocampo.com.br/agroecologia/agroecologia_e_saber_ambiental.pdf. Acesso em: 24 mar. 2018.

LEFF, E. **Ecología y Capital:** Hacia una Perspectiva Ambiental del Desarrollo. México: Ed. Siglo XXI/UNAM, 1986.

LEFF, E. **Ecología y Capital.** Racionalidad Ambiental, Democracia Participativa y Desarrollo Sustentable. México: Ed. Siglo XXI/UNAM, 1994.

LEFF, E. **Racionalidad Ambiental, la reapropiación social de la naturaleza.** México: Ed. Siglo XXI, 2004.

LIBAUT, A. **Os quatro níveis da pesquisa geográfica.** Geocartografia, São Paulo, n.1, p.3-19, 1994.

MACHADO, P. C. L.; MACHADO FILHO, P. C. L. **A dialética da Agroecologia**. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2014.

MACHADO, S. M. M. **Sementes da luta pela terra na Fronteira Brasil-Uruguai: Os limites e possibilidades da atividade camponesa em Santana do Livramento-BR e Bella Unión-UY**. 2014. 260 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2014.

MAESTRI, M. Há 200 anos: José Artigas e a luta pela terra e liberdade. **Correio da Cidadania**. 2011. Disponível em: http://www.correiocidadania.com.br/index.php?option=com_content&view=article&id=6475:submanchete021111&catid=29:cultura&Itemid=61. Acesso em: 26 abr. 2016.

MALISKA, M. A. **Os desafios do Estado Moderno. Federalismo e integração regional**. 2003. 229 f. Tese (Doutorado em Direito) Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2003. Disponível em: <http://docplayer.com.br/5896142-Max-weber-e-o-estado-racional-moderno.html>. Acesso em: 07 fev. 2017.

MALUF, R. S. Mercados agroalimentares e a agricultura familiar no Brasil: agregação de valor, cadeias integradas e circuitos regionais. **Ensaios FEE**, Porto Alegre, v. 25, n. 1, p. 299-322, abr. 2004. Disponível em: <https://revistas.fee.tche.br/index.php/ensaios/article/view/2061/2443>. Acesso em 16 mar. 2018.

MAMMARELLA, R. Movimentos Sociais Urbanos: pensando uma realidade em construção. **Ensaios FEE**, Porto Alegre, n. 14, v. 1, p. 188-226, 1993.

MARAFON, G. J. O trabalho de campo como um instrumento de trabalho para o investigador em geografia agrária. In: RAMIRES, J. C. de L.; PESSÔA, V. L. S. (Org.). **Geografia e pesquisa qualitativa: nas trilhas da investigação**. Uberlândia: Assis, 2009.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 5ª ed. São Paulo: Editora Atlas, 2003.

MARQUESE, R. B. Revisitando casas-grandes e senzalas: a arquitetura das plantations escravistas americanas no século XIX. **Anais do Museu Paulista**. São Paulo. v. 14, n. 1, p. 11-57, jan./jun., 2006. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=s0101-47142006000100002&script=sci_arttext. Acesso em: 11 abr. 2016.

MARTES, A. C. B. Weber e Schumpeter: A ação econômica do empreendedor. **Revista de Economia Política**, São Paulo: v. 30, n. 2. p. 254-270, 2010.

MARTINS, S. A.; SANTOS, F. S. A Formação Política de Militantes do MST: Relatos de Pesquisas. **Germinal: Marxismo e Educação em Debate**, v. 4, n. 1, p. 82-91, jun./2012. Disponível em: <https://portalseer.ufba.br/index.php/revistagerminal/article/view/9406>. Acesso em: 20 jan. 2018.

MARX, K. **Manuscritos econômico-filosóficos**. Tradução de Jesus Ranieri. São Paulo: Boitempo Editorial, 2004.

MATOS, P. F.; PESSÔA, V. L. S. Observação e entrevista: construção de dados para a pesquisa qualitativa em geografia agrária. In: RAMIRES, J. C. de L.; PESSOA, V. L. S (Org.). **Geografia e pesquisa qualitativa: nas trilhas da investigação**. Uberlândia: Assis Editora, 2009. p. 279-291.

MAUBRIGADES, S. Intentos de reforma agraria, el latifundio como héroe o mártir. Uruguay entre 1870 e 1915. In: PRIMEIRAS Jornadas de História Regional Comparada. **Anais...** Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística, 2000. Disponível em: <http://www.fee.tche.br/sitefee/download/jornadas/1/s7a6.pdf>. Acesso em: 26 abr. 2016.

MAZOYER, M.; ROUDART, L. **História das agriculturas no mundo: do neolítico à crise contemporânea**. São Paulo: Editora Unesp, 1993.

MEDEIROS, L. S. de. **História dos Movimentos Sociais no Campo**. Rio de Janeiro: FASE, 1989.

MENDRAS, H. **La fin des paysans: suivi d'une réflexion sur La fin des paysans vingt ans après**. Tradução de Marcelo Feltrim. Paris: Actes Sud, 1984.

MENEZES, M. A.; STROPASOLAS, V. L.; BARCELLOS, S. B. **Juventude rural e políticas públicas no Brasil**. Brasília: Presidência da República, 2014.

MINISTERIO DE GANADERÍA, AGRICULTURA Y PESCA (MGAP). Republica Oriental del Uruguay. **Censo General Agropecuario – 2011: Resultados definitivos**. Montevideo, 2011. Disponível em: <http://www.mgap.gub.uy/sites/default/files/multimedia/censo2011.pdf>. Acesso em: 04 set. 2018.

MINISTERIO DE GANADERÍA, AGRICULTURA Y PESCA (MGAP). Republica Oriental del Uruguay. **Estrategia de fomento del desarrollo de la agricultura regada en Uruguay**. Montevideo, 2015. Disponível em: http://www.mgap.gub.uy/sites/default/files/multimedia/estrategia_fomento_agricultura_regada_2015_banco_mundial.pdf. Acesso em: 09 mar. 2018.

MONTEIRO, J. C. S.; CARDOSO, A. T. Weber e o Individualismo Metodológico. **Anais...** 3º Encontro Nacional da ABPC – Associação Brasileira de Ciência Política. Niterói – RJ, Julho de 2002.

MONTEIRO, R. M. **Relações de Poder, Territórios e Territorialidades: as travessias da vida no Assentamento Olga Benário em Ipameri (GO)**. 2009. 152 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) Universidade Federal de Goiás, Catalão, 2009.

MORAES, M. I. **Los Hombres, La Tierra y El Ganado: Una propuesta sobre la ocupación del espacio y la formación de los paisajes agrarios en el Uruguay**. Disponível em: <http://cdn.fee.tche.br/jornadas/2/H4-10.pdf>. Acesso em: 28 ago. 2017.

MORAES, M. I. Las transformaciones rurales en el Uruguay de la segunda mitad del siglo XIX: una síntesis revisada. In: BERETTA, A. **Agricultura y Modernización 1840 – 1930**. Universidad de la República, Montevideo, 2011.

MORAES, R.C. **Neoliberalismo: de onde vem, para onde vai**. São Paulo: SENAC, 2001.

MORAES, R. C. Reformas Neoliberais e Políticas Públicas: Hegemonia Ideológica e Redefinição das Relações Estado-Sociedade. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 23, n. 80, p. 13-24, set./2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v23n80/12921.pdf>. Acesso em: 02 mai. 2016.

MORAIS, L. O.; MITIDIERO JR., M. A. O Projeto de Assentamento João Amazonas: desafios na transformação de famílias sem terra em famílias de pequenos produtores rurais. In: XVI ENG – Encontro Nacional de Geógrafos. **Anais...** Porto Alegre, 2010. Disponível em: <http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:8MzBRtygoD4J:www.periodicos.ufpb.br/index.php/okara/article/download/16054/9138+&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br>. Acesso em: 10 mar./2018.

MOREIRA, J. N. et al. **Diversidade das formas de integração ao mercado: o caso da valorização dos laticínios pela agricultura familiar no sertão sergipano**. Petrolina: Embrapa Semiárido, 1996.

MOREIRA, R. **O movimento operário e a questão cidade-campo no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1985.

MOREIRA, R. **Os Quatro Modelos de Espaço-Tempo e a Reestruturação**. S/D. Disponível em: <http://www.uff.br/geographia/ojs/index.php/geographia/article/download/75/73+&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br>. Acesso em: 30 mar. 2016.

MOREIRA, R. **Sociedade e Espaço Geográfico no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2011.

MORISSAWA, M. **A História de luta pela terra e o MST**. São Paulo: Expressão Popular, 2001.

MOTTA, M.; ZARTH, P. (Org.). **Formas de resistência camponesa: visibilidade e diversidade de conflitos ao longo da história** Concepções de justiça e resistência nos Brasis. v. 1. São Paulo: Editora UNESP, 2008.

MOURA, M. M. **Os herdeiros da terra**. São Paulo: HUCITEC, 1978.

MST. **Método de trabalho e organização popular**. Movimento Sem Terra – Setor Nacional de Formação. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

MUTZENBERG, R. Construção de sentido pelos movimentos sociais. In: FONTES, B. A. S. M. (Org.). **Movimentos sociais: motivação, representação e produção de sentido**. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 1999.

NABINGER, C. produção animal com base no campo nativo: aplicações de resultados de pesquisa. In: PILLAR, V. P. et al. (Org.) **Campos Sulinos: conservação e uso sustentável da biodiversidade**. Brasília: MMA, 2009.

NAT/BRASIL. Núcleo Amigos da Terra/Brasil. **O Pampa em disputa: a biodiversidade ameaçada pela expansão das monoculturas de árvores**. Porto Alegre, 2007.

NAVARRO, Z. et al. Pequena história dos assentamentos rurais no Rio Grande do Sul: formação e desenvolvimento. In: MEDEIROS, L. S.; LEITE, S. (Org.). **A formação dos assentamentos rurais no Brasil**. Porto Alegre: EDUFRGS, 1999.

NEAD. **Brasil na virada do milênio: encontro de pesquisadores e jornalistas**. São Paulo/Brasília: 2001.

NEVES, D. P.; MEDEIROS, L. S. de (Orgs.). **Mulheres camponesas: trabalho produtivo e engajamentos políticos**. Niterói: Alternativa, 2013.

NOGUEIRA, A. R. B. Mapa mental: recurso didático para estudo do lugar. In: PONTUSCHKA, N. N.; OLIVEIRA, A. U. (Org.). **Geografia em perspectiva: ensino e pesquisa**. São Paulo: Contexto, 2002. p. 125-130.

NOVAES, R. C. R., et al. **Política Nacional de Juventude: perspectivas e diretrizes**. Conselho Nacional da Juventude. São Paulo: Conselho Nacional da Juventude; Fundação Friedrich Ebert, 2006.

OLCZEWSKI, C. R.; COTRIM, D. S. **Certificação de Produtos Orgânicos por SPG - Sistema Participativo de Garantia, Envolvendo Pequenas Cooperativas do Ramo Agropecuário, na Região dos Coredes do Médio Alto Uruguai e Rio da Várzea/RS**. Emater-tche. 2014. Disponível em: http://www.emater.tche.br/site/arquivos_pdf/teses/Carlos%20Olczewski.pdf. Acesso em: 08 mar. 2018.

OLIVEIRA, A. U. de. **A agricultura camponesa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1991.

OLIVEIRA, A. U. de. O campo brasileiro no final dos anos 80. In: STÉDILE, J. P. **A questão agrária hoje**. 3. ed. Porto Alegre: UFRGS, 2002.

OLIVEIRA, C. M. Método e Sociologia em Weber: Alguns Conceitos Fundamentais. **Revista Eletrônica Inter-Legere**. nº 03, jul./dez., 2008.

OLIVEIRA, E. S. **Diferentes Sujeitos e Novas Abordagens da Educação Popular Urbana**. 2001. 152 f. Dissertação (Mestrado em Educação) Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2001.

OLIVEIRA, F. H. **Cultura Orgânica**. Rio de Janeiro: Desiderata, 2010.

OLIVEIRA, F. H. **Aspectos da Cultura Rural Tradicional na Reforma Agrária: Estudo nos Assentamentos de Presidente Venceslau, SP**. 2015. 96 f. Monografia

(Graduação em Geografia) Universidade Estadual Paulista – Júlio de Mesquita Filho (UNESP), Presidente Prudente/SP, 2015.

OLIVEIRA, I. L. **A Luta “Na” Terra: A Pluriatividade e Multifuncionalidade como alternativas de permanência no campo aos assentados de Zumbi Dos Palmares – MT.** 2016. 128 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) Universidade Federal de Santa Maria/RS, Santa Maria, 2016.

ONU. Organização das Nações Unidas. **FIDA – Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola.** 2018. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/agencia/fida/>. Acesso em: 09 mar. 2018.

ONU-MULHERES. **Mulheres rurais querem trabalho, crédito, políticas de habitação e uma vida sem violência.** 2018. Disponível em: <http://www.onumulheres.org.br/noticias/mulheres-rurais-querem-trabalho-credito-politicas-de-habitacao-e-uma-vida-sem-violencia/>. Acesso em: 30 mar. 2018.

ORTEGA, A. C. **Agronegócios e representação de interesses no Brasil.** Uberlândia: Editora UFU, 2008.

PALMA, L. G. A. Empoderamento Econômico da Mulher no Âmbito do Mercosul: das reuniões especializadas ao programa *ellas hacen*. **RICRI**. v. 3, n. 6, 2016, p. 35-57. Disponível em: <http://www.periodicos.ufpb.br/index.php/ricri/article/view/28419>. Acesso em: 07 mar. 2018.

PALMEIRA, M. Casa e trabalho: nota sobre as relações sociais na *plantation* tradicional (1977). In: WELCH, C. A. et al. (Org.) **Camponeses brasileiros: leituras e interpretações clássicas**. v.1, São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009.

PEREIRA, A. B. A. S. **Agricultura Familiar Camponesa e Cultura Alimentar: Hábitos e Práticas alimentares das Famílias Rurais da Linha Simonetti - Ivorá/RS.** 2015. 101 f. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria/RS, 2015. Disponível em: http://w3.ufsm.br/ppgexr/images/dissertacoes/Disserta%C3%A7%C3%A3o_Angela_Beatris_Ara%C3%BAjo_da_Silva_Pereira.pdf. Acesso em: 18 mar. 2018.

PERONDI, A. M. Agricultura como fronteira entre sociedade e natureza: novos atributos a multifuncionalidade. **Anais...** II Encontro Anual da ANPPAS (Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade), Campinas, 2004.

PERSKE, R. C. F. **SISTEMAS AGROFLORESTAIS EM PEQUENAS PROPRIEDADES NO MUNICÍPIO DE HULHA NEGRA.** 2004. 73 f. Monografia (Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente) Universidade da Região da Campanha, Bagé/RS, 2004.

PESSOA, V. L. S. Geografia E Pesquisa Qualitativa: um olhar sobre o processo investigativo. **Geo UERJ**. Ano 14, n. 23, v. 1, 1/2012 p. 4-18. Disponível em:

<<http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/geouerj/article/viewFile/3682/2554>>. Acesso em: 23 mar. 2016

PICOLOTTO, E. L. Movimentos Sociais: Abordagens Clássicas e Contemporâneas. **Revista Eletrônica de Ciências Sociais**. Ano 1, ed. 2, 2007. Disponível em: <file:///C:/Users/Alecsandra/Desktop/358-1048-1-PB.pdf>. Acesso em: 23 abr. 2016.

PIÑEIRO, D. E. Asalto a la tierra: el capital financiero descubre el campo uruguayo. In: ALMEYRA, G.; et al. **Capitalismo: tierra y poder en América Latina (1982/2012)**. Argentina, Brasil, Chile, Paraguay, Uruguay. Buenos Aires: CLACSO, 2014.

PIRES, M. C. A inserção de Brasil e China no processo de globalização - 1980-2002. In: POSSAS, L. M. V.; SALA, J. B. (Org.) **Novos atores e relações internacionais**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010.

PIRES, M. J. S.; RAMOS, P. O Termo Modernização Conservadora: Sua Origem e Utilização no Brasil. **REN – Revista Econômica do Nordeste**, v. 40, n. 03, p. 411-424, jul./set., 2009.

PRADO JR., C. A Questão Agrária e a Revolução Brasileira – 1960. In: STEDILE, J. P. (Org.) **A Questão Agrária no Brasil: o debate tradicional – 1500-1960**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

PRADO JR., C. **Formação do Brasil Contemporâneo: colônia**. 12ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1972.

QUEIROZ, M. I. P. **O Campesinato Brasileiro: ensaios sobre civilização e grupos rústicos no Brasil**. Editora Vozes: Petrópolis, RJ, 1973.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

RED DE AGROECOLOGÍA DEL URUGUAY. Site Oficial. Disponível em: <http://redagroecologia.uy/>. Acesso em: 07 mar. 2018.

RED DE SEMILLAS CRIOLLAS Y NATIVAS. Site Oficial. Disponível em: <https://redsemillas.uy/>. Acesso em 07 mar. 2018.

REDES. Red de Ecología Social – Amigos de la Tierra. s/d. Disponível em: <https://www.foei.org/es/grupos-miembro/america-latina-y-el-caribe/uruguay>. Acesso em: 01 mar. 2018.

RIO GRANDE DO SUL, **Lei Nº 9.519, de 21 de janeiro de 1992**. Institui o Código Florestal do Estado do Rio Grande do Sul e dá outras providências. Disponível em: http://www.al.rs.gov.br/legis/M010/M0100099.ASP?Hid_Tipo=TEXTO&Hid_TodasNomas=16489&hTexto=&Hid_IDN orma=16489. Acesso em: 26 mar. 2018

RIO GRANDE DO SUL. **Lei 11.520 de 03 de agosto de 2000**. Institui o Código Estadual do Meio Ambiente do Estado do Rio Grande do Sul e dá outras providências. Disponível em: <http://www.al.rs.gov.br/legis/M010/M0100099>.

ASP?Hid_Tipo=TEXTO&Hid_TodasNormas=2949&hTexto=&Hid_I. Acesso em: 26 mar. 2018.

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria Estadual de Planejamento, Governança e Gestão. **Atlas Socioeconômico do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Governo do Estado, 2017. Disponível em: <http://www.atlassocioeconomico.rs.gov.br/solos>. Acesso em: 14 set. 2017.

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria Estadual do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável. **Bacia Hidrográfica dos Rios Mirim-São Gonçalo**. Disponível em: <http://www.sema.rs.gov.br/bacia-hidrografica-mirim-sao-goncalo>. Acesso em: 25 set. 2017.

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria Estadual do Meio Ambiente, Fundação Estadual de Proteção Ambiental, Fundação Zoobotânica. **Zoneamento Ambiental para Atividade de Silvicultura**. Porto Alegre, 2007.

RIO GRANDE DO SUL. **Características Sócio-ambientais dos projetos de assentamentos no município de Hulha Negra/RS**: subsídios para o plano de desenvolvimento agrícola. Porto Alegre: Gabinete da Reforma Agrária / Instituto Interamericano de Cooperação para Agricultura, 2001.

ROBLEDO, L. 1973-1984. Técnicos y militares en Uruguay. Política económica. **Cuadernos de la Historia Reciente**. n. 6, Montevideo: Ediciones dela Banda Oriental, 2010.

ROSSELLO, E. A. et al. El Lineamiento Santa Lucia-Aigua-Merín (Uruguay): Un Corredor Tectónico Extensivo y Transcurrente Dextral Precursor de la Apertura Atlántica. **Revista Brasileira de Geociências**. v. 30, n. 4, p. 749-756, 2000.

ROSSI, V. La producción familiar en la cuestión agraria uruguaya. **Revista NERA**. v. 13, nº 16, p. 63-80, 2010. Disponível em: <http://www2.fct.unesp.br/nera/revistas/16/10_rossi.pdf>. Acesso em: 27 abr. 2016.

SAFFIOTI, H. I. B. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

SANTOS, E. L. Juventude, Formação Política e Identificação no MST. **Libertas**: Juiz de Fora, edição especial, p.68 - 81, fev./2007. Disponível em: <https://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:1PLiFKOVn8gJ:https://libertas.ufjf.emnuvens.com.br/libertas/article/download/1883/1331+&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br>. Acesso em: 20 jan. 2018.

SANTOS, I. A. F.; PICOLOTTO, E. L. O MST e a Luta pela Terra: Como/Onde estão as mulheres? In: 18º Congresso Brasileiro de Sociologia. **Anais...** Brasília, jul./2017. Disponível em: http://sbs2017.com.br/anais/lista_area_GT21.htm. Acesso em: 05 mar./2018.

SANTOS, J. C.; PESSÔA, V. L. S. A pesquisa de campo nos canaviais do oeste paulista: o universo dos trabalhadores rurais entre a “sua forma de ser” e a

exploração do seu “ser”. In: RAMIRES, J. C. de L.; PESSÔA, V. L. S. (Org.). **Geografia e pesquisa qualitativa: nas trilhas da investigação**. Uberlândia: Assis, 2009.

SANTOS, M. **Espaço e Método**. São Paulo: Nobel, 1985.

SANTOS, M. **O espaço dividido**. Os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos. Rio de Janeiro: F. Alves, 1979.

SANTOS, M. **Por Uma Nova Geografia**. São Paulo: Hucitec, 1978.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. Rio de Janeiro: Editora Record, 2000.

SANTOS, R. C. B. A reconquista do lugar como espaço de rebeldia e as alternativas emancipatórias. **Boletim Campineiro de Geografia**, Campinas, v. 3, n. 1, 2013.

SAQUET, M. A. As relações de poder e os significados do conceito de território. In: **Abordagens e Concepções sobre território**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

SAUER S.; BALESTRO, V. M. **Agroecologia e os desafios da transição agroecológica**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

SCHERER-WARREN, I. Ações coletivas e movimentos sociais: revistando os conceitos. In: QUARTIERO, E. M.; SOMMER, L. H. (Orgs). **Pesquisa, educação e inserção social: olhares da região sul**. Canoas: Ed. ULBRA, 2008.

SCHMITZ, A. M.; SANTOS, R. A. A produção de leite na agricultura familiar do Sudoeste do Paraná e a participação das mulheres no processo produtivo. **Terr@Plural**. Ponta Grossa. v.7, n.2, p. 339-355, jul/dez. 2013.

SCHNEIDER, S. **Agricultura familiar e industrialização: Pluriatividade e descentralização industrial no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Editora UFRGS, 1999.

SCHNEIDER, S.; NIEDERLE, P. A. Agricultura familiar e teoria social: a diversidade de formas familiares da agricultura. In: FALEIRO, F. G.; NETO, A. L. F. **Savanas: desafios e estratégias para o equilíbrio entre sociedade, agronegócio e recursos naturais**. Brasília/DF: Embrapa Informação Tecnológica, 2008.

SCHNEIDER, S. **A Pluriatividade na Agricultura Familiar**. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2003.

SCHUMACHER, E. F. [1973] **O negócio é ser pequeno**. 2. ed. Tradução: Otávio Alves Velho. Rio de Janeiro, Zahar, 1979.

SCOTT, J. W. “Gênero: uma categoria útil de análise histórica”. **Educação & Realidade**. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva a partir do original inglês (SCOTT, J. W. Gender and the Politics of History. New York: Columbia University Press, 1988. Porto Alegre, vol. 20, nº 2, jul./dez. 1995.

SEABRA, G. de F. **Pesquisa científica: o método em questão**. Brasília: Editora da UnB, 2001.

SELL, J. C. **Estradas Paisagísticas: Estratégia de Promoção e Conservação do Patrimônio Paisagístico do Pampa Brasil-Uruguaí**. 2017. 322f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria/RS, 2017.

SEPLAN – Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão. Estado do Rio Grande do Sul. **O RS é o terceiro maior produtor de soja em grão do Brasil**. 2017. Disponível em: <http://www.atlassocioeconomico.rs.gov.br/soja>. Acesso em: 10 mar./2018.

SHANIN, T. Lições camponesas. In: PAULINO, E. T.; FABRINI, J. E. (Orgs.) **Campeinato e territórios em disputa**. São Paulo: Expressão Popular; 2008.

SICARD, T. L. Agroecología: desafíos de una ciencia ambiental en construcción. In: ALTIERI, M. A. **Vertientes del pensamiento agroecológico: fundamentos y aplicaciones**. Medellín: SOCLA. 2009.

SILVA, A. M.; INACIO, J. B. Modo de Vida Camponês na Contemporaneidade. In: XXI Encontro Nacional de Geografia Agrária (ENGA). **Anais...** Uberlândia/MG – out./2012. Disponível em: http://www.lagea.ig.ufu.br/xx1enga/anais_enga_2012/eixos.html. Acesso em: 25 jan. 2018.

SILVA, D. Saber Popular fazendo-se saber escolar. In: V Seminário de Pesquisa em Educação da Região Sul. **Anais...** Curitiba/PR, 2004.

SILVA, T. T. **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis: Editora Vozes, 2000.

SILVA, V. M. **Projeto de lei quer proibir agricultores de produzir, distribuir e armazenar sementes**. Brasil de Fato Online. 2017. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2017/12/11/projeto-de-lei-quer-proibir-agricultores-de-produzir-distribuir-e-armazenar-sementes/>. Acesso em: 14 mar. 2018.

SIMONETTI, M. C. L. **A longa caminhada: (re)construção do território camponês em Promissão**. 1999. 223 p. Tese (Doutorado em Geografia) Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.

Site Oficial Frigorífico San Jacinto, s/d. **Historia de la Empresa**. Disponível em: <http://www.nirea.com.uy/es/empresa/index.html#historia>. Acesso em: 02 dez. 2017.

SODERO, F. P. **Direito Agrário e Reforma Agrária**. São Paulo: Ed. Legislação Brasileira. 1968.

SODRÉ, N. W. Formação Histórica do Brasil – 1962. In: STÉDILE, J. P. (Org.) **A questão agrária no Brasil: O debate tradicional – 1500-1960**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

SOUZA, M. J. L. O Território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, I. E. de; GOMES, P. C. da C.; CORRÊA, R. L. (Org.). **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

SPOSITO, E. S. **Geografia e Filosofia: contribuição para o ensino do pensamento geográfico**. São Paulo: Ed. Unesp, 2004.

STEDILE, J. P. Lei de Terras nº 601, de 18 de setembro de 1850 – Anexo. In: STEDILE, J. P. (org.) **A Questão Agrária no Brasil: o debate tradicional – 1500-1960**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

STRECK, E. V. et al. **Solos do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: EMATER-RS/UFRGS, 2002. 126 p.

TEDESCO, J. C. **Terra, trabalho e família: racionalidade produtiva e *ethos* camponês**. Passo Fundo: Edupf, 1999.

TOLEDO, M. et al. Aspirantes a Colonos en Uruguay: Características Sociales y Productivas. In: XXXI Congreso Asociación Latinoamericana de Sociología – ALAS. **Anais...** Montevideo/UY: ALAS, 2017.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

URUGUAY. **Ministerio de Ganadería, Agricultura y Pesca**. s/d. Disponível em: <http://www.mgap.gub.uy/portal/page.aspx?2,dgsa,dgsa-servicios-agricolas,O,es,0,>. Acesso em: 26 abr. 2016.

VEIGA, J. E. **O Desenvolvimento Agrícola: uma visão histórica**. São Paulo: Hucitec, 1991.

VENÂNCIO, M. **Território de Esperança: tramas territoriais da agricultura familiar na comunidade rural São Domingos em Catalão (GO)**. 2008. 183 f. Dissertação (Mestrado em Geografia e Gestão do território) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia/MG, 2008.

VIA CAMPESINA. **Manifiesto Internacional de las Mujeres de la Vía Campesina**. jun. 2013. Disponível em: <http://www.viacampesina.org/es/index.php/>. Acesso em: 10 mar. 2018.

WANDERLEY, M. N. B. A valorização da agricultura familiar e a reivindicação da ruralidade no Brasil. In: ENCONTRO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL XXXVIII, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: SOBER, 2000.

WANDERLEY, M. N. B. **Agricultura familiar e campesinato: rupturas e continuidade**. Texto preparado para a Aula Inaugural do primeiro semestre de 2004 a ser ministrada no CPDA/UFRRJ. 2004. Disponível em: <http://wp.ufpel.edu.br/leaa/files/2014/06/Texto-6.pdf>. Acesso em: 09 mai. 2016.

WANDERLEY, M. N. B. Raízes históricas do campesinato brasileiro In: XX Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação em Ciências Sociais (ANPOCS). **Anais...** GT: 17, Processos sociais agrários, Caxambu/MG, 1996.

WANDERLEY, M. N. B. Raízes Históricas do Campesinato Brasileiro. In: TEDESCO, J. C. (Org.). **Agricultura Familiar Realidades e Perspectivas**. 2. ed. Passo Fundo: EDIUPF, 1999.

WEBER, M. A “objetividade” do conhecimento nas Ciências Sociais. In: COHN, Gabriel. (Org.) **Sociologia**. São Paulo: Ática, 2004. (Coleção Grandes Cientistas Sociais).

WEBER, M. **Economia e Sociedade**: fundamentos da sociologia compreensiva. Vol. 1, 3 ed. Trad.: Regis Barbosa; Karen Elsabe Barbosa. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1994.

WEBER, M. **Metodologia das Ciências Sociais**. São Paulo: Cortez Editora, 2001.

WIZNIEWSKY, C. R. F. Reflexões acerca do desenvolvimento, agroecologia e educação. In: DAVID, C. de; WIZNIEWSKY, C. R. F. (Org.) **Agricultura e transformações socioespaciais**: olhares geográficos e a pesquisa de campo. Porto Alegre: Evangraf/Jadeditora, 2015.

WIZNIEWSKY, J. G. A percepção da sustentabilidade dos assentamentos de reforma agrária no manejo dos agroecossistemas. **Revista Brasileira de Agroecologia**. n. 1, v. 1, 2006. Disponível em: <http://www.abagroecologia.org.br/revistas/index.php/rbagroecologia/article/view/6146/4462>. Acesso em: 20 abr. 2016.

WOORTMANN, E. F. **Herdeiros, parentes e compadres**. São Paulo: Brasília: Hucitec: Editora da UnB, 1995.

WOORTMANN, E. F. Ein Gutes Land: uma categoria do imaginário teuto-brasileiro. In: WOORTMANN, E. F. **Significados da Terra**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2004.

WOORTMANN, E. F. **Significados da Terra**. Brasília: Editora UNB, 2004.

APÊNDICE

Questionário enviado à família uruguaia.

Universidade Federal de Santa Maria

Programa de Pós-Graduação em Geografia – Nível Doctorado

Doctorante: Alecsandra Santos da Cunha

Questionario

- 1) Cuantas personas componen la família?
- 2) Nombre y edad de todos y todas
- 3) Nível de parentesco
- 4) Nivel de formacion de cada persona de la família
- 5) Todos trabajan en el prédio familiar?
- 6) Desde cuando trabajan en la agricultura?
- 7) Tenian o tienen otra profesion o actividad fuera de la agricultura? Quienes?

Nombre y apellido (parentesco)	edad	Nível de escolaridad mas alto alcanzado	Trabaja en el predio	Desde cuando trabajan en el predio	Tienen o tenian otra actividad fuera de la agricultura en el prédio familiar Cuales?

- 8) Cual es el tamaño del prédio familiar?

- 9) Cual es la superficie destinada a la agricultura?

- 10) La mano de obra es exclusivamente familiar?

- 11) Si hay trabajadores asalariados, en que momentos trabajan en el prédio y a que se dedican? _____

12) Cuales son las producciones familiares del pr edio?

13) Cuales se dedican a la subsist ncia y cuales se destinan a la comercializacion?

Subsist�ncia	Comercializacion

14) Como realizan la comercialización?

- () Con intermediários
 () Diretamente
 () Utilizan ambas modalidades

15) Cuales serian los porcentajes aproximados de cada uno de los rubros destinados a cada tipo de comercializacion (directa o con intermediários)

16) Forman parte de alguna asociacion, cooperativa o red (de semillas, o de agroecologia)? desde cuando?

17) Y cuanto tiempo le destinan a estas actividades?

18) Cuales han sido los motivos que los llevo a participar de estas asociaciones, cooperativas o redes?

19) Que cosas han cambiado desde que forman parte de las mismas?
